

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**IAGO BRASILEIRO DA SILVA ROCHA**

**JOSÉ MARTÍ, UM INTELLECTUAL NA PERIFERIA**  
**CAPITALISTA: LUTA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO DAS ESTRUTURAS**  
**DE PODER EM CUBA (1890-1895)**

**MORRINHOS**

**2021**

**IAGO BRASILEIRO DA SILVA ROCHA**

**JOSÉ MARTÍ, UM INTELLECTUAL NA PERIFERIA  
CAPITALISTA: LUTA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO DAS ESTRUTURAS  
DE PODER EM CUBA (1890-1895)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás, para obtenção do título de Mestre em História.

**Área de concentração:** Cultura e Sociedade

**Linha de pesquisa:** Cultura e Relações de Poder

**Orientador:** Prof. Dr. Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves.

**MORRINHOS**

**2021**

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R672j Rocha, Iago Brasileiro da Silva  
JOSÉ MARTÍ, UM INTELLECTUAL NA PERIFERIA CAPITALISTA:  
LUTA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE PODER EM  
CUBA (1890-1895) / Iago Brasileiro da Silva Rocha;  
orientador Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves. --  
Morrinhos, 2021.  
191 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação  
Mestrado Acadêmico em História) -- Câmpus Sudeste -  
Sede: Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás, 2021.

1. Martí. 2. movimento insurrecional cubano. 3.  
poder metropolitano espanhol. 4. contra-hegemonia. I.  
Gonçalves, Rodrigo Jurucê Mattos, orient. II. Título.

IAGO BRASILEIRO DA SILVA ROCHA

**JOSÉ MARTÍ, UM INTELLECTUAL NA PERIFERIA CAPITALISTA: LUTA  
POLÍTICA NA TRANSIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE PODER EM CUBA (1890-1895)**

Dissertação apresentada para exame no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás, para obtenção do título de Mestre em História, aprovada em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, pela banca examinadora, constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves (PPGHIS/UEG)  
(Presidente da banca)

---

Prof. Dr. David Maciel (PPGH/UFG)  
(Membro externo)

---

Prof. Dr. Júlio Cesar Meira (PPGAS/PPGHIS/UEG)  
(Membro interno)

---

Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos (PPGAS/PPGHIS/UEG)  
(Suplente)

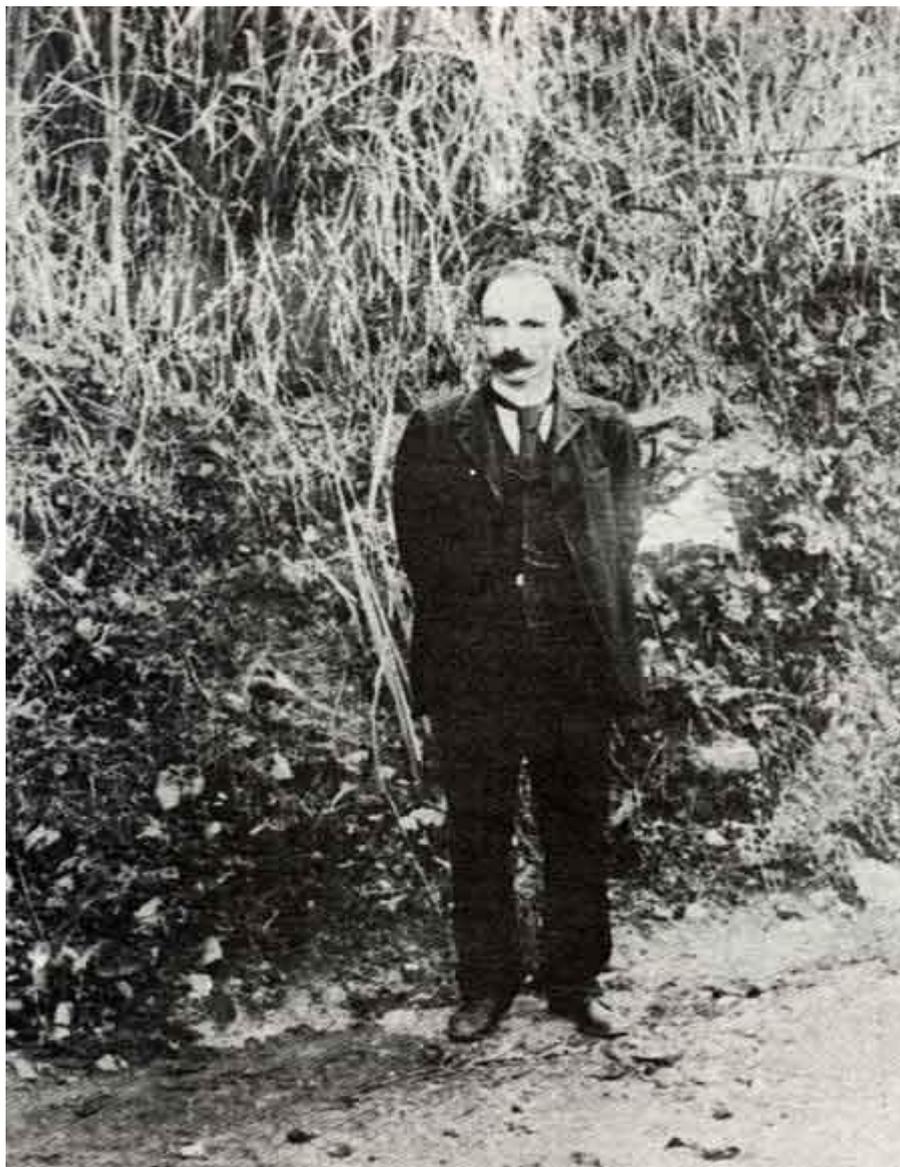
---

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto (PPGH/UFG)  
(Suplente)

MORRINHOS-GO

2021

Figura 1- José Martí em viagem à Jamaica, em outubro de 1892.



Fonte: fotógrafo Juan Bautista Valdés. Portal José Martí. Disponível em: <http://www.josemarti.cu/album/fotos-de-jose-marti/#breadcrumbs> . Acesso: 06/jan/21.

Dedico estas páginas a todos que um dia militaram a favor da liberdade, aqueles que lutaram e lutam em prol de uma América Latina emancipada e, principalmente, os que “tomaram” (morreram), acreditando nas mais belas e ousadas ideias libertárias.

## AGRADECIMENTOS

Este é o único espaço do trabalho em que a razão dar lugar à emoção, onde deixamos a terceira pessoa do plural para escrever na primeira pessoa do singular. Agradecer é sempre um ato de registrar a generosidade dos outros com a nossa pessoa. Registro, aqui, meus agradecimentos àqueles que contribuíram de alguma forma:

Ao meu orientador, prof. Dr. Rodrigo Jurucê, pelo vigor e rigor na orientação, por ter me apresentado à teoria gramsciana, por ter me ensinado a fazer e receber a crítica e, principalmente, por me ajudar a descobrir em mim uma inteligência, até então, desconhecida, na escalada dessa “montanha”, chamada conhecimento;

Ao prof. Dr. Flávio Reis dos Santos, pelo acompanhamento desta pesquisa, desde a disciplina de Seminário de Dissertação, até o exame de qualificação, pelas aulas estimulantes, pela correção atenta, por me alertar em relação aos meus excessos e pelo olhar cuidadoso em relação à estética do texto;

Ao prof. Dr. Júlio Cesar Meira, pela cordialidade, pela generosidade no período de curso das disciplinas, pelas contribuições no exame de qualificação, que me fizeram pensar e repensar várias questões em meu texto, por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa;

Ao prof. Dr. David Maciel, por participar da banca de avaliação, pela contribuição ao trabalho, por se dispor a ler estas páginas, às vezes, cansativas até para mim, e pela simpatia como pessoa, questão perceptível;

Ao meu amigo, prof. Me. Lucas Pires Ribeiro, que, mesmo distante, fisicamente, sempre esteve por perto, por ter me apresentado este objeto de estudo (orientado meu TCC, ainda, em 2018), me inserido nos “estudos das Américas” e, mais importante, por ter me ensinado o verdadeiro significado da palavra *amizade*;

Ao prof. Dr. Leo Carrer Nogueira, por, na graduação, ter me mostrado que era possível seguir uma carreira acadêmica, pelo apoio no início do mestrado, pelo amparo no momento de maior dificuldade, serei eternamente grato;

À minha mãe, Neri, pelo cuidado incondicional com a minha pessoa, por ter proporcionado um ambiente de estudo tranquilo para o desenvolvimento desta dissertação, pela compreensão (e, às vezes, incompreensão) dos meus momentos de distanciamento e isolamento impostos pela pesquisa, por ter me ensinado que, mesmo quando a vida se despedaça, temos que juntar os “cacos” e seguir em frente;

À minha prima, Pollyana, por sempre ter se alegrado com meus pequenos êxitos; ao meu primo, Sivanildo, pelo apoio moral no início do mestrado, por ter me mostrado, com gestos que ainda existem pessoas boas; ao meu primo, Rafael, pela amizade; ao João e Delci pela receptividade, em minhas viagens a Goiânia;

Aos meus amigos e colegas de ofício: Marcos Manoel, Maximiliano, Kymberlly, Wander, Natasha, Camila, em especial, ao José Henrique, pelo suporte dado na minha estadia na cidade de Morrinhos-GO, e ao Fagner Brandão, pelo apoio no período das disciplinas, ao Vinícius, que conheci no mestrado, mas quem tenho a impressão de já conhecer há muito tempo, pelos debates em sala, nos corredores da universidade e de forma remota;

Ao secretário do mestrado, Thiago Guerra; à prof. Dra. Marília Silvia Vieira, pela leitura atenta na revisão ortográfica/gramatical deste texto;

Não poderia deixar de agradecer à CAPES, pela Bolsa de Demanda Social concedida, que foi fundamental para a materialização dessa dissertação, que me possibilitou “comprar o tempo” de estudo, por ter tornado a pesquisa menos árdua e a vida, mais alegre;

Registro meus agradecimentos ao Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS) Câmpus Morrinhos-GO, por ter depositado confiança em mim e no meu projeto de pesquisa.

“— Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Sabe como elas fazem? — Não. — Elas começam com uma primeira lavada. Molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Depois colocam o anil, ensaboam, e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso, a palavra foi feita para dizer”.

Graciliano Ramos (1938), In: *Conversas Graciliano Ramos*, 2014, p. 77.

“O Dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado em vencer”.

Walter Benjamin, In: *Sobre o Conceito de História*, 1987, p.224-225.

“Para que se pudesse falar de enfraquecimento mental e de frivolidade, seria preciso que tivesse desaparecido a história dos historiadores, mas isto não se deu [...]”.

Antônio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, 1999, v. 1, p. 434.

## RESUMO

Nossa dissertação tem como intenção investigar a trajetória político-intelectual de José Martí (1853-1895), possivelmente, o principal ideólogo da luta pela independência de Cuba (1895-1898). Nossa fonte principal foi seus textos publicados em periódicos nos anos de 1890-1895. Dos seus diversos interesses, dois foram analisados de forma pormenorizada, em nosso estudo: seu destaque no campo jornalístico e de dirigente de partido. O contexto de sua atuação se deu no período de transição na década de 1890, que marcou um rearranjo/atualização/modernização das estruturas de poder em Cuba, uma passagem do modelo colonial (espanhol) para o imperialismo (norte-americano). Para a problematização da documentação primária (parte analítica/historiográfica), partimos de um rol de conceitos gramscianos (parte teórica), para nos auxiliar neste itinerário de pesquisa. Nossa hipótese é que Martí, a partir da atividade jornalística e de direção de partido, tornou-se um “intelectual orgânico” do movimento insurrecional cubano (1895), questão esta, que, historicamente, o manteve coerente a uma perspectiva política radical.

**Palavras-chave:** Martí; movimento insurrecional cubano; poder metropolitano espanhol; contra-hegemonia.

## ABSTRACT

Our dissertation intends to investigate a political-intellectual trajectory of José Martí (1853-1895), possibly the main ideologue of the struggle for the independence of Cuba (1895-1898). Our main source was his texts published in periodicals in the years 1890-1895. Of his diverse interests, two were in detail, in our study: his prominence in the field of journalism and party leader. The context of his performance took place during the transition period in the 1890s, which marked a rearrangement / update / modernization of power structures in Cuba, a transition from the colonial (spanish) model to (north american) imperialism. For the problematization of primary documentation (analytical / historiographical part), we start from a list of gramscian concepts (theoretical part), to assist us in this research itinerary. Our hypothesis is that Martí, from journalistic activity and party leadership, became an “organic intellectual” of the Cuban insurrectional movement (1895). This question, which has historically kept it coherent, has a radical political perspective.

**Keywords:** Martí; insurrectionary cuban movement; spanish metropolitan power; counter-hegemony.

## RESUMEN

Nuestra disertación pretende indagar en la trayectoria político-intelectual de José Martí (1853-1895), posiblemente el principal ideólogo de la lucha por la independencia de Cuba (1895-1898). Nuestra principal fuente fueron sus textos publicados en revistas en los años 1890-1895. De sus diversos intereses, dos fueron analizados en detalle, en nuestro estudio: su protagonismo en el campo del periodismo y líder de partido. El contexto de su actuación tuvo lugar durante el periodo de transición en la década de 1890, que marcó un reordenamiento / actualización/modernización de las estructuras de poder en Cuba, un período del modelo colonial (español) al imperialismo (norteamericano). Para la problematización de la documentación primaria (parte analítica/historiográfica), partimos de una lista de conceptos gramscianos (parte teórica), para ayudarnos en este itinerario de investigación. Nuestra hipótesis es que Martí, desde la actividad periodística y la dirección partidaria, se convirtió en un “intelectual orgánico” del movimiento insurreccional cubano (1895). Esta cuestión, que históricamente la ha mantenido coherente, desde una perspectiva política radical.

**Palabras clave:** Martí; Movimiento insurreccional cubano; Poder metropolitano español; contrahegemonía.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.2 As categorias de Antonio Gramsci para o estudo da História dos intelectuais: teoria e método	17
2 JOSÉ MARTÍ NA ENCRUZILHADA DAS RELAÇÕES DE PODER NA CUBA DO SÉCULO XIX	32
2.1 Trajetória de José Martí: uma cronologia histórica	33
2.2 O pensamento hispano-americano no século XIX: Martí e seus contemporâneos	48
2.3 Espoliação e decadência do poder metropolitano espanhol	61
2.4 O Estado subsidiando o capital privado: ascensão do imperialismo norte-americano	73
3 A CONSTRUÇÃO DO CORPO INSURRECIONAL CUBANO	88
3.1 As Experiências: viagens, exílios e escrita como formação	89
3.2 A construção de um pensamento radical: os jornais <i>Patria e El Partido Liberal</i> como “aparelhos de contra-hegemonia”	105
3.3 O “aparelho de contra-hegemonia” e atuação do “Intelectual Orgânico”: o PRC e seu líder, Martí	120
3.4 O embate das ideias: a crítica martiana a consciência conservadora, em busca da superação da subjetividade colonizada	134
4 A “REVOLUÇÃO NACIONAL” PROTELADA: UTOPIA E DERROTA	148
4.1 O ideal de Estado cubano na concepção de Martí	148
4.2 Guerra, revolução inacabada e frustração da emancipação nacional	160
4.3 O Martí de Fidel Castro: o legado martiano no discurso castrista	167
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
6 REFERÊNCIAS	177
Fontes primárias	
Referências bibliográficas	

## 1 INTRODUÇÃO

“A função dos grandes intelectuais, embora permaneça intacta, encontra um ambiente muito mais difícil para afirmar-se e desenvolver-se: o grande intelectual deve também mergulhar na vida prática, tornar-se um organizador dos aspectos práticos da cultura, se quiser continuar a dirigir; deve democratizar-se, ser mais atual: o homem do Renascimento não mais é possível no mundo moderno, quando participam da história, ativa e diretamente, massas humanas cada vez maiores”.

Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, 1999, v. 1, p. 434.

As trajetórias de intelectuais, ultimamente, vêm despertando interesse de pesquisa. É por meio delas que pesquisadores têm se debruçado sobre um determinado tempo histórico. Na investigação da História Intelectual e das Ideias, há particular interesse na pesquisa de militantes e revolucionários com perspectivas antissistêmicas, anticapitalistas, anticolonialistas e anti-imperialistas. Os combates às forças dominantes criaram o clima para o aparecimento de múltiplos intelectuais que se engajaram na construção e organização de movimentos para romper com a ordem de timbre colonial e autoritário de suas épocas e apontar novos horizontes e modelos de vidas societários.

Nesse aspecto, a nossa dissertação se ocupa da investigação da trajetória político-intelectual de José Julián Martí y Perez (1853-1895), conhecido como José Martí. Inicialmente, é importante ressaltar que o nosso interesse em sua trajetória se iniciou na graduação a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), concluído em 2018. À época, nos debruçamos sobre a problemática do “estranhamento”, dentro do seu pensamento, da transição da modernidade europeia para a América, que tinha o viés de uma investigação no campo da cultura. No entanto, no decorrer desse itinerário de pesquisa, surgiu outra possibilidade de análise em relação à temática, que nos levou a uma nova abordagem: a sua atuação no movimento insurrecional cubano, questão que nos direcionou para a sua ação teórico-prática e, portanto, política.

Partindo desse prisma, levantamos a seguinte problemática: José Martí pode ser compreendido a partir da criação do PRC, em 1892, como um “intelectual orgânico” do grupo

insurrecional cubano de 1895? A hipótese que defendemos é que Martí, a partir da função diretiva exercida no PRC, da sua atuação na imprensa, propagando a concepção “PRCbista”, foi fundamental para a organização do grupo insurrecional, assim, criou “aparelhos de contra-hegemonia” e os dirigiu no combate à hegemonia do poder metropolitano espanhol, na ilha caribenha. Desse modo, essas ações foram cruciais para a construção da relação entre o intelectual/partido/massa. Essa defesa intransigente de seu ideal de mundo em prol da emancipação de Cuba e de seus grupos subalternos nos possibilita levantar a suposição de que esse seu engajamento foi uma atividade orgânica, logo, nossa defesa é defini-lo como um “intelectual orgânico” do processo independentista cubano.

Diante disso, nosso objetivo com este trabalho é esquadrihar a trajetória política e intelectual de Martí dentro do movimento insurrecional cubano, dando ênfase à sua *práxis* política. Visando a isso, percorremos a sua atividade jornalística na imprensa hispano-americana e, principalmente, nova-iorquina; a sua ação política na criação, direção e disseminação dos ideais do Partido Revolucionário Cubano (PRC) e a sua capacidade de organização do corpo de insurretos com o propósito de derrubar o poder metropolitano espanhol, em Cuba e, sobretudo, construir um Estado nacional autônomo.

Nosso recorte temporal se concentra entre os anos de 1890 a 1895. Esse período temporal foi delimitado porque, no que tange ao recorte nas fontes, marca a intensificação de sua atuação na organização do movimento insurrecional, bem como do aprofundamento e radicalização de seu pensamento. A pesquisa parte de uma abordagem exegetica, onde buscamos percorrer um *corpus* documental (conjunto de fontes) para a construção da análise de nosso objeto.

Nesse sentido, temos como fontes primárias<sup>1</sup> os artigos de jornais publicados na imprensa hispano-americana e nova-iorquina, em que destaca o jornal *Patria*, no qual há uma quantidade significativa de publicações do intelectual cubano em relação ao programa independentista alicerçado pelo PRC. O trabalho heurístico que propomos foi apenas com textos jornalísticos (1890-1895), em virtude da imensidão de documentação que a produção intelectual martiana abarca em *Obras Completas*, organizada pelo *Centro de Estudios Marianos* e digitalizada pela *Karisma Digital* (2001), totalizando 12.505 páginas, distribuídas em 27 volumes. Assim, todos esses recortes são necessários, o historiador não

---

<sup>1</sup> Nossas fontes primárias são em língua espanhola. Foi feita a tradução para o português (via ferramentas virtuais/digitais), porém, em consenso, chegamos à conclusão de que era mais viável manter a fonte no idioma original: 1) para preservar a originalidade e a fidelidade ao texto; 2) por se tratar de escritos do final do século XIX, a tradução descontextualizaria as fontes; 3) não tivemos tempo suficiente para a contratação de um tradutor (a) profissional para execução do trabalho; 4) o espanhol é uma língua próxima ao português (ambos de origem latina).

consegue exercer seu ofício com escassez de fontes, porém, é inviável manusear uma enormidade delas.

Na parte conceitual, valemo-nos do aparato teórico de Antonio Gramsci, desenvolvido nos “Cadernos do Cárcere” (em especial, nos volumes 1, 2, 3 e 5). Suas categorias conceituais nos auxiliam na problematização do nosso objeto de estudo. Os conceitos de “jornalismo” e “intelectual orgânico” são fulcrais para a investigação da trajetória política e intelectual de Martí, assim como a conceituação de partido político como “moderno príncipe”/“homem coletivo” é essencial para o estudo da atuação do PRC e de seu líder. A “revolução passiva” e a “crise de hegemonia” são categorias chave para a discussão do processo de transição que ocorreu em Cuba, na década de 1890, uma passagem do domínio colonial espanhol para o neocolonial/imperialista estadunidense, aumentando as tensões e abrindo a possibilidade histórica para a revolução socialista cubana, meio século mais tarde.

Nessa direção, tomamos emprestada, para analisar essa época histórica da ilha caribenha, a conceituação de “modernização da colonização”, desenvolvida por Florestan Fernandes (2007, p. 62), isto é, uma atualização e um aprofundamento da exploração em larga escala dentro da ordem colonial, que se articula, teoricamente, com a formulação de Gramsci sobre os processos de formação dos Estados nacionais nos quais a revolução não se completa, inteiramente: “trata-se de ver se, na dialética revolução-restauração, é o elemento restauração que predomina, já que é certo que, no movimento histórico, jamais se volta e não existe restaurações ‘*in toto*’ [no todo]” (GRAMSCI, 2011, v.3, p. 76-77).

Há produções importantes no Brasil que versam sobre a obra de Martí no campo da História, principalmente, da Cultura e da Literatura. Poderíamos listar vários trabalhos e de matrizes distintas sobre o intelectual cubano. No entanto, para não nos alongarmos nessa discussão, citaremos as duas obras importantes que abriram os estudos martianos em solo brasileiro: “Nossa América: A Utopia de um Novo Mundo” (2001) e “América para a Humanidade: O Americanismo Universalista de José Martí” (2003), ambas de autoria do historiador Eugênio Rezende de Carvalho, da Universidade Federal de Goiás. A primeira é fruto de sua pesquisa de mestrado; a segunda é resultado de sua tese de doutoramento. Os dois livros enfatizam um “Martí culturalista”, um sujeito que tinha um projeto utópico de criar uma cultura hispano-americana autóctone. O trabalho mais recente sobre o tema foi publicado, em 2018, uma tese de doutorado de Lucas Machado dos Santos: “José Martí e os Estados Unidos: a interpretação histórica da sociedade norte-americana nas crônicas do cubano José Martí (1853-1895)”. Como o próprio título coloca em pauta, a preocupação do autor é com a visão que Martí tem dos Estados Unidos, com enfoque voltado aos acontecimentos nesse país.

A nossa dissertação procura outra perspectiva de abordagem sobre o intelectual cubano, destoando das produções supracitadas. A nossa investigação busca resgatar o “Martí revolucionário”, o que nos levou, por um lado, a nos concentrar na sua atuação histórica dentro do processo independentista cubano, e, por outro lado, alicerçar nossas análises nas fontes primárias. Desse modo, o nosso intuito não é apenas ficar restrito à obra martiana (não separamos vida e obra, os dois estão entrelaçados), mas nos debruçar acerca de sua trajetória enquanto sujeito de *práxis* e de pensamento. Assim, o nosso propósito é reconstruir o seu percurso como “intelectual orgânico” do movimento insurrecional (1895), unindo sua produção teórica à sua ação prática. Destarte, compreendendo que “[...] toda prática é acompanhada de um processo de conhecimento” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 436).

No tocante à metodologia de divisão de nossa pesquisa, para buscarmos uma organização satisfatória, foram elaboradas quatro seções, com subseções. Nessa ótica, todos os tópicos discutem temáticas de matizes distintas, que se entrelaçam e, sobretudo, sem as quais não é possível a construção e compreensão de nosso trabalho.

Na seção 1, em especial, na subseção 1.2, temos como intenção esclarecer ao nosso leitor de quais procedimentos teórico-metodológicos nos valem para a construção do itinerário de análise que percorremos, a partir de quais meios aplicamos teoria e método para nos auxiliar em nossa investigação acerca de nosso objeto. Esboçamos o porquê da escolha das categorias conceituais de Gramsci para o estudo da História dos intelectuais e de suas ideias.

Na seção 2, buscamos: 1) reconstruir o itinerário da formação da trajetória político-intelectual de Martí, apoiados na cronologia de seus textos para demonstrar o desenvolvimento de seu pensamento; 2) localizar o intelectual cubano dentro do debate das ideias na América oitocentista, isto é, averiguar as divergências e convergências com escritores contemporâneos, que tentaram traçar um diagnóstico acerca do continente americano; 3) recuperar a época histórica para contextualizar o nosso objeto, assim, investigamos a perda vertiginosa de espaço da Coroa espanhola na América do Sul, até meados do século XIX, migrando suas atenções na segunda metade do mesmo século para Cuba; 4) por fim, nesta subseção, nos concentramos com mais afinco na década de 1890, que ficou marcada, na ilha caribenha, na transição do domínio colonial espanhol para o modelo neocolonial/imperialista norte-americano. Nesse sentido, a derrocada da Espanha no ultramar se consumou, perdendo sua última colônia, momento em que sua força econômica e, posteriormente, política, foi enfraquecida, o que acarretou uma “crise de hegemonia”.

Na seção 3: 1) procuramos enfatizar a importância da vida de exílios e viagens que moldaram o pensamento de Martí, contribuindo de forma significativa para a sua concepção de mundo e para a observação das questões que assolavam a América-Hispânica; 2) propomos demonstrar a importância da atividade jornalística desenvolvida pelo intelectual cubano como uma forma de “aparelho de contra-hegemonia” e de divulgação das ideias revolucionárias; 3) nos ocupamos da discussão da criação do PRC, que também, desempenhou o papel de “aparelho de contra-hegemonia” na construção de um programa radical de ruptura com ordem colonial espanhola, que tinha como objetivo a criação de um Estado republicano autônomo; 4) cotejamos as ideias do PRC com as do Partido Autonomista (PA), este primeiro com um programa emancipacionista, o segundo, alinhado com a proposta reformista da Espanha e a anexionista dos Estados Unidos.

Na seção 4: 1) abordamos o ideal de Estado no pensamento de Martí, a sua estruturação a respeito da política e do corpo social de inclinação republicana-liberal; 2) discutimos a sistematização do embate bélico e a proposta revolucionária, que foi esvaziada e embotada com a intervenção norte-americano no conflito entre Cuba e Espanha, um programa revolucionário iniciado em 1895 que se frustrou, transformando-se em uma independência dentro da ordem colonial, em 1898, concretizando a transição de uma estrutura de poder para outra, expressa na fórmula “revolução passiva”; 3) investigamos, ainda, como a concepção martiana se manifestou em Fidel Castro (1926-2016) e, sobretudo, como ecoou na Revolução Cubana (1959).



## 1.2 As categorias de Antonio Gramsci para o estudo da história dos intelectuais: teoria e método

Inicialmente, torna-se necessário um esclarecimento acerca do procedimento teórico-metodológico que utilizamos para problematizarmos o nosso objeto de estudo. Trabalhar com História Intelectual e das Ideias nos impõe a responsabilidade de escolher uma parte conceitual para a instrumentalização de nossa pesquisa. Essa questão nos coloca diante dessas escolhas dentre uma variedade imensa de métodos de abordagens. Esta seção do trabalho não é uma descrição trivial ou simplesmente retórica, mas uma tentativa de demonstrar ao nosso leitor por que a escolha das categorias conceituais<sup>2</sup> formuladas por Antonio Gramsci (1891-1937), nos “Cadernos do Cárcere”, tem sido um método fértil para a análise de outras realidades e temporalidades. A escolha da “fortuna crítica” gramsciana nos auxilia nesse itinerário de pesquisa e, sobretudo, para nos proporcionar uma problematização satisfatória em relação às fontes primárias de nossa dissertação, pois um número expressivo de pesquisadores “[...] fazem do pensamento desse autor um objeto de estudo ou **uma ferramenta analítica**” (BIANCHI, 2018)<sup>3</sup>.

Todavia, fazemos uma apropriação não ortodoxa da teoria gramsciana, de modo que nos auxilia a problematizar o objeto sem, no entanto, atrelar os resultados a que chegamos ao mesmo ponto de chegada e à perfeita igualdade de conclusões a que chegou Gramsci. Realidades históricas diferentes nos levam à apropriação dos conceitos do marxista sardo de forma mediada. Assim sendo, o marxista sardo nos fornece pontos de partida e aspectos do itinerário de pesquisa, mas não resultados. Esses são obtidos a partir do aporte das fontes problematizadas a partir do referencial teórico sobredito.

Há um movimento de extensão das categorias de Gramsci para a análise das periferias capitalistas, criando intercâmbio entre pesquisadores gramscianos italianos e latino-americanos, nos quais esses últimos procuram pautar um esforço analítico da realidade da América Latina. Nossa preferência por esse arcabouço teórico não foi uma escolha descolada de nossa pesquisa, pelo contrário, nos últimos anos vem se tornando cada vez mais recorrente a discussão da aplicabilidade desse método em solo latino-americano. Conforme Álvaro

---

<sup>2</sup> Advertência: “Estamos cientes de que certos sociólogos fazem distinções entre conceitos e categorias – os primeiros dando conta de realidades particulares, como *Revolução Francesa* e *Revolução Industrial*, e as categorias tratando de noções mais amplas, como *Revolução*” (SILVA; SILVA, 2020, p. 9). Valemo-nos de ambas as noções.

<sup>3</sup> Para destacar nossos grifos, adotamos o **negrito** e, para os grifos dos autores, no original, o *itálico*. A única exceção para o uso do *itálico*, de nossa parte, é apenas para as citações em língua estrangeira, por questão de norma/padronização.

Bianchi (2018, p. 20), “Gramsci já tem visto de residente permanente na América, onde foi acolhido de modo generoso [...]”.

Essa questão expõe o trabalho empreendido de “tradutibilidade”<sup>4</sup> de Gramsci para outras partes do mundo e temporalidades distintas. Por isso, a adoção de sua teoria e método de forma mediada demonstra a fecundidade. O marxista sardo não pode ser pensado apenas como um teórico do século XX e da Itália, da Europa e dos Estados Unidos, haja vista que suas formulações transcendem essas realidades. A Revolução Francesa (1789-1799) e o *Risorgimento* (1815-1870) são períodos anteriores ao século supracitado, e, posteriormente, no século XXI, o autor continua fornecendo contribuições pertinentes para pensar o âmbito político, social e cultural, questão “[...] que fez Eric Hobsbawm constatar certa feita que nesses cadernos é possível encontrar contribuições importantes e originais em todos os campos das chamadas ciências humanas [...]” (BIANCHI, 2018, p. 24). Portanto, não ficamos restritos à obra do autor dos “Cadernos do Cárcere”, valemo-nos de estudiosos de sua trajetória político-intelectual que permitem essa tradutibilidade do pensamento gramsciano de forma mediada para a realidade histórica que analisamos.

Gramsci ofereceu contribuições consideráveis para o mapeamento da trajetória das intelectualidades: 1) seus impactos no campo do pensamento de sua época; 2) o esquadramento da disputa do debate das ideias; 3) como tais ideias capitanearam/capitaneiam o modo de pensar das sociedades (trabalho esse desenvolvido nos “aparelhos de hegemonia”, como: revistas, jornais, partidos políticos e associações culturais). Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves demonstrou a importância do aparato gramsciano para a observação de outros tempos-espacos:

Antonio Gramsci desenvolveu nos *Cadernos do Cárcere* diversas categorias que, como já foi assinalado por outros autores, permitem um alto grau de generalização, e foram utilizados para diferentes interpretações de distintos contextos. Assim, feitas as devidas ressalvas e respeitadas às especificidades de cada processo histórico [...] (GONÇALVES, 2017, p. 42).

O historiador gramsciano ressaltou que é um método seminal, mas que devem ser respeitadas suas limitações na sua aplicação em diversos campos de pesquisa, apesar de sua gama de categorias conceituais, que nos possibilita analisar variados objetos. Para Álvaro Bianchi (2018, p.1-17), o método de Gramsci para estudar a histórias dos intelectuais italianos, especialmente, a de Benedetto Croce (1866-1952) nos fornece um “arsenal” de ferramentais para a aplicação na investigação de trajetória de diferentes intelectuais. Nesse

<sup>4</sup> Em Gramsci, o termo “tradutibilidade” não é somente referente à linguagem, mas à cultura, à política e a paradigmas filosóficos. A tradução para outras realidades de “[...] cada cultura nacional e de cada sistema filosófico” (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 185) é algo a ser observado e aplicado, mesmo que se saiba que “esta tradutibilidade, por certo, não é ‘perfeita’ em todos os detalhes” (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 187).

sentido, podemos perceber que seu critério de investigação pode ser expandido para outras análises dentro desse nicho. Esse itinerário de pesquisa não está ligado apenas ao intelectual “mas o que interessava primeiramente a Gramsci não era o sistema filosófico croceano e sim como o editor de *La Critica* havia conquistado a hegemonia no ambiente cultural italiano e o alcance desta” (BIANCHI, 2018, p. 5). As trajetórias de intelectuais estão imbricadas não só ao seu pensamento, mas em sua capacidade de dirigir e influenciar uma determinada concepção de mundo.

Caracterizar a atuação do “intelectual orgânico” não é uma tarefa simples, porém, o autor dos “Cadernos do Cárcere” nos forneceu algumas pistas. O trabalho desses sujeitos históricos consiste em “um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a **‘frente’ teórica ou ideológica**” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 78). Essa ação faz-se necessária para compreender como as classes dominantes se impõem enquanto tal e como os grupos subalternos somente se colocarão nesse patamar quando descobrem o caminho a ser trilhado para se tornar a classe hegemônica a partir de uma ofensiva “contra-hegemonia”.

Duas questões em Gramsci são fundamentais para a atuação do “intelectual orgânico”, que são os “aparelhos de hegemonia”<sup>5</sup>. 1): “**a imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica**, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 78). Desse modo, o marxista sardo enfatizou como as revistas e jornais são indispensáveis nas lutas que visam à superação da subalternidade ou, no caso cubano, a luta contra o colonialismo no século XIX; 2): o papel desempenhado pelo partido é o elo, de “[...] sutura completa entre os **intelectuais e o povo**, o que reproduz, na esfera da organização superior, todas as formas escabrosas da concepção real das massas populares” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 32). O partido político é a representação dessa tentativa de formação unitária: “assim, forma-se uma estreita ligação entre **grande massa, partido e grupo dirigente**; e todo o conjunto, bem articulado, pode se movimentar como um ‘homem-coletivo’” (GRAMSCI,

---

<sup>5</sup> Geralmente, usa-se “aparelho de hegemonia” para designar o que Gramsci desenvolveu como “aparelho hegemônico”: “[...] expressão não muito presente, mas que aparece em vários cadernos (Q 1, 6, 7, 10 e 13) de épocas diferentes, incluindo dois textos de segunda redação (Q 10 II, 12 [CC, 1, 320] e Q 13, 37 [CC, 3, 92]” (LIGUORI, 2017, p. 75). Assim, o intelectual sardo não respondeu “[...] o que é o ‘aparelho hegemônico’? Como funciona? G.[Gramsci] não responde diretamente a essa pergunta, mas dá uma série de ‘pistas’ em alguns Textos B” (LIGUORI, 2017, p. 75). Mencionaremos uma passagem na qual ele mesmo explanou sobre o conceito: “A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem croceana, quando se consegue introduzir uma nova moral conforme uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica” (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 320). Esse conceito aparece com maior frequência na seção 3 de nossa dissertação.

1999, p. 147). Assim sendo, a noção de “homem coletivo” consiste na organização dos intelectuais para formar uma força política ativa no combate aos grupos dominantes e, no caso cubano, às potências dominantes estrangeiras – Espanha e Estados Unidos – e seus aliados internos. Desse modo, os intelectuais baseados nesses dois tipos de “aparelhos de hegemonia” – os jornais e os partidos – fazem “[...] as funções de centralização e dominação da vida cultural [...]” (BIANCHI, 2018, p. 2), ou de contra-hegemonia – que era o caso de Martí, o PRC e seus partidários, fossem militantes ou intelectuais orgânicos.

A tríade: intelectuais, partidos políticos e jornais são o “núcleo duro” da formação da “contra-hegemonia” frente ao grupo dominante. Essa ação busca “[...] a unificação [...] pela emancipação cultural [...]” (DEL ROIO, 2007, p. 69). Sobre os partidos políticos, Gramsci sublinhou:

Com o crescimento dos partidos de massa e com a sua adesão orgânica à vida mais íntima (econômico-produtiva) da própria massa, o processo de standardização dos sentimentos populares, que era mecânico e casual (isto é, produzido pela existência ambiente de condições e pressões similares), torna-se consciente e crítico (GRAMSCI, 1999, v.1 p. 147).

Os intelectuais, por esse prisma, como os construtores das ideologias dos partidos, no âmago da tradução dos sentimentos/paixões populares em um programa de reivindicações político-rationais, visavam a uma padronização no sentido de unificar as massas. Assim, a intelectualidade orgânica atua como “[...] o chefe [que] traduz em ideias-forças, em palavras-forças —, mas ocorre por parte do organismo coletivo, através da ‘coparticipação ativa e consciente’[...]” (GRAMSCI, 1999, v.1, p. 147). A atividade intelectual é importante para o momento de transição, onde, posteriormente, o partido assume o protagonismo de centralização da organização política, tornando-se o “exército político-ideológico”, isto é, “[...] o moderno Príncipe – o agente da vontade coletiva transformadora não pode mais ser encarnado por um indivíduo” (COUTINHO, 1992, p. 103).

Os jornais e revistas na concepção gramsciana são “trincheiras” ideológicas formidáveis para a construção e uniformização de uma determinada concepção de mundo. A noção de “revista tipo” formulada por Gramsci delinea a função desse aparato político-ideológico, como demonstra Gonçalves:

[...] uma revista tipo deve ter um endereço intelectual muito unitário, isto é, deve haver uma redação homogênea e disciplinada, [...] [que] deve ser fortemente organizada de modo a produzir **um trabalho homogêneo do ponto de vista intelectual**; deve haver um estatuto escrito que impeça ruzgas, conflitos e contradições (GONÇALVES, 2019, p. 162, grifos nossos).

No seguinte trecho, Gramsci ofereceu algumas contribuições, enfatizando que:

[...] o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, **gerar seu público e ampliar**

**progressivamente sua área.** Se se examinam todas as formas existentes de jornalismo e de atividade publicístico-editorial em geral [...] um agrupamento cultural (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral; e que se pretenda tomar tal agrupamento como base para construir um edifício cultural [...] (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 197, grifos nossos).

O modelo de “revista tipo” aparece como uma forma de pensamento homogeneizador. Um jornalismo voltado desde seus redatores até ao seu público, buscando uma unidade na maneira de conceber as ideias, com a intenção de fundar, desenvolver e disseminar uma determinada concepção de mundo uniforme para intervir nele. Os escritores de jornais e revistas devem ter, como principal preocupação, esse caráter de unificação do público, que pode ser heterogêneo, nesse aspecto. O trabalho jornalístico reside nesse agrupamento de estandardização desses prismas diversos.

Os jornais e revistas podem desempenhar um papel de partido político. Essa simbiose aparece, recorrentemente, nos “Cadernos do Cárcere”. Esses “aparelhos de hegemonia” se complementam na busca por dominar ou disputar e polarizar o campo do pensamento. Essa atuação conjunta era fundamental para a formação unitária. Posto isso, “[...] um partido revolucionário, dotado do conhecimento científico da História, o qual deveria difundi-lo entre a classe” (DEL ROIO, 2007, p. p.65), capaz de polarizar criticamente a sociedade civil e disputar o poder. Por outro lado, a necessidade do jornalismo vem no sentido de “um aparelho cultural homogêneo e centralizado, uma força intelectual semelhante a um partido político. Era assim que Gramsci via *La Critica*. Benedetto Croce era seu secretário-geral. Daí a força que adquiriu no cenário intelectual italiano” (BIANCHI, 2018, p. 5).

O trabalho desempenhado por Croce, em “*La Critica*”, era um jornalismo que cumpria a função de partido, que possibilitou ao filósofo napolitano registrar o seu pensamento e difundir sua concepção idealista no cenário italiano no último quartel do século XIX até meados do XX. “Para Gramsci era nas revistas que as tendências intelectuais mais ativas e inovadoras se encontravam; era por meio delas que a vida cultural e política italiana se expressava e o pensamento se organizava” (BIANCHI, 2018, p. 5). Fundamentado nessa análise de Gramsci sobre trajetória croceana, Bianchi reuniu, de forma sistematizada, algumas contribuições do método desse estudioso acerca da história dos intelectuais, localizando, portanto, que:

O objetivo dessas pesquisas **não era exclusivamente a exposição da teoria-pensamento de um autor, mas, também, o lugar que este poderia ocupar no interior de uma corrente intelectual e política.** Gramsci de fato oscilava entre o estudo da obra de um “autor-pensador” e a pesquisa a respeito do desenvolvimento das correntes intelectuais às quais uma obra individual encontrava-se associada (BIANCHI, 2018, p.6, grifos nossos).

Nesse itinerário de investigação:

A preocupação maior de Gramsci estava na dificuldade apresentada por “autores-pensadores” que não expuseram de modo sistemático uma concepção de mundo e na qual esta, ao contrário, foi apresentada de modo disperso e fragmentário em grande número de obras de qualidade diversa (BIANCHI, 2018, p. 6).

O método de pesquisa gramsciano voltado à história dos intelectuais não se resume à obra do autor, porém, engloba o lugar que o mesmo ocupou no campo do pensamento, o nicho epistemológico a que pertenceu, bem como as disputas culturais. “Vida e obra” são pensadas de forma unitária na trajetória intelectual. Um exemplo da necessidade de pensar essa questão em seu conjunto, porque “os homens produzem suas ideias ligadas à materialidade do mundo” (MARX; ENGELS, 2001 p. 19). Assim sendo: “[...] transformam, com a realidade que lhe é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2001, p. 20).

Esse método de percorrer a história de intelectuais está alinhado ao estudo não do sentido “vulgar” na separação entre vida e obra, mas na sua unidade, na trajetória político-intelectual que reúne, na atuação teórico-prática dos pensadores. Bianchi (2018, p. 6) detectou no método de Gramsci, o seu equilíbrio ao propor uma história da intelectualidade italiana. A tríade: estudo biográfico, das obras do autor e a cronologia do desenvolvimento de seu pensamento no decorrer do tempo. Esses mapeamentos são indispensáveis para essa área de pesquisa. Os esclarecimentos sobre as formas de investigação desenvolvidas pelo autor dos “Cadernos do Cárcere” nos possibilitam fazer o uso desse parâmetro que baliza um caminho de pesquisa alinhado, como exposto abaixo:

A reconstrução do método particular que Gramsci desenvolveu para sua investigação sobre a história dos intelectuais permite compreender melhor seu projeto e, ao mesmo tempo, **pode fornecer pistas interessantes para pesquisadores interessados nesse campo de estudos** (BIANCHI, 2018, p. 14, grifos nossos).

Nesse fragmento, é perceptível que o programa de pesquisa de Gramsci sobre a intelectualidade italiana dos séculos XIX e XX foi imprescindível para o desenvolvimento de um modelo de investigação que se desdobrou da cena nacional para a internacional, desenvolvido por uma variedade de estudiosos de sua obra, questão identificada por Marcos Del Roio (2007, p. 54). Destarte, fizeram esse processo de “tradutibilidade” de seu itinerário de investigação para outras realidades (respeitando os limites de sua teoria).

Trabalhar com a tríade: intelectuais, partidos políticos e jornalismo (revista/jornais) é um momento oportuno para enveredar pelo método de pesquisa desenvolvido pelo marxista sardo que se debruçou com afinco sobre essas questões no caminho de pesquisa. A

*intelligentsia* é fundamental para a constituição dos “aparelhos de hegemonia” supracitados. Primeiramente, a questão dos intelectuais para a solidificação desses aparelhos. Gonçalves nos fornece apropriadas formulações sobre essas questões, primeiro sobre os intelectuais:

[...] o papel do intelectual enquanto organizador, dirigente e educador; mas isso não significa que é dispensável o estudo e o conhecimento para a realização destas atividades. Mas a tríade *organização-direção-educação* não pode, em nenhum de seus três momentos, ser realizada sozinha, por um intelectual solitário em seu gabinete; deve ser realizada com outras pessoas numa organização, numa instituição, enfim, num partido (GONÇALVES, 2017, p. 82-83).

Os intelectuais, como os “ideólogos da ideologia”, assumem as atividades mais refinadas no que se refere ao trato do trabalho intelectual. Os intelectuais contra-hegemônicos, por sua vez, atuam como porta-vozes dos grupos subalternos e organizadores dos partidos políticos enquanto organização dos de baixo. Portanto, como o trecho citado, anteriormente, um sujeito não consegue ter êxito revolucionário sem uma relação com os demais indivíduos e uma organização partidária. Christinne Buci-Glucksmann (1990, p. 56) entende a ação do “intelectual orgânico” como um especialista na arte política, que busca desenvolver, juntamente com a massa popular e o partido político, o processo revolucionário de ruptura com a ordem dominante. Nessa esteira, acerca do partido político, Gonçalves dissertou:

[...] o papel do partido é elaborar sua intelectualidade organicamente, prepará-la para a execução de funções necessárias à classe social, transformando seus componentes em políticos qualificados, dirigentes e organizadores. Assim, os intelectuais não são meros estudiosos, eruditos, membros de um estrato socialmente desenraizado – a *intelligentsia*, como definem alguns. [...] E, por fim, toda esta estrutura partidária lutará para o “*desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política*” que seja condizente com as necessidades históricas de sua respectiva classe social (GONÇALVES, 2017, p.84).

As explicações sobre o encargo do partido (no sentido gramsciano) dentro da luta política não estão alinhadas apenas às funções que conhecemos na contemporaneidade, mas têm uma percepção ampla – em perspectiva histórica –, de sua importância na intervenção do mundo político. Como um diretor-organizador-educador, é o elemento que dá coesão e sistematização aos anseios das massas, traduzindo-os e sistematizando-os de forma orgânica. Segundo Gramsci (2001, v2, p. 44), a “instrução-educação” é o âmago da organização dos partidos políticos. Os “intelectuais orgânicos” não são os educadores dos grupos subalternos; podem até marcar um momento de transição, mas os verdadeiros educadores são os partidos, como sublinhou Del Roio: “é nesse contexto que aparece, com toda a clareza, a necessidade de se educar e de se preparar o educador das massas, o partido revolucionário” (DEL ROIO, 2006, p. 326). Nesse seguimento, Carlos Nelson Coutinho endossou que:

Traduzindo na linguagem peculiar de Gramsci, a tarefa do “moderno Príncipe” consistiria em superar inteiramente os resíduos corporativos os momentos “egoístico-passionais” [...] contribuir para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular, ou seja, de um grau de consciência capaz de permitir uma

iniciativa política que englobe a totalidade dos estratos sociais de uma nação [...] (COUTINHO, 1992, p. 104).

Os desejos/paixões dão lugar a um plano racional, uniforme, organizado, sistematizado e revolucionário, isto é, com capacidade de transformar uma determinada realidade sócio-histórica. O partido cumpre essa função de traduzir a espontaneidade das massas em um conjunto de reivindicações sistematizadas e ponderadas. A individualidade é outro aspecto que não tem espaço dentro do programa do “moderno Príncipe”, as singularidades devem ser sacrificadas em prol das questões solicitadas pela coletividade. De forma sumarizada, “[...] dar aos movimentos espontâneos uma direção consciente [e coletiva] [...]” (COUTINHO, 1992, p. 106).

A atividade jornalística, nessa tríade, seria: “intelectuais orgânicos”, partido político e jornalismo. Este último ocupa um espaço importante na construção da hegemonia (“contra-hegemonia”). Por conseguinte, prepara “[...] uma nova cultura e um novo processo educativo” (DEL ROIO, 2006, p. 313). Para Gramsci (2001, v.2, p. 206), o jornalismo deve partir do princípio de um grupo especializado na arte da escrita e, sobretudo, com um grupo de redatores alinhados com a proposta do jornal ou revista. Somente assim é possível delimitar um método de análise dos assuntos tratados pelo periódico sem causar contradições dentro do seu programa de redação pelo fato de que a ideia é criar um público-leitor homogêneo. Para isso, não pode haver rugas na redação dos textos, eles devem conter um alinhamento unitário. O trecho seguinte demonstra essa questão:

[...] um corpo de redatores especializados, em condições de fornecer, com certa periodicidade, um material cientificamente elaborado e selecionado; a existência deste corpo de redatores, que tenham atingido entre si um certo grau de homogeneidade cultural, não é absolutamente algo fácil, representa um ponto de chegada no desenvolvimento de um movimento cultural (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 206).

No fragmento adiante, há a relação entre a concepção de jornais com caráter de partidos:

[...] um partido que não tem ou não sabe escolher (o que é a mesma coisa) os elementos capazes de bem administrar um jornal ou uma revista? Vice-versa: um grupo que, com meios precários, sabe obter, jornalisticamente, resultados apreciáveis, demonstra com isto, ou já com isto, que saberá administrar bem até organismos mais amplos (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 250).

Esse esboço traz à tona a relação indispensável entre partido e jornal (ou revista) como uma espécie que um retroalimenta o outro na ação política. A atividade partidária é uma forma de organizar as pautas de um grupo que reivindica seus direitos, melhores condições de sobrevivência e atuação na vida pública. O trabalho jornalístico torna-se um baluarte do partido, na seguinte questão: na divulgação do programa ideológico. Dessa forma, contribui

para a edificação da “[...] *hegemonia real*, a capacidade de dirigir de maneira orgânica [...]” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 57).

Os “intelectuais orgânicos”, historicamente, pertencem “[...] a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir” (GRAMSCI, 1999, p. 94). Atuam nos “aparelhos de hegemonia” com o objetivo de modificar ou manter uma visão de mundo homogênea. Para isso, é necessário um trabalho ideológico eficaz para lançar uma “contra-hegemonia” frente à hegemonia dominante.

Um intelectual se torna orgânico de uma determinada classe quando inicia uma atividade organizativa-diretiva-educativa. Esses três itens só são possíveis de serem realizados através dos “aparelhos de hegemonia”, que trabalham na disputa ideológica para construir uma frente de atuação contra as forças dominantes. Os dois meios formidáveis que a ideologia opera são o partido, o órgão unitário que possibilita a uniformização de um público diverso e os jornais (revistas) que exercem o ofício de propagação doutrinário. Esses “[...] organismos visam promover a chamada “alta cultura”, em todos os campos da ciência e da técnica” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 19).

Os intelectuais orgânicos dos grupos subalternos são forjados dentro do processo histórico na disputa pela hegemonia, atuando ideologicamente, fundamentado na sua concepção de mundo através dos “[...] jornais como capazes de desempenhar a função de partido político” (GRAMSCI, 2001, p. 211). Dessa forma, “os partidos respondem aos novos problemas [...]” (GRAMSCI, 2001, p. 241). Essa relação unitária entre ambos os “aparelhos de hegemonia” é um ponto central, em que os intelectuais atuam em defesa de sua classe, fazendo o trabalho de consolidação e disseminação político-ideológica, do qual são adeptos.

Para Coutinho (1992, p. 106), os intelectuais se apossam dos aparatos necessários (associações político-culturais, partidos políticos, jornais, revistas etc.) para fortificar as “trincheiras” no campo da “batalha das ideias”. Tornam-se os “educadores-purificados-orientados”, já que a “[...] a direção política é também ineliminavelmente direção ideológica” (COUTINHO, 1992, p. 106). A fabricação da ideologia é um ato doutrinário e cabe à *intelligentsia* esse encargo. Essa passagem, na “A Ideologia Alemã”, ilustra como a luta pelas ideias é indispensável para a constituição de uma concepção de mundo de um de certo grupo:

Admitamos que, no modo de conceber a marcha da história, as ideias [...] cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias: essa classe é obrigada a **dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos**. Pelo simples fato de defrontar com a *classe*, a classe revolucionária se apresenta, de início, não como classe, mas sim como

representando a sociedade em geral [...] (MARX; ENGELS, 2001, p. 50, grifos nossos).

Nessa ótica, “[...] a verdadeira riqueza intelectual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais” (MARX; ENGELS, 2001, p. 34). Essa afirmação galvaniza o pensamento materialista. As ideias não são algo fora da realidade, mas inerentes ao mundo concreto. A luta pela dominação passa pelo campo ideológico. Os intelectuais são os operadores da ideologia, constroem, a partir de uma análise do real, um plano teórico para intervir de forma mais profunda na materialidade.

É essa concepção que forma a base do pensamento de “Gramsci como materialista [...]” (COUTINHO, 1992, 103). As ideias no pensamento gramsciano são forjadas fundamentadas na realidade, como a atividade partidária que “[...] não pretende ‘inventar’ esse organismo, pois ele já foi dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político (COUTINHO, 1992, 103). Para colocar-se como classe dirigente, primeiramente, é necessário cooptar a fabricação e a difusão das ideias a partir dos “aparelhos de hegemonia” que buscam homogeneizar as consciências para se engajarem na luta política com o propósito de criar uma hegemonia. Deve-se considerar que:

Para Gramsci, a possibilidade de tornar-se classe hegemônica encarna-se precisamente na capacidade de **elaborar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva nacional popular**, e só quando se forma essa vontade é que se pode construir e cimentar um **novo “bloco histórico” revolucionário [...] [que] assumo o papel de classe dirigente** (COUTINHO, 1992, p. 105, grifos nossos).

O “intelectual orgânico” visa ao trabalho de direção da conquista da hegemonia. Seus projetos só podem ser materializados através do uso dos aparelhos que sistematizam e desenvolvem a ideologia: os partidos políticos e os jornais. As ideias apenas ganham corpo e base concreta através da atuação teórico-prática dentro das relações de forças. Sem programa ideológico, não se sustenta uma determinada ordem política. Para isso, é preciso se valer do “jogo político” de forma equilibrada. Estamos nos referindo à noção de “força” e “consenso” para a sustentação de governos de variados timbres. A intelectualidade, organicamente, que faz essa mediação, compre o papel de reguladora de ideias e distribuidora delas no corpo político-social.

Pensar a atividade dos “intelectuais orgânicos” é uma tarefa indispensável para atribuir seus papéis a partir dos “aparelhos de hegemonia” que dão base para suas ações de “atividade teórico-prática” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 43), que são os partidos políticos (“moderno “Príncipe”, em linguagem gramsciana), os jornais e revistas (como educadores do povo). Esses dois aparatos são imprescindíveis para a ação da *intelligentsia* no seio da sociedade, no

qual busca regular e disseminar suas concepções de mundo. Esse esforço ideológico tem como intenção desenvolver um quadro político qualificado, como esboçou Gramsci:

Seria possível usar ou tendência de opiniões se torna partido, isto é, força política eficiente do ponto de vista do exercício do poder governamental. Precisamente na medida em que possui (elaborar em seus) dirigentes de vários graus e na medida em que esses dirigentes adquiriram determinada capacidade [...] elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido [...] se articule e se **transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado.** (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 84-85, grifos nossos).

Entendendo dirigente como “intelectual orgânico”, notamos que o partido é o espaço de formação desse grupo que se retroalimenta, aumentando de forma constante a sua agremiação. Dessa forma, os desejos dispersos começam a ganhar um plano de racionalidade, organizando uma frente política-ideológica para atuar com eficácia no exercício da construção de uma hegemonia alternativa a da classe dominante. Buci-Glucksmann contribui, clareando a questão do partido da seguinte forma:

Gramsci observa **“que o partido e a forma moderna na qual vontades coletivas parciais que tendem a tornar-se universais e totais se unificam”**. Essa ação orgânica do Príncipe Moderno é irreduzível a qualquer criação *ex nihilo* [do nada], posto que essas “vontades dispersas” já existem e que o Príncipe moderno enquanto dirigente e agente de uma “reforma intelectual e moral” **deve lutar pela sua unificação em uma “vontade nacional”**. Em função do que as massas de tornarão protagonistas de sua história. [...] certo modo de unificação das vontades [...] (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 444, grifos nossos).

Os partidos atuam, então, como órgãos que controlam a direção política, unificação e purificação das filosofias das massas, ou seja, a espontaneidade ganha um caráter sistematizado, “[...] na realidade, a “espontaneidade” naturalista é substituída pela consciência humana” (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 147). As ideias adquirem forças no momento que os grupos subalternos as colocam em prática de forma revolucionária. Para Marx e Engels (2001, p. 3), o debate acerca das ideias deve passar de sonhos para dar lugar à realidade da vida material, que é onde os homens atuam. Na esteira dessa reflexão, acrescentou Gramsci:

[...] é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, [...]. (GRAMSCI, 1999, v.1, p. 94).

Para Del Roio (2007, p. 66), essa é a “[...] situação na qual os intelectuais e a cultura desempenhariam um papel essencial”. Destarte, emancipar os grupos subalternos passa por essa modificação na consciência coletiva dos indivíduos, que devem não mais pensar de forma passiva, no entanto, revolucionária. Ainda sublinha que “[...] a emancipação do subalterno passa pela construção de um novo bloco histórico e, como constitutivo desse processo, de uma reforma moral e intelectual (uma revolução cultural gerada na autoeducação

das massas)” (DEL ROIO, 2007, p. 69). A importância de teoria e prática é onde reside o cerne da homogeneização, que é uma ação para a revolução. Gramsci discorreu de forma pormenorizada sobre esse tema, enfatizando que:

Já que toda ação é o resultado de vontades diversas, com diverso grau de intensidade, de consciência, de homogeneidade com o inteiro conjunto da vontade coletiva, e claro que também a teoria correspondente e implícita será uma combinação de crenças e pontos de vista igualmente desarticulados e heterogêneos. Todavia, existe adesão completa da teoria a prática, nestes limites e nestes termos. Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca-se neste sentido: no de construir, com base numa determinada prática, uma teoria que, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a a máxima potência; ou então, dada uma certa posição teórica, no de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 260).

Desse modo:

A identificação de **teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional**. Daí porque o problema da identidade de teoria e prática se coloca especialmente em determinados momentos históricos, chamados “de transição”, isto é, de mais rápido movimento de transformação, quando realmente as forças práticas desencadeadas demandam a sua justificação a fim de serem mais eficientes e expansivas, ou quando se multiplicam os programas teóricos que demandam, também eles, a sua justificação realista, na medida em que demonstram a sua possibilidade de assimilação por movimentos práticos, que só assim se tornam mais práticos e reais (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 260, grifos nossos).

A demonstração de que teoria e prática, ação, pensamento e transformação são questões que formam a filosofia da *práxis*<sup>6</sup> é compreendida como não apenas um modo de pensar o mundo, mas de intervir no mesmo. Há uma frase de Marx contida nas “As Teses Sobre Feuerbach”, a Tese XI, que é reveladora no sentido de demonstrar seu método para a compreensão do estudo sobre o movimento das ideias e de sua aplicação na realidade concreta: “os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que trata é de *transformá-lo*” (MARX, 2001, p. 103). Por conseguinte, a teoria “[...] não funcionará nunca como instância separada, afastada do movimento da pesquisa científica e da luta de classe em que ela intervém. Ela é muito mais um laboratório teórico e experimental [...]” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 38).

---

<sup>6</sup> Esse conceito é concebido como um olhar sobre o mundo, que combate o senso comum e as especulações filosóficas, pelo fato de ser uma filosofia do combate. Gramsci considerou que “é evidente que, para a filosofia da práxis, a ‘matéria’ não deve ser entendida nem no significado que resulta das ciências naturais [...], nem nos significados que resultam das diversas metafísicas materialistas [...]. A matéria, portanto, não deve ser considerada como tal, mas como social e historicamente organizada pela produção [...] deve ser considerada essencialmente como uma categoria histórica, uma relação humana” (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 160). O marxista sardo desenvolveu essa categoria como uma filosofia da ação (teórico-prática), na qual os homens agem no mundo através de uma base (não abstrata) material, onde “[...] eleva este elemento a princípio de conhecimento e, [...] conseqüentemente, de ação” (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 204).

Os intelectuais operam a serviço da busca da homogeneidade coletiva, trabalhando os prismas diversos dos indivíduos singulares com o propósito de uniformizá-los para alcançar um determinado fim, tal como a construção da hegemonia. Seu papel é conectar teoria e prática, intelectuais e povo, etc. Essa atividade reside na operação dos “aparelhos de hegemonia”. A ideologia<sup>7</sup> opera através desses aparatos instrumentalizados por uma intelectualidade. A *intelligentsia*, como construtora ideológica, encontra dentro do movimento real dos processos históricos os problemas e implicações de suas épocas, e, assim, propõe uma teoria que consiga interferir com precisão na materialidade do mundo.

Neste trabalho, pensamos a definição de ideologia fundamentado na “fortuna crítica” de Gramsci, que destoa de Marx e Engels (2001, p. 3), para quem “[...] os homens sempre tiveram ideias falsas a respeito de si mesmo, daquilo que deveriam ser”. Para ambos, o conceito se caracteriza como “falsa consciência” ou “consciência invertida”<sup>8</sup>. O pensamento gramsciano ampliou essa concepção, assinalando que:

[...] iniciativas ideológicas de uma determinada classe de pessoas para mudar, corrigir, aperfeiçoar as concepções do mundo existentes em todas as épocas determinadas e para mudar, portanto, as normas de conduta que lhes são relativas e adequadas, ou seja, para mudar a atividade prática em seu conjunto (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 325).

---

<sup>7</sup> Antes de tentarmos definir o que é ideologia, é interessante sublinhar sua complexidade, sua polissemia e suas divergências dentro dos “marxismos”. Esse conceito foi forjado por Destutt de Tracy (1754-1836) para estudar as ideias no seu sentido genérico, isto é, compreendendo ideologia como um conjunto de ideias. No entanto, Marx o ampliou, como destacou Althusser: “A ideologia é, aí, um sistema de idéias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1992, p. 81) (Esse é o modelo de ideologia a que nos referimos quando nos dirigimos à discussão do processo independentista cubano). Assim: “Ao falarmos dos aparelhos ideológicos de Estado e de suas práticas, dissemos que cada um deles era a realização de uma ideologia” (ALTHUSSER, 1992, p. 88). Nesse sentido, podemos enfatizar que a ideologia é um instrumento da classe dominante para alienar e dominar os grupos subalternos, pois, apresenta uma ideia de sua particularidade e tenta torná-la universal, ou seja, uma forma hegemônica de concepção de mundo. A reflexão de Žižek ajuda a “clarear” essa definição da seguinte forma: “‘Ideologia’ pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa, que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação desde meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante” (ŽIZEK, 1999, p. 83). Como vimos no final da citação do filósofo esloveno, o conceito também está ligado aos “[...] sentidos de ideologia associados à ideia de inversão ou falseamento da realidade” (BARROS, 2019, p. 208). De acordo com Althusser, na obra “Ideologia Alemã”, de autoria de Marx e Engels: “A ideologia é concebida como pura ilusão, [...]”. Toda a sua realidade está fora dela mesma. A ideologia é, portanto, pensada como uma construção imaginária [...]” (ALTHUSSER, 1992, p. 83). Em Gramsci, ideologia é um “produto”, mas que, ao mesmo tempo, é produtora de ideias que mantêm um *status quo*. Nessa esteira, “as ideologias não são neste caso meros reflexos de uma realidade que está por trás delas, mas ao contrário, são a manifestação do choque das realidades” (BADALONI, 1977, p. 11). O pensamento gramsciano vê essa terminologia não como uma questão que fica apenas no campo das ideias, mas que tem uma relação intrínseca com a materialidade do mundo. Pela dificuldade de síntese que esse tema nos apresenta, sugerimos um estudo mais aprofundado (Cf. ALTHUSSER, 1992; ŽIZEK, 1999; BADALONI, 1977; MARX & ENGELS, 2001).

<sup>8</sup> Não adentramos na discussão sobre a concepção de ideologia materialista (Marx) ou idealista (Hegel). Não é o nosso foco neste trabalho. Para uma compreensão desse debate, indicamos um aprofundamento (Cf. MARX & ENGELS, 2001).

Segundo Gramsci (1999, v. 1, p. 237), “[...] as ideologias têm uma validade que é ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” O marxista sardo concebeu esse conceito como um sistema de ideias políticas que tem uma ligação com o mundo concreto, no qual a ideologia não é apenas uma fantasia, mas um mecanismo que orienta os sujeitos históricos.

Concluindo, essa orientação teórico-conceitual que apresentamos será conectada com a parte histórica (a historiografia e as fontes primárias a respeito de nosso tema de pesquisa). O que o nosso leitor deve ter em mente a respeito dessa exposição teórica antes de adentrarmos na análise de nosso objeto de estudo é que: 1) “[...] os intelectuais têm a função de organizar o partido de tal forma que este, por sua vez, coadune os membros da própria classe” (GONÇALVES, 2017, p.87); 2) “as revistas e os jornais são a ‘escola dos adultos’[...]” (GONÇALVES, 2017, p. 90). Essa relação se estabelece entre intelectuais, imprensa e partido político. É o fulcro que nos norteia em termos teóricos na nossa investigação nos textos seguintes.



## 2 JOSÉ MARTÍ NA ENCRUZILHADA DAS RELAÇÕES DE PODER NA CUBA DO SÉCULO XIX

“[...] na história aconteceu mais de uma vez com a doutrina dos pensadores revolucionários e dos chefes das classes oprimidas em sua luta pela libertação. As classes opressoras, durante a vida dos grandes revolucionários, retribuía-nos com incessantes perseguições, acolhiam sua doutrina com a fúria mais selvagem, com o ódio mais feroz, com as mais furibundas campanhas de mentiras e calúnias. Depois da morte deles, tentam transformá-los em ícones inofensivos, canonizá-los, por assim dizer, conceder ao seu *nome* certa glória para “consolar” as classes oprimidas e para enganá-las, castrando seu *conteúdo* da doutrina revolucionária, embotando seu gume revolucionário, vulgarizando-a”.

Vladímir Ilitch Lênin, *O Estado e a Revolução*, 2017, p. 27.

Nesta seção, ocupamo-nos da discussão de Cuba, na segunda metade no século XIX, no qual buscamos compreender a experiência histórica da ilha caribenha diante da dominação do poder metropolitano espanhol e a noção de “cobiça” norte-americana, que se intensificou nas duas últimas décadas do mesmo século. No entanto, nossa tarefa maior foi analisar a atuação política de José Martí dentro desse cenário, marcado por rupturas e permanências tensionadas pelo colonialismo (espanhol) e o imperialismo (estadunidense).

Nesse sentido, ao construir uma análise da trajetória político-intelectual do revolucionário cubano, fez-se necessário partirmos de uma historiografia geral da América Latina na cena oitocentista e, ao longo do debate, estreitarmos nosso campo de investigação ao território cubano (dentro do recorte temporal mencionado anteriormente), com a intenção de entender o geral partindo para o particular. Procuramos interpretar a realidade cubana do século XIX para compreender a conjuntura em que Martí estava inserido.

Nessa ótica, acompanhar o ritmo de seu pensamento só foi possível a partir do contato com seus textos contidos nos volumes das “Obras Completas”, organizadas pelo “*Centro de Estudios Martinos*” e digitalizados pela “Karisma Digital” em 2001. Os textos martianos são

de suma importância para a observação das alternâncias de interesses de estudos/trabalhos e, sobretudo, para o acompanhamento do desenvolvimento de sua obra. Na esteira de François Hartog (2017, p. 222), o trabalho do historiador deve direcionar seus olhos a ler os arquivos, “[...] mergulhar nas profundezas de uma época. [...] transgredir deliberadamente a fronteira entre passado e presente. Resta-lhe, na sequência, fazer ouvir essas vozes, o que não significa, de modo algum, desaparecer à frente delas” (HARTOG, 2017, p. p. 224). Nesta direção, a visita às “Obras Completas” é um esforço primordial para a realização de nossa investigação.

Esta Seção foi dividida em quatro subseções: na (1), nos ocupamos da construção biográfica de nosso objeto de estudo, ligando história, percurso intelectual e atuação política, buscando um caminho delineado na procura de conhecer nosso objeto de estudo e suas frentes de atuação, já que se trata da trajetória de um revolucionário; na (2), investigamos a discussão a respeito do pensamento hispano-americano no século XIX, no qual relacionamos a concepção teórica de Martí com outros intelectuais inseridos no mesmo contexto, apontando as convergências, divergências e o debate complexo e heterodoxo hispano-americanista oitocentista; na (3), nossa investigação é direcionada a pensar a espoliação espanhola promovida em Cuba, na segunda metade do século XIX, com o enfoque na transição da produção econômica do tabaco para o açúcar, com chegada da monocultura, do latifúndio, do monopólio e da intensificação da exploração. Assim, observamos os apontamentos do revolucionário sobre essas questões; na (4), fechamos nossa análise, endossando as críticas ao imperialismo em solo cubano como política do Estado norte-americano, que elaborou e fez da ilha caribenha uma experiência de uma espécie de “empresa” do capital privado estadunidense.

## **2.1 A trajetória de José Martí: uma cronologia histórica**

Para acompanhar a atuação e o desenvolvimento de José Martí no tocante à sua ação intelectual e política, faz-se necessário analisar não só sua vida e sua obra, mas investigá-las a partir da unidade entre teoria e prática (concepção e ação). Nesse itinerário de pesquisa, Álvaro Bianchi (2018, p. 1-17) percorreu o método que Antonio Gramsci desenvolveu para estudar a história dos intelectuais, em especial, a de Benedetto Croce (1866-1952), a qual consiste em analisar a história, a política, a filosofia e, sobretudo, a leitura da biografia e das obras do autor (que é o objeto de investigação) de forma histórica.

Assim, o papel intelectual, o contexto histórico colonial e as lutas pela independência de Cuba em que Martí estava inserido são as balizas que nos guiam na reconstrução do

percurso do intelectual cubano neste subcapítulo. Nesse sentido, acompanhando o movimento da sua história: na sua primeira atuação com panfletos pró-independência, na sua prisão, nas viagens forçadas para o exílio, na organização do movimento insurrecional de 1895, que antecede a própria data da tentativa frustrada de emancipação nacional em Cuba.

José Julián Martí y Perez nasceu em Havana, capital de Cuba, em 1853, filho de espanhóis que tinham mudado para a ilha caribenha (Cuba)<sup>9</sup>. Seus pais Mariano Martí y Navarro (1815-1887) e Leonor Pérez y Cabrera (1828-1907) eram de recursos financeiros escassos e seu pai trabalhava na Guarda Nacional de Havana e região. O jovem Martí acompanhava seu pai em algumas viagens para fora da capital cubana.

Outro aspecto fundamental de sua trajetória foi o encontro com Rafael María de Mendive (1821-1886), professor e dono de um colégio particular, chamado “*San Pablo*”, quando percebeu as qualidades do garoto, em especial, a sua facilidade com o mundo das letras. Posto isso, com muita insistência de Mendive, o pai de Martí o deixou sob a tutela do professor para estudar na “*Escuela de Instrucción Primaria Superior Municipal de Verones*”, de Havana e, posteriormente, no seu colégio. Mendive era um patriota e adepto do movimento de independência de Cuba. Então, a partir de 1866, o jovem foi viver com seu mestre. Em 1869, iniciou sua experiência de escritor: escrita crítica e panfletista, no periódico “*El Diabo Cojuelo*” (MARTÍ, 1869, v. 1, p. 28-37), de seu amigo Fermín Valdés Domingues (1852-1910).

É preciso não perder de vista que um indivíduo patriota na Cuba oitocentista, necessariamente, era um cubano nacionalista. Nessa ótica, essas duas categorias se unem em prol do ideal independentista. O patriotismo de Martí e sua concepção de universalidade hispano-americana é perceptível “à medida que se aproxima, sobretudo, dos seus últimos escritos, percebe-se uma nítida vinculação entre seu sentimento patriótico e a ideia de uma identidade continental” (CARVALHO, 2003, 146).

O período de vida de Martí foi bastante instável. Como Florestan Fernandes (2007, p. 62) e Fernando Ortiz (1987, p. 58) asseveraram, Cuba vivia um processo de espoliação por parte da Coroa Espanhola e o nascimento de outro modelo de dominação, que era o imperialismo norte-americano. Nesse contexto, o que ocorreu foi uma modernização da exploração e do “capitalismo colonial”<sup>10</sup>, ou seja, não houve a criação de um Estado nacional independente.

---

<sup>9</sup> Sempre que utilizarmos o termo “ilha caribenha”, estaremos nos referindo à Cuba.

<sup>10</sup> A escolha do termo “capitalismo colonial” é para endossar que, no regime colonialista, existiu a acumulação de capital como mola propulsora do desenvolvimento do regime e, sobretudo, para distinguir do termo pré-

Em 1869, aos 16 anos de idade, a repressão do poder metropolitano espanhol prendeu Martí e seu amigo Domingues, por causa de uma carta com a ideia de organizar um grupo de insurretos, no qual havia espanhóis infiltrados como “voluntários” para encarcerar os dois jovens. Martí insistia em reconhecer a autoria da carta, que agravou as difíceis condições de sua prisão e trabalho forçado. Em uma carta a Mendive, em 1869, explicou que trabalhava das 6 da manhã às 8 da noite (MARTÍ, 1869, v. 20, p. 246).

Em 1870, após a sua detenção no ano anterior, foi condenado a 6 anos de prisão e, em 1871, foi deportado para a Espanha, onde viveu o ostracismo. A partir desse primeiro período de exílio na Espanha, que vai de 1871 a 1874, já denunciava as tiranias cometidas em Cuba através dos seus textos publicados no decorrer do ano de 1871, intitulados de “*El Presidio Político en Cuba*” (MARTÍ, 1871, v. 1, p. 45-74). Nesses panfletos, a crítica de Martí era direcionada às más condições de sobrevivência a que eram submetidos os cubanos: a fome, a miséria e as vestimentas sujas e rasgadas, presos injustamente por serem opositores ao regime colonial imposto pela Espanha na ilha. Para o intelectual cubano, o inferno descrito por Dante não era muito diferente do presídio de Cuba.

Os Estados Unidos não tinham se enraizado na dinâmica político-econômica de Cuba, (isso veio a se concretizar somente na década de 1890). A Espanha tinha o domínio político, que se encontrava abalado pela luta independentista e pelos anseios de intervenção norte-americana na ilha caribenha, como afirmou Ortiz na sua obra “*Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azúcar*”, de (1940)<sup>11</sup>. Nessa esteira, o “colonismo”<sup>12</sup> e o “latifundismo”<sup>13</sup>, ainda reinavam numa Cuba marcada por uma estrutura agrária, escravagista e pela concentração de terras nas mãos de poucos peninsulares e *criollos*.

Martí, longe de Cuba, na sua estadia na Espanha, logo se matricula na Universidade Central de Madrid, em 31 de janeiro de 1871, na qual estuda Direito e Economia. Posteriormente, por causa de uma enfermidade, foi viver em Zaragoza, onde pediu transferência de matrícula, reiniciando os estudos na Universidade Literária da localidade, no

---

capitalismo. Nesse sentido, Marilena Chauí ofereceu contribuições pertinentes a essa discussão, da seguinte forma: “Assim sendo expressão *pré-capitalista* não é tomada no sentido de antecedente do capitalismo, mas o ‘pré’ significa ‘tudo o que não é capitalista’. É bem verdade, escreve Giannotti, que Marx poderia ter substituído ‘pré-capitalista’ por ‘não-capitalista’, e se não o fez não podemos eximi-lo da responsabilidade teórica de não haver explicado o emprego dessa expressão ambígua” (CHAUÍ, 2007, p. 155).

<sup>11</sup> Aqui estamos nos valendo da edição de 1987.

<sup>12</sup> Esse termo foi criado para denominar a dominação espanhola na ilha, principalmente, a transição do tabaco (produto naturalmente indígena) para dar lugar cana-de-açúcar (produto tipo dos colonizadores) nos anos finais do século XIX. (ORTIZ, 1987, p. 53-63).

<sup>13</sup> O “latifundismo” criado em Cuba foi o suprasumo da economia do país. Os capitais dos bancos europeus financiaram os empreendimentos dos peninsulares, *criollos* e senhores norte-americanos, que começaram a comprar extensas faixas de terras no território cubano, criando, assim, uma economia agrária latifundiária baseada na monocultura do açúcar e em certa medida do café (ORTIZ, 1987, p. 53-63).

ano de 1873. Em 1874, ele recebe o título de bacharel em Direito. No mesmo ano, licencia-se em Filosofia e Letras, defendendo um trabalho sobre retórica (TC, 2001, 191-192)<sup>14</sup>. Olhando por este prisma, o seu ostracismo na Espanha foi bem aproveitado, pois teve a oportunidade de frequentar o ensino universitário formal.

No final de 1874, viajou até a França com seu amigo Domínguez. Despedem-se em Paris, Martí segue viagem, passa por Southampton, Nova Iorque e chega ao México, em 1875, onde logo começou a publicar na *Revista Universal*. Esse regresso à América-Hispânica foi fundamental para observar de perto as tiranias ibéricas causadas pela figura do colonizador. Assim, em pouco tempo iniciou uma escrita pautada na crítica incisiva ao colonialismo espanhol não só em Cuba, mas na América espanhola de modo geral.

Residiu no México, entre 1875 e 1876, deixou o país após a ascensão de Porfirio Díaz (1830-1915) por ser contrário ao governo do ditador mexicano. Ainda sem poder voltar a Cuba, insistiu e esteve clandestinamente na ilha em visita entre 1877 e 1878, com pseudônimo de Julián Pérez. Em 1878, tem um ínterim na Guatemala, onde contribuiu para a *Revista Guatemalteca* e participou de atividades culturais. Esses dois últimos anos foram marcados pelas viagens ao México e à Guatemala. Voltou à terra natal, novamente, em 1879 e foi deportado para a Espanha pela segunda vez, em 25 de setembro, onde ficou pouco. Dois meses depois já tinha viajado para Nova Iorque (1880)<sup>15</sup>.

O ponto final do exílio se deu pelos países hispano-americanos, em 1881, mas nesse mesmo ano contribuiu de forma considerável para a divulgação de conteúdos americanistas e no abastecimento da *Revista Venezuelana* com publicações de vários artigos. Um texto que o intelectual cubano publicou, exaltando a força da revista, foi o “Caráter da Revista Venezuela” (MARTÍ, 1881, v.7, p.207-212), republicado no jornal de Buenos Aires, *La Nación*, posteriormente, em 1883. O objetivo era falar do compromisso que a revista tinha com a informação e com a divulgação de temas americanistas sobre política, literatura e cultura.

O seu exílio pelos países da América-Hispânica colaborou para a constituição de sua visão sobre a América. Os espaços que foram cedidos nos periódicos nacionais de cada país em que esteve abrigado foram uma mola propulsora que alavancou a sua atuação no âmbito

---

<sup>14</sup> A sigla “TC” é referente à abreviação da tabela cronológica da vida de Martí. Intitulada: *Tabla Cronológica de la Vida de Martí*, irá aparecer no texto assim que usarmos seus dados e se encontra inclusa nas Obras Completas, edição de 2001.

<sup>15</sup> Há algumas divergências em relação à data exata do estabelecimento de Martí, em Nova Iorque. Seguindo os dados da tabela cronológica de sua trajetória, a datação fornecida é de 3 de janeiro de 1880. No entanto, os anos de 1880 e 1881 foram marcados por viagens para Caracas, Venezuela. Assim, preferimos utilizar a datação de sua radicação, em 1881. Contudo, iniciou suas publicações, antes, em solo norte-americano, dos textos: *Impressions of America*, na revista, *The Hour*, de Nova Iorque, em 1880.

jornalístico e literário. Nesse contexto, começou a ganhar notoriedade no cenário hispano-americano. A escrita que fez o ganhar visibilidade foi justamente essa de denúncia das atrocidades e de perspectivar alternativas fora do processo civilizador eurocêntrico.

Por volta do meio do ano de 1881, Martí se radicou nos Estados Unidos, e lá permaneceu em sua mais longa estadia (até 1895)<sup>16</sup>. Em 1882, publica seu pequeno livro de versos, “*Esmaelillo*” que foi dedicado ao seu filho. Seu caderno de “*Versos Libres*” também começou a ganhar os primeiros contornos nesse mesmo ano e chegou a enviar a primeira parte para ser publicado no periódico *La Nación* de Buenos Aires.

Mesmo nos Estados Unidos, não deixou de produzir conteúdo literário e jornalístico para os periódicos hispano-americanos<sup>17</sup>. Com frequência, publicava seus textos nesses veículos de comunicação da época. No ano de 1883, o intelectual cubano se torna diretor e redator da revista *La América*, de Nova Iorque. Iniciou a tradução de trabalhos como “Antiguidades Romanas” de A. S. Wolkins, “Antiguidade Grega” de J. H. Mahaffy e “Noções de Lógica” de Stanley Jevons (TC, 2001, p. 197).<sup>18</sup> Aqui, já podemos notar um tradutor que não ignorava todo o saber que vinha do mundo europeu, ao contrário, pois, como já mencionado, sua formação universitária formal se dera em instituições europeias.

O ano de 1884 marcou o início de seus trabalhos como diplomata de alguns países hispano-americano. No primeiro, atuou no consulado do Uruguai, interinamente, a partir de 20 de maio. Mas, no segundo semestre do ano, abandonou o cargo para se dedicar às atividades revolucionárias, que eram as que mais importavam na sua visão. Apesar de a sua trajetória ser uma “vida de papel” (RAMOS, 2008, p. 2002), ou seja, de escritor, essa escrita tinha um objetivo, que era organizar e radicalizar um grupo de sujeitos contra o poder metropolitano espanhol que extorquiu Cuba, do “descobrimento” ao século XIX.

Nessa esteira, suas mudanças de interesse de trabalho e de estudo ocorrem, de forma mais precisa, no ano de 1886, quando começou a se dedicar de forma veemente à propaganda independentista via imprensa. Nesse sentido, destaca-se a categoria de “intelectual orgânico” e sua atividade jornalística como um meio de organização da massa/grupos subalternos, na

---

<sup>16</sup> Seguindo as orientações da tabela cronológica das “*Obras Completas (2001)*”, nesse ano, Martí permaneceu por pouco tempo em Nova Iorque, apenas até 30 de janeiro. Assim, inicia uma série de viagens por regiões dos Estados Unidos e países caribenhos com a ideia de organizar a independência de Cuba.

<sup>17</sup> Sempre quando nos referirmos ao pensamento de Martí iremos utilizar o termo hispano-americano, que era usado pelo intelectual cubano para pensar os países de colonização espanhola. Quando empregarmos os termos América Latina ou latino-americano é pelo fato de recorrermos a outros autores que trabalham com essa conceituação.

<sup>18</sup> Pesquisamos as obras e o nome completo dos autores não os encontramos; na tabela cronológica as informações que são dadas foram essas.

qual desempenha funções dentro do processo revolucionário e na formação da vida socioeconômica, como destacou Gramsci:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: [...] o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. [...] [o intelectual tem] certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas [...] (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 15).

O “intelectual orgânico” deve ser o porta-voz do processo revolucionário e das organizações da dinâmica do novo *modus vivendi* que se pretende implantar, um organizador dos anseios das massas com a responsabilidade de criar uma unidade entre os grupos heterogêneos. Nesse aspecto, Martí foi o organizador do movimento independentista que conseguiu unir um grupo de cubanos heterodoxo em torno de uma causa, que era a derrubada do poder metropolitano espanhol em Cuba a sua capacidade diretiva e orgânica através do jornalismo foi fundamental para dar corpo à concepção de uma pátria livre que se disseminou como um ideal na consciência de parte dos cubanos, principalmente, os que viviam exilados em Nova Iorque.

Tinha iniciado uma atividade jornalística intensa, pois: “[...] *escribía diez o más cartas, varios manifiestos revolucionarios, artículos [...], correspondencias para diarios sudamericanos, versos, todos en un solo día*” (TC, 2001, p. 217). Assim, sua agenda ficou restrita a trabalhar nos periódicos *La Nación* de Buenos Aires, *El Partido Liberal* do México, *La República* de Honduras e *La Opinión Pública* de Montevideo (TC, 2001, p. 197).

Uma visita aos seus textos demonstra facetas diversas, como assinalou Aline de Souza, cuja obra tem sido interpretada a partir de vários prismas, até mesmo reduzida a uma visão hegemônica: “[...] ao passo que atrofia o pensamento de Martí quanto à questão nacional, dando pouca atenção aos seus planos objetivos para o futuro das repúblicas *nuestramericanas*, [...]” (SOUZA, 2007, p. 38). No entanto, algo que o torna peculiar é sua crítica às instituições e aos gestores do “capitalismo colonial” em Cuba, no contexto oitocentista, geridos por peninsulares e a sua elite “*criolla*”, sob o apoio da Coroa Espanhola, como afirmou Ortiz (1987, p. 53).

Em 16 de abril de 1887, foi, novamente, nomeado cônsul do Uruguai, em Nova Iorque e, em 12 de outubro de 1888, foi nomeado representante da “*Asociación de la Prensa*” de Buenos Aires, nos Estados Unidos e Canadá. No ano seguinte, publicou o primeiro volume de “*La Edad de Oro*”, uma revista dedicada às crianças. participou da “*Sociedad Literaria Hispano-Americana*”, em Nova Iorque. Não podemos perder de vista a importância de suas

viagens pelos países hispânicos antes da sua radicação nos Estados Unidos, que foram centrais para a constituição de sua leitura de mundo.

Seu deslocamento para a metrópole nova-iorquina foi positivo, no sentido de sua formação cultural e do contato com o advento da modernização em solo norte-americano no tocante à arquitetura, à arte, às relações sociais e, sobretudo, institucionais. Em algumas passagens de seu texto “*Coney Island*”, há demonstrações do impacto da vida na *urbe*, um local totalmente diferente do que ele estava acostumado a viver em toda uma vida de ostracismo:

*Las luces eléctricas que inundan de una claridad acariciadora y mágica las plazuelas de los hoteles, los jardines ingleses, los lugares de conciertos, [...]. Como en día pleno, se leen por todas partes, periódicos, programas, anuncios, cartas. Es un pueblo de astros; y así las orquestas, los bailes, el vocerío, el ruido de olas, el ruido de hombres. [...] en aquellos mil carros y mil vías que atraviesan, como venas de hierro, la dormida Nueva York (MARTÍ, 1881, v. 9, p. 128).*

O impacto de sua estadia em Nova Iorque foi essencial para a constituição de seu pensamento, espaço no qual se dedicou, em primeiro momento, a uma vida intensíssima de trabalho jornalístico, fazendo críticas aos poderes hegemônicos de sua época. O valor arquitetônico e artístico também foi algo ressaltado em sua obra; a agitação da vida na cidade cosmopolita foi uma questão significativa na sua adaptação “[...] *el aspecto sorprendente de Coney Island, esa isla ya famosa, montón de tierra abandonado hace cuatro años, y hoy lugar amplio de reposo [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 9, p. 121).

Observar os territórios heterodoxos americanos do século XIX foi uma prática que possibilitou a Martí analisar a materialidade das coisas para, então, criar um sistema teórico que oferecesse subsídios para mapear as mazelas socioeconômicas a que as recém-repúblicas, Cuba e Porto Rico, ainda na condição de colônias, sob o jugo espanhol, estavam submetidas. A acumulação de experiências, por meio das viagens, foi algo frutífera para a sua trajetória.

Nessa direção, a importância das “idas e vindas” dos viajantes para a constituição da visão de mundo daqueles que se comprometem a observar o espaço com um olhar antropológico do “[...] deslocamento da viagem, do baixo em direção ao alto, do caos para a ordem, possibilita uma perspectiva privilegiada: o poder de escrever – no presente do caos [...]. A viagem é um exercício prospetivo, um deslocamento [...]” (RAMOS, 2008, p. 171). Nesse sentido, as viagens, para Martí, não só possibilitaram uma (re)orientação no modo de investigar o contexto hispano-americano, mas solidificaram uma segunda pauta que foi a interação com vários veículos de comunicação de nacionalidades diversas do mundo americano. Sua escrita ganhou força a partir desses jornais, que, posteriormente, lhe assegurou, mesmo que exilado, um lugar de enunciação prestigiado, em Nova Iorque (1880-

1895). Desse modo, passou a ser lido e convidado a exercer funções diplomáticas para alguns países da América do Sul.

Em 24 de julho de 1890, foi nomeado cônsul da Argentina e, no dia 30, tornou-se cônsul do Paraguai, em Nova Iorque. Participou, ativamente, da Comissão Monetária Internacional, em Washington, como representante do Uruguai<sup>19</sup>. Podemos notar que o intelectual cubano foi se introduzindo na vida nova-iorquina como um sujeito ligado ao jornalismo e à vida diplomática: “por volta de 1881, seus primeiros textos sobre Nova Iorque – onde Martí por certo não era turista – registravam sua ambígua posição frente às culturas marginais e operárias da cidade” (RAMOS, 2008, p. 163).

O ostracismo de Martí em Nova Iorque era uma vida, como colocou Julio Ramos (2008, p. 202), de “papel e jornal”, para demonstrar como ele trabalhava para se manter na cidade, no período de modernização das relações sociais e da escrita literária e, sobretudo, o novo lugar do cronista no século XIX na América. Nesse sentido, “o viajante [cronista] não apenas conta o que ‘vê’, mas procura assinalar o que *falta* no mundo representado” (RAMOS, 2008, p.176).

Em uma perspectiva adorniana, Ramos (2008, p. 221-222) assegurou que a casa do intelectual no exílio é sua escrita, na qual despeja seus sentimentos e impressões do momento que passa e do que o rodeia. Martí foi um escritor que captou as dinâmicas sociais do seu entorno e do que estava distante, mas que era objeto de seu interesse, como pode ser visto em seus textos no jornal *La América* e, a *posteriori*, no *Patria*, ambos de Nova Iorque. Nesse aspecto, sempre retratava a realidade e denunciava as tiranias cometidas nos países hispânicos e, também, logo, iniciou a tecer considerações sobre a relação desigual entre Estados Unidos e América Hispânica que se inaugurou na segunda metade do século XIX.

Nessa esteira de buscar percorrer a história intelectual, em 1877, Friedrich Engels (1820-1895) escreveu um texto chamado “Uma breve biografia de Karl Marx”<sup>20</sup>, em que expõe a importância, ao construir uma nota biográfica, de não deixar escapar mudanças de interesses de estudos, trabalhos e as oscilações da dinâmica da vida social do período em que o sujeito estava inserido. Nesse sentido, acompanhar o movimento da história da América oitocentista, a atuação de Martí, o impacto dos seus textos de forma cronológico-histórica e o que sua escrita buscava combater é o ponto central para mapear o seu percurso como “intelectual-orgânico” e público.

---

<sup>19</sup> Sobre essa participação de Martí na vida diplomática de países sul-americanos, não temos informações ao certo para afirmar se era pelo fato de essas respectivas nações reconhecerem as posições progressistas do revolucionário cubano.

<sup>20</sup> Texto publicado pela Boitempo, em 2019.

Acompanhando o ritmo de interesses de estudo, trabalho e militância de Martí, ficou perceptível, a partir do ano de 1891, que ele dedicou suas forças à organização do movimento insurrecional cubano. Renunciou aos três consulados: da Argentina, do Uruguai e do Paraguai e se desligou da presidência da “*Sociedad Literaria Hispano-Americana*”. Apesar da dedicação exclusiva à luta pela independência de Cuba, conseguiu publicar “*Versos Sencillos*” no mesmo ano.

Mesmo fora de Cuba, seguiu organizando e tentando aglutinar sujeitos que se engajassem na causa cubana. Os cubanos que viviam nos Estados Unidos foram um público-alvo para a construção do corpo insurrecional, fora do território cubano. Em um texto do intelectual cubano chamado “*Los Cubanos de Jamaica en el Partido Revolucionário*” (MARTÍ, 1892, p. 21-27), publicado no periódico *Patria*, evidencia a sua posição sobre a ajuda de militantes estrangeiros dentro do partido e que simpatizavam com os valores da causa cubana.

A década de 1890 foi fulcral para a evolução da atuação de Martí, por duas questões: nessa época, intensificou-se de fato seu engajamento no movimento independentista, ao passo que a decadência do domínio metropolitano espanhol ficou visível no final do século XIX, como foi descrito por Fernandes (2007, p. 63). Em virtude disso, Gramsci (2011, v. 3, p. 60) chamou de “crise de hegemonia” a perda da hegemonia da classe dominante e sua incapacidade de atuar sobre a força e consenso para se perpetuar no poder. Assim sendo, “a hegemonia [e] o aparelho de hegemonia asseguram uma teoria da *eficácia* das ideologias e de sua realidade material” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 71). Mas o domínio do “aparelho hegemônico”<sup>21</sup> também é colocado em crise quando há um movimento contrário à sua vontade, o que foi causado pelas massas cubanas com o interesse de romper com a ordem vigente.

---

<sup>21</sup> Gramsci desenvolveu o termo “aparelho hegemônico”: “[...] expressão não muito presente, mas que aparece em vários cadernos (Q 1, 6, 7, 10 e 13) de épocas diferentes, incluindo dois textos de segunda redação (Q 10 II, 12 [CC, 1, 320] e Q 13, 37 [CC, 3, 92]” (LIGUORI, 2017, p. 75). Assim, o intelectual sardo não respondeu “[...] o que é o ‘aparelho hegemônico’? Como funciona? G.[Gramsci] não responde diretamente a essa pergunta, mas dá uma série de ‘pistas’ em alguns Textos B” (LIGUORI, 2017, p. 75). Mencionaremos uma passagem na qual ele mesmo explanou sobre o conceito: “A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica” (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 320). Esse conceito aparece com maior frequência no capítulo II de nossa dissertação, no qual o empregamos.

O que consolidou sua atuação orgânica foi a dedicação exclusiva ao processo independentista que ecoou na criação do Partido Revolucionário Cubano (PRC)<sup>22</sup>, em 1892<sup>23</sup>, quando alinou as pautas do partido a uma organização de classe oprimida, principalmente, a dos cubanos exiliados. A intenção era unificar um grupo de sujeitos para militar a favor da causa cubana contra a Espanha. O texto “*La Proclamación del Partido Revolucionário Cubano el 10 de Abril*”, explanou:

*A una misma hora, el día 10 de Abril, se pusieron en pie todas las asociaciones cubanas y puertorriqueñas que mantienen fuera de Cuba y Puerto Rico la independencia de las Antillas, y todo proclamaron constituido por la voluntad popular, y completo por la elección de los funcionarios que establece, el Partido Revolucionario Cubano, creado por las emigraciones unánimes con el fin de ordenar, con respecto a los intereses legítimos y a la voluntad del país, las fuerzas existentes y necesarias para establecer en él una república justa (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 387).*

Em Nova Iorque, abriu o debate sobre o movimento insurrecional cubano. Assim, como esse trecho expôs, a existência de um partido político que foi gestado fora de Cuba, por Martí, começou a circular na imprensa nova-iorquina, que tinha um público de cubanos exilados nos Estados Unidos que liam o jornal *Patria*, coordenado pelo revolucionário cubano. Logo, seus textos sobre essa tentativa de construção de um corpo de insurretos começaram a ter notória circulação na região caribenha e nos países hispânicos.

O acúmulo de força do movimento pró-independência sob a organização e condução de Martí criou um sentimento de patriotismo por parte dos cubanos. A Espanha, à época, já estava enfraquecida desde a invasão de Napoleão e pelas constantes perdas do domínio de suas colônias ultramarinas (LYNCH, 2001, p. 71-72). Os Estados Unidos começavam a dar seus primeiros passos como país imperialista na América, como assegurou Fernandes (2007, p. 65). Cuba foi o primeiro “laboratório econômico” estadunidense.

A Doutrina Monroe<sup>24</sup> foi ficando mais explícita e Martí percebeu o olhar norte-americano que pregava um discurso protecionista acerca das repúblicas frágeis da América

<sup>22</sup> A sigla “PRC” aparecerá ao longo da dissertação como uma forma abreviada do nome Partido Revolucionário Cubano.

<sup>23</sup> A partir deste ano, marcou a atuação de Martí como um sujeito de partido, ou seja, um militante que passou da rebeldia pura e simples, para dar lugar a uma organização calculista e coesa através do partido que é a baliza que norteia as ações dos homens como agentes políticos que comungam de um mesmo ideário político. Na Seção 3, subseção 3.3, discutimos essas questões de forma mais aprofundada, por ser o espaço que reservamos para tal questão.

<sup>24</sup> A Doutrina Monroe foi anunciada ao Congresso norte-americano no ano de 1823, pelo então presidente James Monroe, preocupado com os interesses ingleses e de outros países da Europa na América, assim como com os ensaios de reconquista por parte da Espanha voltados para as suas ex-colônias. Monroe constrói as bases da doutrina que, em tese, assegurava que os Estados Unidos estariam atentos para com os interesses europeus no continente americano, colocando-se como “guardião” dos interesses desses países recém-independentes, tanto na questão soberana, quanto no âmbito da independência. No entanto, por detrás de “a América para os americanos”, representação maior da Doutrina Monroe, é possível perceber que o Estados Unidos estava preocupado em salvaguardar seus interesses, principalmente os de cunho comercial com os mercados da

Hispânica, mas estava ocultado o real interesse do “vizinho do Norte” com sua proposta expansionista e anexionista. Em uma carta a Manuel Mercado, em 18 de maio de 1895, disse:

*[...] estoy todos los días en peligro de dar mi vida por mi país y por mi deber - puesto que lo entiendo y tengo ánimos con que realizarlo - de impedir a tiempo con la independencia de Cuba que se extiendan por las Antillas los Estados Unidos y caigan, con esa fuerza más, sobre nuestras tierras de América (MARTÍ, 1895, v. 1, p. 167).*

Martí, ao participar das Conferências Monetárias de Washington, escreveu suas conclusões sobre a ideia de união pan-americana apresentada na reunião, no seu texto “*La Conferencia Monetaria de Las Repúblicas de América*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 155-167), publicado na “*Revista Ilustrada*”, de Nova Iorque. Buscou alertar os países hispânicos sobre essa proposta infrutífera de unificação da moeda, comercialização somente entre os membros da associação e com as regras de mercados impostas pelos Estados Unidos, que daria a direção aos rumos da política econômica que iria ser adotada pela organização dos países membros.

A tentativa de mobilizar simpatizantes pela causa revolucionária cubana fez o intelectual cubano estabelecer contatos com vários países latino-americanos e regiões dos Estados Unidos. Em 1892, estabeleceu contatos na Jamaica, Haiti, São Domingos (atual República Dominicana), Panamá e na Filadélfia. Nesse mesmo ano, pediu apoio para financiar o plano revolucionário ao então presidente do México, Porfirio Díaz<sup>25</sup>. A insurreição era vista pelo intelectual cubano como um ato necessário para a libertação nacional de Cuba. Em um texto com título “*Los Cubanos de Jamaica y los Revolucionários de Haiti*”, publicado no jornal nova-iorquino, *Patria*, em 31 de março de 1894, asseverou:

*Hay diferencia esencial entre el alzamiento terrible y magnífico de los esclavos haitianos, recién salidos de la selva de África, contra los colonos cuya arrogancia perpetuaron en la república desigual, parisiense a la vez que primitiva, sus hijos mestizos, y la isla en que, tras un largo periodo preparatorio en que se ha nivelado, o puesto en vías de nivelarse, la cultura de blancos y negros, entran ambos, en sumas casi iguales, a la fundación de un país por cuya libertad han peleado largamente juntos contra un tirano común (MARTÍ, 1894, v. 1, p. 105).*

A Revolução Haitiana foi assinalada como um modelo a ser seguido dentro da luta de libertação nacional em Cuba. O ideal de união contra o colonizador é algo que aparece com

---

América e, também como destacado, na possibilidade de anexar novos territórios e manter sua supremacia continental. Porém, todas essas pretensões poderiam sofrer agravos caso a Espanha reassumisse seu controle político e territorial, bem como qualquer outro país europeu que viesse ocupar o vácuo de poder deixado pelos ibéricos (BANDEIRA, 2009, p. 47-48).

<sup>25</sup> Observando os dados fornecidos na tabela cronológica da vida de Martí nas Obras Completas [da edição 2001], não há registros se o apoio foi consentido pelo presidente mexicano. Podemos notar uma ambiguidade na trajetória do revolucionário cubano que saiu do México, em 1877, por causa da ascensão de Porfirio Díaz e, posteriormente, pediu apoio ao presidente para financiar o programa revolucionário cubano contra o jugo espanhol.

ênfase no texto, demarcando e denominando qual era o inimigo a ser combatido. O intelectual cubano apontou o exemplo dos seus vizinhos haitianos que romperam com ordem colonial francesa da ilha entre 1791 e 1804, em um processo gradual e lento, porém, bastante revolucionário à época, por unir os ideais da independência e da abolição da escravidão. Praticamente um século antes da agitação das massas cubanas, os haitianos já haviam conseguido se libertar do jugo colonial (MARTÍ, 1894, v. 1, p. 105).

O ano de 1895 ficou marcado como um período do início da “Guerra Necessária (1895-1898)” encabeçada por Martí. Intensificam-se as correspondências para informações e organização dos insurretos cubanos. Seu encontro com Antonio Maceo (1845-1896)<sup>26</sup> e Máximo Gómez (1836-1905)<sup>27</sup> no engenho de “*La Mejorana*”, localizado nas redondezas de Santiago de Cuba, em 5 maio, foi um momento decisivo para o plano de ataque contra as forças espanholas. Maceo ficou responsável por fazer operações militares dentro da própria comarca nos arredores de Santiago de Cuba, Gómez e Martí formaram uma “junta militar” para invadir a região ocidental da ilha, onde se localizava a capital cubana. No meio da expedição militar, o grupo ganhou adeptos: “delegados” do movimento insurrecional de outras partes de Cuba juntaram-se à corporação (TC, 2001, p. 207-208).

Em 17 de maio, Martí ficou responsável pelo acampamento, Gómez saiu em uma operação com, aproximadamente, quarenta cavaleiros, mas logo foi repellido pelas tropas espanholas comandadas por José Ximénez de Sandoval (1852-1903). Martí saiu do acampamento com, mais ou menos, vinte homens para ajudar na batalha contra as tropas do governo espanhol. Seus homens foram surpreendidos pelas tropas de Sandoval que foi fortemente ferido com três tiros, um deles no rosto<sup>28</sup>.

Podemos compreender seu percurso como um intelectual que foi derrotado no sentido político-institucional na cena do capitalismo de tipo colonial, que vigorava em Cuba nos anos finais do século XIX, período de sua militância anticolonialista. A trajetória de martiana pode ser vista como a derrota física do “intelectual orgânico” do movimento independentista pelo fato de morrer teorizando e praticando atos que ameaçavam a ordem vigente espanhola na ilha caribenha. Foi o típico dirigente insurrecional que não chegou a ver os seus ideais serem estabelecidos em sua nação, por isso, a ideia da derrota física do sujeito radical, aquele que

---

<sup>26</sup> Nasceu em uma fazenda nas proximidades de Santiago de Cuba, foi um militar cubano que aderiu ao movimento independentista desde seu início, no primeiro confronto bélico conhecido como “Guerra dos Dez Anos” (1868-1878).

<sup>27</sup> Militar dominicano que se mudou para Cuba, aproximadamente, no ano 1865 e que logo ingressou no grupo insurrecional, no qual participou dos conflitos mais notáveis contra o poder espanhol.

<sup>28</sup> O local da morte de Martí, *Boca de Dos Ríos*, é uma região na província de Santiago de Cuba. Seu corpo foi exposto e, em 27 de maio de 1895, enterrado no cemitério de Santa Ifigenia, de acordo com a tabela cronológica de sua vida [edição 2001] das *Obras Completas*.

defende, de forma veemente, sua concepção de mundo, mas que foi colapsado dentro da experiência revolucionária por forças contrarrevolucionárias, no caso em tela, o poder metropolitano espanhol que era exercido em Cuba<sup>29</sup>.

A trajetória de Martí nos leva a um pensador multifacetado, isto é, que escreveu sobre diversos temas e atuou em várias frentes. Um intelectual anticolonial que lutou pela libertação nacional, como ideólogo partiu de uma proposta republicana, para abordar questões sobre sua matriz político-ideológica, no texto, “*El Tecer Año Del Partido Revolucionario Cubano: El Alma de la Revolución, y el Deber de Cuba en America*”, publicado no *Patria* (MARTÍ, 1894, v. 3, p.138-143).

Trata-se de um projeto de organização do Estado nacional, cujo autor falava da importância da união das classes e dos estratos mais altos da sociedade cubana em prol de uma ação coletiva, que era a libertação nacional. Nesse texto, citado anteriormente, há um Martí com viés republicano, que escreveu com a intenção de unificar os estamentos cubanos para fundar a república pós-independência. Nesse sentido, vários dos seus textos são pautados na posição política emancipacionista, no contexto do século XIX para tratar de um país, predominantemente agrário, como era a ilha caribenha, como destacou Fernandes (2007, p. 54) e Ortiz (1987, p. 53).

Nesse seguimento, traçou um esboço de “projetos” educacionais e instrução de trabalho para Cuba, no qual escreveu diversos textos com o fim de apontar as necessidades de uma educação e preparação técnica-especializada para os trabalhadores. Redigiu uma série de “programas” nos anos de 1883 a 1884, com teor instrutivo, para alavancar o trabalho e modernizar ilha caribenha. São eles: “*A Aprender en las Haciendas; Educación Científica; Escuela de Mecánica; Escuela de Electricidad; Escuela de Artes y Oficios e Trabajo Manual en las Escuela*” (MARTÍ, 1883-1884; v. 8, p. 275-288)<sup>30</sup>.

Esses textos tinham como ideal emancipar o homem cubano, tirá-lo do atraso em relação à maneira de lidar com o trabalho, ou seja, torná-lo eficiente e produtivo, no sentido de que essa produção fosse distribuída entre os trabalhadores cubanos. Nessa ótica, os escritos martianos, aqui mencionados, têm um teor direcionado a uma forma de instrução para o trabalho, cujo objetivo era uma aplicação prática desses “projetos” visando à emancipação

---

<sup>29</sup> O termo “intelectual derrotado” se encontra no texto de João Alberto da Costa Pinto (2017), no qual o autor ao analisar a vida e a trajetória intelectual de Uriel da Costa (1585-140), judeu marrano que resistiu à comunidade judaica serfadita de Amsterdã e se “autoderrotou” com um tiro no peito. Assim, esse método de termo nos auxilia na examinação de trajetórias de intelectuais que fizeram de sua vida uma bandeira em prol da defesa intransigente de sua concepção de mundo, mas que de certo modo sofreram a derrota física (a morte).

<sup>30</sup> Essa referência se encontra com duas datações pelo fato desses textos terem sido redigidos dentro de dois anos (1883-1884). Esses textos se encontram no volume 8, da edição de 2001, na parte intitulada *Educación*.

nacional em Cuba. O texto “*Maestros Ambulantes*”, publicado em *La América*, em maio de 1884, ilustrou essa questão da seguinte forma:

*El campesino no puede dejar su trabajo para ir a sendas millas a ver figuras geométricas incomprensibles, y aprender los cabos y los ríos de las penínsulas del África, y proveerse de vacíos términos didácticos. Los hijos de los campesinos no pueden apartarse leguas enteras días tras días de la estancia paterna para ir a aprender declinaciones latinas y divisiones abreviadas. Y los campesinos, sin embargo, son la mejor masa nacional, y la más sana y jugosa, porque recibe de cerca y de lleno los efluvios y la amable correspondencia de la tierra, en cuyo trato viven. Las ciudades son la mente de las naciones; pero su corazón, donde y de donde se reparte la sangre, está en los campos. [...]. Eso que va dicho es lo que pondríamos como alma de los maestros ambulantes. ¡Qué júbilo el de los campesinos, cuando viesen llegar, de tiempo en tiempo, al hombre bueno que les enseña lo que no saben, y con las efusiones de un trato expansivo les deja en el espíritu la quietud y elevación que quedan siempre de ver a un hombre amante y sano (MARTÍ, 1884, v. 8, p. 290-291)!*

Esse texto expõe um pouco das suas ideias sobre criar uma teia de professores que sairiam a campo sanando as dúvidas dos pequenos proprietários cubanos. A tentativa de criação desse projeto que desenvolveria conexões entre o professor/intelectual e a massa cubana era uma das ideias de Martí para modernizar, aprimorar o trabalho no campo e intensificar a produção agrícola no país (MARTÍ, 1884, v. 8, p. 290-291).

Uma pequena digressão é necessária para percebermos o papel do “intelectual orgânico”. Nesse sentido, vemos uma relação próxima entre intelectual e massa, aquilo que Gramsci (2001, v. 2, p. 15-16) chamou de criação do “organismo coletivo”<sup>31</sup>, na qual a capacidade sua capacidade interventiva é fundamental para a elaboração e direção dos planos revolucionários:

[...] saber olhar para as funções “organizativas” e “conectivas” dos intelectuais, isto é, para as funções que eles desenvolvem, em formas de vez em vez peculiares e historicamente determinadas, nos processos de formação da hegemonia. Precisamente por isso – alerta G. [Gramsci] – não se deve pensar numa relação imediata entre intelectuais e produção, e, portanto, em seu papel extrínseco e instrumental. A relação entre intelectuais e produção “não é imediata, como ocorre com os grupos sociais fundamentais, mas é mediada, e é mediada por dois tipos de organização social: a) pela sociedade civil, isto é, pelo conjunto de organizações privadas da sociedade, b) pelo Estado” (VOZA, 2017, p. 847).

Sociedade civil<sup>32</sup> e Estado<sup>33</sup> são instituições que podem ser dirigidas por intelectuais que tomam a frente da organização do acirramento da luta de classe em busca da tomada do

<sup>31</sup> A equação gramsciana que podemos formular: intelectual + massa = organismo coletivo (GRAMSCI, 2001, v. 2, p.15-16). Nesse aspecto, que seria a união para o funcionamento da dinâmica da vida política de uma nação. Os intelectuais são os produtores da ideologia e organizadores dos processos revolucionários; a massa, os homens ditos “comuns” que são a maioria, são essenciais para a engrenagem de qualquer movimento de emancipação humana, pela sua capacidade de mobilização e pelo que diz a teoria marxista absorvida por Frantz Fanon (1961, p. 46), quando afirma que o proletariado/campesinato nada tem a perder e tem tudo a ganhar, por isso, sua radicalização é fulcral.

<sup>32</sup> O conceito de sociedade civil, de acordo com aporte marxiano, “[...] existe nas *relações concretas* entre os grupos sociais [...] os homens se organizam em sociedade para prover suas necessidades materiais [...] o que mantém a coesão de uma sociedade” (K. SILVA; M. SILVA; 2020, p. 383). Na concepção gramsciana, “[...] a

poder. Martí foi o típico sujeito que criou e organizou grupos de indivíduos subalternos em torno de um objetivo comum, que era a destruição do jugo espanhol em Cuba para dar lugar a uma nova organização societária.

Os textos martianos são sucintos, porém, com um valor de conteúdo qualificado, por propor soluções para a Cuba dentro da realidade do contexto do século XIX. Teorizou seus “projetos” de desenvolvimento, mas não conseguiu levá-los a cabo pela interrupção frustrada da emancipação nacional de 1895 (que desembocou em sua morte). O revolucionário cubano foi um “intelectual orgânico” que fez a junção entre teoria e prática, ou seja, pensou e agiu com a tentativa de transformar a realidade concreta em que estava inserido. Seu objetivo não era apenas expulsar os espanhóis e libertar a nação cubana do colonialismo espanhol e do imperialismo estadunidense, mas, além disso, construir um novo Estado-nação,<sup>34</sup> independente e autodeterminado.

O seu pensamento se estabeleceu no século XIX, porém, ecoa na contemporaneidade, aparecendo como uma forma de organização para o Movimento de 26 de julho, do qual Fidel Castro (1926-2016) e Che Guevara (1928-1967) se valeram para organizar o grupo de insurretos. A autenticidade da obra de Martí está na sua capacidade de pensar a partir de um prisma americanista. Assim, compreender a América com um olhar deslocado fora do eurocentrismo é essencial para uma nova possibilidade de análise teórica. Nesse sentido, fazer o uso da teoria martiana é uma ferramenta atual para os que procuram uma interpretação

---

sociedade civil será atravessada, do econômico ao ideológico, pela luta de classes” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 101). Para Gramsci (1999, v. 1, p. 62), a luta pela hegemonia se manifesta dentro da sociedade civil, através dos aparelhos privados (partidos, sindicatos, associações culturais e jornais/revista), os quais estabelecem uma relação com a produção econômica. Entendia que “[...] a sociedade civil volta a se tornar visível na medida em que recebe os impulsos hegemônicos [...]” colocando em questão que “[...] a atividade econômica é própria da sociedade civil [...]” (BADALONI, 1977, p. 41).

<sup>33</sup> Gramsci desenvolveu várias formas de se pensar o Estado (Estado-Maior, Estado Integral, Estado Ampliado, etc.). Aqui, buscava identificar a forma de Estado no seu sentido geral. Estamos nos referindo à concepção do Estado como entidade que organiza a sociedade, “[...] concebido como uma coisa em si, como um absoluto racional. A questão pode ser colocada do seguinte modo: o Estado era a forma concreta de um mundo produtivo e os intelectuais eram o elemento social de onde se extraem os quadros governamentais [...]” (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 428). O autor observou dois modelos de Estado que surgiram na Europa: o modelo francês e o modelo universal europeu. Expôs que o “[...] nascimento dos Estados europeus modernos mediante pequenas ondas reformistas sucessivas, mas não mediante explosões revolucionárias como aquela originária francesa” (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 428).

<sup>34</sup> “O Estado-nação como conceito apareceu durante a Revolução Inglesa, em 1690 [...]” (SILVA; SILVA, 2020, p. 309). Em geral, no primeiro termo, “[...] o Estado, entidade abstrata que comanda e organiza a vida em sociedade [...] é uma realidade jurídica” (SILVA; SILVA, 2020, p. 115). No segundo, “a Nação, em seu significado mais simples, é uma comunidade humana, estabelecida neste determinado território, com unidade ética, histórica, linguística e/ou econômica” (SILVA; SILVA, 2020, p. 309). O pensamento francês, em especial, o de Rousseau, foi fundamental para a consolidação da “[...] formação dos Estados-nacionais latino-americanos no século XIX, como repúblicas que afirmavam obter seu poder da vontade popular, apesar de na realidade isso raramente acontecer” (SILVA; SILVA, 2020, p. 117).

original desse espaço cheio de contradições. Igualmente, é necessário contextualizá-la dentro do debate das ideias, em sua época.

## 2.2 O pensamento hispano-americano no século XIX: Martí e seus contemporâneos

O século XIX na América Hispânica foi um emaranhado de contradições, por si só. Há uma complexidade considerável quando se trata de lê-lo nas entrelinhas da história. Pensar esse período, isto é, o tempo, o espaço e, sobretudo, refletir acerca da produção de saberes nesse contexto não é uma tarefa elementar. Trata-se de um terreno “movediço”, principalmente, no tocante à análise das ideias que foram gestadas, as oscilações de conjunturas e as heterodoxias no que se refere às insurreições de libertação nacional. Nosso objetivo, nesta seção, é mapear o movimento das ideias latino-americanas com a intenção de situar José Martí e analisar sua corrente teórica, que também foi forjada a partir da necessidade de formular um diagnóstico para os países hispânicos (alguns na condição de colônia como Cuba e Porto Rico).

Podemos notar que o contexto oitocentista foi um momento de nem sempre agitação de massas, mas das elites *criollas*, ao mesmo tempo, do surgimento de diversas formas de pensar a realidade latino-americana, detectar as mazelas e apontar um prognóstico através de análises concretas. Nesse sentido, nos ocupamos, no presente texto, de problematizar a criação de teses para a compreensão do mundo no ultramar por parte de sua *intelligentsia*, discutindo como Martí criou e organizou seu pensamento, ora divergindo, ora convergindo com alguns intelectuais contemporâneos, à época, e, sobretudo, abordando como o seu pensamento é multifacetado e tem uma dinâmica própria. Nessa direção, Maria Ligia Coelho Prado sumarizou o emaranhado de questões que envolve o Oitocentos na América Latina:

O século XIX é particularmente interessante para ser pesquisado, pois algumas das questões contemporâneas mais polêmicas referem-se diretamente à história desse período. O estudo cuidadoso desse século contribuiu para o entendimento de temáticas centrais, que vão da participação política democrática, **do papel dos intelectuais**, da situação das mulheres **à construção das identidades nacionais** (PRADO, 2014, p. 19, grifos nossos).

Nessa esteira, em sua teoria, Gramsci (2011, p. 34) afirmou que o método mais assertivo para a compreensão das oscilações de conjuntura consiste na observação do movimento da história, como um objeto de análise, ou seja, perceber o que é ocasional e o que é orgânico. Posto isso, as agitações de massa e a gestação das ideias/discursos emancipacionistas estão ligados a certa organicidade. Observemos o que o marxista sardo afirmou sobre esta questão e produção de ideias dos intelectuais:

As ideias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação e irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade. O número dos “votos” e a manifestação terminal de um longo processo, no qual a maior pertence exatamente aos que “dedicam ao Estado e a nação suas melhores forças” (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 82).

Nesse sentido, para Julio Ramos (2008, p. 170), os discursos latino-americanistas<sup>35</sup> que Martí encontrava e se defrontava foram desenvolvidos em um terreno que passava por uma modernização desigual, “deslocada” e “atrasada”. Esses motivos que fomentaram o advento de teses heterogêneas com tendências e tentativas de inaugurar o pensamento social latino-americano. Assim, entende-se que “o político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva [...]” (GRAMSCI, 2011, v.3, p. 35). Em outras palavras, a *intelligentsia* ibero-americana oitocentista, tomou como realidade concreta, a espoliação do colonizador e seu *modus operandi* como objeto de reflexão, a teoria nem sempre se constrói a partir de outra, mas acerca do real, como material que carece de análise, pois, foi isso que os intelectuais desse contexto, grosso modo, se propuseram a fazer. Nessa direção, como alertou Christinne Buci-Glucksmann (1990, p. 432), a teoria deve conter um sentido de intervenção na vida prática, portanto, a mesma faz parte desse universo.

No início do Oitocentos, o México dava seus primeiros passos para a emancipação política, a partir de uma relação próxima entre o líder da independência Miguel Hidalgo (1753-1811) e a massa indígena mexicana. Onde, “Hidalgo acrescentaria outros elementos a esse vago programa [independentista]. Exigiria a independência, a abolição da escravidão e a devolução das terras às comunidades indígenas” (ANNA, 2001, p. 85). Havia os objetivos traçados, mas carecia de uma metodologia de execução.

A ação do mexicano foi semelhante à de Martí no que tangia à aglutinação de forças revolucionárias para romper com a opressão da Coroa Espanhola. Nesse sentido, o intelectual cubano foi capaz de criar uma organização mais consistente dentro do plano insurrecional em Cuba, tendo um partido político que orientava as suas ações (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 279-280). No México, ao contrário, “[...] a independência não se revelou muito clara em seus objetivos, pois carecia de um programa cuidadosamente planejado [...]” (ANNA, 2001, p. 85-86).

Martí exerceu um papel importante na imprensa hispano-americana e estadunidense no período de toda uma vida de ostracismo. O exílio, historicamente, foi algo recorrente aos

---

<sup>35</sup> O latino-americanismo é uma forma de pensar gestada a partir da consciência das questões sociais, econômicas, culturais do mundo hispano-americano. Foi mais presente no século XIX na América Espanhola do que a concepção iluminista. “As ideias dos *philosophes* franceses, sua crítica das instituições sociais, políticas e religiosas, sua preocupação com a liberdade humana, não eram desconhecidas no mundo hispânico, embora não tivessem aceitação universal [...]” (LYNCH, 2001, p. 63).

intelectuais que despejavam suas angústias e anseios no trabalho político e revolucionário. Nesse aspecto, Prado (2014, p. 77-78) apontou o exemplo de Esteban Echeverría (1805-1851) como um combatente do regime de Rosas<sup>36</sup>, na Argentina, em sua atuação na “Associação Jovem Argentina”, mesmo tendo sido obrigado a viver em Montevideú. O século XIX ficou marcado pelo desterro de intelectuais que criticavam a ordem vigente de seus países.

O Oitocentos foi o momento em que o positivismo, o spencerianismo e o liberalismo ocupavam um lugar central na história do pensamento social. Henri-Benjamin Constant (1764-1830)<sup>37</sup> era expoente de influência da corrente liberal, o que vigorava na América Latina, juntamente com o “darwinismo social”<sup>38</sup>, teorizado por Herbert Spencer (1820-1903). Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) foi, em alguma medida, um dos intelectuais que se valeram dessa corrente teórica. Pensava a América-Hispânica fundamentado em um prisma eurocêntrico. O pensamento de Martí se forma dentro desse contexto, baseado na análise da realidade hispano-americana, nas viagens, nas expatriações, no contato com o “Outro” (DUSSEL, 2019, p. 361-371)<sup>39</sup>.

Martí e Sarmiento divergem no momento da formulação de suas teorias. O argentino parte de um olhar de superação das “raças” indígena, negra, do passado “atrasado” e “bárbaro”, após a chegada dos ibéricos. Um escritor que acreditava no “progresso”, na “civilização” e na continuidade do *modus operandi* europeu no território colonial. O intelectual tem uma visão mais peculiar e que destoa dessa dicotomia levantada por Sarmiento entre “civilização e barbárie”<sup>40</sup>. Para o intelectual cubano, era necessário pensar a América a partir de suas especificidades, deixando a teoria eurocêntrica à parte. Somente assim, haveria de fato uma suplantação da proposta civilizatória europeia, um saber teórico alternativo (CARVALHO, 1998, p. 7).

<sup>36</sup> Considerações de Prado acerca do “rosismo”, “[...] de Juan Manuel de Rosas (1793-1877), desde 1829, governador da província de Buenos Aires. Nesse período [de caudilhismo despótico], a Argentina, depois de uma efêmera experiência em que o país esteve unificado sob um governo centralizado, constituía-se numa frágil federação de províncias, dominada pelo governador de Buenos Aires. Particularmente depois da morte de seu rival Facundo Quiroga, em 1835, ele estendeu seu poder político por todo o país” (PRADO, p.77-78).

<sup>37</sup> O liberalismo constitucional de cunho francês tinha lugar de prestígio dentro da tentativa de construção dos Estados nacionais na América Latina (PRADO, 2014, p. 77).

<sup>38</sup> A aplicação da teoria de Charles Darwin (1809-1882) às ciências humanas, por parte de Spencer, teve recepção por parte da elite local e de alguns intelectuais, como Sarmiento (Sílvia Romero Nina Rodrigues etc.) da América Latina, dentro de uma perspectiva evolucionista e de classificação das raças “superiores” e “inferiores” entre os seres humanos (GUAZZELLI, 2011, p. 50).

<sup>39</sup> O termo o “Outro” é utilizado em nossa discussão não apenas como uma palavra trivial, mas como um conceito que carrega consigo uma definição. Nesse sentido, tomamos emprestada de Enrique Dussel essa terminologia, que, é usada para definir o “Outro” como o ser indígena, autóctone das Américas. Assim, o “Outro” como uma categorial conceitual emergiu nos estudos relacionados ao período da “conquista”: “habitantes recém-descobertos do Novo Mundo: o Outro da modernidade nascente” (DUSSEL, 2019, p. 362).

<sup>40</sup> Conceitos desenvolvidos na obra *Facundo*, de 1845, de Sarmiento (PRADO, 2014, p. 166).

O texto, “*Nuestra América*”, publicado no jornal *El Partido Liberal* (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 15-23) apontou vários direcionamentos teóricos para a América. É importante notar que é uma espécie de manifesto político que marcou a tentativa de construção de uma organização política e societária alternativa para os países hispânicos. No trecho seguinte, há algumas colocações consideráveis a respeito dessa questão:

*Viene el hombre natural, indignado y fuerte, y derriba la justicia acumulada de los libros, porque no se la administra en acuerdo con las necesidades patentes del país. Conocer es resolver. Conocer el país, y gobernarlo conforme al conocimiento, es el único modo de librarlo de tiranías. La universidad europea ha de ceder a la universidad americana. La historia de América, de los incas acá, ha de enseñarse al dedillo, aunque no se enseñe la de los arcontes de Grecia. Nuestra Grecia es preferible a la Grecia que no es nuestra* (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 18).

Esse texto marcou o debate acerca dos rumos dos países hispânicos, bem como a negação do livro importado e o enaltecimento do saber construído pelos seres autóctones que necessitavam apenas de aperfeiçoamento. Martí não nega o passado colonial da América, mas é dele que se vale como objeto de estudo para problematizar as questões que assolavam o território e os indivíduos que o habitavam. Os quatro séculos de colonialismo passaram de uma espoliação para uma subjetivação conhecida como “colonialidade”, como definiu Nelson Maldonado-Torres:

*Colonialidad no significa lo mismo que colonialismo. Colonialismo denota una relación política y económica, en la cual la soberanía de un pueblo reside en el poder de otro pueblo o nación, lo que constituye a tal nación en un imperio. Distinto de esta idea, la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí [...] (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).*

Essa era uma das questões enfrentadas. O *modus operandi* do colonizador que criou uma subjetividade disseminada na América Hispânica, com aceitação de parte dos intelectuais da periferia capitalista frente a esse processo de universalização do pensamento eurocêntrico. Nesse sentido, Martí tratava esse problema como parte da *intelligentsia* latino-americana, enfatizando que era preciso combater os “*letrados artificiales*”<sup>41</sup>, com o saber autônomo produzido a partir da própria análise da experiência do continente de suas especificidades regionais<sup>42</sup>. De natureza igual, afirmou de forma categórica:

*Por eso el libro importado ha sido vencido en América por el hombre natural. Los hombres naturales han vencido a los letrados artificiales. El mestizo autóctono ha*

<sup>41</sup> O conceito de letrado artificial foi desenvolvido pelo intelectual cubano para denominar aqueles pensadores dos espaços “periféricos” que pensavam seus países a partir das teorias desenvolvidas na Europa e Estados Unidos (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 17).

<sup>42</sup> Prado (2014) também teceu considerações sobre essa visão de um passado colonial homogêneo e de processos de emancipação uniformes na América Latina. Para a autora ignorar a heterodoxia de cada processo independentista é um erro de análise historiográfica.

*vencido al criollo exótico. No hay batalla entre la civilización y la barbarie, sino entre la falsa erudición y la naturaleza (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 17).*

A crítica aos “*letrados artificiales*” era um ponto fundamental para o pensamento martiano. A construção de uma nova cultura autóctone só seria possível com o rompimento do modelo eurocêntrico disseminado por estes intelectuais que se identificavam com essa forma de pensar. A concepção gramsciana acerca da história dos intelectuais nos permite analisar a questão envolvendo esse grupo de escritores latino-americanos como uma classe de “intelectuais orgânicos”. Mesmo que parte dessa intelectualidade estivesse “embebecida” pelo eurocentrismo, ela não convergia com a exploração colonialista europeia, isto é, não era agente do colonialismo. Pelo contrário, suas atuações eram voltadas para a derrubada dessa forma de governo.

Esse grupo tinha certa organicidade por não se assemelhar à noção de “intelectuais tradicionais”, que formam a “[...] ação de um ‘bloco intelectual’, que até então teve a função, essencialmente, de impedir [...] ‘as rupturas do bloco agrário’ [...]” (VOZA, 2017, p.837). Nesse aspecto, o conceito martiano de letrados artificiais destoa dessa perspectiva apontada, que não interveio em favor do “bloco agrário”, do poder do colonizador, mas contra a sua continuidade. No entanto, o que faltava aos intelectuais ditos artificiais e o que distancia Martí deles, fazendo do cubano o mais “orgânico” dos intelectuais latino-americanos, nesse contexto, era sua atuação como “homem de partido”. O “intelectual orgânico” é, por essência, um intelectual de partido, que visa dar direção à massa/povo e, sobretudo, trabalha na formação da hegemonia (GRAMSCI, 2001 v. 2, p. 25).

Martí foi um organizador que criou uma conexão entre teoria e prática (entre concepção de mundo e ação nele), intelectual e povo de maneira pedagógica e diretiva (DURIGUETTO, 2014, p. 267). O revolucionário cubano pode ser colocado dentro dessa vertente por sua capacidade de aglutinar forças revolucionárias e as dirigir diante do processo independentista, dando sua contribuição para a organização da cultura em Cuba como atividade emancipatória.

Sarmiento convergia com Martí na questão da emancipação do homem hispano-americano, porém, ambos adotaram propostas distintas frente a como emancipar esse sujeito. O argentino, historicamente pautado em ideias do “apagamento” do indígena e do negro através da imigração, não via a miscigenação como algo relevante. Pelo contrário, essa seria o suprassumo da deterioração do território latino-americano. O intelectual cubano se posicionou diante perante a concepção de uma espécie de resgate da cultura autóctone (incas, maias e astecas), quando no texto, “*Nuestra América*”, afirmou “*nuestra Grécia*”, isto é, em sua

concepção, as comunidades incas, maias e astecas e suas teias organizacionais são preferíveis à Grécia Antiga europeia (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 18).

A obra de Sarmiento, “*Facundo*” (1845), trata da vida política da Argentina, ecoando como uma obra inaugural para o pensamento social hispânico-americano em relação a temas como as “enfermidades” que faziam padecer a América Hispânica e a proposta de diagnóstico para a superação desses “males”. Segundo o escritor e político argentino:

A ideia de que na América tomamos o caminho errado, e de que há causas profundas, tradicionais, que é necessário romper, se não queremos nos deixar levar à decomposição, ao nada, e me atrevo dizer à barbárie, ao lodo inevitável debaixo do qual desaparecem os restos de povos e raças que não podem viver, como aquelas tão primitivas quanto informes criaturas que se sucederam sobre a terra, quando a atmosfera mudou (SARMIENTO, 1849, p. 49 apud RAMOS, 2008, p. 28).

Para Guazzelli (2011, p. 36-37), Sarmiento tinha em mente um projeto para revolucionar a América Latina. A destruição das “enfermidades” intrínsecas à vida social, ao banimento do caudilhismo<sup>43</sup> despótico, que era o cerne das “ressacas” da “[...] ocupação colonial [que] implica, acima de tudo, uma divisão do espaço em compartimentos. Envolve a definição de limites e fronteiras internas [...]” (MBEMBE, 2018, p. 40). Assim, para resolver esse impasse, de controle e violência social sobre as populações hispano-americanas, o político argentino propôs a educação popular e a imigração em massa para romper com o modelo senhorial da época, que dominava territórios e as populações com grupos paramilitares.

A pluralidade no século XIX, no tocante ao movimento das ideias hispano-americanas, foi marcada por uma complexidade de diagnósticos diversos. José Enrique Rodó (1871-1917) foi outro expoente desse contexto que pensou a América de uma maneira peculiar. De acordo com Eugênio Resende de Carvalho (1998, p. 10), o intelectual uruguaio era um anti-imperialista crítico dos Estados Unidos e negava o passado autóctone, o qual Martí enaltecia. A pauta de Rodó eram os valores cristãos ocidentais e as instituições ibéricas. Sua luta era contra a cultura anglo-saxônica e favorável à implantação do modelo das instituições espanholas, um ideal de “latinidad”. Nessa esteira, a obra, “*Ariel*” (1900), apontou uma crítica à sociedade norte-americana e seu modelo utilitarista. O trecho seguinte, de sua autoria, aborda a emancipação das gerações vindouras de sua época, por meio da educação:

*América necesita grandemente de su juventud. — He ahí por qué os hablo. He ahí por qué me interesa extraordinariamente la orientación moral de vuestro espíritu. La energía de vuestra palabra y vuestro ejemplo puede llegar hasta incorporar las fuerzas vivas del pasado a la obra del futuro. Pienso con Michelet que el verdadero concepto de la educación no abarca sólo la cultura del espíritu de los hijos por la*

<sup>43</sup> “O caudilho exercia um poder pessoal [constituído por forças paramilitares] em relação aos seus comandados sem intermédios de quaisquer instituições sociais ‘civilizada’ tais como partidos políticos, eleições ou formas democráticas de representação”. (GUAZZELLI, 2011, p. 44).

*experiencia de los padres, sino también, y con frecuencia mucho más, la del espíritu de los padres por la inspiración innovadora de los hijos (RODÓ, 2016, p. 11).*

O pensamento de Rodó tem uma dinâmica própria, que converge, em alguns pontos, com a de Martí. Nesse aspecto, a educação era uma forma de orientação das populações autóctones, uma preocupação com os jovens como a geração que daria continuidade ao projeto emancipador do homem hispano-americano. O intelectual cubano lançou a “*Revista la Edad de Oro*” (MARTÍ, 1889, v. 17, p.151-159) como um manual para as crianças e jovens como instrumento educativo e instrutivo. O que distancia ambos é que Rodó acreditava nos valores e instituições ibéricas como paradigma para o desenvolvimento da sociedade e no cristianismo como sendo o “núcleo duro” do processo emancipatório ibero-americano.

Martí tinha uma posição cética acerca do cristianismo no que tangia à intenção dos pregadores com os dogmas religiosos. No texto, “*El Cisma de los Católicos em Nueva York*”, escreveu para o jornal, *El Partido Liberal* (México), em 16 de janeiro de 1887, sobre o embate que ocorreu dentro da seita católica, disse: “[...] *degradante en el catolicismo es el abuso que hacen de su autoridad los jercarcas de la Iglesia [...]*” (MARTÍ, 1887, v. 11, p. 139). Desse modo, tomou partido da forma de catolicismo em que acreditava, colocando-se do lado do padre Edward McGlynn (1837-1900), que lutou por uma religião ligada aos pobres imigrantes irlandeses que se estabeleceram em Nova Iorque, à época, como destacado abaixo:

*¡Al fin, les habían echado de su Iglesia a su “Sogarth Aroon”, al “cura de los pobres”, al que los aconseja sin empequeñecerlos desde hace veintidós años, al que ha repartido entre infelices su herencia y su sueldo, al que no les ha seducido sus mujeres ni iniciado en torpezas a sus hijas, al que les ha alzado en tu barrio de pobres una iglesia que tiene siempre los brazos abiertos, al que jamás aprovechó el influjo de la fe para intimidar las almas, ni oscurecer los pensamientos, ni reducir su libre espíritu al servicio ciego de los intereses mundanos e impuros de la Iglesia, al padre McGlynn (MARTÍ, 1887, v. 11, p. 140-141)!*

A questão maior não está na devoção ou no fanatismo religioso, mas no aspecto que cada instituição podia contribuir para o bem-estar dos seres humanos. Suas palavras em defesa do padre McClynn foram além da perspectiva religiosa, chegaram à ótica social, ao ponto fulcral. O espírito de solidariedade do padre foi o que fez Martí simpatizar pela sua pessoa e dedicar um texto a elas, apoiando-o, na tentativa de construir um catolicismo envolvido com as demandas sociais, visando às populações pobres de imigrantes (MARTÍ, 1887, v. 11, p. 140-141). Essa rápida digressão sobre a questão religiosa foi apenas para apontar que as questões sociais eram mais importantes do que a própria religião em seu pensamento.

Outro escritor que concentrou seus esforços de estudo sobre as patologias sociais da América Latina foi Manuel Bonfim (1868-1932), que dedicou um olhar macro sobre o território ibero-americano como um todo, com a concepção de que o que assolava esse espaço

geográfico e sua população era o “parasitismo social”<sup>44</sup>. Nesse sentido, o médico brasileiro compreendia o modelo institucional que foi desenvolvido nas colônias como extensão do Estado ibérico para as suas periferias. Para Bonfim, o “organismo parasitário” se reproduzia diante do tempo, em fatores como o escravismo, despotismo, espoliação e conflitos internos que cristalizavam o atraso da sociedade colonial. Nessa direção, “o mal, a seu ver, está na dominação colonial que leva ao parasitismo dos dominadores: espoliam, sangram o dominado – o parasitado – impedindo-lhe o desenvolvimento” (IGLÉSIAS, 2000, p. 150).

As ideias de Bonfim se assemelham às de Martí no que tange à questão de que todo mal-estar ibero-americano era fruto da “máquina” estatal produzida pela administração e instituições ibéricas no Novo Mundo. Nessa esteira, o colono não trabalha para si, mas para o colonizador, pois o paradigma colonial é “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos [...]” (MBEMBE, 2018, p. 10), afinal, o colonialismo padeceria sem a espoliação da “raça” humana. Historicamente, a classificação étnica foi a principal justificativa para a dominação dos povos, criando uma relação de dominador e dominado. Essa foi uma forma política adotada pelo mundo Ocidental cristão.

Nesse sentido, Bonfim e Martí criticam o “darwinismo social” spenceriano. No entanto, o segundo resenhou o livro “*La Futura Esclavitud*” de Spencer, com o título “*Tendencia al Socialismo de los Gobiernos Actuales - La Acción Excesiva del Estado - Habitaciones para los Pobres. - La Reacionalización de la Tierra - El Funcionarismo*”, no qual fez uma análise minuciosa a respeito das posições do escritor britânico. Sua intenção era “[...] estudiar Spencer, [y] el socialismo” (MARTÍ, 1884, v. 15, p. 388).

Desse modo, não ignorou o pensamento socialista: “[...] el socialismo, nacida de todos los pensadores generosos que ven como el justo descontento de las clases llanas les lleva a desear mejoras radicales y violentas, y no hallan más modo natural de curar el daño de raíz que quitar motivo al descontento” (MARTÍ, 1884, v. 15, p. 389). Porém, faz-se necessário ressaltar que Martí tinha uma concepção de mundo republicana, o que o distancia do socialismo, à época, e, principalmente, da visão hostil que Spencer tinha acerca do assunto. Como o trecho seguinte assinala: “*llega Cuba a la vida de América, por sus hábitos de trabajo, disciplina liberal [...]*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 345). No tocante ao ideal republicano

---

<sup>44</sup> Esse conceito foi desenvolvido trazendo elementos da vida biológica para a social, pois foi formulado por um médico de ofício. Essa metáfora de Bonfim faz alusão à formiga como um colonizador (parasita): “Há várias espécies de formigas parasitas – as chamadas formigas escravagistas, insetos que roubam os ovos de outras formigas, os transportam para os seus formigueiros, e vivem, depois, do trabalho das que nascem dos ovos roubados. Todas elas – as escravagistas – se mostram insetos degenerados, incapazes de trabalhar. Esta incapacidade, porém, é maior ou menor segundo o parasitismo é mais ou menos acentuado” (BONFIM, 2008, p. 28).

ênfatiçou: “[...] *una constitución admirable, es una constitución republicana*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 337).

Portanto, o que o separa de Spencer é não acreditar que havia uma raça superior à outra. A teoria spenceriana estava presente no pensamento hispano-americano oitocentista. Nesse contexto, não era algo trivial, propor alternativa para compreender o enigma da América Hispânica, por isso, o vigor das teorias eurocêntricas no século XIX. De acordo com Achille Mbembe, “[...] o estado colonial tira sua pretensão fundamental de soberania e legitimidade da autoridade de seu próprio relato da história e da identidade” (MBEMBE, 2018, p. 41).

Criar novas narrativas, interpretações e concepções centradas na América Latina, tendo os povos latino-americanos como protagonistas de suas histórias, conforme propunha Martí, era parte fundamental do processo de emancipação, pois o modo de pensar que foi constituído na periferia capitalista, historicamente produzido na metrópole, ou seja, “o colono faz a história e sabe que a faz” (FANON, 1961, p. 38). Assim, suas práticas de violência física e simbólica tornaram-se formas sólidas de construção da hierarquização no mundo colonial, as quais eram um espaço cindido pela relação entre colono e colonizado.

O pensamento que se consolidou no mundo hispânico era heterogêneo e partia de intelectuais de matrizes teóricas distintas e projetos nacionais peculiares, mas sempre com o objetivo de emancipar a América Latina. Sarmiento pautava-se na ideia de uma imigração em massa vinda da Europa, com a concepção de que a desvantagem da América Ibérica era, justamente, a miscigenação em relação à América Saxônica, coberta de homens brancos europeus, forjados na ética do trabalho e na prosperidade. Nada mais spenceriano que esse posicionamento do escritor e político argentino (GUAZZELLI, 2011, p. 50).

Nesse contexto, o pensamento martiano se desenvolveu com maior autonomia no tocante aos intelectuais aqui citados. Bonfim parece ser o mais próximo de intelectual cubano em termos de concepção de mundo. O médico e escritor brasileiro era crítico dos “preconceitos lusitanizantes de seus colegas de ofício” (IGLÉSIAS, 2000, p. 153). Da mesma forma, Martí viveu em prol das denúncias das atrocidades ibéricas. Seu texto intitulado de “*El Presidio Político en Cuba*” (MARTÍ, 1871, v. 1, p.45-74), marcou um ponto inicial de uma escrita crítica.

Ambos não negam o estágio de pouca instrução dos seres autóctones. Esse *status quo* foi gerado pela interferência do colonialismo nas comunidades originárias, alterando seus modos de vidas societários. Algo que une os intelectuais do contexto oitocentista são os projetos emancipacionistas, formulados por pensadores do calibre de Rodó, Sarmiento, Martí,

Bonfim, etc., os quais estavam preocupados em dar um “rosto” para a América Latina, isto é, em criar uma interpretação original e desenvolver um pensamento social latino-americano que fosse capaz de atender as demandas de um espaço que se encontrava sem um diagnóstico satisfatório até então (CARVALHO, 1998, p. 14-15).

A discussão teórica que formou o pensamento social latino-americano era bastante heterogênea, de intelectuais ligados a uma perspectiva mais eurocêntrica, como Sarmiento e Rodó (este último, em alguma medida, pela sua afetividade pelos valores ibéricos e cristãos, o que não fazia dele um americanista, propriamente dito), até aqueles pautados com o objetivo de criar uma interpretação com um teor mais original, ou seja, pensar fora do campo epistemológico europeu-estadunidense. Nesse aspecto, podemos destacar Martí e Simón Bolívar (1783-1830), sujeitos anticolonialistas e anti-imperialistas, que propuseram uma perspectiva crítica a partir do enfoque latino-americano, ou seja, pensando a América fora da dependência europeia no tocante à produção da cultura e de suas instituições. Assim, confrontando o que foi usual, como “[...] uma ideologia nascida num país desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvido” (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 42).

Nessa direção, podemos observar que os países ditos “atrasados”, historicamente, têm sido um campo fértil para a penetração das ideias dos países do centro do capitalismo, isto é, as zonas periféricas têm sofrido com os interesses do capital estrangeiro. Em Cuba, à época, é interessante analisarmos que a concepção de guerra colonial não foi apenas uma questão militar, mas, também, política, como a teoria gramsciana alerta sobre como o colonialismo “mascara” sua intenção político-econômica nos espaços além das fronteiras, como sublinhou Renato Caputo (2017, p. 250).

Nas palavras de Martí, em um discurso pronunciado em homenagem a Bolívar, em 28 de outubro de 1893, em uma reunião da “*Sociedad Literaria Hispanoamericana*”, é perceptível o enaltecimento da luta do líder venezuelano, exercendo, então, o papel teórico-prático contra o colonialismo espanhol. Para o intelectual cubano, Bolívar era “[...] *un genio de la previsión que proclamó que la salvación de nuestra América reside en la acción única y compacta de sus repúblicas en sus relaciones con el mundo, y en el sentido y como un todo de su futuro*” (MARTÍ, 1893, v. 8, p. 244).

Diante disso, ambos convergem no seguinte ponto: acreditavam que a salvação dos países hispânicos era a união universal. O pensamento martiano sobre a figura de Bolívar, no contexto oitocentista, foi de um sujeito que pensou e agiu com tenacidade. Analisemos o que o revolucionário cubano afirmou sobre a atuação do “libertador” venezuelano na América Hispânica:

*¿Adónde irá Bolívar? ¡Al respeto del mundo y a la ternura de los americanos ¡A esta casa amorosa, donde cada hombre le debe el goce ardiente de sentirse como en brazos de los suyos en los de todo hijo de América [...]! [...] Bolívar a las ideas madres de América! ¿Adónde irá Bolívar? ¡Al brazo de los hombres para que defiendan de la nueva codicia, y del terco espíritu viejo, la tierra donde será más dichosa y bella la humanidad! (MARTÍ, 1893, v. 8, p. 247).*

Para Martí, Bolívar foi um sujeito comprometido com os anseios de uma América Hispânica livre, um dirigente que levantou a bandeira da libertação nacional dos países hispânicos. Nesse sentido, conseguiu unir um pensamento independentista com uma ação prática e, dessa junção, foi possível criar um engajamento e um compromisso emancipatório. Assim, o venezuelano ficou notoriamente conhecido como “[...] *el Libertador* [...] *mientras la América viva, el eco de su nombre resonará en lo más viril y honrado de nuestras entrañas*” (MARTÍ, 1893, v. 8, p. 247-248)!

No sentido geral, a América no século XIX pode ser pensada, como asseverou Chaunu (1971, p. 61-63), como um espaço de disputas geopolíticas, de agitação de massas e desagregação do regime colonial ibérico. Nesse sentido, o pensamento martiano em relação ao processo independentista hispano-americano foi *sui generis* pela sua originalidade, como o intelectual cubano colocou: “*en la independencia de la América [...] ni del Rousseau, ni del Washington, sino [viene] ella misma*” (MARTÍ, 1893, v. 8, p. 244). Havia a tentativa de forjar os valores dos movimentos de libertação nacional pautados em um latino-americanismo fora do pensamento eurocêntrico. Nesse aspecto: “o novo americanismo exerceu mais influência do que a Ilustração” (LYNCH, 2001, p. 63). O pensamento fragmentado sobre a América Latina no século XIX foi enfatizado pelo porto-riquenho Julio Ramos da seguinte maneira:

A América Latina existe como um campo de luta, onde diversos postulados e discursos latino-americanistas têm lutado historicamente para impor e neutralizar suas representações da experiência latino-americana; luta de retóricas e discursos – às vezes acompanhadas de lutas armadas – em que se disputa o sentido de “nossa” identidade. Ou seja, por trás de cada postulado sobre o latino-americano há um desejo de poder, exercido a partir de lugares diferentes no mapa das contradições sociais (RAMOS, 2008, p. 262).

O discurso latino-americanista, heterodoxo e fragmentado, carecia de uma formulação alinhavada, à época. Nesse sentido, “o [pensamento] latino-americano é um campo produzido, ordenado, na mesma disposição – politicamente sobredeterminada – do discurso que o nomeia e que ao nomear, produz o campo de identidade” (RAMOS, 2008, p. 261-262). A ideia de projeto emancipatório era algo que estava na pauta para a construção dos Estados nacionais.

O que não podemos perder de vista, é que, de acordo com Chaunu (1971, p. 74), os movimentos independentistas da América Espanhola foram encabeçados pela elite *criolla* descontente com os impostos e pelo ressentimento de não ocupar cargos altos na administração e no clero. Em Cuba, este processo foi diferente. Fernandes (2007, p. 71)

acentuou que a elite agrária cubana era conservadora em relação ao movimento insurrecional pelo fato de temer a perda dos seus privilégios como classe latifundiária e que gozava de certo prestígio social.

No texto, “*Las Reformas en Cuba*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p. 425-426), alertou para a tentativa do governo espanhol em frear o processo independentista com reformas que faziam pequenas concessões de melhora para a elite *criolla* agrária. A partir desse texto, podemos diferenciar como o alto estamento cubano esteve alinhado com a Coroa Espanhola. Nessa ótica, Martí (1892, v. 1, p. 387-391), no seu texto “*La Proclamación del Partido Revolucionário Cubano el 10 de Abril*”, não menciona a elite cubana como possível apoiadora<sup>45</sup> do movimento pró-independência, assim, deixou evidente que o partido político que estava sendo criado tinha o seu âmago centrado nos trabalhadores cubanos, principalmente, nos exilados na cidade de Nova Iorque.

Não podemos perder de vista que o partido político fundado por Martí foi um programa de organização do grupo insurrecional, podendo ser pensado também como um projeto teórico que desencadearia em uma prática revolucionária. Para os padrões da época, representou uma alternativa na maneira de direcionar as massas cubanas no processo independentista e na construção do Estado nacional autodeterminado.

O século XIX, na América Latina, foi palco de disputas geopolíticas e de discursos emancipacionistas – conforme afirmado anteriormente. Nesse sentido, as lutas das colônias contra o jugo colonial e o pós-independência dos recém-países de origem ibérica que buscavam uma identidade nacional, a criação de Estados nacionais e de suas respectivas instituições davam direção aos seus projetos. Esse mundo de contradições e possibilidades gerou a chamada fragmentação das repúblicas e também das “letras”, como destacou Ramos (2008, p. 62), ou seja, até o pensamento no Oitocentos foi também fragmentário com a libertação das colônias, por isso, a concepção de vários diagnósticos da “enfermidade” da América Espanhola.

Compreender epistemologicamente o que se produziu de conhecimento sociológico e histórico nesse contexto é complexo. Retamar (1983, p. 65-66), ao recuperar um fragmento de uma nota de Martí, com o título “Só Será Escritor Imortal nas Américas”<sup>46</sup>, teceu algumas

---

<sup>45</sup> Gramsci, ao analisar a Revolução Francesa, percebeu que o público que estava diante do processo revolucionário era heterodoxo. Por exemplo: “[...] a Vendaia era aliada das forças reacionárias internacionais” (GRAMSCI, 2011, v. 2, p. 42-43). Assim, podemos perceber que forças contrarrevolucionárias, historicamente, existiram, paralelamente, dentro desses movimentos.

<sup>46</sup> Trata-se de uma nota que Retamar (1983) recuperou e inseriu no livro que organizou alguns textos de José Martí, porém, não consta na edição das Obras Completas da edição de 2001. Pode ser mais um dos fragmentos de textos perdidos do intelectual cubano.

considerações sobre o caráter que os novos intelectuais da América deveriam ter. Na visão martiana, para ser um Dante, um Lutero, um Cervantes ou Shakespeare dos americanos, era preciso compreender as tiranias ibéricas, o que esses intelectuais citados foram capazes de fazer no movimento da história de suas épocas em seus respectivos países.

A agitação de massas e a atuação dos intelectuais na organização da cultura são pontos fulcrais de análise. Assim, perceber a dinâmica histórica do século XIX na América Hispânica é fundamental para localizar socialmente onde Martí se encontrava inserido no debate das ideias. A partir desse cruzamento de fontes e matrizes interpretativas distintas de escritores e também agentes organizadores de movimentos libertários, é possível compreender a gestação do ideário martiano, que, guardadas as suas proporções, conseguiu produzir um novo prisma de análise para pensar as questões envolvendo o enigma do mundo hispano-americano.

Um período em que era hegemônico o pensamento eurocêntrico e que tinha como projeto ir se desdobrando pelas periferias do capitalismo (no caso em tela, a América) na análise da vida social, que, então, estava sendo aplicado nas teorias produzidas em solo latino-americano (CARVALHO, 1998, p.17). A encruzilhada do debate das ideias na América Latina oitocentista marcou não só a disputa pela reflexão/interpretação de natureza política e social, como também o surgimento de intelectuais anticolonialistas.

Nesse aspecto, a intelectualidade hispano-americana ganhou espaço no debate político-social. Exemplos nítidos foram a presença dos textos de Martí na imprensa dos países americanos; o lugar ocupado por Sarmiento no campo político e intelectual; as teses do “parasitismo social” de Bonfim; a difusão dos escritos de Rodó na literatura hispânica e como a voz de Bolívar e Hidalgo ecoou nos processos de libertação nacional. O século XIX foi o período de revisão dos valores da cultura ibérica, cuja ação gerou um mal-estar na cultura, de acordo com Maria Helena Rolim Capelato (2003, p. 40).

O pensamento de Martí surgiu nesse interstício de crise dos valores e da necessidade de preenchimento da lacuna teórico-cultural. Sua obra se notabilizou pelo conteúdo de cunho americanista (CARVALHO, 2003, p. 24). Podemos acrescentar que sua ação intransigente em defesa do ideário político na emancipação de Cuba reuniu, em torno de sua figura, elementos teórico-práticos, que, na perspectiva gramsciana, pode ser categorizada como filosofia da práxis, cuja ideia não é só teorizar, mas também agir e transformar a realidade concreta.

Os intelectuais de alto calibre (citados aqui) da América oitocentista foram pensadores que identificaram os problemas latino-americanos e propuseram soluções para tais enigmas que assolavam esse espaço geográfico e as populações que o habitavam/habitem. Portanto, podemos levantar a hipótese de que a atuação intelectual e política de Martí foi a mais

original e revolucionária por romper com a tradição do pensamento eurocêntrico, questão que poucos intelectuais fizeram de forma definitiva como o intelectual cubano. Nesse sentido, chegou a dizer que “*ni el libro europeo, ni el libro yanqui, daban la clave del enigma hispano-americano*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 20). Esse é um dos fatores que fazem de Martí um autor autêntico considerado pelos pesquisadores de sua obra. É importante desvendar o contexto histórico em que sua atuação se desenvolveu, no período de plena decadência da Espanha na América do Sul (na região do Prata e de Potosí), migrando seus interesses político-econômicos para Cuba.

### 2.3 Espoliação e decadência do poder metropolitano espanhol

O século XIX em Cuba, historicamente, foi e é um recorte temporal de relativa ou pequena preocupação de pesquisa. Em uma rápida passagem nas produções bibliográficas acerca da ilha, percebe-se que o interesse da historiografia geralmente esteve centrado no século XX, pelo fato de que a Revolução Cubana teve, no Movimento de 26 de julho<sup>47</sup>, um marco. Os pesquisadores da América Latina (colonização espanhola e portuguesa) e Caribenha ocultavam Cuba das discussões do contexto oitocentista da afloração do movimento independentista.

Leslie Bethell organizou uma coletânea de textos ordenados em nove volumes, intitulados de “História da América Latina”, no volume III (1984), sobre a América do século XIX não há menção a Cuba e seu movimento de libertação nacional, que se iniciou com a chamada Guerra dos Dez Anos (1868-1878), um fato histórico que está dentro do recorte temporal do volume III, como diz o subtítulo do mesmo: “Da Independência até 1870”<sup>48</sup>.

O livro “América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos” (2014), da historiadora Maria Ligia Coelho Prado, apesar de ter uma delimitação temporal compatível com a luta de independência de Cuba, não aborda esse tema. Assim, poderíamos citar vários livros que se ocupam da discussão do século XIX, mas que não mencionam as forças revolucionárias em Cuba. Essa breve introdução não é para criticar autores, mas para apontar a lacuna que deve ser preenchida.

---

<sup>47</sup> O ataque frustrado de Fidel Castro à base militar de Fulgencio Batista (1901-1973), ao Quartel de Moncada, em Santiago de Cuba, no ano de 1953 (AYERBE, 2004, p. 29).

<sup>48</sup> “O volume III estuda o colapso/derrocada do domínio colonial em toda a América Latina (com exceção de Cuba e Porto Rico)” (BETHELL, 2001, p. 13). No prefácio do volume III, o autor já apontou a exclusão de Cuba, de certa maneira.

A partir das reflexões de alguns autores sobre o contexto oitocentista da América Hispânica, dos poucos vestígios do período colonial em Cuba, no século XIX, disponíveis no Brasil e com o cruzamento das fontes primárias dos escritos de Martí, buscamos construir um caminho que, mesmo não tão alinhavado na historiografia sobredita, nos permite compreender a decadência do poder metropolitano espanhol na América do Sul e, posteriormente, em Cuba, assim como a colaboração de Martí para a derrubada do sistema colonial na ilha caribenha<sup>49</sup>.

O “capitalismo colonial” cubano do Oitocentos foi o período em que Martí estava inserido. O século dos conflitos revolucionários e da tentativa de ruptura com a estrutura das instituições coloniais espanholas no ultramar. A Espanha fez de tudo para se manter como soberana em Cuba, já que, no início do século XIX, a ilha caribenha era unida a Porto Rico e as últimas colônias ficavam sob seu domínio. Pierre Chaunu (197, p. 116), embasado nos escritos do viajante Alexander Von Humboldt (1769-1859)<sup>50</sup>, asseverou que o impacto das ideias iluministas e a independência das treze colônias (do Estados Unidos) foram fundamentais para o enfraquecimento do jugo espanhol<sup>51</sup>. Partindo desse prisma de ruptura, o exemplo do modelo revolucionário adotado pelos haitianos foi uma forma que delineia essa necessidade de importação de ideias mencionada acima. As explanações de Cyril Lionel Robert James reforçam tal fato:

Toussaint lutava para manter a conexão francesa como uma necessidade ao Haiti em seu longo e difícil ascenso à civilização. O homem em que havia se transformado pela Revolução Francesa exigia que fosse mantida a relação com a França da liberdade, da igualdade, da fraternidade e da abolição da escravidão, indiscutivelmente (JAMES, 2010, p. 264).

Nesse aspecto, o pensamento martiano não teve suas fontes na metrópole como o de Toussaint L'Ouverture (1743-1803), que se pautou na França revolucionária. Martí partiu de uma concepção americanista, buscando construir uma sociedade cubana fundamentada nas próprias necessidades do país. Nesse sentido, o intelectual cubano afirmou:

*[...] creo aún más en la república de ojos abiertos, ni insensata ni tímida, ni togada. [...] el patriotismo, a los cubanos que ponen su opinión franca y libre por sobre todas las cosas – a un cubano que se las respeta [...] nuestra república sea el culto de los cubanos a la dignidad plena del hombre. [...] Para libertar a los cubanos trabajamos, y no para acorralarlos. Para ajustar en la paz y en la equidad los*

<sup>49</sup> Os textos de Martí, a bibliografia já produzida sobre o período colonial na América e a escassa produção sobre o século XIX em Cuba, onde encontramos poucos escritores que se dedicaram a esse estudo, como Fernando Ortiz e Florestan Fernandes, nos auxiliam nessa discussão, pois “[...] a ciência é sempre o enlace de uma malha teórica com dados empíricos” (SEVERINO, 2007, p. 100).

<sup>50</sup> Viajante prussiano (atual Alemanha), geógrafo e naturalista que esteve na América nos séculos XVIII e XIX (CHAUNU, 1971, p. 59).

<sup>51</sup> Sobre a penetração das ideias independentistas, Pierre Chaunu declarou que: “Não há espaço que as ideias não atravessem pelas estradas que os homens e as mercadorias não percorrem” (CHAUNU, 1971, p. 65).

*intereses y derechos de los habitantes leales de Cuba [...] (MARTÍ, 1891, v. 4, p. 270).*

O texto supracitado aponta para uma perspectiva revolucionária americanista, que nasceu da própria ideia dos latino-americanos. Nesse sentido, a concepção de organização da nação na obra do intelectual cubano é algo peculiar, ele mesmo mencionou a necessidade de “[...] *la igualdad social no e a más que el reconocimiento de la equidad visible de la naturaliza*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 322). A perda de suas colônias no início desse mesmo século e a invasão napoleônica (1807-1814) contribuíram para a desagregação do colonialismo espanhol no Novo Mundo. O vácuo deixado pela Coroa Espanhola foi preenchido, de certo modo, com os movimentos de libertação nacional das colônias hispânicas em prol de suas independências<sup>52</sup>.

O enfraquecimento da Espanha surtiu efeito tardiamente em Cuba, apenas na década de 1890. Martí no texto, “*Nuestras Ideas*”, enfatizou a necessidade da defesa de um patriotismo para a criação de uma identidade para Cuba, “[...] *el goce pacífico de su cultura [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 349) nacional que desligasse a ilha caribenha da Espanha. Ao mesmo tempo, ressaltou a importância de não se apegar apenas ao patriotismo, mas a um conjunto de ideias organizadas. Nas suas palavras: “*no bastaría la fe romántica y desordenada de nuestro patriotismo*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 315). No segmento a seguir, o intelectual cubano definiu um pouco de sua ideia de patriotismo e o dever do homem cubano comprometido com a causa revolucionária de seu país:

*Para todos será el beneficio de la revolución a que hayan contribuido todos, y por una ley que no está en mano de hombre evitar, los que se excluyan de la revolución, por arrogancia de señorío o por reparos sociales, serán, en lo que no choque con el derecho humano, excluidos del honor e influjo de ella. El honor veda al hombre pedir su parte con el triunfo a que se niega a contribuir; y pervierte ya mucho noble corazón la creencia, justa a cierta luz, en la inutilidad del patriotismo. El patriotismo es censurable cuando se le invoca para impedir la amistad entre todos los hombres de buena fe del universo, que ven crecer el mal innecesario, y le procuran honradamente alivio. El patriotismo es un deber santo, cuando se lucha por poner la patria en condición de que vivan en ella más felices los hombres (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 320).*

Seu patriotismo não se assemelha ao modelo europeu que exclui as outras nacionalidades. Seu patriotismo só tem razão de existir se colaborar para a boa vivência dos homens. Sua ideia sobre patriotismo não buscou criar uma concepção do cubano como um

<sup>52</sup> Essa crise governamental que a Espanha sofreu no ultramar foi analisada da seguinte forma: “a grande crise agrária de 1803 foi um período de muita escassez, fome de alta mortalidade, prova do pouco que os Bourbons haviam feito para melhorar a agricultura, o comércio e as comunicações. Enquanto isso, apesar de esforços para manter a independência nacional, o governo não tinha a visão nem recursos necessários para resolver problemas urgentes de política externa. A aliança francesa não salvou a Espanha: apenas ressaltou sua fraqueza, prolongou suas guerras e expôs seu comércio colonial ao ataque inglês. Os hispano-americanos que visitaram a Península nessa época ficaram horrorizados diante do que lhes foi dado a ver: uma outrora poderosa metrópole enfraquecida a ponto de esfacelar-se e bastante satisfeita por ser satélite da França” (LYNCH, 2001, p. 71).

sujeito único e isolado dos demais povos hispano-americanos, mas, pelo contrário, saudou o apoio dos porto-riquenhos e jamaicanos ao movimento independentista cubano (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 320). Portanto, trata-se de um patriotismo latino-americano internacionalista, que permite a solidariedade entre os povos colonizados.

A ideia de patriotismo foi colocada em pauta na organização do movimento insurrecional cubano, tinha uma perspectiva revolucionária profunda, que deixou a elite agrária cubana receosa de participar da luta emancipacionista. Cotejando os textos e discursos de Martí e as observações de Florestan Fernandes, podemos notar essa questão da não colaboração dos estamentos altos da sociedade cubana. O sociólogo brasileiro descreveu da seguinte maneira a questão:

A “guerra dos dez anos”, dessa perspectiva, colidia com a situação global de interesses dos estamentos senhoriais, a qual não lhes propiciava condições coletivas para conduzir uma revolução política contra a ordem existente. Acresce que esses estamentos (pelo menos sua maioria “moderada”, “reformista” e “pró-espanhola”) foram praticamente lançados nos braços da metrópole pelo teor radical que aquele movimento assumiu espontaneamente (o que se evidencia em dois pontos de modo muito claro: o temor causado pela bandeira da emancipação imediata da escravidão; e o temor ainda maior de que o controle político-militar do movimento passaria fatalmente para grupos sociais identificados com a pressão popular por uma revolução democrática) (FERNANDES, 2007, p. 61).

Os pronunciamentos de Martí (1894, v. 2, 21-27), como no texto “*Los Cubanos de Jamaica y los Revolucionários de Haiti*”, citado anteriormente, tinha a concepção de adotar em Cuba o mesmo procedimento revolucionário que foi levado a cabo no Haiti (à época, São Domingos), seguida da abolição da escravidão<sup>53</sup>, aspecto que Fernandes (2007, p. 61) apontou como uma radicalidade que assustou a entrada dos altos estamentos cubanos na luta pela

<sup>53</sup> A questão da escravidão no pensamento martiano é uma discussão áspera, pelo fato de não ter sido um tema que o intelectual cubano se dedicou a refletir com maior afinco dentro das suas preocupações de estudo. O texto, “*Los Cubanos de Jamaica y los Revolucionários de Haiti*”, de 1894, foi seu escrito que mais dá ênfase a importância de se emancipar e abolir o sistema escravista. Ao longo desse estudo, encontramos menções escassas em relação à escravidão, em seus escritos. Isso se deve ao fato de que sua concepção estava centrada em um pensamento universalista e com pendor internacionalista. Os negros escravizados eram colocados e pensados dentro da categoria de hispano-americanos que sofriam as consequências do colonialismo espanhol. Assim, não há uma reflexão/produção, especificamente, voltada a pensar o negro na sua obra, mas há uma preocupação sistemática em seu pensamento em emancipar todos os sujeitos explorados em América (categoria essa que abarca o negro em condição de escravo). Alguns estudiosos sobre a escravidão, em Cuba, vão à contramão dessa questão, tecem críticas a Martí, enfatizando que o mesmo não se debruçou sobre o tema. Por exemplo, para Aline Helg (2014, p. 29-51), Antonio Maceo foi mais importante na luta contra a escravidão do que Martí. Nesse sentido, autora asseverou que em Maceo: “Destacava o seu abolicionismo durante a Guerra dos Dez Anos, o seu pensamento político igualitário, distinto daquele do ‘Apóstolo Martí’, a sua luta constante contra o racismo [...]” (HELG, 2014, p. 34). Esse modelo de crítica é bastante questionável, pode ser pensada a partir da noção de “mitologia das doutrinas”, de Quentin Skinner (2017, p. 358-399), para quem: “A mitologia mais persistente foi criada por historiadores que trabalham com a **expectativa** de que cada autor clássico (na história da teoria moral e política, por exemplo) **terá alguma doutrina sobre cada um dos temas** considerados constitutivos de um tópico. É **um passo perigosamente curto** desde estar sob a influência (mesmo que inconscientemente) de tal paradigma e ‘encontrar’ doutrinas sobre todos os temas obrigatórios em um determinado autor” (SKINNER, 2017, p. 362).

liberdade de seu país. Nesse sentido, é evidente que a elite cubana, historicamente, esteve alinhada aos anseios dos proprietários de terra e escravagistas do sul dos Estados Unidos. Portanto, deve-se questionar a “espontaneidade” apontada, uma vez que havia uma intenção colocada antes do sucesso da independência.

O século XIX foi um momento de desagregação do regime colonial na América Espanhola (CHAUNU, 1971, p. 66; LYNCH, 2001, p. 65-66), mas, ao mesmo tempo, Fernandes (2007, p. 54) afirmou, trazendo dados estatísticos<sup>54</sup>, que, no Oitocentos, em Cuba, a economia escravista foi alavancada e o colonialismo enfraqueceu, ao passo que a escravidão se ampliava (parece uma contradição em termos). A suposição sobre essa questão é a de que as perdas das regiões de mineração no território sul-americano intensificaram a produção na ilha e, sobretudo, a sua capacidade rentável para a Espanha<sup>55</sup>. Ao mesmo tempo, a classe dos senhores escravagistas de Cuba se fortalecia economicamente. Pelo fato de essa classe estar confortavelmente estabelecida no sistema colonial, a independência significaria uma ruptura com fortes interesses internos, além daqueles externos, sobretudo, espanhóis, em Cuba.

Esses fatores contribuíram para o século de maior produção na ilha caribenha. Os conceitos de “maquinismo”<sup>56</sup>, “latifundismo”<sup>57</sup> e “supercapitalismo”<sup>58</sup> são termos que

---

<sup>54</sup> Aqui, trazemos alguns dados da estrutura societária e distribuição da população em Cuba nesse período do século XIX. Na citação seguinte, perceberemos como a sociedade ainda era composta majoritariamente por escravos, um arranjo essencialmente exploratório: “A população dá um salto paralelo e sua composição alcança o padrão típico de uma economia colonial. O censo de 1827 (cf. S. Aranda, op. cit. p. 231) as seguintes cifras: população continha total 704.487, pessoas; brancos, 311.051 (44%); negros e mestiços, (56%), 393.436 dos quais 106.454 livres (15%) e 286.942 escravos (41%). A proporção de escravos na população negra e mestiça era, aproximadamente, de 77%. Pelas estimativas de Humboldt, fica-se sabendo que em 1825, 221 mil escravos viviam no campo, assim distribuídos: 70 mil nas plantações de açúcar, 50 mil nos cafezais, e mais de 100 mil em pequenas plantações e atividades dispersas” (FERNANDES, 2007, p. 54).

<sup>55</sup> O início da colonização é marcado pelo cultivo do tabaco pelos próprios indígenas (nativos). Uma atividade pouco conhecida, um produto ainda sem expressão para os europeus. O tabaco é uma mercadoria essencialmente autóctone, que não necessitava de uma vasta mão de obra, nem de uma técnica sofisticada para seu cultivo e preparo até chegar ao ponto de consumo. Foi um produto que adentrou a sociedade europeia de forma gradativa. Havia quem o rejeitasse, mas era inegável sua capacidade de conquistar até mesmo os estamentos mais altos da burguesia e aristocracia europeia. Com o advento do caráter rentável do produto, deixou de ser uma prática de indígenas “selvagens” para dar lugar ao comércio europeu, ou seja, os exploradores passaram não só a consumir como também comercializar o produto na Europa. O tabaco até no século XVIII tinha lugar de prestígio dentro da economia cubana, mas perdeu espaço a partir do mesmo século para o cultivo da cana-de-açúcar (ORTIZ, 1987, p. 53-63).

<sup>56</sup> Esse conceito foi criado para definir a introdução tecnológica em Cuba nos engenhos. Na segunda metade do século XIX a economia açucareira foi alavancada a sua produção em larga escala, por isso, a necessidade de um maquinário mais moderno (ORTIZ, 1987, p. 53).

<sup>57</sup> O “latifundismo” criado em Cuba foi o suprassumo da economia do país. Os capitais dos bancos europeus que financiaram os empreendimentos dos peninsulares, *criollos*, e senhores norte-americanos que começaram a comprar extensas faixas de terras no território cubano, assim, criando uma economia agrária latifundiária baseada na monocultura do açúcar e, em certa medida, do café (ORTIZ, 1987, p.53).

<sup>58</sup> O século XIX, em Cuba, foi o período de modernização da exploração e maximização do capitalismo, com a injeção de capitais privados para a o crescimento da economia açucareira, cafeeira e modernização da forma de se produzir esses gêneros alimentícios e, sobretudo, sua monopolização (FERNANDES, 2007, p. 76-77).

abarcam a realidade efetiva do século XIX, em Cuba, por ser um período do desenvolvimento do subdesenvolvimento das relações do capitalismo dependente (GUNDER FRANK, 1980, p. 9). Além da introdução do capital estrangeiro europeu para os senhores de origem espanhola que viviam em Cuba, os norte-americanos também começavam a demonstrar seus interesses na ilha caribenha com a aplicação de capital privado de senhores que compravam terras no território cubano e instalavam seus engenhos (ORTIZ, 1987, p. 58). Justamente essa espoliação capitalista de tipo colonial, feita em Cuba, que era o fio condutor do exercício da ordem vigente, foi um dos impasses constantes que Martí buscou combater, propondo novas perspectivas de cunho republicanas, como o trecho seguinte demonstra:

*[...] los cubanos que tienen la voz libre en tierras extranjeras, recogiendo en un plan de acción continua las lecciones todas de la expatriación y la primera república, se unieron en la organización que, por su acatamiento al país, el estudio y vigilancia de sus peligros desatendidos, y su misión única de llevar a la Isla desvalida los medios necesarios a su redención [...] (MARTÍ, 1893, v. 2 p. 347).*

Martí pregava um republicanismo emergente, cuja ideia era propor uma organização de “novo” tipo, fugindo da estrutura agrária e arcaica instalada pela grande “*hacienda*” e o “*estrangeirismo*”<sup>59</sup>, sublinhado por Ortiz (1987, p. 53). O pensamento martiano apresentava propostas capazes de sobrepujar o jugo espanhol em Cuba. À ideia de “desmoronamento” (porém, preferimos o termo “derrubada” ou “demolição”, pois enfatiza um processo de lutas de massas como força motriz) pregada por Chaunu (1971), fez emergir, de forma autêntica, diversas tentativas de construção de Estados nacionais e de suas identidades, principalmente, na primeira metade do século XIX. Cuba foi uma exceção na segunda metade do mesmo século, então, de forma tardia, rebelou-se para a sua emancipação.

O colapso econômico da Espanha foi colocado como “[...] a ideia de decadência e esgotamento do país, acreditando que ele vivia, no final do século XIX, uma gravíssima crise histórica, e considerava que só a recuperação da verdadeira essência nacional permitiria sua sobrevivência como nação” (CAPELATO, 2003, p. 44). Nesse sentido, houve também uma crise no campo da cultura, o trabalho desempenhado por escritores hispano-americanos (no caso cubano, Martí) preocupados em dar direções às suas nações ganharam forças, assim, minando o poder espanhol, pois, “[...] a escrita já começava a ocupar um lugar diferenciado na vida pública, um lugar de enunciação fora do Estado, além de crítica dos discursos dominantes do político-estatal” (RAMOS, 2008, p. 20).

---

<sup>59</sup> A ideia de “estrangeirismo”, levantada por Ortiz (1987, p. 53), foi criada para denominar a ação dos capitais estrangeiros colocados em Cuba por norte-americanos e bancos europeus. Nesse sentido, Cuba, no século XIX, com a perda de poder político-econômico da Espanha, foi praticamente dada à colonização privada.

Nesse “[...] ensaísmo latino-americanista [...]” (RAMOS, 2008, p. 22), Martí era um dos expoentes. Sua escrita crítica trouxe esperança para os cubanos explorados e exilados. Cubanos que viviam o ostracismo foram fundamentais para a formação do grupo de insurretos. As lutas de libertações nacionais dos países hispânicos e, conseqüentemente, as agitações de massas por muito tempo foram o subsídio para denominar de formar vulgar a “[...] América Latina como o lugar do caos” (RAMOS, 2008, p. 69).

De acordo com as ideias dos autores Chaunu (1971, p. 61) e John Lynch (2001, p. 64), as elites *criollas* foram quem encabeçaram os movimentos libertários na América do Sul (no Norte, o México). Em Cuba, temos outro contraste, a partir das observações de Fernandes (2007, p. 71) e de Ortiz (1987, p. 53): a elite cubana esteve ao lado da Coroa Espanhola e, posteriormente, dos agentes do capital privado (estadunidense e de bancos europeus). Essa é uma questão que diferencia Cuba do restante do modelo de libertação nacional ocorrido na América Hispânica. Dessa maneira, a independência de Cuba implicava duas lutas: uma luta de libertação nacional e, uma luta das classes subalternas da ilha, que precisavam derrotar os setores sociais cubanos associados ao colonialismo.

Martí, no seu texto, “*Las Crisis y el Partido Revolucionario Cubano*” (19 de agosto de 1893), traçou um panorama sobre a ideia de “crise” do domínio espanhol e o papel da organização política dos desterrados cubanos, pois cabia ao partido a derrubada da ordem vigente. O poder político da Espanha foi colocado em xeque a partir do patriotismo radical do intelectual cubano e do interesse norte-americano em Cuba. Nesse aspecto, não podemos deixar de salientar o interesse norte-americano na ilha caribenha, que foi um ponto fulcral para a perda de espaço da Espanha. A privatização da produção do açúcar foi o que Fernandes (2007, p. 53) definiu como o primeiro “laboratório econômico” ou “feitoria do açúcar” estadunidense, colocado em prática em Cuba. O século XIX, na sua segunda metade, e deixa a impressão de que Cuba foi mais saqueada pelos Estados Unidos do que, propriamente, pela Espanha, entendendo essa extorsão como prática de timbre do capital privado.

Os ideários martianos que “[...] *sola opresión debe temer el ejercicio pleno de las libertades*” (MARTÍ, 1893, v. 3, p. 346), criou uma agitação em Cuba e nos cubanos exilados com o interesse de tomar o poder da Coroa Espanhola e dar uma direção política à ilha caribenha com espírito republicano, ressaltou o reconhecimento do povo cubano como sujeitos capazes de se auto-organizarem, “[...] *estas admirables masas cubanas*” (MARTÍ, 1893, v. 3, p. 348).

A tentativa de mobilização em prol da independência de Cuba não foi uma questão ocasional, mas orgânica. Como diria Gramsci (2011, v. 3, p. 34), é necessário observar essas

oscilações de conjunturas para traçar uma interpretação mais assertiva em torno do panorama que foi colocado em análise. A atuação de Martí era a expressão de uma demanda político-social das classes dominadas de Cuba, porque, como vimos, às classes dominantes não interessava a independência.

Seu interesse apareceu como vontade coletiva, como consciência da necessidade histórica e da experiência efetiva do drama vivido, à época. A questão que estava em pauta era a derrubada de um regime para dar lugar à outra forma societária. A organização do movimento insurrecional cubano era centrada em uma ética revolucionária, conforme podemos verificar no trecho a seguir:

*Los que no trabajan para sí, sino para la patria; los que no aman la popularidad, sino al pueblo; los que no aman la misma vida, sino por el bien que pueden hacer en ella, esos, mano a mano con todos los hombres honrados, con los que no necesitan lisonja ni carreo, con los que no sacan de la vanidad su patriotismo sino de la virtud, llevan adelante, aunque de las gotas de su corazón vayan regando el amargo camino, la obra de ligar los elementos dispersos y hostiles que son indispensables a la explosión de la libertad y a su triunfo [...] (MARTÍ, 1894, v. 3, p. 76).*

A concepção de ética revolucionária em Martí consistia na união dos elementos: 1) sua concepção de patriotismo cubano contra as potências estrangeiras em defesa do território; 2) seu ideal de “homem cubano” forjado a partir dos valores da causa revolucionária; 3) a criação do PRC. Esses são os três componentes que formaram a ética revolucionária, que permitiu a organização do grupo insurrecional, como o intelectual cubano afirmou: “*sólo la opresión debe temer el ejercicio pleno de las libertades, y apenas hay espectáculo más noble que el del hombre descontento de la iniquidad del mundo [...]*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 346). Passou pelo patriotismo como um sentimento e chegou a um plano teórico, coeso e orgânico que o partido político programou para o corpo insurretos cubanos, uma vez que o ser insurrecional deve ser visto como um “instrumento” sistematizado para alcançar a revolução.

A tentativa de forjar um corpo revolucionário fora das vaidades e paixões individuais para dar lugar a um sentimento de dever com a pátria constitui um ideal de coletividade em prol de uma atividade revolucionária para o exercício da liberdade como ideia central do ser insurrecional, portanto, a necessidade do “*sacrificio de la emancipación [del hombre y del territorio cubano] [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 315).

O enfraquecimento do poder metropolitano espanhol passou pela perda de espaço no Novo Mundo (CHAUNU, 1971, p. 79; LYNCH, 2001, p. 71-72) e, em Cuba, teve outras contribuições (FERNANDES, 2007, p. 84; ORTIZ, 1987, p. 57-58), na medida em que o

capital privado foi o fio condutor para a diminuição da presença do governo espanhol na ilha. A experiência privada foi impulsionada pelo “estrangeirismo” e o “ausentismo”<sup>60</sup>.

Outro fator que não pode ser ignorado, ao analisar a luta independentista cubana, é a organização dada à mesma por Martí. Nesse sentido, o discurso martiano foi autônomo, na medida em que passou a se colocar de forma veemente contra os poderes hegemônicos de sua época, pois “[...] o intelectual se politiza na crítica ao político” (RAMOS, 2009, p. 88). Assim, mais especificamente, na crítica da política dominante, do Estado e demais estruturas de poder.

As elites *criollas*, no início do século XIX, encabeçaram uma fervorosa disputa pelo poder no mundo hispânico, em Cuba. Também ocorreu um descontentamento com a Coroa Espanhola no fim do século, porém, com suas particularidades, visto que as massas cubanas estiveram diretamente ligadas às revoltas sob a direção de um líder popular que não fazia parte da burguesia local. Era um letrado, mesmo formado dentro do alto estamento, tendo estudado em universidades de prestígio na Espanha (Universidade de Madri e Saragoça), Martí não um intelectual da elite, pelo contrário, sua defesa intransigente era, justamente, contra o poder espanhol e a aristocracia agrária alinhada aos mesmos interesses.

Nesse sentido, sua atuação foi voltada à “[...] função dos intelectuais nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas” (DURIGUETTO, 2014, p. 267), ou seja, um intelectual dirigente de sua classe dentro da experiência revolucionária, desenvolvendo um trabalho não só abstrato, mas de intervenção na realidade concreta.

Martí, em uma carta a Mercado, em 18 de maio de 1894, alertou que era preciso sair do jugo do poder espanhol aparelhado em Cuba, mas que devia ter cautela acerca da união com os norte-americanos para não se tornar apenas mais um território dominado pelos ianques na região caribenha. Nesse sentido, o intelectual cubano já no acampamento de Dos Rios escreveu ao seu amigo mexicano:

*La guerra de Cuba, realidad superior a los vagos y dispersos deseos de los cubanos y españoles anexionistas, a que sólo daría relativo poder su alianza con el gobierno de España, ha venido a su hora en América, para evitar, aun contra el empleo franco de todas esas fuerzas, la anexión de Cuba a los Estados Unidos [...] (MARTÍ, 1895, v. 4, p. 169).*

O governo norte-americano se tornava um empecilho para os cubanos patriotas que desejavam uma ilha caribenha autônoma. Como afirmou Martí (1895, v. 4, p. 168): “*España*

---

<sup>60</sup> Esse termo foi desenvolvido para dar conta da questão dos investidores estrangeiros em Cuba, capitaneados, principalmente, pelos senhores norte-americanos que viviam fora da ilha, por isso, a concepção de um “ausentismo”, no qual o senhor de engenho não se instalava no território cubano, apenas injetava seu capital (ORTIZ, 1987, p. 53).

*preferiría entenderse con los Estados Unidos a rendir la Isla a los cubanos*”. Sublinhou o contratempo, ou seja, o risco que era às influências do “vizinho do Norte” nos assuntos internos dos países hispânicos. Nesse sentido, disse: “*el desdén del vecino formidable, que no la conoce, es el peligro mayor de nuestra América [...]*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 22). No entanto, a burguesia rural cubana “flertava” com as ideias de união com os norte-americanos. O revolucionário cubano não corroborou com a ideia de junção com os estadunidenses, alegava ser desigual em todas as dimensões: social, econômica, cultural etc.

Mesmo com toda a denúncia contra as pretensões dos Estados Unidos em Cuba, não foi possível evitar a intervenção estadunidense na luta contra a Espanha, o malgrado do ataque ao jugo espanhol, em 1895, que resultou na sua morte, em 1898, Cuba se desligava da Coroa Espanhola com a ajuda norte-americana. Luis Fernando Ayerbe descreveu esse cenário da seguinte forma:

A presença norte-americana introduz no processo de independência de Cuba elementos diferenciados em relação aos demais movimentos latino-americanos. O tratamento da questão nacional envolve realidades próprias de uma forma de colonialismo em retração e de um novo imperialismo emergente que combina a expansão econômica de interesses privados nacionais com uma política externa intervencionista (AYERBE, 2004, p. 25).

Nessa esteira, para o intelectual cubano “[...] la guerra única que el cubano, libre y reflexivo por naturaleza, pide y apoya, y a la que, en acuerdo con la voluntad y necesidades del país” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 318). Não havia possibilidade de Cuba ser beneficiada com essa união, é sabido que a entrada dos Estados Unidos no movimento de emancipação não era um desejo do intelectual cubano. Essa questão veio a se tornar mais um impasse para a ilha caribenha, isto é, para sair da dominação colonialista espanhola e cair no jugo intervencionista do imperialismo estadunidense. Nessa direção, Bandeira discorreu acerca da posição de Maceo, companheiro de guerrilha de Martí:

Os homens que deflagraram, em 1895, a luta armada contra o domínio de Madri, no entanto, queriam a mais completa independência de Cuba e repudiavam tanto o projeto de autonomia quanto a ideia de anexá-la aos Estados Unidos. O general Antonio Maceo, que se insurgira, em Baraguá, contra o Pacto de Zanjón por julgá-lo uma “rendição desonrosa”, e voltará em 1898, a comandar também os insurretos, declarou certa vez que se Cuba viesse a se tornar mais uma estrela na “cintilante constelação” norte-americana conforme o desejo manifestado pelo jovem anexionista José J. Hernández, “este seria o ‘único caso’ em que ele, provavelmente, estaria do lado dos espanhóis” (BANDEIRA, 2009, p. 60-61).

Neste aspecto, Fernandes (2007, p. 65) apontou uma desagregação do antigo regime colonial e uma frustração na tentativa de emancipação nacional. A dominação apenas foi modernizada, passando de uma prática colonial (espanhola) para uma neocolonial (estadunidense). Para o autor, o termo colonialismo soa como ultrapassado para pensar o

período em que o Estados Unidos iniciou a sua dominação em Cuba, por isso, a adoção do conceito de “neocolonialismo”<sup>61</sup>, que tinha, como um de seus sustentáculos, a hegemonia da produção do açúcar, a qual foi tão intensa e monopolizada: 92% do produto escoava para o território norte-americano, em especial, para o leste do país. A perda do poder político da Coroa Espanhola demandou a realização de concessões no âmbito das relações econômicas:

A Espanha teve de avançar para prevenir o pior, através de concessões ou de inovações que pressupunham mudanças político-legais funcionais para ajustar a dominação direta aos avanços realizados ou em processo, pelos quais os estamentos privilegiados ganhavam maior autonomia relativa e Cuba podia aproveitar melhor os novos fluxos do capitalismo comercial, nas relações com países europeus e, principalmente, com os Estados Unidos (FERNANDES, 2007, p. 51).

A monopolização da economia e a produção em larga escala de somente um produto interferiram na soberania econômica da ilha. Os chamados *Robber Barons*<sup>62</sup> iniciaram os investimentos de capital estrangeiro em Cuba, que acirrou cada vez mais as condições “[...] mínimas vitais” de sobrevivência para as classes populares cubanas, que acarretava “[...] miséria, fome, doença e falta de instrução” (FERNANDES, 2007, p. 80). Martí, no seu texto, “*Las Guerras Civiles em Sudamérica*”, afirmava que era necessário criar uma organização societária fora do paradigma espanhol e estadunidense. Em suas palavras:

*[...] la inteligencia que ha de aplicarse a un país y el país a que ha de aplicarse; ¡si a e preparase a los sudamericanos, no para vivir en Francia, cuando no son franceses, ni en los Estados Unidos, que es la más fecunda de estas modas malas, cuando no son norteamericanos, ni en los tiempos coloniales, cuando están viviendo ya fuera de la colonia, en competencia con pueblo activos, creadores, vivos, libres, sino para vivir en la América del Sur! (MARTÍ, 1894, v. 6, p. 26).*

Seus apontamentos visavam criar caminhos para a construção da soberania nacional de cada país latino-americano. Ademais, deixou nítida a necessidade de gestar uma sociedade de “novo” tipo fora dos padrões convencionais da época (fora dos seguimentos europeu e estadunidense) (MARTÍ, 1894, v. 6, p. 26). Seus manifestos políticos endossavam a tese da urgente de combater o domínio espanhol na ilha caribenha e os interesses norte-americanos, pois, mais tarde, “[...] o açúcar converteu-se na chave mestra do domínio de Cuba pelos Estados Unidos” (GALEANO, 2019, p. 93).

O capital privado solapava o poder econômico da Coroa Espanhola<sup>63</sup> e, conseqüentemente, colapsava o poder político, principalmente, com as revoltas populares das

<sup>61</sup> Esse conceito é empregado por Florestan Fernandes (2007) em seu livro “Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana”. Em diversas passagens, utiliza esse termo para se referir à “atualização” da colonização e transição do poder político-econômico de Cuba, que estava nas mãos da Espanha para os Estados Unidos. Imperialismo e neocolonialismo tomam o mesmo sentido em sua análise.

<sup>62</sup> “Barões Ladrões” é uma expressão pejorativa para tratar os proprietários norte-americanos que ganhavam dinheiro de forma ilícita (FERNANDES, 2007, p. 80).

<sup>63</sup> Florestan Fernandes assinalou essa questão de forma precisa. Afirmando que: “na verdade, essa flexibilidade ou maleabilidade custou muito caro ao povo cubano. A mencionada revolução dentro da ordem colonial só

massas que iam aderindo ao plano revolucionário capitaneado pelo Partido Revolucionário Cubano e seu líder, Martí. Tal programa se encontrava em curso na década de 1890. Podemos mencionar a noção de “crise de hegemonia” para pensarmos na perda de espaço da Espanha em Cuba. Esse conceito foi formulado por Gramsci e esquadrinhado por Bianchi da seguinte forma:

**Quando Gramsci fala de crise de hegemonia, ele está pensando fundamentalmente em uma crise de representação. Ou seja, em um distanciamento cada vez maior entre representantes e representados.** Nessas situações de crise os partidos que tentam dirigir a vontade coletiva nacional, por razões diversas, deixam de fazer isso. [...] De acordo com a análise de Gramsci, calcada na leitura que Marx fez da ascensão de Luís Bonaparte ao poder, é justamente nestes períodos de crise de representação que se manifestam as formas mais mórbidas da política, que emergem alternativas diversas, das mais polarizadas e estranhas e o choque entre os diversos partidos e entre as diferentes frações políticas e sociais se manifesta cotidianamente. [...] abrindo inclusive a possibilidade de que indivíduos, partidos ou mesmo instituições estatais até então absolutamente marginais na vida nacional apareçam como a alternativa, ou seja, como aqueles que conseguem galvanizar em certo momento a opinião pública e apresentar-se como a direção possível (BIANCHI, 2017, p. 33-34, grifos nossos).

As guerras de ruptura foram, justamente, a demonstração da necessidade de superar o paradigma vigente que sofria uma “crise de autoridade”, ou seja, a falta de capacidade de expressar os anseios das massas cubanas. A ideia de “[...] travar uma ‘reforma intelectual e moral’ voltada a destruir o velho e construir um novo bloco histórico popular-nacional [...]” (LACORTE, 2018, p. 15) foi algo colocado em pauta por Martí. Seu esforço tinha a intenção de se desvencilhar das “malhas” do colonialismo (espanhol) e de se desviar do imperialismo (norte-americano) candente, que estava em construção em Cuba. Sua proposta era a de construir um Estado cubano autêntico “[...] *adecuado a sus necesidades y cultura, os recursos bastantes a realizar el propósito; de la primer República, [...] por fin [...] la colonia desesperada y miserable*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 334).

Contudo, o que ocorreu na disputa pelo poder na ilha caribenha na década de 1890 entre Espanha, Estados Unidos e Cuba pode ser representado a partir do seguinte raciocínio: “Quando a força progressista A luta contra a força regressiva B, não só pode ocorrer que A vença B ou B vença A, mas, também, pode suceder que nem A nem B vençam, porém, se debilizem mutuamente e uma terceira força, C intervenha de fora, submetendo o que resta de A e de B” (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 76). Essa formulação equacionou as relações de poder entre esses três países.

O cenário cubano do século XIX pode ser visto como momento de incapacidade dos cubanos e, principalmente, da má vontade de sua elite em encontrar soluções para combater a

---

beneficiou aos espanhóis, aos estamentos privilegiados (ou mesmo, ultraprivilegiados) e aos interesses capitalistas externos [estadunidense em especial]” (FERNANDES, 2007, p. 52).

transição colonial para o modelo neocolonial pela “[...] anomalia social e a violência política” (FERNANDES, 2007, p. 84) das duas potências estrangeiras, que inibiu qualquer possibilidade de soberania nacional, “[...] malgrado de tudo que se possa dizer de negativo sobre a apatia política das massas e a falta de padrões de cultura cívica” (FERNANDES, 2007, p. 84). Em outros termos, uma relação dos cidadãos com a sua nação (o patriotismo cubano ainda estava sendo gestado, não era um ideal disseminado na sociedade). Não podemos falar de Estado cubano independente, uma vez que houve a frustração da emancipação nacional, em 1895, e uma presença maior do capital estadunidense na ilha caribenha, isto é, uma atualização e modernização da exploração das práticas coloniais que ganhou contornos neocoloniais. Desse modo, o que podemos aferir é que Cuba foi dada ao capital privado nesse período, em vez de obter sua autonomia econômica e estatal-política.

#### **2.4 O Estado subsidiando o capital privado: ascensão do imperialismo norte-americano**

As colocações de Martí (1891, v. 6, p. 158) frente à união com os Estados Unidos e a formação da rede comercial pan-americanista<sup>64</sup> foi algo visto com cautela, “[...] *ha de inquirir cuáles son las fuerzas políticas del país que le convida, y los intereses de sus partidos, y los intereses de sus hombres, en el momento de la invitación*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 158). As perguntas que nos guiaram neste tópico a respeito das reflexões vêm das suas próprias inquietações do sobre a proposta estadunidense para a América Hispânica: “*¿pueden los Estados Unidos convidar a Hispanoamérica a una unión sincera y útil para Hispanoamérica? ¿Conviene a Hispanoamérica la unión política y económica con los Estados Unidos?*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 159-160). Virgínia Fontes (2010, p.108), na esteira leninista, assinalou essa relação como uma forma de exploração dentro do capitalismo colonial dependente, em que:

Lenin identifica claramente o crescimento das investidas militares expansionistas, diretamente coloniais, dos países imperialistas, o que não somente levava à guerra entre os países imperialistas, como conduzia à eliminação da condição efetiva de independência política mesmo entre países formalmente independentes, e a uma escala de subordinação variada, desde a posição de colônias, à de subcolônias e a de países dependentes, embora não controlados politicamente de maneira direta (FONTES, 2010, p. 108).

Por mais que a Coroa Espanhola tenha continuado capitaneando o poder político, os Estados Unidos eram presença considerável dentro da dinâmica econômica da ilha caribenha

---

<sup>64</sup> A noção de pan-americanismo, que aparece nos textos de José Martí, fala da união de maneira igual entre as três Américas (do Norte, Central e do Sul). O ideal pan-americano aparece nos escritos que tratavam dos assuntos da Conferências de Washington, como o texto, “*La Conferencia Monetaria de las Repúblicas de América*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 154-167).

(FERNANDES, 2007, p. 61). Nesse cenário, Martí atuou na organização das forças revolucionárias, aproveitando as fragilidades políticas da Espanha que não conseguiu centralizar em suas mãos elementos necessários, a saber: o poder político-econômico para continuar estabelecendo sua dominação que foi fortemente abalada. Podemos observar alguns elementos de “crise de hegemonia” por parte da Espanha, nos valendo das reflexões de Gramsci, que descreveu:

O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é **a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político** para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. **Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia ou crise do Estado em seu conjunto** (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 60, grifos nossos).

Fundamentado neste fragmento, a partir da noção de “crise de hegemonia” podemos apontar dois fatores preponderantes para colapso do domínio espanhol em Cuba: a tentativa de organização das massas cubanas exiladas sob a direção de Martí e a preponderância norte-americana na economia da ilha caribenha, que criou um monopólio do açúcar que escoava, praticamente, toda a produção para a sua nação. Porém, houve uma adesão dos “[...] interesses espanhóis e cubanos [do alto estamento], na medida em que aceitaram a incorporação ao espaço econômico, sociocultural e político dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2007, p. 63). Ademais, o sociólogo brasileiro frisou:

[...] a impossibilidade de “**modernizar a colonização**” e de “**levá-la até ao fundo**” [por parte da Espanha] mediante um sistema de poder estruturado para a dominação colonial direta - é, por assim dizer, uma digressão teórica conclusiva. Pelo que vimos, a modernização da colonização provocou efeitos estruturais e dinâmicos que puseram em cheque a dominação colonial direta. Todavia, os estamentos proprietários cubanos, em geral, e seus estratos mais privilegiados, em particular, não lograram aproveitar as oportunidades novas. Ao aprofundar-se, a modernização da colonização forçou uma rearticulação com os espanhóis e a incorporação comercial e financeira de Cuba aos Estados Unidos. Em consequência, as contradições não contribuíram para intensificar ou fortalecer a primeira tentativa de revolução nacional, mas para impor a contenção conservadora e contra-revolucionária das forças vivas da sociedade colonial cubana. O mais grave, porém, não está aí: está na demora com que se processa **a desagregação interna da dominação colonial direta e na rapidez com que caminha a incorporação de Cuba ao mundo dos negócios estadunidenses** (FERNANDES, 2007, p. 62, grifos nossos).

Tal contexto produziu uma crise de representação do domínio colonial espanhol que abriu espaço para a presença cada vez mais constante do capital estadunidense na ilha caribenha e o sentimento por parte dos cubanos da necessidade de uma revolução na sua estrutura governamental. Contudo, o que ocorreu foi o movimento inverso, isto é, um processo paralização da revolução. Fernandes (2007, p. 62) salientou o interstício deixado

pela Coroa Espanhola, no qual o Estados Unidos absorveu completamente Cuba, tanto no aspecto econômico, como no político, através da elite cubana associada aos interesses comerciais que giravam em torno da produção e exportação do açúcar.

Uma rápida digressão, porém, necessária para a compreensão da dominação colonial/neocolonial é a de que, na visão de Achille Mbembe (2018, p. 27-28), a *plantation*<sup>65</sup> não é apenas uma estrutura econômica, mas também político-jurídica. Ela controla corpos e cria um “biopoder”<sup>66</sup> sobre a vida e a morte dos indivíduos que estão inseridos nesse regime. Na colônia, o “estado de exceção”<sup>67</sup> é permanente para garantir a espoliação das massas de trabalhadores/escravos e o mais excepcional era “a guerra colonial [que] não está sujeita a normas legais e institucionais” (MBEMBE, 2018, p. 36).

Em outras palavras, “a conquista colonial revelou um potencial de violência até então desconhecido” (MBEMBE, 2018, p. 31). Apesar de o escritor camaronês utilizar o termo colonial ao mesmo tempo se refere às ocupações do colonialismo tardio (MBEMBE, 2018, p. 38) para tratar do neocolonialismo/imperialismo colocado em prática na África. Sua análise nos auxilia na compreensão do caso cubano no tocante à transição do colonialismo espanhol para o imperialismo/neocolonialismo estadunidense.

Nessa direção, estreitando a investigação ao cenário cubano, os apontamentos de Fernandes sobre esse período trazem considerações indispensáveis para pensarmos as mudanças que estavam ocorrendo em Cuba:

[...] um ponto de vista sociológico que põe em primeiro plano a tarefa central de explicar a constituição, a reprodução e a desagregação da formação societária neocolonial. Essa formação societária, na medida em que o desenvolvimento capitalista engrena-se, a partir de dentro e a partir de fora, com a expansão das grandes corporações e do imperialismo, torna-se crescentemente mais espoliativa, odiosa e inexequível. **Em vez de tornar obsoletas as ideias de nação e de**

<sup>65</sup> Este conceito é definido por Mbembe como uma estrutura da “barbárie” institucionalizada que as colônias ou países em condições semicoloniais formavam a sua constituição político-jurídica, isto é, sua base governamental. Nas palavras do escritor camaronês, “[...] no contexto da *plantation* a humanidade do escravo aparece como uma personificação. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político” (MBEMBE, 2018, 27).

<sup>66</sup> A concepção de “bio” como vida e “poder” como formar de controle ou norma é fundamental para a compreensão do conceito de “biopoder”, uma vez que a vida está intimamente ligada a uma etnicidade, ou seja, a uma identidade étnica. Sendo assim, não há possibilidade de separação da dominação racial dentro das disputas de poder. Nesse aspecto, “[...] biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros” (MBEMBE, 2018, p. 18).

<sup>67</sup> Em Mbembe (2018, p. 16-19) a discussão sobre o “estado de exceção” está relacionada à ideia de raça e racismo como uma forma de racionalidade. É a “política da inimizade”, isto é, de sempre ter um inimigo a combater e exterminá-lo. Esse é o ponto de partida para a sustentação dessa forma de intervenção política constante que trabalha em cima do campo biológico, segregando raças e criando uma política da morte. O autor afirma que a constituição do “estado de exceção” (ou “estado sítio”) permanente foi fruto da política colonialista e imperialista que mais tarde deu suporte aos regimes totalitários, como o nazista e seu modelo de “[...] Estado racista, Estado assassino e Estado suicidário” (MBEMBE, 2018, p. 19).

**revolução nacional, ela as recupera e as projeta na consciência social como alvos supremos**, a serem atingidos através ou contra o capitalismo, o que redimensiona o nacionalismo como ideologia básica da luta contra o neocolonialismo (FERNANDES, 2007, p. 68, grifos nossos).

A percepção do sociólogo brasileiro era de que o final do século XIX na ilha caribenha estava dominado pelo poder do capital estadunidense. A dominação não se tratava mais de um modelo colonial (espanhol), mas de uma modernização da prática espoliativa, denominada de neocolonial, para abarcar a nova forma de extorsão que foi aplicada (FERNANDES, 2007, p. 68). Essa dominação não foi capaz de barrar as ideias revolucionárias e o sentimento nacionalista dos cubanos, pelo contrário, ganhou impulso, unindo o patriotismo com o ideal independentista que culminou na formação do grupo de insurretos dirigidos por Martí.

Patriotismo e independentismo na Cuba oitocentista são conceitos que se entrelaçam. O sentimento de pertencimento e de dever para com a pátria eram algo vivente no imaginário social criado pelo grupo de insurretos “[...] y *el patriotismo ardiente* [...]” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 360). No entanto, o que Martí salientou foi a dificuldade da penetração das ideias do PRC dentro de Cuba: “y *la angustia era, siendo como es el Partido Revolucionario un partido de respeto y verdad, que esta actividad nuestra no fuera imitada en la Isla* [...]” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 360). Esse foi um dos fatores que dificultaram a formação de uma consciência progressista dentro da ilha caribenha<sup>68</sup>.

As indagações de Eric Hobsbawm (1988, p. 131) sobre o nacionalismo e o patriotismo mostram que um indivíduo patriota não o exime de ser um revolucionário. Nessa direção, as explanações do fragmento a seguir apontam que nacionalismo tem uma forte vinculação com identidade nacional e unidade territorial:

O nacionalismo que estabeleceu a si próprio como versão padronizada da ideologia e do programa nacional era essencialmente territorial, uma vez que seu modelo básico era o Estado territorial da Revolução Francesa, ou, de qualquer modo, aquele que mais se aproximasse de efetivar o controle político sobre um território claramente definido e seus habitantes, e que estivesse, na prática, disponível (HOBSBAWM, 1988, p. 134).

Nesses termos, o patriotismo martiano está ligado à defesa territorial frente à ameaça das potências estrangeiras (Espanha e Estados Unidos). É um ato político em prol da soberania nacional de sua pátria. No fragmento abaixo, Martí enaltece o comprometimento dos cubanos exilados na Jamaica e o suporte dado pela nação jamaicana receber aos cubanos que foram submetidos ao ostracismo, contribuindo de forma indireta para a resistência e formação do grupo insurrecional fora de Cuba. Desse modo, afirmou:

<sup>68</sup> O que estamos discutindo não é a consumação da revolução independentista. Estamos voltados a investigar os rudimentos da Guerra Necessária que se iniciou, em 1895, com uma perspectiva revolucionária, porém, se estabeleceu como uma espécie de “revolução passiva”, em 1898, com a intervenção norte-americana, uma “revolução pelo alto”.

*Y la acción de los cubanos de Jamaica es muestra visible de uno de estos elementos de la pujanza actual de la idea de independencia en Cuba. Uno de sus peligros sería la falta de ánimo de sus mantenedores, tal como sería otro su falta de pensamiento; y la persistencia de ánimo es naturalmente una de sus fuerzas. Pero la lección esta vez no es sólo eso; sino que los emigrados de Jamaica [...] (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 21-27).*

Nessa direção, o americanismo universalista de Martí frisado por Carvalho (2003, p. 26-27) ilustrou o ideal de unidade e não de fragmentação dos países do Novo Mundo. Podemos pensar que, no cenário cubano “onde a identificação nacional tornava-se força política, formava uma espécie de substrato geral da política” (HOBSBAWM, 1988, p. 131).

Nessa ótica, o patriotismo/nacionalismo cubano deve ser entendido como uma política de enfretamento ao colonialismo espanhol e ao imperialismo norte-americano. Observa-se a ideologia colonialista/imperialista como “[...] geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável” (ZIZEK, 1996, p. 7). Desse modo, houve a criação de um comércio com uma moeda universal, uma reorientação frente às taxas alfandegárias e o fechamento de portas para a rede comercial com a Europa. Segundo o governo norte-americano, era uma forma de proteger os países hispânicos acerca de tentativas de ensaios de reconquistas por parte das potências europeias (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 154-167).

O texto de Martí, “*La Conferencia Monetaria de las Repúblicas de América*”, publicado na *La Revista Ilustrada*, de Nova Iorque, em maio de 1891, trata das conferências monetárias de Washington, que se divide em um convite a duas reuniões: 24 de maio de 1888 (o convite); 7 de abril de 1890; e, 23 de março de 1891. A solicitação da conferência veio por parte do governo dos Estados Unidos para os povos da América Latina. A intenção era criar um mercado unitário com uma moeda universal de circulação. Posto isso, dissertou:

*El 24 de mayo de 1888 envió el presidente de los Estados Unidos a los pueblos de América, y al reino de Hawaii en el mar Pacifico, el convite donde el Senado y la Cámara de Representantes los llamaban a una Conferencia Internacional en Washington, para estudiar, entre otras cosas, “la adopción por cada uno de los gobiernos de una moneda común de plata, que sea de uso forzoso en las transacciones comerciales. Reciprocas de los ciudadanos de todos los Estados de América”. El 7 de abril de 1890, la Conferencia Internacional Americana, en que eran parte los Estados Unidos, recomendó que se estableciese una unión monetaria internacional; que como base de esta unión se acuñasen una o más monedas internacionales, uniformes en peso y ley, que pudiesen usarse en todos los países representados en esta Conferencia; que se reuniese en Washington una Comisión que estudiase la cantidad, curso, valor y relación de metales en que se habría de acuñar la moneda internacional. El 23 de marzo de 1891, después de un mes de prórroga solicitado de la Comisión Monetaria Internacional reunida en Washington, por la delegación de los Estados Unidos, “para tener tiempo de conocer la opinión pendiente de la Cámara de Representantes sobre la acuñación libre de la plata”, declaró la delegación de los Estados Unidos, ante la Conferencia, que la creación de una moneda común de plata de curso forzoso en todos los Estados de América era un sueño fascinador, que no podía intentarse sin el avenimiento con las demás potencias del globo. Recomendó la delegación el uso*

*del oro y la plata para la moneda, con relación fija (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 157, grifos nossos).*

Seus apontamentos denunciam que a discussão sobre a união está centrada em interesses. A política é feita de consenso (administrar conflitos, negociar, etc.). O convite à união de uma única moeda em circulação aparentava ser algo benéfico aos países latino-americanos, mas, para o intelectual cubano (qual o motivo dessa proposta feita pelos norte-americanos?), não havia condições de se unir a um país que, historicamente, desdenha a América Latina. Há um tom de superioridade anglo-saxônica em relação à etnia latino-americana. Martí orientou o olhar para esse fator cultural, levantou a hipótese de que dentro das relações econômicas não seria diferente, refutou a tese de união unilateral, na qual a comercialização das mercadorias deveria ser universal e não apenas com um grupo restrito. Nessa direção, o intelectual cubano expôs:

*A lo que se ha de estar no es a la forma de las cosas, sino a su espíritu. Lo real es lo que importa, no lo aparente. En la política, lo real es lo que no se ve. La política es el arte de combinar, para el bienestar creciente interior, los factores diversos u opuestos de un país, y de salvar al país de la enemistad abierta o la amistad codiciosa de los demás pueblos. A todo convite entre pueblos hay que buscarle las razones ocultas. Ningún pueblo hace nada contra su interés; de lo que se deduce que lo que un pueblo hace es lo que está en su interés. Si dos naciones no tienen intereses comunes, no pueden juntarse. Si ce juntam, chocam (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 158).*

As análises de Martí sobre das Conferências foram céticas frente aos interesses do governo estadunidense, ao afirmar que “*los países que no tienen métodos comunes, aun cuando tuviesen idénticos fines, no pueden unirse para realizar su fin común*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 159). Acrescentou que “*na vida comum, ideias e hábitos devem ser comuns*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 159)<sup>69</sup>. Nesse sentido, a evidência era a de que a união monetária seria desigual entre os Estados Unidos e os países de origem hispânica pelo fato de não se encontrarem no mesmo nível de desenvolvimento econômico. Partindo desse pressuposto, o intelectual cubano pregou o ideal de um universalismo em relação ao comércio:

*El caso geográfico de vivir juntos en América no obliga, sino en la mente de algún candidato o algún bachiller, a unión política. El comercio va por las vertientes de tierra y agua y detrás de quien tiene algo que cambiar por él, sea monarquía o república. La unión, con el mundo, y no con una parte de él; no con una parte de él, contra otra (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 160).*

Suas considerações acerca desse pacto econômico que, à época, estava em curso, foram de desaprovação da união monetária. Sua defesa era a de um comércio livre, que não impedisse os países hispânicos de comercializar seus produtos com a Europa. O acordo proposto nas Conferências representou em alguma medida um bloqueio econômico às recém-

<sup>69</sup> “En la vida común, las ideas y los hábitos han de ser comunes” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 159).

repúblicas do Novo Mundo. O revolucionário cubano ofereceu considerações críticas sobre o real interesse estadunidense em relação à união pan-americanista:

**Quien dice unión económica, dice unión política. El pueblo que compra, manda. El pueblo que vende, sirve.** Hay que equilibrar el comercio, para asegurar la libertad. **El pueblo que quiere morir, vende a un solo pueblo, y el que quiere salvarse, vende a más de uno.** El influjo excesivo de un país en el comercio de otro, se convierte en influjo político. La política es obra de los hombres, que rinden sus sentimientos al interés, o sacrifican al interés una parte de sus sentimientos. Cuando un pueblo fuerte da de comer a otro, se hace servir de él. **Ni uniones de América contra Europa, ni con Europa contra un pueblo de América** (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 160, grifos nossos).

Martí elencou uma série de questões indispensáveis sobre os desejos norte-americanos com os países latino-americanos. O que chama atenção no seu texto é a ideia de que a relação econômica de uma grande potência com um país recém-liberto (em condição de semicolonial) das amarras do colonialismo era capaz de causar dependência econômica e política. Desse ponto de vista, as relações econômicas desiguais acarretam um nexo de submissão econômica que cria um reflexo que reverbera na esfera política (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 160).

Quando Martí arquitetou a crítica ao incipiente imperialismo dos Estados Unidos, que interferia na autonomia dos países hispano-americanos foi, justamente, para demonstrar que política e a economia são questões que andam entrelaçadas na dinâmica da vida estatal e social de qualquer país. O governo norte-americano com maior poder econômico, começou a intervir, imediatamente, de forma diplomática e até militar em questões políticas de outros países. Um exemplo explícito dessa ação é encontrado nas medidas tomadas em Cuba na década de 1890 (MARTÍ, 1891 v. 6, p. 160). As ponderações do revolucionário cubano sobre a maneira que o governo norte-americano estava traçando os projetos de integração pan-americanista foram bem delineadas e apresentadas nos seus textos. Observemos o teor de sua argumentação acerca do tema:

*[...] los Estados Unidos prepondere hoy, siquiera, aquel elemento más humano y viril, aunque siempre egoísta y conquistador, de los colonos rebeldes, ya segundones de la nobleza, ya burguesía puritana; sino que este factor, que consumió la raza nativa, fomentó y vivió de la esclavitud de otra raza y redujo o robó los países vecinos, se ha acendrado, en vez de suavitarse, con el injerto continuo de la muchedumbre europea, cría tiránica del despotismo político y religioso, cuya única cualidad común es el apetito acumulado de ejercer sobre los demás la autoridad que se ejerció sobre ellos* (MARTÍ, 1891 v. 6, p. 159-160).

Neste curto segmento, abordou uma variedade de assuntos a serem explorados: a questão do espírito conquistador, o individualismo do norte-americano e suas heranças despóticas da civilização europeia decorrentes das relações tirânicas. De acordo com suas afirmações, os Estados Unidos poderiam ter escolhido o caminho da reciprocidade com os países da periferia capitalista, no entanto, continuou a tornar mais delineada a exploração. Cuba foi um “laboratório” de experiências da espoliação do capital privado norte-americano,

uma espécie de “empresa do açúcar”, conforme definiu Ortiz (1987, p. 53): um “organismo sacarífero”.

Como a união econômica estava diretamente entrelaçada com a ligação política, logo, esse modelo de junção de mercados efetivaria como uma dominação também nesse aspecto. O revolucionário cubano frisou que os acordos comerciais iriam favorecer os norte-americanos pela sua política de interesses intervencionistas na diplomacia de países vizinhos com fragilidades econômicas e institucionais. Era o caso de Cuba, que ainda não podia ser denominada de país, pelo fato de não ter um Estado autônomo para direcionar seus anseios na cena nacional e, tampouco, internacional (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 159-160).

Nessa direção, Vladimir Ilyich Lênin (2011, p. 218) afirmava que os países ditos “atrasados” nos campos econômico e da cultura, historicamente, tinham sido alvo do imperialismo dos países do centro capitalista. A relação de troca de matérias-primas por produtos industrializados era e é uma relação desigual. A ideia de internacionalização do capital é um dos fenômenos fundamentais para a expansão da exploração e monopolização dos mercados, criando uma oligarquia financeira.

Na perspectiva leninista (2011, p. 247), a estrutura do imperialismo é composta pela transnacionalização do capital estrangeiro, conduzido com o auxílio do Estado que fomenta os investimentos privados além das fronteiras do seu território. O século XIX marcou o apogeu da produção do açúcar em larga escala e de outros produtos em menor proporção como o café e o tabaco. Fernandes (2007, p. 53) asseverou que essa conjuntura foi o auge da “feitoria do açúcar” em Cuba, como o principal produto da sua economia.

As observações de André Gunder Frank a respeito do imperialismo em solo latino-americano são essenciais para percebermos o que ocorreu em Cuba. “A terra foi concentrada rapidamente em poucas mãos particulares, e, logo depois, em mãos de corporações privadas domésticas e estrangeira” (GUNDER FRANK, 1980, p. 202). Nessa direção, “[...] o imperialismo na América Latina [não] apenas se utilizou do Estado para invadir a agricultura; encampou quase todas as instituições econômicas e políticas com o intuito de incorporar a economia inteira no sistema capitalista” (GUNDER FRANK, 1980, p. 204).

As “Conferências Monetárias das Repúblicas da América” apenas confirmaram o real interesse dos Estados Unidos nos países vizinhos e o controle da exploração dos mesmos (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 154-167). Conforme já apontamos, Martí desaprovou com suas advertências o projeto pan-americano, que, mais tarde, Ayerbe somente veio a confirmar:

Como parte desse processo há um crescente interesse pelo controle do acesso a matérias-primas e mercados na região do Caribe, que, no caso de Cuba, implicará importantes mudanças na sua inserção internacional, já que seu status de colônia

espanhola passa a incorporar novas relações de dependência econômica com os Estados Unidos. Os interesses comerciais norte-americanos estavam presentes no açúcar, minério de ferro, manganês, tabaco e nas ferrovias (AYERBE, 2004, p. 22).

O debate do projeto pan-americano foi o cerne da questão o programa imperialista dos ianques, constatado por Martí como o início de um experimento de criar uma “urdidura comercial”, ou seja, uma rede de relações econômicas na América que levaria à dominação e ao açambarcamento de mercadorias. O intelectual cubano não se omitiu a criticar essa perspectiva integracionista. No seu texto *“Los Asuntos Hispanoamericanos En Washington: El Ferrocarril Internacional. Política Interior y Exterior. Blaine y los Tratados de Reciprocidad”*, assinalou questões importantes sobre os planos econômicos dos Estados Unidos para a América Latina:

*Lo primero, por supuesto, que recomendó la Secretaría de Estado al Congreso, de todo lo que acordó la Conferencia, fue el proyecto de ferrocarriles, donde están Camegie y Davis, y fue al Congreso con su nota de Blaine, que alude sin ira al desarrollo de los ferrocarriles argentinos, como al de los de México y Chile, y un mensaje presidencial, en que se apoya la idea, aunque no le faltó modo de poner, entre razón y razón, esta frase amorosa sobre los vapores: “La creación de líneas nuevas y mejoradas es indudablemente el medio más rápido de desenvolver un tráfico mayor con las naciones de la América latina”. Y luego con vivo empeño y nuevo mensaje y nota, se propuso la incorporación del Banco Panamericano, cuya comisión está en sesiones desde que conoció el proyecto el Congreso [...] (MARTÍ, 1890, v. 6, p. 113, grifos nossos).*

O plano da criação de uma ferrovia originaria vias de comércio que desencadearia uma rede de relações internacionais entre os países latino-americanos e os Estados Unidos. O então secretário de Estado norte-americano, James Gillespie Blaine (1830-1893), viu com boa impressão esse projeto de internacionalização do comércio entre os americanos, apesar de ser uma espécie de agente do governo estadunidense que ressaltava que esse plano tinha que ser executado de forma honesta, recíproca e harmônica entre as nações. Ele até mesmo condenou algumas atitudes dos Estados Unidos. Analisando de maneira minuciosa as “falas” de Blaine sobre as Conferências de Washington, Martí enumerou vários trechos:

*¿Pero a qué quieren los manufactureros republicanos la protección inútil, si éstos son los únicos pueblos a que, por los precios altos de la protección, podemos vender, y no les venderemos si no los ligamos, con tratados recíprocos? Ni podremos conservar la protección aquí, si no halagamos la opinión con este aumento de comercio, y todo lo que se entiende por tratados de reciprocidad (BLAINE, s.d., apud MARTÍ, 1890, v. 6, p. 115, grifos nossos).*

Martí destacou, nos pronunciamentos de Blaine, suas posições progressistas em relação ao projeto pan-americano no tocante ao comércio de produtos. Suas interpelações sobre a necessidade de trabalhar em uma política econômica recíproca com os demais países da América. O secretário de Estado tinha uma posição nítida acerca do modelo de livre comércio que deveria ser implantado, a necessidade de nivelar as taxas alfandegárias das nações que participariam da rede comercial que estava sendo projetada, facilitando a

circulação das mercadorias de modo igual para todos os países (MARTÍ, 1890, v. 6, p. 115). No fragmento abaixo, o revolucionário cubano ressaltou a presença norte-americana na comissão de organização dos assuntos econômicos do pan-americanismo que se encontrava em formação, à época:

*[...] los asuntos de la Conferencia, sobre todo cuando los diez comisionados propuestos para organizar el banco de negocios son los mismos diez a quienes los Estados Unidos nombraron de delegados al congreso de naciones de América. De un banco no hay que decir mal, si viene con honradez; ni están hoy los pueblos para atufarse, tejado contra tejado, y enseñarse los dientes uno a otro, sino para vivir en vigilante paz, que con nada se asegura tanto como con el interés natural y libre, ni se compromete más que con convenios artificiales y forzosos (MARTÍ, 1890, v. 6, p. 113).*

As críticas feitas pelo intelectual cubano foram justamente ao discurso protecionista dos Estados Unidos a respeito das nações hispano-americanos. O interesse estadunidense foi o que o deixou com dúvidas das reais intenções do “vizinho” do Norte em salvaguardar as economias dos países hispânicos (MARTÍ, 1890, v. 6, p. 113). Slavoj Žižek (1996) apontou a real intenção da ideologia dos países centrais do capitalismo quando intervém nos espaços “terceiro-mundistas” com uma ótica de trazer a ordem, isto é, a normalidade, mas, no fundo, escamoteiam a realidade. O filósofo esloveno ilustrou esta questão com as seguintes afirmações:

*[...] o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil **mentir sob o disfarce da verdade**. Quando, por exemplo, uma potência ocidental intervém num país do Terceiro Mundo em decorrência de violações dos direitos humanos, pode ser perfeitamente “verdadeiro” que, nesse país, os direitos humanos mais elementares não têm sido respeitados, e que a intervenção ocidental ira efetivamente melhorar o quadro desses direitos. Mesma assim, essa legitimação é “ideológica”, na medida em que deixa de mencionar os verdadeiros motivos da intervenção (interesses econômicos etc.) (ŽIZEK, 1996, p. 14, grifos nossos).*

Para pensar as “Conferências Monetárias de Washington”, utilizando uma expressão aceitável, é preciso “escovar” a história a “contrapelo” no sentido benjaminiano, como afirmou Michael Löwy (2011, p. 23), ou seja, desnudá-la para compreender sua real intenção acerca dos países hispânicos. Como vimos, havia um embate entre a forma que as mercadorias iriam circular na rede de comércio pan-americana, que ainda não se encontrava alinhavada. Deve-se ressaltar que era o secretário Blaine que tentava construir uma união comercial recíproca entre a América, porém, encontrava dificuldades por pressões de alguns setores da indústria e da agroindústria estadunidense, como colocado em alguns trechos no texto (MARTÍ, 1890, v. 6, p. 115).

Fazendo um recorte específico para pensar o contexto de Cuba nesse período, é perceptível a presença do Estados Unidos nos assuntos internos da, então, ainda colônia espanhola. Havia a circulação de ideias anexionistas sobre a ilha caribenha por parte do

governo norte-americano. Como sublinhou Fernandes (2007, p. 69), havia uma satelitização política no território cubano e o desenvolvimento de uma economia privada e latifundiária.

Martí, em um de seus textos, esboçou que, apesar da tendência intervencionista dos Estados Unidos, uma pequena parte da imprensa estadunidense reconheceu que Cuba deveria ser livre. Na ocasião, o revolucionário cubano destacou o periódico da Flórida, *Public Ledger* que era “[...] *hostil al pensamiento de anexión* [...]” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 149). O jornal cumprimentou a cúpula do Partido Revolucionário Cubano (PRC) da seguinte maneira:

*Aparte de la simpatía con que los Estados Unidos han visto la lucha de Cuba por su independencia, hay una razón de mucha monta para que, como nación, tome un interés profundo en la suerte de Cuba. Hay una política de naciones, como hay una política de barrio, y ha venido a ser pesadilla constante de los que piensan en estas cosas la idea de que Cuba cayese en las manos de Inglaterra o de Alemania. Los Estados Unidos no pueden tomar a Cuba bajo su protección; pero tampoco pueden ver esta rica y adelantada isla en manos de un poder extranjero, y tal vez enemigo. El daño a nuestro comercio sería muy grande, y mayor el de nuestro prestigio. Pero esto tiene comparativamente poco que hacer con nuestros afectuosos sentimientos hacia Cuba y sus patrióticos ciudadanos, que nacen del deseo fraternal de un país hermano que le desea vientos bonancibles y la obediencia al mandato bíblico, escrito en nuestra vieja campaña de la libertad: ¡Proclámese la libertad por todo el mundo, para todos los habitantes de la tierra! (PUBLIC LEDGER, 1890 apud MARTÍ, 1892, v. 2, p. 150, grifos nossos).*

O jornal *Public Ledger* era favorável à intervenção em Cuba, mas assinalou que não deveria existir anexação. A colaboração no processo independentista cubano era necessária, tinha que ser feita para assegurar sua autonomia e não para transferi-la a outra potência estrangeira (MARTÍ, 1892). Assim, Martí escreveu sobre o momento histórico que estava ocorrendo em Cuba e o seu respeito por parte da imprensa estadunidense pelo parecer favorável sobre a precisão de tornar a ilha caribenha independente e autodeterminada:

*Cuando el interés actual o futuro, el miedo al sacrificio, y la tradición oligárquica, pudieran intencionalmente demorar o impedir, en Cuba y en Puerto Rico, el conocimiento del espíritu y fines del Partido Revolucionario Cubano, cuando el temor exagerado de la inevitable lucha, y el poco saber de los cubanos mismos sobre los recursos suficientes de Cuba para la guerra y la república, **mueven a hombres útiles a desear, para el mal urgentísimo, el remedio fantástico de la anexión a los Estados Unidos** – que es a la política verdadera de Cuba como la alquimia a la química, y a la política verdadera de América como el veneno en la copa; cuando pudieran los cubanos ignorantes o imprevisores tener en menos de lo que deben el esfuerzo cordial de sus compatriotas por componer en una política equitativa los restos desordenados o dañinos de la guerra descompuesta, y de la política equivocada de la paz – **oportuno tomar nota del respeto que el Partido Revolucionario Cubano inspira a la prensa extranjera, y principalmente, a la de los Estados Unidos** (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 148, grifos nossos).*

O intelectual cubano levantou questões importantes nesse texto sobre as dificuldades de mobilização de todos os cubanos que desconheciam as pautas do PRC e seu comprometimento com a causa independentista. Essa apatia por parte de alguns cubanos seguiu um caminho que parecia o mais viável, a submissão de Cuba pelo governo norte-

americano. Essa via foi rejeitada por Martí em uma carta ao seu amigo mexicano Manuel Mercado (1838-1909), na qual, referindo-se aos Estados Unidos, afirmou: “*viví en el monstruo y conozco tus entrañas*” (MARTÍ, 1895, v. 4, p. 168).

Eugênio Rezende de Carvalho (2003, p. 180-181) ressaltou a mudança de posição do intelectual cubano frente ao “vizinho do Norte”: em um primeiro momento, manifestou sua admiração pelas instituições eficientes, mas, posteriormente, começou a rejeitar a forma dos Estados Unidos de lidar com as políticas externas, sobretudo, com os países hispânicos. No seguinte trecho, há algumas colocações pertinentes sobre sua posição:

*[...] más vitalmente interesados en impedir que en Cuba se abra, por la anexión de los Imperialistas de allá y los españoles, el camino que se ha de cegar, y con nuestra sangre estamos cegando, de la anexión de los pueblos de nuestra América, al Norte revuelto y brutal que los desprecia, - les habrían impedido la adhesión ostensible y ayuda patente a este sacrificio, que se hace en bien inmediato y de ellos* (MARTÍ, 1895, v. 4, p. 168).

Ele fala sobre suas interpelações contra o imperialismo norte-americano na sua gênese. Quando a grande ameaça à autonomia de Cuba era a Espanha, mesmo enfraquecida no início do século XIX, o intelectual cubano já alertava a necessidade de observar a formação da dominação ianque que se estendia na América. Uma questão que deve ser reforçada é que a intervenção feita em Cuba por parte dos estadunidenses não foi, propriamente, levada a cabo pelo Estado, mas a espoliação da ilha caribenha foi dada ao capital privado, o que Ortiz (1987, p. 53) chamou de “*latifundio azucarero*” para denominar a produção em larga escala do açúcar no território cubano.

O imperialismo estadunidense foi expressão máxima da exploração privada, uma espécie de teste da “empresa transnacional”, primeiramente, aplicada em Cuba e disseminada pelo restante da América Latina. Nesse sentido, o parecer de Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2011, p. 38) é que não há reforma que torne o imperialismo mais brando e humano, ou seja, de qualquer modo, é extorsão capitalista. Lênin (2011, p. 2018), de sua parte, afirmou: “A concentração da produção e do capital levado a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica”.

As considerações de Gunder Frank (1980, p. 205) são importantes para a compreensão do movimento das ideias das burguesias da América Latina, historicamente, alinhadas aos planos político-institucionais das metrópoles e das potências imperialistas: “[...] é instrutivo dedicarmos especial atenção à grande (e crescente) dependência política e ideológica das burguesias latino-americanas e dos seus Estados ‘independentes’ em relação à metrópole” (GUNDER FRANK, 1980, p. 2001).

Como afirmou Louis Althusser (1985, p. 58), não existe possibilidade de reprodução do sistema capitalista sem que haja subjetivação da ideologia do capital internalizado, ou seja, é preciso que o próprio regime de acumulação imperialista crie as condições para se reproduzir ao longo do tempo-espaço, enquanto tal. Isso implica estendê-las ideologicamente além das fronteiras dos países de capitalismo dependente.

Nessa esteira, a “possibilidade de modernizar a colonização e a possibilidade ainda mais importante, para eles, de levar a colonização até ao fundo, casaram a modernidade de Cuba com um destino colonial” (FERNANDES, 2007, p. 52). O sociólogo brasileiro delineou a forma de “renovação” do sistema colonial aplicado na ilha caribenha, ao destacar que:

O peculiar, de um ângulo histórico sociológico, é que essa evolução, em Cuba, se dá dentro e através da dominação colonial direta da Espanha. **O antigo regime colonial não foi nem abolido nem derrocado: ele se adaptou às condições históricas** em que ocorre essa revolucionária alteração do padrão de desenvolvimento econômico e sociocultural da colônia. A conjunção entre escravidão e latifúndio se extinguiu antes do fim do século; porém, a ligação dinâmica do latifúndio com o açúcar continua e alcança proporções ainda maiores na evolução ulterior. Tudo isso faz com que as transformações, iniciadas durante esse século [19], tivessem consequências enormes tanto para impedir a eclosão de uma revolução de emancipação nacional suficientemente forte, quanto para condicionar e permitir a conversão da dominação colonial direta em dominação colonial indireta permanente (na verdade, sob um tipo de *indirect rule* [regra indireta] que não seria exclusivo, mas que em nenhuma parte chegou a ser tão completo) (FERNANDES, 2007, p. 51, grifos nossos).

Assim, acreditamos que existem alguns elementos de “revolução passiva”<sup>70</sup> presentes nessa transição, visto que, “na verdade, o florescimento colonial tardio coincidia com um novo modo de incorporação de Cuba ao mercado mundial, à tecnologia agroindustrial de ponta e aos dinamismos da economia estadunidense” (FERNANDES, 2007, p. 55). Partindo dessa reflexão, o que houve em Cuba, no final do século XIX, foi uma modernização e aprimoramento da extorsão, que passou de um paradigma colonial para um dar lugar a uma “nova” forma neocolonial/imperialista. Desse modo, podemos observar alguns componentes de “revolução passiva” a partir das observações aqui efetuadas. O aparato gramsciano, à luz de Carlos Nelson Coutinho, nos fornece a seguinte definição:

Podemos resumir do seguinte modo algumas das características principais de uma revolução passiva: 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu subversivismo esporádico, elementar, ou seja, ainda não suficientemente; 2) essa reação, embora tenha como finalidade principal a conservação do domínio dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de uma certa parte de reivindicações providas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se modificações que abrem caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de

<sup>70</sup> Temos a “[...] revolução passiva, termo que Gramsci recolhe do historiador napolitano Vincenzo Cuoco [1770-1823], atribuindo-lhe um novo conteúdo. Trata-se de um instrumento-chave de que Gramsci se serve para analisar os eventos do *Risorgimento*, ou seja, da formação do Estado burguês na Itália. Mas o conceito é também utilizado por ele como critério de interpretação de fatos sociais complexos e até mesmo de épocas históricas inteiras [...]” (COUTINHO, 2010, p. 32).

uma completa **dialética de restauração e revolução de conservação e modernização** (COUTINHO, 2010, p. 33-34, grifos nossos).

O terceiro ponto assinalado pelo escritor brasileiro é o que mais se adequa à análise do estado cubano no contexto oitocentista. A concepção de “revolução”, somente ocorreu no sentido de modernização das “velhas” práticas de dominação colonial. A estrutura política foi totalmente conservada, no entanto, no âmbito econômico, houve revolução/modificação/atualização. Em outras palavras, o poderio a respeito da vida econômica foi cedido ao capital privado. Então, não podemos descartar a noção de “revolução passiva” para a observação de um aprofundamento com traços de “renovação” e conservação do sistema de *plantation* na ilha caribenha. A forma mais alinhavada dessa transição de Cuba, do poder colonial espanhol para o capital privado norte-americano, foi a “[...] ‘combinação entre o velho e o novo’” (COUTINHO, 2010, p. 34).

Os apontamentos de Fernandes (2007, p. 68-69) sobre a ideia de frustração da “revolução nacional” em Cuba, em 1895, foi também o marco da derrota física e orgânica do movimento insurrecional no conflito da Guerra Necessária (1895-1898). Observemos suas ponderações sobre o *status quo* da ilha caribenha após esse revés:

Daí resultava um vazio político letal, pois não havia como pensar esse fator. As massas de trabalhadores espoliadas possuíam um núcleo organizado e politicamente ativo muito reduzido e não poderiam servir de suporte à saturação política revolucionária do pólo militar. Se a intervenção estadunidense não se concretizasse, a ausência da compensação não teria importância. Dada a intervenção, a revolução foi bloqueada no plano militar e paralisada no plano político; o que resultou dela foi, em sentido estrito, **uma transição neocolonial para uma nebulosa e longínqua emancipação nacional** (FERNANDES, 2007, p. 62, grifos nossos).

As posições de Martí foram de alerta constante contra os interesses estadunidenses em Cuba e no restante da América. A esse respeito, ele mencionou que “[...] *el sistema imperial, por donde se corrompen y mueren las repúblicas*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 165). Os reparos do intelectual cubano acerca desse impasse, historicamente, foram cautelosos, pois “*antes de unirse a un pueblo, se ha de ver qué daños, o qué beneficios, pueden venir naturalmente de los elementos que lo componen*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 159).

Caminhando para concluir a crítica de Martí ao imperialismo norte-americano, no seu nascedouro, o que podemos perceber e, até mesmo, reafirmar, é que os anos finais do século XIX, em Cuba foram, praticamente, dominados no campo econômico pelos Estados Unidos, não necessariamente pela intervenção direta do capital do Estado, mas pelo empreendimento privado. Não afirmaremos que o revolucionário cubano foi o primeiro crítico da política expansionista e anexionista, porque antes existiu uma figura importante nesse embate, que foi Simón Bolívar (1783-1830) (MARTÍ, 1893, v. 8, p. 241-248), mas não podemos deixar de destacar que Martí foi um crítico vigoroso e rigoroso do imperialismo na América Hispânica.

Portanto, o ano de 1895 marcou a derrota do grupo insurrecional e de seu líder, lançou raízes na história cubana e criou uma cultura revolucionária na ilha, a qual estaria presente na Revolução de 1959 (JAMES, 2010, p. 344-372). “Em síntese, se o apogeu do neocolonialismo [imperialismo] trouxe consigo uma época de ouro, esta só [existiu] para os especuladores da economia central e para um reduzido número de cubanos privilegiados” (FERNANDES, 2007, p. 77). Assim, o cenário cubano oitocentista foi o período de transição do poder econômico para o capital privado norte-americano e que acelerou de forma contundente o enfraquecimento do poder político-econômico, na ilha caribenha, capitaneado pela Coroa Espanhola. Esse cenário foi aquele em que o intelectual cubano atuou na formação do corpo insurrecional cubano.

### 3 A CONSTRUÇÃO DO CORPO INSURRECIONAL CUBANO

“[...] na história moderna, ‘particular’ não tem mais o mesmo significado que tinha em Maquiavel e em Guicciardini, não indica mais o mero interesse individual, mas o grupo social”.

Antônio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, 1999, v. 1, p. 435.

Nesta seção, investigamos a construção do corpo insurrecional cubano, com o intuito de mapear como Martí, através de sua ação teórico-prática, foi capaz de organizar e dirigir um grupo de revolucionários para lutar contra o poder metropolitano espanhol que era exercido em Cuba no final do século XIX. Nesse sentido, para construir este itinerário de análise, fez-se necessário percorrer sua atuação como intelectual de partido que se comunicava com a massa cubana, principalmente os cubanos exilados, que foram o fulcro para a consolidação da organização dos insurretos, pelo fato de a ilha caribenha, à época, estar passando por um período de cerceamento dos sujeitos que se colocavam contra a Coroa Espanhola.

Nessa ótica, buscamos examinar os mecanismos utilizados por Martí para capitanear seu modelo de pensamento, que se tornou fundamental para desencadear uma intervenção prática, ou seja, um agir revolucionário em prol da independência de Cuba. Esse feito só foi possível por causa de uma investida “contra-hegemônica” conduzida pelo intelectual cubano frente à hegemonia do colonizador espanhol.

Para esquadrihar a atuação de Martí, valemo-nos da fundamentação teórica de Eric Hobsbawm (2019, p. 17-18), ao lançarmos mãos às “[...] ferramentas e materiais habituais de nosso ofício trabalhando em arquivos e outras fontes primárias, lendo uma enorme quantidade de literatura secundária [...]”. Nessa esteira, o cruzamento das fontes primárias com textos historiográficos foi primordial para a construção da investigação acerca do nosso objeto de estudo.

Esta seção é composta por quatro subseções: na 1), buscamos desenvolver uma discussão a respeito dos exílios e viagens que foram essenciais para a constituição da visão de mundo de Martí, pois acreditamos que não seria possível acompanhar o desenvolvimento de seu pensamento sem antes compreender sua trajetória enquanto intelectual que sofreu o ostracismo, uma experiência que lhe possibilitou uma olhar “alargado” para a construção da sua concepção de mundo; na 2), observamos e enfatizamos a importância da atividade

jornalística de Martí para a circulação das ideias revolucionárias do Partido Revolucionário Cubano (PRC), que foram disseminadas no jornal *Patria*, de Nova Iorque, e uma visão macro em relação à América, que, com recorrência, era colocado em pauta no periódico *El Partido Liberal*, do México; na 3), nos ocupamos da investigação do PRC como o cerne da organização para a construção do corpo insurrecional cubano, em que residia todo o aparato teórico da direção do programa revolucionário e, sobretudo, procuramos “desmistificar” a noção de que o processo independentista foi empreendido apenas por um grupo de homens desordenados com um sentimento de martírio e heroísmo, em favor de sua pátria; na 4) por fim, nos debruçamos sobre o pensamento conservador criado pela Coroa espanhola e pelo alto estamento cubano, que coexistia, dentro de Cuba, com o pensamento radical do PRC e, conseqüentemente, foi uma corrente ideológica que formou uma consciência regressista, na ilha caribenha, dificultando, então a organização do grupo de insurretos.

### **3.1. As experiências: viagens, exílios e escrita como formação**

A trajetória de intelectuais envolvendo viagens e exílios, historicamente, tem sido fator de reflexão dentro do campo historiográfico, o que permite adentrar um universo de lutas político-institucionais em que esses sujeitos estiveram envolvidos contra a ordem vigente de suas pátrias e que, de certo modo, se encontravam em situações “embaraçosas” por causa das defesas irredutíveis de seus ideais de mundo e, conseqüentemente, se viram obrigados a recorrer ao exílio como uma forma de sobrevivência.

Nesta subseção, procuramos desenvolver um esquadramento das viagens e exílios como atividades recorrentes na trajetória de Martí. Ao longo do texto, buscamos um itinerário para a compreensão de sua formação a partir das experiências acumuladas pela vivência em vários espaços e, sobretudo, as atividades desempenhadas durante um período determinado. A divisão de análise está centrada no percurso do intelectual cubano na Espanha, nos países hispânicos (México e Guatemala), em sua radicação nos Estados Unidos e em sua atuação em diversas frentes. As viagens por regiões diferentes ao Velho Mundo, às Américas do Norte e Central, depois de ter saído de sua terra natal, bem podem ter contribuído para uma concepção da América Hispânica como um todo orgânico.

Edward Said (2005, p. 67) compreende o intelectual exilado como uma espécie de “hóspede”. Esse sujeito, geralmente é, por essência, um viajante e um deslocado, como assinalou Ramos (2008, p. 221), é um “cronista-viajante” que, ao se distanciar de sua terra natal, se depara com outras realidades e as registram como experiências. No entanto, a viagem

e o exílio trazem consigo uma sensação de sempre estar fora de lugar, isto é, “desterretorializado”, tomando por empréstimo às ideias de Milton Santos:

Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. Daí a ideia de desterritorialização. Desterritorialização é, também, desculturalização. [...] Quando homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. [...] O homem mora talvez menos, ou mora muito menos tempo, mas ele mora: mesmo que ele seja desempregado ou migrante. A ‘residência’, o lugar de trabalho, por mais breves que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem (SANTOS, 2019, p. 597).

Caminhando nessa direção, as observações de Ramos (2009, p. 152) acerca da trajetória de Martí, que foi constituída a partir de exílios, escritas e experiências socioculturais e políticas, vinculam-se com sua atividade de cronista como uma categoria de crítica social àquilo que o rodeava. Não só registrava o que via, mas também o que faltava no ambiente em que estava inserido. A viagem era uma experiência cultural, por causa do contato com o “Outro”, o desconhecido, o diferente, que alargava a dimensão do campo de vivências. O exílio era como um espaço de observação e reflexão, em que a escrita é/era o refúgio do exilado, no qual ele relata sua vivência, muito mais do que isso, apontar o estranhamento e representar o diverso. Theodor Adorno forneceu algumas reflexões sobre o exílio da seguinte forma:

**Todo o intelectual no exílio é, sem exceção, prejudicado e faz bem em reconhecê-lo**, se não quiser que lho façam saber de forma cruel por detrás das portas hermeticamente fechadas da sua auto-estima. Vive num ambiente que lhe deve permanecer incompreensível, por mais que saiba das organizações sindicais ou do tráfego urbano; **estará sempre desorientado**. Entre a reprodução da sua própria vida sob o monopólio da cultura de massas e o trabalho responsável há um hiato irreconciliável. Descaracterizada é a sua língua e sepultada está a dimensão histórica onde o seu conhecimento ia buscar forças. **O isolamento agrava-se [...]. Tudo isso deixa marcas em cada um** (ADORNO, 2001, p. 22, grifos nossos)<sup>71</sup>.

A deportação de Martí para a Espanha, em 1871, marcou o início de seu ostracismo. Saiu de seu país para evitar a morte no trabalho forçado nas minas cubanas. Na citação acima, vimos a figura do intelectual exilado sobre a “mutilação”: da separação dos laços familiares; da perda de sua cidadania; do distanciamento de sua pátria e do isolamento de sua pessoa em virtude de apresentar os problemas de seus contextos, inquietações e incertezas, que o fizeram

<sup>71</sup> O termo “cultura de massa” rendeu e rende várias discussões: “[...] Estados Unidos apareceram como principal produtor e divulgador do que ficou conhecido como cultura de massa. A cultura de massa, por sua vez, é o “produto” da indústria cultural, e não pode existir sem os meios de comunicação de massa. [...] Foi na segunda metade do século XIX, com o avanço do capitalismo liberal, que se consolidaria as duas condições fundamentais para a existência da indústria cultural: economia de mercado e a sociedade de consumo” (SILVA; SILVA, 2020, p. 226). Desse modo, é importante salientar que “[...] foi no século XX que se consolidou a cultura de massa” (SILVA; SILVA, 2020, p. 226). Para uma definição genérica dessa categoria: a “cultura de massa” age através da atuação, do desenvolvimento e da disseminação de conteúdos nos meios de comunicações (jornais, revistas, livros, músicas etc.) (SILVA; SILVA, 2020, p. 225). Assim, Martí experienciou a incipiente cultura massificada nos Estados Unidos.

agir de forma contestante contra a ordem vigente de sua época. O revolucionário cubano, em sua partida para a Espanha, deixou uma carta para Mendive, dizendo um pouco do que sentia naquele momento, uma reflexão de cunho, estritamente, subjetivo. A correspondência foi escrita em 15 de janeiro de 1871:

*Sr. Mendive: De aquí a 2 horas embarco desterrado para España. Mucho he sufrido, pero tengo la convicción de que he sabido sufrir. Y si he tenido fuerzas para tanto y si me siento con fuerzas para ser verdaderamente hombre, sólo a Vd. [usted] lo debo y de [...] de Vd. [usted]. es cuanto bueno y cariñoso tengo. Diga Vd. a Micaela que si he tenido muchas imprudencias, la bondad con que las disculpa me hace quererla más. Y a Paulina y a Pepe y a Alfredo y a todos, todo mi afecto. Muchísimos abrazos a Mario, y de Vd. [usted] toda el alma de su hijo y discípulo (MARTÍ, 1871, v. 20, p. 247).*

O resgate do período de encarceramento faz-se importante, uma vez que nos fornece subsídios para pensarmos os motivos de sua saída de Cuba para, posteriormente, adentrarmos na discussão sobre seu exílio. No trecho citado acima, demonstrou todo seu afeto a seus familiares, amigos e, principalmente, ao seu mestre. A deportação impõe ao indivíduo romper com laços antigos e criar novos, visto que essa ação não é uma escolha, é uma questão situacional, isto é, ocasional (MARTÍ, 1871, v. 20, p. 247). O cárcere foi uma etapa do martírio de Martí, marcando o início de sua luta política que foi fortemente reprimida pelo poder metropolitano espanhol. Recém-chegado à Espanha, em 1871, fez denúncias rigorosas à repressão espanhola no periódico “*El Presidio Político en Cuba*” (MARTÍ, 1871, v. 1, p. 45-74), atividade jornalística<sup>72</sup> de crítica às atrocidades cometidas em Cuba.

Em uma carta a Pedro de Maria de Mendive (1821-1886), datada de em 27 de outubro de 1869, quando ainda estava no *cárcel*, na cidade de Havana, Martí, ciente das suas condições, que desembocariam no seu ostracismo, disse: “*yo solo soy la culpa de todo lo que sucede; yo soy la única causa de lo que está pasando, y a mí, pues, se me debe juzgar el único culpable, porque a costo de mi vida no permitiría yo que por mí sufriesen ni Alfredo ni Micaela*” (MARTÍ, 1869, v. 20, p. 246). A fragmentação familiar foi algo que o afetou no cárcere e, posteriormente, no ostracismo. Para Ramos (2008, p. 210), seu desterro marcou a desintegração familiar e a dissolução dos laços e afetos. Said, nos seus apontamentos sobre o exílio, ofereceu observações que contribuem para uma reflexão sistemática da situação do intelectual expatriado:

Por isso, embora seja verdade afirmar que o exílio é a condição que caracteriza o intelectual como uma figura à margem dos confortos, do privilégio, do poder, de estar-em-casa (por assim dizer), é também muito importante insistir no fato de que essa condição traz em seu bojo certas recompensas e até privilégios. Assim, embora

<sup>72</sup> Nesta subseção, não nos ocupamos com afinco sobre a questão do jornalismo em Martí como uma atividade essencial para a disseminação de seu ideal e a formação do corpo revolucionário. A próxima subseção é reservada para refletir sobre a categoria de jornalismo de forma detalhada.

você não seja nem um ganhador de prêmios, nem bem-vindo a todas essas sociedades honorárias autocongratulatórias que rotineiramente **excluem desordeiros embaraçosos que desobedecem às regras do sistema ou poder, você está ao mesmo tempo colhendo algumas coisas positivas do exílio e da marginalidade** (SAID, 2005, p. 66, grifos nossos).

Nessa perspectiva, Martí, mesmo no desterro, distante de seus vínculos sociais e familiares, soube absorver o lado positivo do ostracismo, pois foi estudar e compreender a cultura europeia. Partindo desse pressuposto, “no fim das contas, o exílio não é uma questão de escolha: nascemos nele, ou ele nos acontece. Mas, desde que o exilado se recuse a ficar sentado à margem, afagando uma ferida, há coisas a aprender” (SAID 2003, p. 57). Assim, Martí se colocou diante do exílio como um período e espaço de experiência, que excedeu fronteiras e rompeu as demarcações do pensamento, ou seja, expandiu o campo de vivência e alargou o olhar frente ao diferente e ao desconhecido.

Viveu na Espanha durante os anos de 1871 a 1874, onde desenvolveu atividades importantes para sua formação enquanto *hombre de letras*, como se define nos textos reunidos no ensaio “*El Presidio Político en Cuba*” (MARTÍ, 1871, v. 1, p. 45-74)<sup>73</sup>. As marcas deixadas pelo cárcere em Cuba fizeram-no refletir de forma categórica sobre a violação de direitos mínimos de sobrevivência. Assinalou, nos seus escritos, os crimes cometidos contra os que se opunham ao governo colonial, dizendo: “*dolor infinito debía ser el único nombre de estas páginas. Dolor infinito, porque el dolor del presidio es el más rudo, el más devastador de las dolores, el que mata la inteligencia, y seca el alma, y deja en ella huellas que no se horrarán jamás*” (MARTÍ, 1871, v. 1, p. 45). Continuou o revolucionário cubano: “[...] *en nombre de la justicia, suprema verdad, yo os exijo compasión para los que sufren en presidio, alivio para su suerte inmerecida, escarnecida, ensangrentada, vilipendiada*” (MARTÍ, 1871, v. 1, p. 50).

No período em que esteve no país ibérico, teve a oportunidade de estudar de maneira formal em universidades e ter contato com a cultura e o conhecimento europeu, ao qual, posteriormente, veio a tecer críticas – conforme apontamos anteriormente. As cidades de Madri e Zaragoza foram onde Martí se estabeleceu na Espanha, destarte, foi o período de seu contato com o ensino universitário. Essa proximidade foi profícua, de acordo com Amanda Leite de Sampaio:

Martí [...] [foi] um ávido leitor e, enquanto permanece na Espanha, tem acesso a livros, revistas e periódicos. A partir da publicação Atlas José Martí, podemos apresentar os lugares relacionados com arte, letras e cultura aos quais José Martí

<sup>73</sup> Em uma nota de rodapé nas Obras Completas, há informações importantes para situarmos a produção de Martí de forma cronológico-histórica, nesse caso, delineando o início de sua produção: “Martí publicó este trabajo, en 1871, cuando solo contaba 18 años de edad, durante su primera deportación a España, en la imprenta de Ramón Ramírez, San Marcos, 32, Madrid” (CENTRO DE ESTUDOS MARTIANOS, v. 1, 2001, p. 44).

frequentou, e onde teve acesso a leituras diversas. Em Madrid, são eles: **Biblioteca Nacional, Ateneo de Madrid, Universidad Central, Teatro Real, Teatro de Variedades, Teatro del Príncipe, Real Museo (Museo del Prado), e Academia de Bellas Artes**. E na cidade de Zaragoza: Universidad Literaria, Instituto de Bachillerato, Teatro Principal e Teatro Lope de Vega (SAMPAIO, 2013, p. 55).

Sua condição de exilado tem diversas faces: a do sujeito desabrigado, fora de lugar, um observador de lugares e um absorvedor de experiências. A figura do indivíduo que é impedido de voltar para “casa”, constitui, por essência, um exilado (SAID, 2003, p. 53). Contudo, Martí, mesmo na condição de despatriado, não deixou de frequentar os espaços da “alta cultura”. Ademais, deu seguimento aos estudos e sempre esteve envolvido com o “mundo das letras”. A esse respeito, há registros em uma correspondência anônima de um pedido de material de estudo no espaço de tempo em que esteve na Espanha:

*Muy Sr. mío:*

*Perdone V. que haya pensado en molestar para una egoísta extravagancia mía la atención de V.*

*Hace dos meses, se presentó a V. un joven que le pedía trabajo intelectual, de versión, manual, cualquier trabajo que le produjese lo suficiente para el pago de su matrícula en la Facultad de Filosofía y Letras que espontáneamente amaba, y que con insaciable aliento de pobre deseaba para sí. El joven era yo; no tuvo V. trabajo; pero yo uní a mi título de Lic. en Derecho, mi título de Ldo. en Filosofía, en el mes pasado de setiembre.*

*Ahora, el día 19 de Oct. salí de Madrid y comenzaré muy pronto, fuera de España, el ejercicio de mi carrera. Me atrevo a hacer a V. una muy rara proposición. Para el ejercicio de mi carrera de Derecho, necesito muy esencialmente un Diccionario de Escriche y un libro de Comentarios de Gutiérrez. Y, sobre esto, me alegraría llevar conmigo los dos de Filosofía de Azcárate.*

*Pero en cambio de estos libros producidos, solo puedo yo ofrecer los frutos ligeros de una inteligencia incipiente que confía en producirlos un día. Por eso envío a V. esta especie de artículo cuya mayor parte escribí al volver de ver a V. el día en que me anunció que no tenía trabajo, y que para acompañar a esta carta termino ahora. Este artículo, otros como él, cuantos V. estima, si en algo son estimables, necesario que yo escriba, daré a V. con gusto si con mi propio trabajo puedo conseguir los libros que me han de ayudar para el desempeño de mi carrera, no para vida mía, que para esto no seguiría yo más carrera que la de hombre, para sostén y ayuda de mi pobre y agobiada casa.*

*Rara parecerá a V. esta carta. Artículos de buena voluntad por libros de buena ciencia. Trabajo ofrecido en cambio de bases de trabajo, no hay en ello, sin embargo, rareza alguna.*

*Vivo en la calle del Olmo, no. 3, pial. Allí espero la respuesta de esta carta y el perdón de mi extraña, y porque no conozco a V., atrevida proposición. (MARTÍ, 1874, s/p, grifos nossos)<sup>74</sup>.*

Na carta acima, há inúmeras questões pontuadas de cunho estritamente pessoal. O destinatário desconhecido deixa certo mistério sobre quem era seu interlocutor. O conteúdo interno da correspondência nos permite analisar sua passagem em solo europeu e seu cotidiano. Martí estava seguindo sua vida de estudo e, ao mesmo tempo, em busca de emprego para seu sustento e custeio de suas despesas com a vida universitária.

<sup>74</sup> Esse texto é parte de uma missiva de Martí, a qual não há identificação do destinatário. MARTÍ, José. Destinatário: A Destinatário Desconhecido. Zaragoza: outubro [ou novembro] de 1874.

Sua correspondência nos leva a entender que estava há dois meses à procura de emprego como jornalista. Sua primeira tentativa de obter emprego não teve êxito e, talvez por isso, tenha apontado a dificuldade que encontrava no exílio, em território espanhol. Fica evidente, em sua missiva, a aceitação de trabalhar de qualquer forma como um *hombre de letras*, colocando-se à disposição para produzir para o periódico por um valor simbólico, a fim de manter-se na Espanha (MARTÍ, 1874, s/p).

Posteriormente, enviou essa carta para o dono do periódico em que pretendia trabalhar, tentando convencê-lo de que lhe forneceria bons artigos em troca de bons livros que seriam centrais para seus estudos. Mesmo com a companhia de seu amigo, Domingues, salientou que não permaneceria por muito tempo na Espanha, pois pretendia atuar como advogado fora do país. Nesse aspecto, é sabido que Martí não tinha a intenção de se radicar no país. Como destacou Ramos (2008, p. 147), o exílio cansa o espírito de quem o sofre, por sua perspectiva assombrosa e traumática causada pelo isolamento. Nessa esteira, a volta do revolucionário cubano para a América Hispânica se consumaria no final do ano de 1874.

O intelectual cubano tem uma passagem rápida pela França no mesmo ano de sua ida para o México. Na França, teve contato com a obra de Victor Hugo (1802-1885). *A posteriori*, veio a traduzir o livro do escritor francês, *Mes Fils* (Meus Filhos, 1874) (SAMPAIO, 2013, p. 66). Nesse sentido, a viagem aparece como algo “rotineiro”, ou seja, um homem das “idas e vindas”, ação que pode ser considerada como “[...] a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 2012, p. 198), criando um círculo de leitura no mundo das letras, guardada as devidas proporções, do que tinha de mais sofisticado na vida literária na Europa, à época. No entanto, logo, rompeu dentro dos limites possíveis, com parte dessa cultura.

A cultura que estava sendo criada na América era alvo de suas críticas. O desenvolvimento de uma espécie de tentativa de estender o *modus operandi* europeu para a América: “[...] sem contradição lógica, a América é e, ao mesmo tempo, não é a Europa” (PRADO, 2014, p. 19-20). Martí observou o contexto de maneira atenta, fazendo uma pergunta pertinente no seu texto “*Impresiones de América*” [III]: “¿Va América hacia Europa o viene Europa hacia América? El error, tanto en la política como en la religión, se ha adorado en el Viejo Mundo” (MARTÍ, 1880, v. 19, p. 124).

Assim, criticava esta postura de a América Hispânica ser um “espelho” da Europa fora do Velho Mundo. Suas viagens e exílios foram proveitosos, no sentido de buscar um olhar analítico sobre tal realidade, que investia na construção dos Estados nacionais, trilhando o caminho da civilização europeia como ideal de organização societária. Não foi diferente no

âmbito da cultura. Martí apontou a tendência que se espalhava como forma predominante: “[...] la cultura se está extendiendo, pero los gustos franceses invaden y penetran el mundo elegante” (MARTÍ, 1880, v. 19, p. 116). Como, posteriormente, afirmou Prado (2014, p. 77), a América Latina no século XIX esteve próxima das teorias produzidas na França<sup>75</sup>, como o liberalismo e o modelo de organização constitucional pregado por Montesquieu (1689-1755)<sup>76</sup>.

Em 1875, Martí se estabeleceu no México, no qual constrói uma rede de relações como jornalista, dando início ao seu trabalho na *Revista Universal*<sup>77</sup>, contribuindo de forma intensa com conteúdos sobre política mexicana, literatura e análise de conjuntura social hispano-americana (SAMPAIO, 2013, p. 111). Ademais, seu trabalho ganhou notoriedade dentro dos círculos letrados mexicanos. Sua amizade com Manuel Mercado, com quem, desde sua passagem pelo México (1875-1876), rendeu-lhe uma amizade profícua, até o ano de sua morte (1895), com a troca de correspondências. Sampaio (2013, p. 108-109), caracterizou essa relação como uma convivência de amizade e, conseqüentemente, após a partida de Martí do país mexicano, como uma “escrita epistolar do afeto”, com a troca de cartas.

Sua colaboração na *Revista Universal* se deu através das impressões sobre o Governo espanhol, por toda sua vivência no país ibérico. As informações no século XIX a respeito da Espanha eram escassas, em decorrência das deficiências dos meios transportes e de uma imprensa nascente, ou seja, incipiente nos países hispânicos (PELLEGRINO; PRADO, 2019, p. 75-76)<sup>78</sup>. Martí, na sua estadia na Espanha, viu de perto a experiência frustrada da Primeira

---

<sup>75</sup> Na Europa do século XIX, guardadas as devidas proporções, a França desenvolvia e disseminava conteúdo cultural para os espaços terceiro-mundistas. Portanto, essa atividade perpassou, chegando ao século XX. Como explicou Hobsbawm: “[...] em retrospectiva, deve ser visto como um movimento admiravelmente fértil, sobretudo na França e em países hispânicos, onde a influência francesa era forte” (HOBSBAWM, p. 2019, p. 180).

<sup>76</sup> Nesse sentido, o marxista Cyril Lionel Robert James descreveu, de forma analítica, a disseminação dos ideais franceses na formação da organização social da República do Haiti, no pós-processo revolucionário, com a afirmativa: “Eis o que aconteceu. Por mais de cem anos depois da independência, os haitianos tentaram construir uma réplica da civilização europeia, isto é, da civilização francesa, nas Índias Ocidentais” (JAMES, 2019, p. 346).

<sup>77</sup> Na pesquisa de Sampaio (2013, p. 111), a autora acrescentou o trabalho do escritor e revolucionário cubano aos periódicos: *El Socialista* e *El Federalista*.

<sup>78</sup> As autoras de matriz uspiana apontaram que, em meados do século XIX, houve um processo de intensificação para a emancipação da população hispânica, para a construção dos Estados nacionais e de uma identidade do ser autóctone. Nesse aspecto, vários projetos de modernização começaram a surgir. Um dos exemplos foi o grande fluxo imigratório para a cidade de Montevidéu, Uruguai, na qual iniciaram um programa educacional pautado em trabalhos de escritores hispano-americanos como Martí, cuja obra logo viriam a publicar. *La Edad de Oro* era um manual para as crianças uruguaias e tratava da compreensão da realidade dos países hispânicos. A obra de Rodo, *Ariel*, publicada em 1900, caracterizava, assim, o anseio de modernização no mundo das letras no Uruguai. Na América Central, o movimento também se alastrou. Costa Rica investiu em políticas educacionais no processo pós-independentista. Na direção dessa discussão: “Em 1830, o cafeicultor Miguel Carranza conseguiu importar dos Estados Unidos à primeira imprensa da Costa Rica, instalada na capital, San José. A

República Espanhola (1873-1874)<sup>79</sup>. Não se omitiu em criticar a forma como estava sendo construído esse ideal republicano. Sua desilusão foi expressa de forma veemente na imprensa mexicana no texto “*Castelar y la Iberia*”, publicado, em 10 de junho de 1875:

*Sí dijimos que había sido inconsecuente en su política: sí dijimos que su apostasía era tanto más culpable, cuanto era más alta la inteligencia del apóstata. ¿Quién ha dicho a La Iberia que culpamos así al tribuno español porque no estableciese la República Federal, ni aboliese la esclavitud en Cuba? Sobre lo primero, creemos entender que la República Federal es de realización imposible por largo tiempo en España, donde el pueblo no tiene la costumbre de la razonada, sensata y bien entendida libertad: no podíamos, pues, hacerle cargos por esto. Sobre la abolición de la esclavitud, los labios se nos manchan diciendo que hay hombres dueños de otros hombres, que un hombre tiene el derecho de azotar, vender, comprar y embrutecer a otro: si no ha pensado bien esta vileza La Iberia, imagínese por un instante a alguien que le sea querido azotado, cambiado por dinero, vendido a otro ser humano. Y luego defienda la institución de la esclavitud (MARTÍ, 1875, v. 1, p. 132, grifos nossos).*

O texto aponta uma crítica feita à Primeira República espanhola, com a afirmação de que não se devia ter esperança em relação à sua ação governamental. Nesse sentido, suas considerações incisivas incidiram sobre como uma república na Espanha não alterou a estrutura colonial de Cuba, na sua condição de colônia espanhola. A reprodução da escravidão foi algo mantido pelos ditos presidentes republicanos Nicolas Salmerón y Afonso (1838-1908)<sup>80</sup> e Emilio Castelar y Ripoll (1832-1899)<sup>81</sup>, no território cubano. Outro ponto crucial levantado por Martí é a falta de cultura republicana na própria nação espanhola, ou seja, na Espanha, não se criou um vínculo entre vivência e intervenção cidadã em assuntos público-políticos (MARTÍ, 1875, v. 1, p.132).

A colaboração de Martí em jornais estrangeiros foi algo recorrente. Sua concepção de mundo foi adquirida a partir de certo empirismo, ou seja, a vivência que lhe possibilitou um aparato crítico de vários temas. Seus escritos foram fundamentais para os periódicos que trabalhou no seu exílio. Nessa perspectiva, Gramsci nas suas notas sobre o jornalismo, realçou a importância da contribuição de escritores estrangeiros em revista/jornais:

Não se pode deixar de ter colaboradores estrangeiros, mas a colaboração estrangeira deve ser orgânica, e não antológica e esporádica ou casual. Para que seja orgânica, é necessário que os colaboradores estrangeiros, além de conhecerem as correntes culturais de seu país, sejam capazes de “compará-las” com as do país no qual a revista é publicada, isto é, conheçam também as correntes culturais deste outro país e compreendam sua “linguagem” nacional. Portanto, a revista (ou seja, o diretor da revista) deve formar também seus colaboradores estrangeiros para alcançar a organicidade (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 239).

---

novidade contrastava com a situação vizinha Guatemala, onde desde 1660 existia uma tipografia e desde 1676, a importante Universidade de San Carlos” (PELLEGRINO; PRADO, 2019, p. 75-76).

<sup>79</sup> Foi um “ensaísmo” republicano que ocorreu dentre os anos de 1873 e 1874, que teve seu malogrado com a “restauração-bourbônica”. Iniciou em 1874 e sua dinastia reinou até o ano de 1931.

<sup>80</sup> Presidente da primeira experiência republicana espanhola, de 18 de julho, a 7 de setembro, 1873.

<sup>81</sup> Sucessor de Salmerón, de 7 de setembro, a 3 de janeiro, 1873-1874.

A circulação na imprensa mexicana dos escritos de Martí ganhou visibilidade e prestígio a partir da sua visão crítica acerca da estrutura governamental-colonial espanhola. A América Hispânica, na cena oitocentista, carecia de uma socialização das informações, isto é, de uma imprensa que pudesse minimamente, disseminar os fatos que ocorriam no mundo ibero-americano. Tal fato, Gramsci (2001, v. 2, p. 197) delineou como ação jornalística para criação de um agrupamento de base, para a construção de um “edifício cultural” de “novo” tipo. Assim, o intelectual cubano foi se consolidando no mundo da escrita periodista a partir da tentativa de criar uma nova concepção de pensamento. Nessa esteira, Gabriela Pellegrino e Maria Lígia Coelho Prado (2019, p. 76) afirmam que, até mesmo durante o Porfiriato (1876-1911)<sup>82</sup>, houve um incentivo ao letramento, no México.

A passagem de Martí pelo México foi relevante para alavancar seu trabalho como escritor e para denunciar as tiranias cometidas pela Espanha sobre Cuba na imprensa livre, em periódicos como a *Revista Universal*. A “[...] colaboração de escritores estrangeiros não pode ser abolida: ela tem sua importância cultural, de reação contra o provincianismo e a mesquinhez” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 210). Nesse sentido, a experiência do curto rompimento com o modelo monárquico (1873-1874) foi alvo da reflexão martiana e suas notas sobre a tentativa de construção da Primeira República na Espanha foram assertivas. Nesses termos, o aparato teórico gramsciano nos oferece instrumentos para a compreensão da conjuntura do período, na medida em que “a crise de hegemonia é então, fundamentalmente, uma crise política, uma crise de direção ou, se quisermos, uma crise da representação política” (BIANCHI, 2017, p. 34). Esse era o estado em que se encontrava o cenário político espanhol, à época. O revolucionário cubano continua sua análise dessa transição da seguinte maneira:

*Pero fue apóstata en verdad. ¿Olvida la Iberia cómo subió Castelar la vez última al poder? ¿Olvida para qué subió? [...]. Salmerón, el hombre puro e íntegro ocupaba el poder, y conciliaba la República que nacía y el orden combatido: los republicanos acataban su honradez; los conservadores tenían su decisión franca y enérgica. Pero le exigía que firmase la sentencia de muerte de algunos hombres: el Partido Conservador ofrecía su apoyo en cambio de esta garantía: Salmerón abandonó el Gobierno, y Castelar, el que en tanto debe su encumbramiento a las declamaciones contra esta pena innecesaria, bárbara e inútil, Castelar subió al poder para firmar la sentencia de muerte de tres hombres. Está ante el juicio público: él decida (MARTÍ, 1875, v. 1, p. 133).*

A complexidade da análise de Martí apontou uma crítica vigorosa à ascensão de Castelar ao poder, substituindo Salmerón. Este último, no pensamento de martiano, apesar de não trabalhar na pauta da ruptura da escravidão em Cuba, ainda tinha sua simpatia por renunciar ao governo por pressões do grupo dos conservadores, que clamava a morte de

---

<sup>82</sup> Regime também conhecido como “Porfiriato”, que durou 35 anos sob a ditadura imposta por Porfirio Díaz (1830-1915).

alguns sujeitos. Então, o presidente abdicou do cargo para não cometer tais crimes. A chegada de Castelar ao cargo de chefe de Estado se consumou pelo seu caráter autoritário, uma vez presidente cometeu a “política da morte”, como assinalado no trecho acima, ou seja, em termos mbembenianos, decidindo quem vive e quem morre (MBEMBE, 2018, p. 62)<sup>83</sup>.

As contribuições das análises políticas e sociais realizadas por Martí como jornalista marcou a sua trajetória de ostracismo permanente. Procurou produzir um debate de alto padrão para os jornais em que trabalhou. Como constante sujeito da viagem e do deslocamento, no ano de 1877, se estabeleceu na Guatemala. Ademais, no mesmo ano, em 29 de maio, assumiu a cátedra de literatura francesa, inglesa, italiana, alemã e, também, de história da filosofia, na “*Escuela Normal Central da Guatemala*” (TC, 2001, p. 194). Registrou seus primeiros indícios observatórios sobre a sociedade guatemalteca em uma correspondência a Mercado, em 19 de abril de 1887:

*Sí no hay muchas inteligencias desarrolladas, a animarlas vengo, no a avergonzarlas ni a herirlas. Ni me place oír decir a los extraños - a los verdaderamente extraños por su espíritu acerbo de aversión - que nuestra América enferma carece de las ardientes inteligencias que le sobran. - Aquí, como en México, todo el mundo tiene talento; se habla bien el castellano; se vive honradamente, a lo que ayuda la vigilancia mutua, estorbo y ventaja de los pequeños pueblos; se ama al fin lo nuevo, y cunde entre los hombres jóvenes el salvador espíritu de examen. No es que Guatemala sea pequeña, ni escasas sus gentes: es que es un pueblo que se ha movido poco, y como sus elementos han sido permanentes, aún le duran y con facilidad son conocidos. Sin círculo literario, sin hábito de altas cosas - aunque con aliento y anhelo para todas, - sin prensa, sin grandes motivos naturales, - mis soberbias tienen que ser muy prudentes para no parecer aquí presunciones (MARTÍ, 1877, v. 20, p. 27-28).*

Em sua missiva ao amigo mexicano, traçou um perfil da Guatemala como um espaço que ansiava por um debate acerca do conhecimento, da cultura e da literatura. Em sua descrição analítica, endossou a tese de que havia muito o que desenvolver na nação guatemalteca, frisando a falta do cultivo de “altos gostos” no âmbito da escrita e da leitura, uma sociedade que tinha caminhado pouco em direção à criação de uma expressão cultural própria. Suas impressões incipientes sobre o país não eram das mais satisfatórias (MARTÍ, 1877, v. 20, p. 27-28). Suas colocações defrontavam-se com as ideias de Pellegrino e Prado (2019, p. 76), nas quais as autoras apontam que, desde o século XVI, já havia uma imprensa nascente e que a “*Universidad de San Carlo*”, configurava um centro educacional importante.

De acordo com Ramos (2008, p. 155), ao analisar a trajetória martiana, percebeu que ele era um homem da viagem e da crônica, isto é, um “construtor” de realidades traduzidas

<sup>83</sup> A Primeira República espanhola pode ser investigada a partir de uma tentativa de “revolução passiva”, isto é, um “reformismo pelo alto”, que misturava elementos “novos” com a conservação das “velhas” formas. No entanto, a “restauração borbônica”, em 1874, revelou outra forma de atuação política, apresentando, assim, a “contrarreforma”, que diz respeito à volta da “velha” ordem, sendo puramente restauração da antiga forma política (COUTINHO, 2010, p. 32-33).

em formas de textos, através do visto e do escutado, que o “cronista-viajante” transcreve em seus diários com um olhar cirúrgico. Assim, a vida do exilado e do viajante é marcada pela multiplicidade de experiências dentro de uma conjuntura histórica<sup>84</sup>.

Martí encerrou seu exílio nos países hispânicos em 1878<sup>85</sup>, ano em que deixou a Guatemala, depois de atuar em várias frentes, como mencionado anteriormente. Sua radicação em Nova Iorque, no ano de 1880, marcou o ápice da evolução de seu pensamento e de sua atuação política, denotando o período de amadurecimento da sua atividade teórico-prática e de seu contato com a cultura cosmopolita nova-iorquina. Suas primeiras impressões sobre os Estados Unidos ganharam um lugar importante nas suas crônicas, como ele mesmo descreveu:

*En Europa leemos muchas afirmaciones maravillosas sobre este país. El esplendor de la vida, la abundancia de dinero, las luchas violentas por obtenerlo, las corrientes áureas que deslumbran y ciegan a la gente vulgar, las excelencias de la instrucción, el hábito de trabajar, la visión de este nuevo país levantándose sobre las ruinas de las viejas naciones, despiertan la atención de los hombres pensadores, que buscan ansiosamente una eliminación definitiva de todas las fuerzas destructivas que comenzaron durante el siglo pasado, a poner los cimientos para una nueva era de la humanidad. Esto pudiera ser, y debe ser, la significación trascendental de los Estados Unidos (MARTÍ, v. 19, 1880, p. 123-124).*

O entusiasmo de Martí com a sociedade norte-americana foi imediato. O funcionamento da estrutura do Estado, o espírito republicano e as iniciativas dos indivíduos no tocante ao trabalho foram elementos de seu fascínio. Assim, vemos que, “no geral, suas primeiras notas demonstravam certo deslumbramento pelas instituições democráticas norte-americanas, bem como pela oportunidade que brindava as iniciativas individuais” (CARVALHO, 2003, p. 1881). O intelectual cubano, nas suas viagens e exílios, constituiu uma visão de uma América Espanhola que carecia de instituições republicanas sólidas e de uma cultura autônoma, assim, como estavam sendo criadas nos Estados Unidos no final do século XIX. Nesse sentido, demonstrou de forma pormenorizada os caminhos tomados por essa sociedade:

*[...] a los políticos – salvadores del pueblo, cuando sin esfuerzo alguno podrían volver a los días de arrogante militarismo, de violación de la voluntad pública, de corrupción de la moral política; veré caras benevolentes de hombres, caras retadoras de mujeres, las fantasías más caprichosas e irrecomendables, todas las*

<sup>84</sup> Benjamin, ao analisar a trajetória de Nikolai Leskov (1831-1895), nos dá margens para pensar Martí como esse sujeito da viagem e da obtenção de experiências por meio delas. “O emprego [de Leskov] de agente russo de uma firma inglesa, que ocupou durante muito tempo, foi, provavelmente, de todos os empregos possíveis, o mais útil para sua produção literária. A serviço dessa firma, viajou pela Rússia e essas viagens enriqueceram tanto sua experiência do mundo como seus conhecimentos sobre as condições russas” (BENJAMIN, 2012, p. 199). O intelectual cubano não tinha um emprego fixo, porém, era um escritor independente, que fez da viagem um espaço, permanente, de experiência, assim, como Leskov.

<sup>85</sup> Neste tópico, não iremos abordar suas breves passagens em Cuba nos anos de 1877, 1878, 1879, porque, na primeira parte desta pesquisa (seção 1, primeira subseção), já apresentamos essas questões e, sobretudo, sua segunda deportação para a Espanha, no final de 1879, o que ocasionou seu retorno, depois de dois meses, fixando-se em Nova Iorque, em 1880.

*grandezas de la libertad y todas las miserias de los prejuicios; una potente originalidad aquí, allá una vulgar imitación de las extravagancias trasatlánticas. Libertad en la política, en las costumbres, en las empresas: humilde servilismo en los gustos. Los franceses dicen la palabra sagrada; se buscan grandes nombres y no grandes obras (MARTÍ, 1880, v. 19, p. 108-109).*

No trecho acima, há alguns apontamentos dos elementos propícios para a sua investigação acerca do modelo governamental e social do “vizinho do Norte”: o primeiro ponto são os elogios acerca das descontinuidades postas pelos norte-americanos às práticas arcaicas que ocorreram anteriormente à Revolução Americana (1775-1783); segundo, salientou que, apesar de toda a liberdade política e de expressão, era perceptível a dependência cultural do país. Então, à época, vivia sobre os gostos culturais eurocentrados (GUIJANO, 2019, p. 121), em especial, afrancesados, como sublinhado. Nessa ótica, Giorgio Baratta (2017, p. 62), no verbete gramsciano sobre o “americanismo”, frisou que o que foi construído no Novo Mundo, historicamente, foi reflexo do Velho Mundo, no que tange à cultura.

A chegada de Martí em Nova Iorque foi marcada pelo estranhamento, o encontro com o projeto da modernidade<sup>86</sup> - a modernização e o modernismo - nascente (e que se consolidariam no início do século XX). Consequentemente, o intelectual cubano foi tornando-se um homem da metrópole. A cidade cosmopolita faz o sujeito adequar-se ao seu cotidiano: “[...] *flâneur*, o homem observador que carrega em si o peso da cidade” (MENESES, 2015, p. 59). O *flâneur*<sup>87</sup> é um observador da *urbe*, ou seja, da vida urbana, sendo a modernidade um espaço de experiência da fragmentação da identidade do indivíduo moderno (MENESES, 2015, p. 41).

---

<sup>86</sup> Utilizamos o conceito de *modernização*, ao longo do texto, no sentido de “atualização”, proposto por Florestan Fernandes (2007). Não adentramos ao debate da tríade: modernidade, modernismo, modernização. Há uma discussão extensa e variada sobre o tema, por exemplo, esses dois conceitos, na visão de Marshall Berman, foram desenvolvidos da seguinte maneira: “O pensamento atual sobre a modernidade se divide em dois compartimentos distintos, hermeticamente lacrados, um em relação ao outro: ‘modernização’ em economia e política, ‘modernismo’ em arte, cultura e sensibilidade” (BERMAN, 1986, p. 87). O autor descreveu sobre a América Latina: “inteiramente ‘fora’ da sociedade moderna: ‘o substrato dos proscritos e marginais, os explorados e perseguidos por outras raças e outras cores, os desempregados e os inempregáveis’ Esses grupos, no Terceiro Mundo, podiam qualificar-se como uma vanguarda revolucionária, porque, supostamente, não haviam sido tocados pelo beijo da morte da modernidade” (BERMAN, 1986, p.28). Pellegrino e Prado também teceram considerações acerca dessas questões: “Modernidade e modernização são dois conceitos que caminham de mãos dadas na História, mas que se referem a processos específicos. A modernidade diz respeito a um ambiente político e cultural associado, entre muitos fatores, à urbanização, ao crescimento das camadas médias e assalariadas, à democratização das relações políticas, à expansão da escolaridade, ao surgimento de espaços de sociabilidade que reorientam a produção cultural (engendrado, em certos contextos, os chamados *modernismos*) Já a modernização compreende, fundamentalmente, as transformações econômicas fomentadas pelo desenvolvimento do capitalismo e de uma economia de mercado” (PELLEGRINO; PRADO, 2019, p. 72).

<sup>87</sup> O termo *flâneur* é um substantivo e uma forma de adjetivar o homem como um “observador” e “caminhante”, que vaga pela cidade com um olhar “cirúrgico”, mapeando todas as suas contradições. Esse conceito ganhou notoriedade na poética baudeleriana acerca da vida urbana, da Paris no século XIX (MENESES, 2015, p. 53).

*Coney Island* foi um dos pontos nova-iorquinos que Martí apreciou. Seu incipiente desenvolvimento, que era um espaço de terra vazio e, rapidamente, ganhou novos contornos de enquadramento dentro da adesão à modernidade. No trecho a seguir, demonstra um pouco do cotidiano desse espaço da grande Nova Iorque:

*Los periódicos norteamericanos vienen llenos de descripciones hiperbólicas de las bellezas originales y singulares atractivos de uno de esos lugares de verano, rebosante de gente, sembrado de suntuosos hoteles, cruzado de un ferrocarril aéreo, matizado de jardines, de kioscos, de pequeños teatros, de cervecerías, de circos, de tiendas de campaña, de masas de carruajes, de asambleas pintorescas, de casillas ambulantes, de vendutas, de fuentes (MARTÍ, 1892, v. 9, p. 121).*

Assim sendo, uma parte dos seus escritos foi uma forma de registro do ambiente nova-iorquino. O texto citado acima representa o “fluir urbano” (RAMOS, 2008, p. 210), a representação urbana e a paisagem da *urbe* em formato de texto. A multidão e seu fluxo foram algo notado pelo escritor cubano que, então, descreveu: *“aquellas gentes comen cantidad; nosotros clase. Y este dispendio, este bullicio, esta muchedumbre, este hormiguero asombroso, duran desde junio a octubre, desde la mañana hasta la alta noche, sin intervalo, sin interrupción, sin cambio alguno”* (MARTÍ, 1892, v. 9, p. 127). Esse foi o principal apontamento: o impacto da modernidade na cidade de Nova Iorque. Sua permanência nesse espaço cosmopolita foi mais que um exílio e, conseqüentemente, suas *“Encenas Norteamericanas”*<sup>88</sup> são mais que um relato de desterro, são o registro de um estranhamento e a representação do cotidiano, do outro e das multidões. Nessa perspectiva, o sujeito deslocado de seu *habitat*, encontra, em Milton Santos, considerações profícuas para pensar o “lugar” e o “cotidiano”:

Ultrapassando um primeiro momento de espanto e atordoamento, o espírito alerta se refaz, reformulando a ideia de futuro a partir do entendimento novo da nova realidade que os cerca. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual. O homem busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um conhecimento, ainda que fragmentário. O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação como o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida (SANTOS, 2019, p. 598).

Nesse sentido, Martí soube absorver o exílio de forma positiva, apesar do sentimento de distanciamento que o desterro impõe, sendo o exilado um indivíduo “sem posses”, no entanto, com um “vazio” que ele preenche através da reflexão e da escrita. A cidade tornou-se o espaço do passeio, um âmbito de acúmulo de cultura e de defrontar o desconhecido. Nessa ótica, suas crônicas tornaram-se uma espécie de mapa da cidade, desenhado em formato de

<sup>88</sup> Estão contidas nos volumes 9 ao 13, na edição das Obras Completas, de 2001.

prosa (RAMOS, 2008, p. 205), como registrou em seus textos: “estou, enfim, num país onde cada um parece ser o seu dono. Você pode respirar livremente, porque aqui a liberdade é a base, o escudo, a essência da vida. Aqui se pode ter orgulho de sua espécie. Todo mundo trabalha, todo mundo lê” (MARTÍ, 1880, v. 19, p. 106)<sup>89</sup>.

Martí não foi apenas um *flâneur*, um observador da *urbe*, como Charles Baudelaire (1821-1867) na Paris do século XIX, como o poeta boêmio e do dandismo (MENESES, 2015, p. 43). Logo, tentou ingressar no mundo do jornalismo e da literatura, em Nova Iorque. Ramos descreveu sua tentativa de inserção no mercado de trabalho:

Foram muitas, às vezes inverossímeis, as ocupações de Martí em Nova Iorque. Especialmente nos primeiros anos após sua chegada em 1881, até aproximadamente 1887, quando seu trabalho jornalístico já se encontrava suficientemente reconhecido para lhe garantir um salário, a labuta diária do escritor foi árdua. Seu deslocamento em Nova Iorque, sua relativa proletarização, inclusive são explicados em parte, [...], pelas condições do exílio (RAMOS, 2008, p. 102)<sup>90</sup>.

O intelectual cubano, após se estabelecer na cidade de Nova Iorque, já se encontrava com certa consolidação no mundo das letras, porém, enfrentou dificuldades que qualquer recém-chegado encontra ao se deslocar de um local para o outro. Seus vínculos com a imprensa dos países hispânicos foram mantidos. O ambiente nova-iorquino foi se tornando um espaço de aprendizado constante e aquisição de novas formas de experiências nas quais “o homem é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação” (SANTOS, 2019, p. 598).

Nessa ótica, Martí não só estabeleceu uma relação com a escrita/crônica acerca das suas impressões sobre a cidade, mas com os sujeitos importantes, como o cubano Nestor Poncer de León (1837-1899), também radicado na cidade nova-iorquina, desde 1869. De acordo com Sampaio (2013, p. 55-56), há registros de trocas de correspondências entre ambos no período em que o primeiro esteve exilado na Espanha, em 1873. Nas “*Encenas Norteamericanos*”<sup>91</sup>, é possível encontrar uma intensificação das trocas de correspondências entre ambos, entre os anos de 1880 e 1894. No recorte da carta abaixo, de cunho pessoal, demonstra a proximidade entre eles:

<sup>89</sup> “Estoy, al fin, en un país donde cada uno parece ser su propio dueño. Se puede respirar libremente, por ser aquí la libertad fundamento, escudo, esencia de la vida. Aquí uno puede estar orgulloso de su especie. Todos trabajan, todos leen” (MARTÍ, 1880, v. 19, p. 106).

<sup>90</sup> Há algumas divergências em relação à data exata do estabelecimento de Martí, em Nova Iorque. Seguindo os dados da tabela cronológica de sua trajetória (inclusa nas Obras Completas, da edição de 2001), a datação fornecida é de 3 de janeiro de 1880. No entanto, os anos de 1880 e 1881 foram marcados por viagens para Caracas, Venezuela. Contudo, o que nos dá base para construir uma data “mais” “verídica” são suas publicações dos textos: *Impressions of America*, na revista, *The Hour*, de Nova Iorque, em 1880.

<sup>91</sup> As missivas estão reunidas no volume 20 das Obras Completas, edição de 2001.

*Mañana nos juntamos unas cuantas personas de seso a discurrir el mejor modo de dar forma a este deseo natural, y yo tendré mucho placer en que deje Vd. caer en esa conversación de amigos su consejo. Como es tan gran placer, y tan propio de gente de valía, honrar a quien lo merece, tengo por seguro que me dará el gusto de verlo mañana domingo, a las cuatro de la tarde, por este rincón [...] (MARTÍ, 1894, v. 20, p. 445).*

Uma questão crucial colocada para além da amizade entre os dois cubanos foi o círculo de leitura que os rodeava:

Em Nova York, Néstor reuniu biblioteca e arquivo sobre a história de Cuba – arquivo que já havia iniciado anteriormente na ilha, mas que foi perdido quando o governo colonial embargou seus bens. Trabalhou como notário e foi presidente interino da Sociedad Literaria Hispano-Americana, mas, provavelmente, seu maior destaque tenha sido como o grande editor cubano do exílio. Ponce de León chegou a ter a mais renomada livraria hispano-americana de Nova York, [...] o catálogo da sua livraria contava com 1.738 títulos (SAMPAIO, 2013, p. 56).

O ano de 1890, por seu tempo, marcou a intensificação da ação orgânica de Martí, momento em que renuncia dos consulados do Uruguai, Paraguai e Argentina e, também, da presidência da *Sociedad Literaria Hispano-Americana*, em Nova Iorque. A abdicação dos cargos ocorreu em virtude da causa revolucionária cubana, que necessitava de sua dedicação exclusiva. A partir desse momento, deixou de ser apenas um *hombre de letras* para se tornar um sujeito da práxis<sup>92</sup> política. Assim, efetivou a sua ação política, a qual se aproxima do “intelectual orgânico” da classe dominada, que trabalha na construção para a “contra-hegemonia” (GONÇALVES, 2017, p. 82).

Nesse sentido, Martí desenvolveu não só uma atividade jornalística de forma “contra-hegemônica”, mas também atuou na organização de um partido político: o Partido Revolucionário Cubano (PRC), que foi oficializado em 10 de abril de 1892 (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 387). O engajamento político efetivou o início da formação do “corpo” insurrecional cubano de forma oficial. O PRC inaugurou a aglutinação das forças revolucionárias cubanas em prol da causa independentista<sup>93</sup>. Nessa direção, Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves (2017, p. 79) expressa de maneira salutar as questões dos intelectuais e o papel histórico desempenhado pelos “aparelhos de hegemonia” (que, em nosso caso, é mais assertivo de

<sup>92</sup> Jose D’Assunção Barros definiu essa terminologia da seguinte maneira: “Com Karl Marx, a *praxis* passa a se associar ao ideal de transformar o mundo através da atividade revolucionária. Assim, na primeira das Teses sobre Feuerbach, Marx define *praxis* como atividade prático-teórica e, a partir daí, esse conceito passaria a representar a unificação entre a ‘interpretação e a ‘modificação’ do mundo. Acompanhando o sentido celebrizado por Karl Marx, Lukács acrescentou a definição de *praxis* como ‘eliminação da indiferença da forma em relação ao conteúdo’. Em um sentido mais amplo, mas também sintonizado com a definição marxista, pode-se, ainda, dizer que ‘o conceito de *praxis* exprime precisamente o poder que o homem tem de transformar o ambiente externo, tanto natural como social’” (BARROS, 2019, p. 2018).

<sup>93</sup> Neste subcapítulo, não desenvolveremos a questão do PRC e seu papel na formação do corpo insurrecional cubano com a profundidade que o tema exige. No terceiro subtítulo do capítulo II, iremos reservar um espaço apenas para tratar dessa questão de maneira pormenorizada. Aqui, procuramos citar tal questão somente para seguir uma linha cronológico-histórica das atividades desempenhadas por Martí no seu período de ostracismo.

“contra-hegemonia”, por se tratar da tentativa da derrubada do poder hegemônico do jugo espanhol na ilha caribenha):

[A] organização dos partidos, que, por sua vez, são entidades dedicadas à formação, desenvolvimento e qualificação de novos cérebros; realização de atividades que, se mantém uma relativa subalternidade em relação à produção, não deixam de ser fundamentais à classe da qual são orgânicos (GONÇALVES, 2017, p. 84).

De acordo com o historiador gramsciano, nas suas interpelações em relação à temática, “vemos assim que os intelectuais e seus respectivos aparelhos, os “partidos políticos”, têm uma atuação que não pode ser dispensada pelas classes sociais; cumprem funções táticas e estratégicas na luta de classes tanto na hegemonia quanto na contra-hegemonia” (GONÇALVES, 2017, p. 86). Considerando tais fundamentações, entendemos que Martí, com a criação do PRC, iniciou a construção do corpo independentista pautado em uma sistematização estratégica e coesa a respeito do programa revolucionário em que o partido político gestado pelo mesmo seria o guia das ações do grupo de insurretos. Assim, o partido fundado pelo revolucionário cubano era um aparato de auxílio para levar a cabo a revolução de “[...] *espíritu e métodos republicanos*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 276).

O papel jornalístico desempenhado por Martí, principalmente, na década 1890, em Nova Iorque, com destaque para o jornal *Patria*, reverberava e, em todas as direções, era apropriado e republicado por outros jornais de países hispânicos (como mencionado anteriormente). Foi central para a consolidação do ideal revolucionário. Mencionou o intelectual cubano sobre importância do periódico: “este jornal nasceu, na hora do perigo, para garantir a liberdade, contribuir para tornar suas forças invencíveis pela unidade e evitar que o inimigo nos derrote novamente por causa de nossa desordem” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 322). Sobre o partido político, de acordo com Gonçalves, não se resume ao aspecto *stricto*, usualmente, conhecido hoje, mas ao seu sentido *lato*, formulado por Gramsci:

[...] a função de Estado-Maior muitas vezes não é realizada pelos partidos em particular, mas pelos órgãos de comunicação social em geral – que acabam atuando como partidos. As revistas e os jornais são a “escola dos adultos”, assim cumprem papel essencial na questão da educação que é uma das funções do partido, mas de forma mais massificada, pois os periódicos “são estereis se não se tornam a força motriz e formadora de instituições culturais de tipo associativo de massa”. Desta forma, as revistas tentarão constituir-se como a direção geral – o Estado-Maior –, pois são meios que agem para fora e para dentro do partido por meio de uma ação de pedagogia massificada, de forma a atingir conformações sociais necessárias à ação partidária (GONÇALVES, 2017, p. 90).

Na concepção de Martí, o PRC foi criado com o intuito de coadunar com os anseios coletivos das massas cubanas, em especial, daquelas que viviam exiladas em Nova Iorque. Destacou uma das responsabilidades do partido político que estava sendo criado: “[...] *esta obra de violencia actual que se compone de manera que ahorre violencias posteriores, esta*

*obra dispuesta, en lo posible humano, para evitar al país, de manejo complicadísimo, los azares de una aventura o el frenesí del entusiasmo [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 94). Podemos perceber, então, que o partido era uma “obra” que atuava como um instrumento que visava trabalhar na resolução de um “problema” geral, ou seja, coletivo. Isso expressa a abnegação das reivindicações particulares em prol de uma causa de interesse *lato*, isto é, “ampla” (GONÇALVES, 2017, p. 85).

Caminhado para as considerações finais deste tópico, em relação às viagens e exílios na trajetória martiana, notamos que o espaço de tempo foi crucial para a consolidação de seu trabalho na imprensa e para a criação do PRC<sup>94</sup>. Os anos de 1892 a 1895 foram um período marcado por constantes viagens para e entre as regiões do sul estadunidense: estado da Flórida, cidade de Tampa e Cayo Hueso, Pensilvânia, Filadélfia, países caribenhos, Haiti e República Dominicana (TC, 2001, p. 2001). Essas jornadas feitas tinham o propósito de reunir os sujeitos que simpatizavam com a causa independentista cubana. A partir desse momento, teve início a construção do corpo revolucionário cubano, que, a *posteriori*, veio lutar pela libertação nacional de Cuba, na tentativa de edificar um Estado livre e soberano, contraposto às relações internas e externas, que beneficiavam o capital nacional e internacional. As viagens de Martí por regiões diferentes, no Velho Continente, nas Américas do Norte e Central, depois de ter saído de sua terra natal, poderiam contribuir para uma concepção da América Latina como um todo orgânico. Essa questão oportunizou que ele trabalhasse na imprensa, tornando-se um destacado nome no cenário americano da época.

### **3.2 A construção de um pensamento radical: os jornais *Patria* e *El Partido Liberal* como aparelhos de contra-hegemonia**

Nesta subseção, propomos a discutir a importância de dois jornais para a projeção intelectual e política de Martí. O *Patria*, periódico nova-iorquino que foi fundamental para a divulgação dos ideais do PRC para a construção do corpo insurrecional cubano, e o *El Partido Liberal*, no qual publicou seu texto, guardadas as devidas proporções, de maior envergadura, *Nuestra América*, com um olhar mais geral acerca do continente americano. Na construção

---

<sup>94</sup> O exílio martiano, apesar de carregar todo o “trauma” do desabrigado e sem morada fixa. Nessa perspectiva, disse Adorno: “A maioria dos que sobem para bordo [que vão para o exílio], ameaça a morte por inanição ou pela loucura” (ADORNO, 2001, p. 23). Mesmo diante das circunstâncias apontadas pelo pensamento adorniano, Martí não se omitiu a criar projetos para a libertação nacional de Cuba. O tempo angustiante do ostracismo não foi apenas período de exclusão, mas também de criação por parte do revolucionário cubano, no qual desenvolveu uma atividade considerável no âmbito jornalístico e na criação de um partido político que encabeçou o processo independentista em Cuba.

deste itinerário de análise, buscaremos dar ênfase na sua a atividade jornalística como um empreendimento, político e revolucionário a ponto de formar um “aparelho de contra-hegemonia”<sup>95</sup>, em oposição ao jugo espanhol em Cuba.

A escrita jornalística em Martí foi uma atividade crucial para sua projeção como intelectual público, marcando sua organicidade, a organização do PRC e a gestação do grupo insurrecional que veio a desencadear na luta de libertação nacional, entre os anos 1895 e 1898. Seus escritos foram constantes na sua vida de ostracismo, uma posição singular na construção e evolução do seu pensamento e na disseminação dos ideais do independentismo cubano. Os jornais na América Hispânica eram instrumentos “[...] que procuravam dominar o emergente campo da identidade nacional” (RAMOS, 2008, p. 110). O século XIX ficou marcado como o período da busca para estabelecer um parâmetro identitário, um Estado sólido e com suas instituições burocráticas para a construção das nações latino-americanas.

O jornalismo era um veículo de comunicação que pode ser utilizado para diversos fins, como formulou Gramsci: “[...] o jornal pode defender orientações políticas, econômico-sociais ou científicas” (GRAMSCI, 2001, p. 198). A atividade exercida pela imprensa pode ser autônoma, isto é, independente ao Estado. No entanto, pode ser o aparelho ideológico<sup>96</sup> que dá vida ao aparato estatal (RAMOS, 2008, p. 110). Em contrapartida, jornais/revistas podem executar uma tarefa de crítica a governos e instituições.

Os trabalhos de Martí sempre foram destinados à crítica ao Estado colonial, formado em Cuba pelo modelo “teocrático” da Coroa Espanhola (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 345). Nessa ótica, o jornalismo, como um aparelho da crítica ao *modus operandi*, pode ser visto a partir da teoria leninista do jornalismo, como um órgão que instrumentaliza a propaganda

---

<sup>95</sup> Gramsci criou o termo “aparelho hegemônico” para tratar de uma virada na forma de transformar a subjetividade e conceber uma nova moral para o sujeito a partir do aprofundamento, desenvolvimento e disseminação de novo campo ideológico (LIGUORI, 2017, p. 75; GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 320). Partindo dessa noção de “aparelho hegemônico”, preferimos acrescentar a palavra “contra” a esse conceito gramsciano. Nesse sentido, o termo “aparelho de contra-hegemonia” soa como uma expressão “mais” assertiva para analisarmos a luta revolucionária cubana diante do poder metropolitano espanhol. Já havia em Cuba um “aparelho hegemônico” capitaneado pela Coroa espanhola. Nessa esteira, a concepção de um “aparelho de contra-hegemonia”, arquitetado pela escrita jornalística de Martí, é “mais” alinhado à nossa proposta de análise, pois, a ideia de “aparelho hegemônico” está associada, geralmente, à classe dominante detentora do aparato estatal, que trabalha através da força e do consentimento sob a sociedade civil (LIGUORI, 2017, p. 77). Esse é um dos fatores da ampliação do termo para “aparelho de contra-hegemonia”, a fim de nos auxiliar na compreensão do caso cubano, uma vez que Martí e seu grupo insurrecional nunca estiveram acoplados na figura do Estado, isto é, não era classe dominante, mas sim um agrupamento que visava tomar o poder, por isso, a ideia de pensar o jornalismo do revolucionário cubano como “aparelho de contra-hegemônica”.

<sup>96</sup> Conceito definido por Louis Althusser, com a intenção de identificar quais são os aparatos de produção e reprodução de uma forma de pensar que subsidia a existência de uma forma de vida socioeconômica. Por “aparelhos ideológicos de Estado”, entendem-se sistemas religiosos, jurídicos, partidos políticos, imprensa, “escolas”. Logo, “[...] os Aparelhos Ideológicos de Estado ‘funcionam através da ideologia’” (ALTHUSSER, 1985, p. 69).

revolucionária para dar “corpo” a uma ação no movimento real da história, no sentido de transformá-la (LÊNIN, 2020, p. 170). O intelectual cubano explicou a importância da independência da ilha caribenha. No fragmento adiante, há uma exemplificação da necessidade de se ter uma comunicação com os demais membros do PRC e a disseminação de suas pautas no seio da sociedade cubana e dos expatriados que eram os sujeitos que formavam o “núcleo duro” da organização do grupo insurrecional:

*La Delegación acaba de volver del viaje que emprendió para acelerar los trabajos de acción en el extranjero, a fin de estar a todo instante en capacidad de comenzar la guerra unida, segura y democrática que la astucia o el miedo de España pudiera querer precipitar. No tratamos en palabras, ni en mero vocerío de patriotismo: tratamos de vida o de muerte, y de aprovechar la última oportunidad para la independencia de nuestra patria, [...]. Nada se opone ya a la terminación y realización de nuestros planes (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 358-359).*

Essas informações são de cunho sigiloso do programa do PRC. Inclusive, não existe um local de publicação desse texto, do qual recortamos um trecho para demonstrar a organização interna do partido político e a importância da atividade comunicativa entre sua cúpula para dar direção ao processo independentista cubano. Apesar de ser um texto restrito aos membros do PRC, esse modelo de escrita foi sendo cada vez mais usual por Martí ao escrever para jornais nova-iorquinos e hispano-americanos. Assim, o ideal revolucionário foi se desdobrando de uma cena particular para o âmbito social, ou seja, um espaço geral (como procuraremos demonstrar no decorrer do texto) (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 358-359). A relação entre a dupla ação do partido político e da atividade jornalística foram ferramentas indispensáveis para a formação do grupo insurrecional cubano. Essa associação foi crucial para a “[...] ligação entre a massa popular nacional e a direção política do nacionalismo” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 199).

Nas palavras de Martí (1891, v. 6, p. 19): “[...] *las colonias resistía la organización democrática de la República [...]*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 19). O sistema colonial insistia em permanecer e o “novo” paradigma que se estendia, de caráter imperial (estadunidense), também foi alvo de suas críticas: “[...] *los pueblos de América son más libres y prósperos à medida que más se apartan de los Estados Unidos*” (MARTÍ, 1894, v. 6, p. 26). Esse modelo de escrita crítica ganhou visibilidade dentro da cena hispano-americana, como asseverou Ramos (2008, p. 114), sobre a atividade jornalística de Martí: “o jornal devia chegar a um público cada vez mais heterogêneo [...]”. Essa heterodoxia do leitor poderia ser homogeneizada. Nesse sentido, a ideia era “[...] elaborar, fazer pensar concretamente, transformar, homogeneizar, de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que

conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 201).

O trabalho jornalístico deve ser compreendido dentro da construção da hegemonia (ou de contra-hegemonia) como um aparato crítico, formativo e informativo. Para a execução desse trabalho, é necessária “[...] a organização do partido por uma organização para a difusão das ideias de um só jornal” (LÊNIN, 2020, p. 174). Quando o revolucionário russo endossou a concepção de “um” partido, nos leva a entender a noção da criação de um modo de pensar uniforme, classista.

O trabalho de Martí nos periódicos tem algumas semelhanças com essa proposta. Partindo do entendimento de que a atividade jornalística era fulcral para a construção do grupo insurrecional cubano, seus textos circulavam mais no cenário internacional do que, propriamente, em Cuba, em virtude da repressão do poder metropolitano espanhol na tentativa de combate às ideias independentistas. Nesse aspecto, a Coroa Espanhola travou uma “batalha” no campo das ideias, com a intenção de deslegitimar o movimento independentista, como assinalou o intelectual cubano:

*Entre los objetos infames de las agencias españolas en el extranjero está naturalmente, el de avivar el miedo que los cubanos pudieran tener a la revolución, [...]. Lo demás son las agencias del gobierno español, dentro y fuera de Cuba, para que los cubanos blancos crean que la revolución acarrearía el predominio violento de la raza negra; para que los cubanos negros, azuzados en la preocupación de raza, se divorcien de la revolución [...] (MARTÍ, 1894, v. 3, p. 103).*

Martí rebateu as críticas disseminadas pelas agências espanholas da seguinte forma: “no hay odio a las razas porque no hay razas [...]. Quien aliente y propague la oposición y el odio a las razas del pecado contra la humanidad” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 22). Partindo dessas colocações, o jornalismo também pode ser um aparelho de conservação da ordem vigente (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 484-485). No entanto, é capaz de trabalhar em uma contrapartida, atuando como uma forma de aparato crítico contra governos/Estados/instituições.

Nessa esteira, não podemos perder de vista o que disse Lênin sobre o papel desempenhado pelo jornal: “[...] o ‘trabalho político ativo’ pode iniciar-se exclusivamente por uma agitação política viva, coisa impossível sem um jornal [...], que apareça frequentemente e se difunda com regularidade” (LÊNIN, 2020, p. 178). Em 6 de agosto de 1892, o revolucionário cubano expôs a importância da atividade periódica:

*Patria hubiera podido, y debido acaso, publicar las apreciaciones con que algunos de los periódicos de más peso del Norte, como el Herald y el Sun, el Times y el Journal of Commerce, comentaron los actos públicos recientes del Partido Revolucionario Cubano, y los relatos y juicios de los diarios de peso del Estado de la Florida, que vieron de cerca los métodos y fines del Partido, y castigaron de alto,*

*y por anticipación, a los que, por error de ligereza o voluntad enemiga, quisiesen presentar los trabajos encaminados a reunir con energía y rapidez los recursos necesarios a la revolución como trabajos personales y alocados, con el fin preciso e inmediato de intentar la revolución sin recursos, o sin más que aquellos escasísimos que pueden venir del fanatismo, la vanidad y la imprudencia. Pero Patria vive más preocupada de lo que queda por hacer, que de lo que tiene ya hecho; y fía a la larga en la honradez de sus compatriotas (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 148, grifos nossos).*

Esses apontamentos demonstram como o *Patria* foi fundamental para a construção de uma ideologia independentista. Um dos meios de maior divulgação das ideias do PRC e de seu líder, Martí foi a combinação de atividade de partido e de jornalismo foi o meio pelo qual o revolucionário cubano construiu o corpo de insurretos. A ideia leninista ilustra os caminhos para a construção da revolução: elevar a organização, a disciplina e a técnica a um grau de sofisticação considerável (LÊNIN, 2020, p. 178).

Martí dirigiu seu olhar para a história e tirou lições dela. As duas últimas tentativas frustradas de emancipação de Cuba (Guerra dos Dez anos, em 1868-1878 e a Guerra Chiquita, em 1879-1880). Para o revolucionário cubano: “[...] *sólo fueron vencidos por su desorden e inexperiencia* [...]” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 337).

Evidenciou a falta de estratégias dos dois primeiros grupos de insurretos cubanos. Seu grupo não pretendia cometer os mesmos erros. O PRC foi o cerne da organização do movimento independentista nas atividades da década 1890, como disse o intelectual cubano: “[...] *el Partido – fruto del profundo estudio de las fuerzas y vicios de nuestra revolución*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 339). As imprudências cometidas, anteriormente, deveram-se à falta de sistematização do programa revolucionário. A ação pensada ganhou espaço a partir da constituição do partido. Em outras palavras: “*y el Partido, sin prisa ni ilusión, allega los recursos indispensables para poner, sobre la colonia expulsada, la República en donde puedan vivir en paz cubanos y españoles*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 340).

Essas ideias começaram a circular de forma categórica nos Estados Unidos e na América Hispânica. A atividade jornalística ocupou um lugar central para o debate das ideias do processo independentista. O jornalismo exerceu um lugar de enunciação *sui generis* na escrita martiana (RAMOS, 2008, p. 107), com a concepção de busca incessante de “um organismo unitário de cultura, que oferecesse aos diversos estratos do público” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 201).

O jornalismo de Martí destoou de seus contemporâneos. Enquanto alguns escritores estavam mais interessados em escrever para um público, particularmente “culto”, “a crônica surge como uma crônica da vida moderna, produzida para um leitor ‘culto’, desejoso da modernidade estrangeira. [...] não define Martí, que levará a crônica a regiões convertendo-a

numa crítica da viagem importadora, modernizadora” (RAMOS, 2008, p. 105). Seu aspecto particular se encontra na crítica aos temas políticos, sociais, culturais etc., ademais, tendo como “pano de fundo” a análise crítica (RAMOS, 2008, p. 105).

A escrita jornalística do intelectual cubano desempenhou um papel importante nas últimas duas décadas do século XIX. Fernandes (2007, p. 53) sublinhou o momento excepcional que Cuba estava vivendo nesse espaço de tempo, dizendo: “[...] o período central para entender por que a moderna Cuba estava condenada a gravitar em torno dos Estados Unidos e poderia, também, realizar a ‘revolução dentro da revolução’[...]”. Partindo dessa afirmativa do sociólogo brasileiro, o PRC e seu líder deveriam atuar em duas frentes: na derrubada do jugo colonial espanhol e “barrar” o avanço imperialista norte-americano, na ilha caribenha.

Nessa direção, Martí criticou essas duas formas de extorsão: o colonialismo espanhol, “[...] *la república que lucha contra la colonia*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 19); o imperialismo estadunidense, “[...] *los países de nuestra América ascienden a la libertad segura y generosa en la misma proporción en que los Estados Unidos descienden de ella [...]*” (MARTÍ, 1894, v. 6, p. 26). Argumentos críticos como esses, expostos nessas frases, só foi possível alcançar um público amplo através da sua atividade de jornalista, criando a junção entre massa popular nacional em direção a um entendimento político da importância da constituição do ideal de nacionalidade (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 199). Suas publicações nos jornais visavam a esse aspecto. A seguir há uma demonstração do esquadrinhamento da formação do Estado nacional martiano:

*[...] y el buen gobernante en América no es el que sabe cómo se gobierna el alemán o el francés, sino el que sabe con qué elementos está hecho su país, y cómo puede ir guiándolos en junto, para llegar, por métodos e instituciones nacidas del país mismo, a aquel estado apetecible donde cada hombre se conoce y ejerce, y disfrutan todos de la abundancia que la Naturaleza puso para todos en el pueblo que fecundan con su trabajo y defienden con sus vidas. El gobierno ha de nacer del país. El espíritu del gobierno ha de ser el del país. La forma del gobierno ha de avenirse a la constitución propia del país. El gobierno no es más que el equilibrio de los elementos naturales del país (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 17).*

A defesa de uma América Hispânica autônoma e autêntica era um projeto de nação que se esquivava dos modelos civilizacionais “tradicionais” do centro europeu-estadunidense. As peculiaridades dos países hispânicos, na visão de Martí, deveriam ser assinaladas para que se fundasse o Estado nacional de cada país, levando em consideração as particularidades de cada povo. A construção da nação a partir da criação de instituições e métodos próprios proporcionou a valorização da cultura autóctone e a demonstração de seu incentivo em arquitetar um novo *modus vivendi* na periferia capitalista que a desligasse dessa relação de

dependência em relação à metrópole (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 17). Nessa mesma direção, é imprescindível não levar em apreço sua colocação, que para a organização do Estado-nação, parte da premissa de que: “*trincheras de ideas valen más que trincheras de piedra*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 16).

Esses apontamentos de Martí em formato de manifesto político foram disseminados não só em Cuba, mas, principalmente, na imprensa nova-iorquina e na de alguns países hispânicos. Esse trabalho era feito nas décadas de 1880 e 1890, pelos jornais: *Patria*, de Nova Iorque; *El Partido Liberal*, México. Um jornalismo que perpassou o âmbito nacional (por causa da repressão política em Cuba, tiveram que ser publicados em jornais fora da ilha caribenha) no tocante à circulação de seus textos, que se difundiram de forma notória na imprensa americana (Estados Unidos e países hispânicos). A reflexão teórica de Gramsci nos auxilia na compreensão da criação de um “bloco unitário” para a edificação de um grupo hegemônico com o intuito de construir itinerários para atingir determinados fins:

A elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas. **A difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo é a condição principal**, mas não deve e não pode ser a única. Um erro muito difundido consiste em pensar que toda camada social elabora sua consciência e sua cultura do mesmo modo, com os mesmos métodos, isto é, com os métodos dos intelectuais profissionais. [...] não basta a premissa da “difusão orgânica, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo”. O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, **é necessária toda uma série de retificações nos prismas singulares** (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 205, grifos nossos).

As explanações do pensador sardo, guardadas as devidas proporções, vão ao encontro do pensamento de Martí, no sentido de enfatizar a necessidade de união para a construção de projetos hegemônicos. A noção de Estado nacional pode ser classificada como um empreendimento de formação de unidade. As particularidades de uma sociedade cindida como a hispano-americana da época, requer um esforço contínuo para tentar uniformizar aquilo que era diverso para arquitetar a criação de uma cultura e de um Estado-nação autêntico. Sua atividade jornalística foi pertinente ao tocar nas questões dos conflitos internos das recém-repúblicas ainda em processo de busca de identidade e de construir instituições sólidas. O texto “*Las Guerras Civiles em Sudamérica*”, publicado no jornal *Patria*, se apoiou no cerne da discussão acerca da necessidade de união dos países hispânicos:

[...] *las revueltas, siempre exageradas por censores ignorantes, de los pueblos hispanoamericanos, son el procedimiento forzoso de ajuste, [...], entre las comarcas aisladas y rivales de las repúblicas nacientes y las reformas decisivas a que se opone, primero, la teocracia arraigada en las masas indias y el núcleo soberbio de la clase principal, [...]* (MARTÍ, 1894, v. 6, p. 26).

Sua escrita era crítica ao Estado colonial e, também, da própria sociedade civil, que não conseguia se organizar de forma adequada para desenvolver um programa nacional autodeterminado. Nesse sentido, Martí destacou as revoltas civis, o isolamento, a falta de diálogo, as rivalidades locais, a classe dirigente e estatal centralizadora do poder e espoliadora (MARTÍ, 1894, v. 6, p. 26). Esses são pontos que colocam em pauta a importância dos seus escritos para alguns jornais da América. Nesse sentido, a atividade periodista martiana ocupou um lugar de prestígio na imprensa nova-iorquina e hispano-americana oitocentista e, sobretudo, a sua contribuição para o debate dos dilemas políticos na busca por alternativas de novas formas societárias.

Portanto, viu no trabalho jornalístico uma forma de se manter enquanto profissional, mas também a possibilidade de ter um espaço crítico e autônomo na imprensa. Assim, iniciou: “[...] o aparecimento de um novo tipo de jornalista, escritor de notícias e folhetins” (RAMOS, 2008, p. 100). Podemos ampliar essa afirmação sobre a atividade do intelectual cubano, que foi além de uma escrita “panfletária”, produzindo uma reflexão sistemática em torno das temáticas políticas, econômicas, culturais e sociais de Cuba e da América, em seu conjunto.

Os jornais redigidos por Martí geralmente tinham um fundo de crítica política ao paradigma vigente instalado em Cuba. O combate ao jugo do poder espanhol era uma questão candente nos seus escritos. Assim, levantava seus questionamentos à Espanha, que sobrevivia sobre a égide do domínio colonial “[...] *cuya subsistencia depende de sus colonias sofocadas*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 344). Ele reiterou que “[...] *Cuba sólo se ha de desarraigat el gobierno que la aflige* [...]” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 346).

. De acordo com Ramos (2008, p. 101), o porto-riquenho apontou que: “[...] esse outro lugar de enunciação, concomitante ao aparecimento de um novo tipo de autoridade intelectual, era ainda bastante vulnerável no começo da década de 80 [do Oitocentos]”. “Vulnerável”, aqui, se define com base na escassez de um jornalismo independente de instituições, como o Estado e a Igreja. Esse distanciamento institucional de Martí foi o que lhe rendeu um lugar de enunciação próprio e autônomo de crítica genuína ao Estado colonial.

Seu trabalho jornalístico buscou formar uma opinião pública, ação que pode ser compreendida como um ato político. Tentou estruturar uma renovação da vida político-cultural. Nessa ótica, o jornalismo pode ser visto como “[...] uma orientação intelectual e moral, além de ser um documento do desenvolvimento cultural em determinadas épocas” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 202). Nessa esteira, a concepção de um trabalho desenvolvido por jornais era um dado *sine qua non* para criar “[...] *os patriotas verdaderos* [...]” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 94) e, posteriormente, “[...] *amar y mantener la república con ciudadanos*”

(MARTÍ, 1892, v. 2, p. 94). O jornal *Patria* apontou seu compromisso com a “[...] integridade e organicidade a respeito da vida pública [de Cuba] [...]” (RAMOS, 2008, p. 107). Referente à questão, foi colocado da seguinte maneira:

Ni el material atrasado, ni el atareo en cosa mayor, dejan a Patria, en días en que es ilícito dormir, tiempo para reseñar en este número, como hubiera querido, los acontecimientos, no todos de naturaleza pública, que acaban de sellar la organización, larga y firme, de los cubanos revolucionarios. Ni el riesgo de los habitantes de Cuba, y el sigilo indispensable en una obra revolucionaria viril, [...]. Ni en el estado delicadísimo de composición en que aún andan, y en la guerra despues han de andar, los elementos revolucionarios de nuestro pueblo, [...]. En revolución, los métodos han de ser callados; y los fines, públicos (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 93).

Martí enfatizou a importância do *Patria* em relação aos acontecimentos públicos a que se dedicava e, sobretudo, das atividades voltadas ao processo independentista que o jornal desempenhou na construção de um público revolucionário. Apesar disso, enfatizava que era necessário certo grau de cuidado a respeito dos conteúdos expostos nas páginas desses textos, para evitar o risco de ceder informações ao adversário (nesse caso, a Coroa espanhola) e desestruturar o programa insurrecional que estava sendo gestado. O periódico tinha um público leitor que vivia, particularmente, nos Estados Unidos, na cidade de Nova Iorque (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 93).

Seguindo essa reflexão, é importante destacar a questão do compromisso dos insurrecionais expatriados e sua consciência da necessidade de fazer um trabalho fora da ilha caribenha, devido às circunstâncias da repressão espanhola, encargo descrito da seguinte forma: “[...] é que os cubanos, livres no desterro da desconfiança e da espionagem que sempre impedirá o ordenamento da guerra em Cuba, cumpram sua obrigação, ao mesmo tempo fazendo fora o que o país não pode fazer dentro” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 340)<sup>97</sup>. Partindo dessa observação, a construção de uma unidade insurrecional passa de acordo com o pensamento gramsciano da formação de uma “[...] coletividade [que] deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares [...]” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 232)<sup>98</sup>.

<sup>97</sup> “[...] es que los cubanos, libres en el destierro de la desconfianza y espionaje que impedirán em Cuba siempre el ordenamiento de la guerra, cumplen con su obligación, todos a la vez haciendo afuera lo que el país no puede hacer adentro” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 340).

<sup>98</sup> Desse modo, a expressão utilizada por Gramsci do esforço individual de cada sujeito não pode ser confundida com individualismo. O que o marxista sardo pretendeu demonstrar é que cada indivíduo necessita de um empenho para formar sua própria consciência crítica para atuar de forma coletiva (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 232).

Assim, os jornais/revistas podem ser compreendidos como “frações de partidos” (GONÇALVES, 2017, p. 81) e vice-versa. Acerca dessa relação simbiótica, Lênin (2020, p. 172) destacou que deveria “[...] desenvolver e avançar a propor se a tentativa de “elevar” os militantes [...], para que tenham ideias, tarefas, planos etc.”. Ramos (2008, p.111) fez reflexões consideráveis sobre o jornalismo na América Espanhola, no qual Martí se destacava como um dos expoentes do pensamento “finissecular” do século XIX. O escritor porto-riquenho sumariou, de forma categórica, a introdução do jornalismo dentro desse respectivo contexto (tempo-espaço):

O jornalismo foi muito importante para a produção da imagem de *nacionalidade*, daquilo que Benedict Anderson chama de *comunidade imaginada*. Em sua história da formação dos sujeitos nacionais, Anderson enfatiza a importância da escrita para a regulação e a delimitação do espaço nacional. O jornalismo produz um público no qual se baseiam, inicialmente, as imagens da nação emergente. O jornalismo não é apenas um agente de consolidação do mercado – fundamental para o conceito moderno de nação –, mas também contribui para produzir um campo de identidade, um sujeito nacional [...]. O jornal foi uma matriz dos novos sujeitos nacionais. O jornal não apenas cristalizava a “racionalidade”, e a ordem que se identifica com a estabilidade e a delimitação nacional, mas também permitia estender essa ordem às regiões subordinadas da “barbárie”. Converter o bárbaro em leitor, submeter sua oralidade à lei da escrita [...] era um dos projetos ligados à vontade de ordenar e produzir o espaço nacional. O jornalismo era o dispositivo pedagógico fundamental para a formação da cidadania. Apesar de escritas na conjuntura colonial cubana [...] (RAMOS, 2008, p. 108).

O jornal era um “aparelho de contra-hegemonia” para a construção da nação, consolidação das instituições, solidificação do Estado e, conseqüentemente, a criação de um “novo” sujeito dentro da esfera da vida social, que, à época, ganhava outros contornos. O que o escritor porto-riquenho pautou foi a criação de um rearranjo na organização da sociedade civil e do Estado. No entanto, para essa mudança, era necessário romper com a cultura herdada do colonialismo (RAMOS, 2008, p. 108).

Nessa ótica, Martí procurou trabalhar na sua escrita jornalística uma crítica radical a essa herança colonial que assolava “*el continente descoyuntado durante tres siglos por un mando que negaba el derecho del hombre al ejercicio de su razón [...]*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 19). Na sua visão, havia uma estrutura colonial arraigada no conjunto das instituições dos recém-Estados nacionais que reproduziam esse *modus operandi*, como frisou: “*la colonia continuó viviendo en la república; y nuestra América [no] se está salvando de sus grandes yerros. [...] de la importación excesiva de las ideas [...]*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 19). A necessidade de absorver o que fosse positivo, porém, com o pensamento de repelir o que o fosse retrógrado. Tal frase ilustra essa questão complexa: “*leen para aplicar, pero no para copiar [...]*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 21). Nessa esteira, ainda acrescentou: “*entienden que se imita demasiado, y que la salvación está en crear*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 20).

Os jornais formaram meios de divulgação da luta independentista que ele nomeou de “*obra nacional*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 94). Nesse sentido, para se referir à construção de uma sociedade de “novo” tipo em Cuba. Para esse feito, era necessário “[...] *incluir en el levantamiento del país la mayor suma de componentes de él, este propósito fundamental de ligar en una revolución amplia y sincera. [...] la revolución inevitable [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 94).

Assim, o periódico *Patria* deveria ser desenvolvido para “[...] manter [...] informados os cidadãos sobre toda a sua atividade, isto é, deve educá-los [...]” (GRAMSCI, 2001, p. 229). O papel dos jornais/revistas, no sentido gramsciano, é criar um novo público através da formação de uma concepção de cultura política. Dessa forma, expôs Gramsci:

Portanto, é necessário reconhecer abertamente que, por si mesmas, as revistas são estéreis se não se tornam a força motriz e formadora de instituições culturais de tipo associativo de massa, isto é, cujos quadros não são fechados. O mesmo deve ser dito das revistas de partido; não se deve crer que o partido constitua, por si mesmo, a “instituição” cultural de massa da revista. O partido é essencialmente político e até mesmo sua atividade cultural é atividade de política cultural; as “instituições” culturais devem ser não apenas de “política cultural”, mas de “técnica cultural” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 237).

O pensador sardo, nesse trecho, apresentou duas simbioses: a primeira, a relação intrínseca entre revista/jornais e partido político; a segunda, a interação entre cultura e política. Nessa ótica, a construção de uma cultura hegemônica (ou contra-hegemônica) passa pela relação entre vários elementos, como foi destacado. A noção de “aparelho de hegemonia” é fundamental para a formação de um público homogêneo em relação ao projeto político da independência. Tal ação só é possível a partir “[...] da atividade jornalística (em suas várias manifestações) seguir e controlar todos os movimentos e centros intelectuais que existem e se formam [...]” (GRAMSCI, v. 2, 2001, p. 247).

Partindo desse prisma, Martí exerceu uma atividade de divulgação do movimento insurrecional de forma pertinente. O *Patria* foi o “aparelho de contra-hegemonia” que criou uma cultura “PRCbista”<sup>99</sup>, isto é, o partido, assim como os jornais capitanearam um modo de pensar e o difundiram para os simpatizantes da causa cubana. A concepção de que “*para librar al país de lo imprevisto se fundó el Partido Revolucionario Cubano; para someter la aspiración patriótica al bien y voluntad del país, y no para ponerse, so pretexto de gloria, encima de él [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 94). Assim, colaborando com a “[...] *obra de fundar por una guerra imprescindible una república viable [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 95).

---

<sup>99</sup> O termo “PRCbista” é uma expressão para abarcar a questão de uma forma de pensar que foi propagada pelo Partido Revolucionário Cubano (PRC), com a intenção de gerar um público revolucionário e trabalhar na sua homogeneização, no que tange à concepção e à ação desse grupo de insurretos no mundo, isto é, no processo independentista cubano.

Desse modo, o jornal (partidário) era uma forma de incorporar o “outro”, enquanto sujeito, no movimento histórico da luta de libertação nacional da ilha caribenha (RAMOS, 2008, p. 109). No pensamento martiano, a atividade jornalística e o partido foram uma simbiose indispensável para a formação do corpo insurrecional. A noção de cultura “PRCbista” foi forjada através da escrita e da divulgação do trabalho periodista. O jornalismo era um propagador do programa do partido político: organizador, disciplinador e técnico; no sentido de ser especializado na propaganda revolucionária (LÊNIN, 2020, p. 174). Lênin (2020, p. 176) destacou “[...] precisamente de que não existe nenhum outro meio para educar fortes organizações políticas senão um jornal [...]”. O *Patria* foi o jornal da educação “PRCbista” como o trecho a seguir destaca:

*El Partido Revolucionario Cubano se fundó [...] para allega con orden y cariño, dentro y fuera de Cuba, todos los elementos necesarios en la guerra de independencia a que va forzosamente un país cuya necesidad urgente de vida es mayor que las condiciones falsas. Inestables y vergonzosas de existencia que le crea una metrópoli floja y hostil [la España] (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 95).*

Enquanto a citação acima se refere à inquietação com a situação cubana diante do colonialismo espanhol, no jornal *El Partido Liberal* (do México), há a demonstração de uma preocupação geral com os rumos da América Hispânica na cena oitocentista:

*[...] los redentores bibliógenos no entendieron que la revolución que triunfó con el alma de la tierra, desatada - a la voz del salvador, con el alma de la tierra había de gobernar, y no contra ella ni sin ella, entró a padecer América, y padece, de la fatiga de acomodación entre los elementos discordantes y hostile a que heredó de un colonizador despótico, [...] (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 19).*

A concepção gramsciana coloca em pauta o trabalho jornalístico, expressando que “é verdade que a educação pode ser programada [pelas revistas/periódicos/jornais] em diversos planos a fim de obter diversos níveis [e intenções]” (GRAMSCI, v. 2, 2001, p. 250). Partindo dessa preposição, o trabalho desempenhado por Martí não se restringiu apenas a pensar Cuba na sua condição colonial, mas também os demais países hispano-americanos em situações semicoloniais e, sobretudo, seu encargo foi desempenhado como atividade informativa “educativa-formativa” (DURIGUETTO, 2014, p. 268).

As duas passagens supracitadas de Martí ilustram sua forma de escrita, que buscava na crítica o seu vigor teórico contra o *modus operandi* que reinava na periferia capitalista. Enfatizou a respeito da necessidade de refletir, genuinamente, sobre a condição política e histórica dos países hispânicos: “*estrategia es política. Los pueblos han de vivir criticándose, porque la crítica es la salud [de buen gobierno] [...]*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 21).

A disseminação do aparato teórico martiano, que subsidiou a construção de um grupo insurrecional, teve na atividade periodista a sua égide. Nesse sentido, as contribuições críticas de Lênin foram endereçadas à concepção “engessada” de uma teoria isolada da prática,

porém, falar em jornalismo é pensar na construção de um dispositivo que não está apartado da revolução, isto é, da atuação na realidade, assim, tal sistematização é estratégica para uma atividade prática: o processo revolucionário (LÊNIN, 2020, p. 169).

Nessa esteira, o jornalismo de Martí buscou uma unidade entre teoria e prática com um compromisso combativo-criativo, um “[...] lugar alternativo frente às instituições tradicionais, assim como um meio de divulgação [...]” (RAMOS, 2008, p. 123). Os dois “aparelhos de contra-hegemonia” dirigidos pelo intelectual cubano foram essenciais, tanto o *Patria*, como *El Partido Liberal*, no qual publicou, possivelmente, seu texto mais impactante, “*Nuestra América*”, no qual apresentou questões candentes:

*Por esta conformidad con los elementos naturales desdeñados han subido los tiranos de América al poder; [...]. Las repúblicas han purgado en las tiranías su incapacidad para conocer los elementos verdaderos del país, derivar de ellos la forma de gobierno y gobernar con ellos. Gobernante, en un pueblo nuevo, quiere decir creador (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 17).*

Martí captou a importância de “*resolver el problema después de conocer sus elementos, es más fácil que resolver el problema sin conocerlos*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 18). O jornalismo martiano foi combativo por escancarar as tiranias ibéricas nas incipientes repúblicas hispânicas e confrontá-las. Assim, ao mesmo tempo, foi criativo no tocante à concepção de reconhecer que era necessário criar uma “nova” estrutura governamental para levar adiante o projeto alternativo, isto é, fora dos moldes do colonizador europeu (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 17).

O jornalismo hispano-americano e seus escritores “[...] procuravam dominar o emergente campo da identidade nacional” (RAMOS, 2008, p. 110). Esse trabalho era capitaneado por intelectuais da época. Uma expressão que caracteriza esse processo era: “se o analfabetismo era um traço do ‘bárbaro’, como incorporá-lo ao ‘público’, à escrita? Aqui aparece a fundação do mediador, um tipo de educador que lê o jornal para a comunidade analfabeta” (RAMOS, 2008, p. 110).

Nesse sentido, o jornal ocupava um lugar central: “o serviço de informação crítica, para um público de cultura medíocre ou que se inicia na vida cultural, [...], é um serviço obrigatório” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 242). Partindo desse aspecto, os textos jornalísticos devem ter “[...] maior peso educativo e formativo” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 246). Nesse quesito, os jornais *Patria e El Partido Liberal*, dirigidos por Martí, foram “aparelhos de contra-hegemonia”, que funcionaram como dispositivos “críticos-informativos” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 210). O primeiro periódico voltado à tentativa de construir um corpo insurrecional a partir da divulgação do programa do PRC, como afirmou o intelectual cubano:

“[...] *el Partido existe, seguro de su razón, como el alma visible de Cuba [...]*” (MARTÍ, 1893, v.2, p. 341). Assim: “[...] *al Partido de la revolución, censor enérgico de toda rebelión [...]*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 334). Destarte, tendo “[...] *un plan hostil al despotismo y el desorden, para allegar todos los elementos de emancipación que existan dentro y fuera de Cuba [...]*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 334).

O segundo periódico foi fundamental para a disseminação de uma visão de América Hispânica e das implicações da relação com o colonialismo e o imperialismo. O texto *Nuestra América* não é apenas manifesto político, mas uma lição de consciência e cultura histórica<sup>100</sup>, como os fragmentos abaixo expressam:

*Si [no] son parislenses o madrileños, [...]. ¡Estos hijos de carpintero, que se avergüenzan de que su padre sea carpintero! ¡nacidos en América, que se avergüenzan, porque llevan delantal indio, de la madre que los crió, y reniegan. ¡bribones de la madre enferma, y la dejan sola en el lecho de las enfermedades!* (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 16).

Continuando a reflexão, ampliou sua crítica à noção de “imitação”:

*La incapacidad no está en el país naciente, que pide formas que se le acomoden y grandeza útil, sino en los que quieren regir pueblos originales, de composición singular y violenta, con leyes heredadas de cuatro siglos de práctica libre en los Estados Unidos, de diciennueve siglos de monarquía en Francia* (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 16-17).

Essas interpelações apontadas por Martí vislumbram questões de cunho subjetivo, como ele mesmo destacou: “*el problema de la independencia: no era el cambio de formas, sino el cambio de espíritu*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 19). Os quatro séculos de colonialismo ainda permaneciam nas repúblicas hispano-americanas. Em Cuba, o próprio paradigma organizacional não tinha sido superado. Esses impasses formavam, recorrentemente, temas centrais nas suas reflexões para a compreensão da negação por parte dos indivíduos em relação às suas raízes. Uma hipótese para o entendimento da reprodução do modelo colonial poderia estar no sentimento de recusa do ser cubano (autóctone) de aceitação da sua origem e as excessivas importações das instituições que compunham a formação do Estado-nação,

<sup>100</sup> Esses dois conceitos aparecem nas obras do alemão Jörn Rüsen. O primeiro, o autor o define como “a consciência histórica pela ‘competência’ de experiências” (RÜSEN, 2019, p. 59). Nesse sentido, está imbricada com a função de atribuir sentido ao passado, orientar o presente e perspectivar futuro e, sobretudo de suprir as necessidades de carências de orientação temporal (RÜSEN, 2019, p. 84). O segundo, a noção de “cultura histórica”, tem uma relação estreita com o primeiro conceito. Nessa ótica, a “cultura histórica” passa pela formação da “consciência histórica”, no entanto, abrange uma concepção de um aprendizado coletivo, adquirido a partir de uma experiência temporal e a relação entre os indivíduos e os usos públicos do passado de um determinado tempo-espaço, isto é, um “[...] fator de orientação cultural na vida prática humana” (RÜSEN, 2019, p. 43). Nesse aspecto, ambas as terminologias ajudam na construção da identidade nacional: “As nações frequentemente localizam suas fontes em um passado remoto antigo, e projetam uma perspectiva de futuro ilimitada que engloba a própria afirmação e desenvolvimento nacional” (RÜSEN, 2019, p. 58).

padrões de costumes que eram internalizados e universalizados na psique dos sujeitos como um ideal governamental/comportamental<sup>101</sup>.

Nas reflexões apresentadas nos textos de Martí, sobre reprodução do *modus vivendi* do colonizador no Novo Mundo, era um elemento que deveria ser rechaçado e desconstruído. Na sua concepção, a noção de comparação entre os países hispânicos e outras nacionalidades com um sistema de organização da vida socioeconômica consolidada não era a forma assertiva de construir uma sociedade. Nesse sentido, cada país tem suas próprias raízes históricas, isto é, suas particularidades, que devem ser levadas em consideração. Assim, cada país deveria construir a sua estrutura estatal e social a partir de seu aspecto *sui generis* (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 16-17).

Nessa ótica, Martí criticou e enalteceu os hispano-americanos. Era um conhecedor das fragilidades e potencialidades desses povos. Frisou essa questão da seguinte forma: “[...] *en qué patria puede tener un hombre más orgullo que en nuestras repúblicas dolorosas de América, levantadas entre las masas mudas de indios [...]*”. Apesar de “[...] *acusar de incapaz e irremediable a su república nativa [...]*”. É notável a capacidade de organização “*de factores tan descompuestos, jamás, en menos tiempo histórico, se han creado naciones tan adelantadas y compactas*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 16).

Esses ideais martianos propagados ganharam notoriedade pela força do jornalismo. Sua concepção política só alcançou um *status* de visibilidade por causa da disseminação de sua escrita em jornais/periódicos. A construção do corpo insurrecional foi fruto de um programa de partido político e de um trabalho jornalístico ativo, principalmente, no *Patria*, no qual Martí escreveu com maior frequência e, conseqüentemente, por se tratar de um veículo de comunicação, onde trabalhou nos anos de 1890, isto é, próximo à criação do PRC, em 1892, e do acirramento da luta de libertação nacional de Cuba, em 1895.

Por esse prisma, o jornal foi um “aparelho de contra-hegemonia” em oposição à espoliação espanhola na ilha caribenha. Em outro sentido, porém, com o mesmo intuito, a metáfora leninista de pensar os jornais como os “andaimos” e a organização revolucionária como o “edifício” é um arquétipo útil para delinear o desenvolvimento paulatino de um

---

<sup>101</sup> Nesse prisma, quem oferece algumas contribuições à noção de perpetuação do modelo colonial é Aníbal Quijano, que explanou tal questão desse modo: “Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza as experiências dos indivíduos neste padrão de poder” (QUIJANO, 2019, p. 86).

programa revolucionário (LÊNIN, 2020, p. 179)<sup>102</sup>. O revolucionário russo ilustrou, novamente, a importância de um jornal político-combativo:

No que diz respeito à construção de organizações revolucionárias, a experiência mostra que é possível, por vezes, construir sem andaimes [...]. Mas agora não podemos sequer imaginar a possibilidade de construir sem andaimes o edifício de que temos necessidade [o partido revolucionário] (LÊNIN, 2020, p. 176.).

O *Patria* foi o “aparelho de contra-hegemonia” utilizado para fins de propaganda e organização do movimento independentista. Era um aparato crítico do Estado colonial espanhol, como vemos nas palavras de Martí: “*la separación de España es el único remedio a los males cubanos*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 341). Nesse sentido, era preciso destruir “[...] *los privilegios en que mantiene a fuerza de armas a la población peninsular*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 341). O *El partido Liberal* se destacou mais por sua crítica voltada, preferencialmente, para o geral, ou seja, com uma visão continental. Portanto, não ficou restrito a pensar apenas Cuba e a necessidade da revolução. Foi um periódico amplo no que tange aos temas colocados em pauta. Em uma passagem de sua escrita metafórica, fica nítida a sua preocupação de cunho mais geral:

*El vino, de plátano; ¡y si sale agrio, es nuestro vino! Se entiende que las formas de gobierno de un país han de acomodarse a sus elementos naturales; que las ideas absolutas, para no caer por un yerro de forma, han de ponerse en forma relativas; que la libertad, para ser viable, tiene que ser sincera y plena [...] (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 20).*

As palavras de Martí soavam como uma advertência não só a Cuba, mas se estendia para os demais países hispânicos. A crítica à noção de “imitação”, ou melhor, de reprodução dos padrões governamentais e comportamentais eurocêntrico-estadunidense aparecem na sua escrita metafórica. Desse modo, *El Partido Liberal* realizou: “o trabalho educativo-formativo desenvolvido por um centro homogêneo de cultura, a elaboração de uma consciência crítica (por ele promovida e favorecida) sobre uma base histórica que contenha as premissas concretas para tal elaboração, [...]” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 206). É importante analisar a relação entre os jornais, o partido político e o trabalho intelectual nesses aparelhos.

### **3.3 O “Aparelho de contra-hegemonia” e atuação do intelectual orgânico: o PRC e seu líder Martí**

<sup>102</sup> É interessante não perder de vista que o jornalismo, historicamente, tem sido indispensável nas organizações dos processos revolucionários, pois, desempenha “um trabalho político vivo” (LÊNIN, 2020, p. 177). Nesse sentido, Lênin pensou os jornais como uma convocatória para a revolução, isto é, apontou que essa atividade tinha uma relação intrínseca com a prática: “[...] o que nós precisamos não é resolver uma questão de princípio, mas sim de prática; é necessário estabelecer imediatamente um plano determinado para a construção” (LÊNIN, 2020, p. 176).

Com o advento do Estado Moderno<sup>103</sup>, nasceu uma nova configuração social, os indivíduos dentro da política não se relacionam entre ambos, mas entre “organismos coletivos”<sup>104</sup>, que são os partidos políticos. Os sentimentos populares são colocados no interior do plano da racionalidade, os anseios das massas saem do plano passional para desembocar em uma forma de pensar e agir conscientemente. Traduzindo esta concepção para a realidade cubana do período independentista, Martí fez o papel de “[...] chefe que interpreta as necessidades e as aspirações das massas [...]” (FILIPPINI, 2017, p. 1192). Gramsci descreveu a importância do partido político, onde o “intelectual orgânico” atua, vejamos:

Quando se quer escrever a história de um partido político, deve-se enfrentar na realidade toda uma série de problemas muito menos simples do que aqueles imaginados, [...]. O que é a história de um partido? Será a mera narração da vida interna de uma organização política, de como ela nasce, [...], das primeiras polémicas ideológicas através das quais se forma seu programa e sua concepção do mundo e da vida? [...] a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; [...] pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto monográfico (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 87).

Destarte, essa concepção está ancorada em como o partido pode ser um elemento de construção da nação através de sua conduta política e de seu caráter unitário. Já mencionado o partido político está associado ao processo histórico. É preciso analisar o movimento insurrecional cubano (1895), juntamente com a criação do Partido Revolucionário Cubano (PRC), em 10 de abril de 1892 (MARTÍ, 1892, v.1, p. 387-391). Nesse itinerário, Gramsci (2011, p. 23) apontou que os partidos políticos são fulcrais para dar organicidade a um pensamento trivial desordenado das massas e, sobretudo, os intelectuais são fundamentais

<sup>103</sup> A concepção de Estado Moderno envolve uma série de reflexões de matrizes distintas, assim, não nos facilita síntese acerca do tema. Paulo Miceli (2019, p. 96) ofereceu algumas contribuições a esse respeito, em que o autor enfatizou o Estado Moderno como uma organização de “novo” tipo, que estabeleceu rupturas em relação à noção de “velho”, isto é “[...] transição do feudalismo para o capitalismo [...]” (MICELI, 2019, p. 96). Nesse sentido, havia grupos sociais que ganharam visibilidades como a incipiente burocracia estatal e a burguesia em ascensão. Uma segunda visão é a de Jorge Grespan (2018, p. 27-28), cuja análise parte das indagações de teóricos como Hugo Grotius (1583-1645), Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704). Um dos exemplos da formação do Estado Moderno foi construído por Locke, com a ideia de contrato, direitos e deveres do indivíduo. Nessa esteira: “Na formulação de Locke, o Estado é realmente soberano, mas só no sentido de que não há poder particular acima dele [...]. [...] Locke funda o liberalismo político e econômico. A propriedade privada é um ‘direito natural’, bem como o são contratos entre os indivíduos. [...]. Na teoria de Locke, por isso, o consentimento geral transfere ao soberano apenas o direito ao uso da força, mas não de dispor das propriedades privadas dos indivíduos e de interferir em seu comércio” (GRESPLAN, 2018, p. 29). Nesse sentido, o Estado Moderno é caracterizado como estrutural governamental burguesa.

<sup>104</sup> Essa terminologia foi tomada por Gramsci (2011, p. 34-35) para apontar a nova relação política construída pelos indivíduos do Estado Moderno. O marxista sardo faz uma releitura da obra de Nicolau Maquiavel (1469-1527), “O Príncipe”, de 1513, na qual demonstrou que a política não é mais feita apenas por indivíduos isolados, mas pela coletividade, a fim de atuar na política do Estado Moderno. Esse dispositivo é o “organismo coletivo”, que formou uma nova entidade: o partido político ou o “moderno Príncipe” que foi a forma utilizada por ele para caracterizar o partido. Assim, a política do Estado Moderno ganhou novos contornos com o aparecimento do partido político como “ponto nodal” na organização da vida política que passou a ser o aparato racionalizador e organizador. Desse modo, a categoria das massas populares iniciaria sua participação na vida pública por intermédio do “moderno Príncipe” (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 19).

nesse encargo para construir as condições necessárias para direcionar os partidos e os anseios populares da sociedade.

Nesse sentido, Martí foi o típico dirigente político que conduziu a massa cubana a um processo revolucionário. A criação do PRC marcou o caráter orgânico do processo independentista da ilha. O pensamento martiano muitas vezes tem sido interpretado de várias formas, sua visão de mundo multifacetada contribui para tal percepção (SOUZA, 2007, p.38). O século XIX, marcado por discursos de um ideal de amor a pátria, “inventou”, de certo modo, uma concepção de Martí como “*el apóstol*”, um sentimento de heroísmo “puro” de martírio em prol da nação cubana. Assim, criou um apagamento da organização e sistematização do grupo insurrecional cubano.

A partir da visita às *Obras Completas*, notamos que a ética martiana não se restringiu apenas ao “[...] reconhecimento do heroísmo viril e poderoso [...]” (RAMOS, 2008, p. 277). Havia uma organização teórica, estratégica e coesa nos seus textos políticos, principalmente, nos que se referem ao PRC. As balizas da criação do partido político redigidas por Martí são, na sua essência estrategistas, do intelectual especializado na arte da escrita política, que visava tomar o poder, ignorava conciliações e tinha, no seu horizonte, as ideias revolucionárias como sustentáculo de sua ação para transformar a realidade vigente. O trecho a seguir é referente aos alicerces do PRC, formulados pelo intelectual cubano:

*Artículo 1º - El Partido Revolucionario Cubano se constituye para lograr con los esfuerzos reunidos de todos los hombres de buena voluntad, la independencia absoluta de la Isla de Cuba, y fomentar y auxiliar la de Puerto Rico.*

*Artículo 2º - El Partido Revolucionario Cubano no tiene por objeto precipitar inconsideradamente la guerra en Cuba, ni lanzar a toda costa al país a un movimiento mal dispuesto y discorde, sino ordenar, de acuerdo con cuantos elementos vivos y honrados se le unan, una guerra generosa y breve, encaminada a asegurar en la paz y el trabajo la felicidad de los habitantes de la Isla.*

*Artículo 3º - El Partido Revolucionario Cubano reunirá los elementos de revolución hoy existentes y allegará, sin compromisos inmorales con pueblo u hombre alguno, cuantos elementos nuevos pueda, a fin de fundar en Cuba por una guerra de espíritu y métodos republicanos, una nación capaz de asegurar la dicha durable de sus hijos y de cumplir, en la vida histórica del continente, los deberes difíciles que su situación geográfica le señala (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 279, grifos nossos).*

Nos três primeiros artigos do PRC, é possível enfatizar que havia uma organização acurada a respeito do projeto político. O partido tinha como função criar condições para realizar as independências de Cuba e Porto Rico, que eram colônias que se encontravam dentro do programa de execução de libertação nacional do plano do partido de verve revolucionária, como descrito no artigo 1º. No artigo 2º, havia uma concepção de que o movimento insurrecional que estava em curso na ilha caribenha não era algo desordenado, mas sim, ordenado, ou seja, categorizado por um partido político que poderia trazer a estabilidade à sociedade cubana (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 279).

O partido criado por Martí foi gestado e sustentado fora de Cuba pelas circunstâncias do exílio, não só de seu líder, mas também de outros cubanos que viviam as dificuldades do ostracismo que foi imposto pela Coroa espanhola frente aos indivíduos que não comungavam com a ordem vigente, à época, na ilha caribenha. A participação, principalmente, de porto-riquenhos, era algo recorrente nas atividades e no apoio ao PRC (como vimos, anteriormente, tinha como uma de suas premissas, no 2º artigo, colaborar com a independência de Porto Rico) (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 279), de modo que o revolucionário cubano internacionalizava a luta cubana pela libertação. Assim, a ação do PRC pode ser entendida como atividade de partido que se posicionou e se ocupou dos impasses colocados pela conjuntura histórica da época (GONÇALVES, 2017, p. 84). Os artigos seguintes trazem um programa para a fundação de um ideal de Estado cubano autônomo:

*Artículo 4º - El Partido Revolucionario Cubano no se propone perpetuar en la República Cubana, con formas nuevas o con alteraciones más aparentes que esenciales, el espíritu autoritario y la composición burocrática de la colonia, sino fundar en el ejercicio franco y cordial de las capacidades legítimas del hombre, un pueblo nuevo y de sincera democracia, capaz de vencer, por el orden del trabajo real y el equilibrio de las fuerzas sociales, los peligros de la libertad repentina en una sociedad compuesta para la esclavitud.*

*Artículo 5º - El Partido Revolucionario Cubano no tiene por objeto llevar a Cuba una agrupación victoriosa que considere la Isla como su presa y dominio, sino preparar, con cuantos medios eficaces le permita la libertad del extranjero, la guerra que se ha de hacer para el decoro y bien de todos los cubanos, y entregar a todo el país la patria libre (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 279-280, grifos nossos).*

No artigo 4º, é perceptível o compromisso do PRC com o objetivo de romper com o modelo institucional instalado pela Coroa Espanhola dentro de Cuba. Desse modo, seria possível criar outra forma de sociabilidade e uma “nova” noção de povo conscientizado para viver dentro dos princípios democráticos. Ademais, o papel político do partido destinava-se a desempenhar uma atividade não só na cena nacional, mas também internacional. O PRC tinha um compromisso com os povos de outras nacionalidades. No entender de sua pauta, Cuba deveria receber imigrantes, como salientou Martí, ao escrever o artigo. Nessa perspectiva: “A função do intelectual se define pela conservação ou a construção de projetos hegemônicos de classe” (DURIGUETTO, 2014, p. 291). Partindo dessa ótica, o intelectual cubano exerceu uma atividade de “homem político” com toda uma agenda revolucionária, como é demonstrado através das bases do partido, redigido sobre sua concepção sociopolítica. Adiante, acrescentou:

*Artículo 6º - El Partido Revolucionario Cubano se establece para fundar la patria una, cordial y sagaz, que desde sus trabajos de preparación, y en cada uno de ellos, vaya disponiéndose para salvarse de los peligros internos y externos que la amenacen, y sustituir al desorden económico en que agoniza con un sistema de hacienda pública que abra el país inmediatamente a la actividad diversa de sus habitantes.*

*Artículo 7º - El Partido Revolucionario Cubano cuidará de no atraerse, con hecho o declaración alguna indiscreta durante su propaganda, la malevolencia o suspicacia de los pueblos con quienes la prudencia o el afecto aconseja o impone el mantenimiento de relaciones cordiales (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 279-280, grifos nossos).*

Nesses artigos, frisou um aspecto pertinente em relação ao debate econômico para alavancar a produção da ilha caribenha. A intenção do “*sistema de hacienda pública*” era democratizar o acesso à terra e à diversificação da produção, que era um problema que ocorria, à época, no país em condição colonial, sob o monopólio latifundiário do açúcar, onde “O engenho absorvia tudo, homens e terras” (GALEANO, 2019, p. 102). O ponto mencionado no último artigo citado é fundamental no programa de um partido, que é seu compromisso com o povo. Gramsci pensou essa questão da seguinte forma:

O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de investigações e classificações pedantes de princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidade de uma pessoa concreta, o que põe em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer e dá uma forma mais concreta às paixões (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 13).

O marxista sardo apontou a necessidade de criar um pensamento racional frente às paixões e anseios das massas. Em outras palavras, elaborar uma consciência crítica acerca do sentimento do povo. Nesse sentido, o “*intelectual orgânico*” deve ser capaz de cooptar os sentimentos das massas, muitas vezes, desordenadas, dar uma resposta a tal situação, a partir da elaboração dessa expressão de “*senso comum*”, transformando-a em um plano teórico de ação, essencialmente estrategista para a construção da “*contra-hegemonia*” (DURIGUETTO, 2014, p. 280). Essa transição de anseios das massas para a construção de reivindicações concretas pode ser feita sob a égide de partido político.

O partido político no pensamento martiano foi uma forma de organizar o processo independentista cubano e construir projetos para o país. Os compromissos firmados pelo PRC eram, essencialmente, sistematizados. Assim, enfatizando essa noção, “[...] é preciso expor o que se deve entender em política e tática, por ‘plano’ estratégico, por propaganda e agitação, por ‘orgânica’ ou ciência orgânica da organização e da administração em política” (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 19). Nesse sentido, o PRC agrupou esses elementos postos por Gramsci, na medida em que vários textos voltados à disseminação dos ideais do partido foram publicados no periódico *Patria* (Nova Iorque), a partir de 1892. Essa prática se caracterizou na teórica gramsciana como forma de atividade informativa e, conseqüentemente, formativa (GONÇALVES, 2017, p. 89). Desse modo, nasce a agitação das massas e sua forma de consciência. Os intelectuais organizam os partidos e seu programa político e os dirigem, coadunando as massas para a criação da “*contra-hegemonia*” (GONÇALVES, 2017, p. 86-

87). Esse feito apenas pode ser alcançado por meio da organização das massas. No caso cubano, Martí, no artigo 8º, expôs essa questão de forma candente:

*Artículo 8º - El Partido Revolucionario Cubano tiene por propósitos concretos los siguientes:*

*I. Unir en un esfuerzo continuo y común la acción de todos los cubanos residentes en el extranjero.*

*II. Fomentar relaciones sinceras entre los factores históricos y políticos de dentro y fuera de la Isla que puedan contribuir al triunfo rápido de la guerra y a la mayor fuerza y eficacia de las instituciones que después de ella se funden, y deben ir en germen en ella.*

*III. Propagar en Cuba el conocimiento del espíritu y los métodos de la revolución, y congregar a los habitantes de la Isla en un ánimo favorable a su victoria, por medios que no pongan innecesariamente en riesgo las vidas cubanas.*

*IV. Allegar fondos de acción para la realización de su programa, a la vez que abrir recursos continuos y numerosos para la guerra.*

*V. Establecer discretamente con los pueblos amigos relaciones que tiendan a acelerar, con la menor sangre y sacrificios posibles, el éxito de la guerra y la fundación de la nueva República indispensable al equilibrio americano (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 280, grifos nossos).*

Suas explicações são objetivas a respeito da construção do movimento insurrecional e instauração da república em Cuba. É importante destacar os três primeiros parágrafos deste artigo, citado acima. Havia a incumbência do PRC em agrupar os insurretos de residiam fora da ilha caribenha, a concepção de um projeto revolucionário baseado na organização do povo cubano e o risco de que a revolução tomasse proporção internacional, já que, à época, o corpo insurrecional foi gestado fora da ilha caribenha. No parágrafo 5, é nítido que a concepção republicana foi um dos destaques nas bases do PRC, como algo a ser alcançado (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 280). Assim, o partido político assumiu o encargo de transformar a cultura e a consciência dos indivíduos. O “moderno Príncipe”, em Gramsci, é entendido como partido político revolucionário com o propósito de travar uma “reforma intelectual e moral”, isto é, modificar a subjetividade dos sujeitos, como traz o trecho abaixo:

O príncipe Moderno deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. [...] formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral [...]. É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa econômico é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. O moderno Príncipe, desenvolve-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, [...]. O Príncipe toma o lugar, nas consciências, [...] de toda a vida e relações de costume (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 18-19).

A noção de “príncipe moderno”, formulada por Gramsci, é essencial para pensarmos a atividade de partido no seu sentido *lato*. Sua atuação em diversas frentes buscava construir um público homogêneo e consciente de sua função revolucionária dentro da estrutura da

sociedade, a partir de uma ação de massas encabeçadas pelo partido político. Esse organismo trabalha na formação da vontade coletiva (GONÇALVES, 2017, p. 86). Nessa direção, o PRC foi fulcral para a construção de uma “contra-hegemonia” frente ao colonialismo em Cuba e seus aparelhos de repressão. O papel dos partidos políticos é de se posicionarem em momentos decisivos da história de um país e exercer uma incumbência na organização nos seios da vida social (GONÇALVES, 2017, p. 89-90). Partindo desse prisma, o PRC desempenhou uma atribuição fundamental na edificação de um pensamento “contra-hegemônico” na tentativa de solapar o jugo espanhol na ilha caribenha.

O enfraquecimento da Espanha frente às suas colônias na região sul-americana no início do século XIX, que levou a Coroa a concentrar os seus esforços de dominação em Cuba, então, voltando sua atenção político-econômica dentro do mundo hispânico para a ilha caribenha, que se tornou nas últimas décadas do mesmo século um polo de grande produção do açúcar (GALEANO, 2010, p. 101). Cuba se tornou, assim, um dos principais sustentáculos do colonialismo espanhol. A fundação do PRC, capitaneada por Martí, ocorreu, justamente, por causa desse acirramento da espoliação em território cubano. Nas palavras do: “*en el Partido Revolucionario Cubano, para acordar con el medio de salvarlo, de modo que en la conquista de la independencia de hoy vayan los gérmenes de la independencia definitiva de mañana*” (MARTÍ, 1892 v. 1, p. 389). Nesse período, a ilha caribenha, já não se encontrava, totalmente, nos domínios do poder metropolitano espanhol, sendo então, dividida com as investidas do capital privado norte-americano (FERNANDES, 2007, p. 55).

Martí criou uma ação teórico-prática, às pautas do partido político, que dava direção ao movimento insurrecional. O intelectual cubano exerceu a função de diretiva da massa popular no processo revolucionário (1895), que não conseguiu seu objetivo, mas deixou um terreno fértil para uma nova investida do grupo independentista de 1898. Nesse sentido, um conjunto de valores que seriam reivindicados pelos revolucionários dos anos 1950, liderados por Fidel Castro, demonstraram o vigor e a permanência do pensamento martiano: “[...] o movimento embrionário é claro e forte” (JAMES, 2010, p. 345). Gramsci (2011, v. 3, p. 35) afirmou que a independência de um país não poderia ser alcançada apenas por forças militares, mas político-militares, atuando em conjunto. Isso foi feito em Cuba, na tentativa de libertação nacional. A criação do PRC foi parte da estratégia para sublinhar os interesses políticos que apenas seriam alcançados pela via insurrecional, isto é, conjugada com a luta armada. Assim, toda revolução necessita de uma porção de jacobinismo para ser, efetivamente, revolucionária (BIANCHI, 2017, p. 5).

No caso cubano, pensar o partido político como uma instituição de organização dos insurrecionais e da tarefa necessária significava fazer a revolução. Desse modo, o partido político e o processo revolucionário devem ser pensados em seu conjunto: “excluir os partidos é excluir todo o ‘plano’ de ação [...]” (GRAMSCI, 2011, v. 3. p. 25). O PRC deve ser compreendido para além da formação de um “corpo” de insurretos cubanos, capazes de teorizar um programa político que daria sustentação para a implantação de um regime de “novo” tipo. O partido, chamado de “moderno príncipe”, por Gramsci, tem um papel a cumprir na estrutura societária e uma maneira peculiar de se organizar:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a ser tornar universais e totais (GRAMSCI, v. 3, 2011, p. 16).

O pensamento gramsciano delineou de forma precisa o encargo dos partidos políticos dentro da dinâmica da vida social, mas é importante sublinhar que Gramsci pensava o partido não só na esteira de Maquível, mas, sobretudo, na de Lenin. Isso leva a discussão a outro nível, não dos partidos característicos da república burguesa contemporânea, mas do partido de novo tipo, isto é, revolucionário (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 161). Assim, tal função é em prol de uma coletividade, dispensando os anseios pessoais para construir uma ação comunitária. Isso significa formar uma concepção de mundo homogênea e universalizá-la como ideal de ação dentro da realidade histórica. O PRC exerceu essa atividade de uniformizar um determinado público e disseminar um programa revolucionário para alcançar a causa “maior”, a independência de Cuba, e a construção de uma nação soberana. Para tal feito, era necessária uma organização do grupo insurrecional, no qual o PRC capitaneou toda a logística da ação revolucionária, como está descrito nos “*Estatutos Secretos del Partido*”, vejamos:

*§1. El Partido Revolucionario Cubano se compone de todas las asociaciones organizadas de cubanos independientes que acepten su programa y cumplan con los deberes impuestos en él.*

*§ 2. El Partido Revolucionario Cubano funcionara por medio de las Asociaciones independientes, que son las bases de su autoridad, de un Cuerpo de Consejo constituido en cada localidad con los Presidentes de todas las Asociaciones de ella, y de un Delegado y Tesorero, electos anualmente por las Asociaciones.*

*§3. Los deberes de las Asociaciones son:*

*1. Adelantar, por toda especie de trabajos, los fines generales del programa del Partido, y realizar las tareas especiales que la ocasión, o los recursos y situación de cada localidad hiciesen necesarios, y de las cuales serán instruidos por sus Presidentes.*

*2. Allegar, e tener bajo su custodia, los fondos de guerra.*

*3. Contribuir, por la cuota fijada que las necesidades corrientes impongan, y por los medios extraordinarios que sean posibles, a los fondos de acción.*

4. *Unir y disponer para la acción, dentro del pensamiento general, por la atracción y la cordialidad, cuantos elementos de toda especie le sean allegables.*
5. *Impedir que se desvíen de la obra común los elementos revolucionarios.*
6. *Recoger y poner en conocimiento del Delegado por medio del Cuerpo de Consejo todos los datos que le puedan ser útiles a para la organización revolucionaria dentro y fuera de la Isla (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 281, grifos nossos).*

Nesse sentido, é notável que o PRC era o núcleo da organização do movimento insurrecional cubano. Seu programa estava assentado em um compromisso rígido com o plano independentista. Assim, o partido político era uma instituição que agia de dentro para fora e de fora para dentro, como estar posto no final dessa citação acima. Todo esse planejamento feito por Martí foi ao encontro do que do que Lênin descreveu: “sem teoria não pode haver movimento revolucionário” (LÊNIN, 2020, p. 39). O partido tem os “[...] deveres políticos e de organização que nos impõe essa tarefa de libertar todo o povo do jugo da autocracia [colonial]” (LÊNIN, 2020, p. 40). Nessa esteira, o intelectual cubano continuou a estruturação do PRC com a formação dos conselhos:

*§4. Los deberes del Cuerpo de Consejo son:*

1. *Fungir de intermediario continuo entre las Asociaciones y el Delegado.*
2. *Aconsejar y promover cuanto conduzca a la obra unida de las Asociaciones de la localidad.*
3. *Aconsejar al Delegado los recursos y métodos que las Asociaciones sugieran, o sugieran los Presidentes reunidos en el Cuerpo de Consejo.*
4. *Examinar y autorizar las elecciones de cada localidad.*
5. *Dar noticia quincenal al Delegado de los trabajos de las Asociaciones e indicaciones del Cuerpo de Consejo, y exigir del Delegado cuantas explicaciones se requieran para el mejor conocimiento del espíritu y métodos con que el Delegado cumpla con su encargo. (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 282, grifos nossos).*

A rede de coordenação das atividades do PRC era constituída por membros que estabeleciam uma comunicação cotidiana para todos terem conhecimento dos acontecimentos que se passavam acerca do planejamento do processo revolucionário. Essa base sistematizada somente sublinhou a capacidade de Martí na organização da atividade independentista que ele esquadrinhou através dessas pautas organizacionais colocadas acima (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 282). A formação da organização de insurretos passou por esse papel de criar uma consciência crítica dentro das massas cubanas espoliadas a respeito dos impasses que Cuba vinha sofrendo no século XIX. Essa ação, historicamente, foi/é desenvolvida pelo “intelectual orgânico” que cumpre a função de organizador dos embates políticos e das disputas pelo poder (DURIGUETTO, 2014, p. 268), apagando qualquer dúvida sobre a suposta espontaneidade da luta pela independência. O PRC abarcou toda a discussão do programa revolucionário, organizando a luta independentista. No trecho abaixo, há o delineamento da obrigação dos Delegados do partido:

*§5. Los deberes del Delegado son:*

1. Procurar, por cuantos medios quepa, la realización, sin atenuación de demora, de los fines del programa.
2. Extender la organización revolucionaria en el exterior, y muy principalmente en el interior, y procurar el aumento de los fondos de guerra y de acción.
3. Comunicar a los Cuerpos de Consejo cuanto noticias o encargos se requieran a su juicio para la eficacia de su cooperación en la obra general.
4. Disponer económicamente de los fondos de acción que se alleguen.
5. Hacer visar por el Tesorero todos los pagos de su fondo de acción, y en caso de guerra todos los pagos que se hubieran de hacer por los servicios que por su naturaleza general recayesen en sus manos.
6. Arbitrar todos los recursos posibles de propaganda y publicación y de defensa de las ideas revolucionarias, y mantener los elementos de que disponga en la condición más favorable a la guerra inmediata que sea posible.
7. Rendir cuenta anual, con un mes por lo menos de anticipación a las elecciones, de los fondos de acción que hubiese recibido y de su empleo, y caso de guerra, de los fondos que hubiere cumplido emplear (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 282, grifos nossos).

Assim, como o encargo do Tesoureiro:

§ 6. *Los deberes del Tesorero son:*

1. Visar todos los pagos que el Delegado autorice.
2. Llevar las cuentas de los fondos recibidos y de su distribución.
3. Responder de los fondos que por el Delegado a e le entreguen en depósito.
4. Rendir, en unión del Delegado, cuenta anual de la inversión y estado de los fondos (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 283, grifos nossos).

Nesses trechos, ratificou os compromissos que os Delegados e Tesoureiro do PRC tinham que cumprir para a organização do partido e, principalmente, para o triunfo do grupo insurrecional. Havia um planeamento dos serviços de levantamento de arrecadação de fundos para financiamento da propagação das ideias revolucionárias dentro e fora de Cuba. Nesse sentido, o intelectual cubano desenvolveu uma função importante na disseminação dos ideais do PRC a respeito da concepção independentista que o partido carregava nas entrelinhas de seus artigos/tratados (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 282-283).

Martí compreendeu o partido político como uma instituição que era indispensável para o processo revolucionário, então, unindo teoria e prática. A concepção martiana sobre o partido político se revelou, essencialmente, estratégica, na medida em que foi redigindo as pautas do PRC. Nessa ótica, o movimento insurrecional de 1895 não pode ser compreendido como uma ação das massas cubanas apenas pelo sentimento de heroísmo e patriotismo em prol da libertação nacional da ilha caribenha.

É possível analisar esse aspecto por outro prisma: a função desempenhada por Martí pode ser vista como uma atividade do revolucionário que agiu de forma categórica e sistemática através de ideias coesas que almejavam alcançar um determinado fim dentro de uma ação revolucionária, que, nesse caso, era a independência de Cuba (MARTÍ, v. 1, 1892, p. 279-284). Para fechar a discussão sobre “*Estatutos Secretos del Partido*”, e, evidentemente, dar mais uma demonstração da capacidade organizativa do PRC, reproduzimos os últimos parágrafos do texto, redigido pelo revolucionário cubano:

§7. Cada Cuerpo de Consejo elegirá un Presidente y un Secretario, que recibirán y distribuirán entre los Presidentes de las Asociaciones las comunicaciones del Delegado, y autorizarán las comunicaciones que los Presidentes de las Asociaciones deseen dirigir al Delegado.

§ 8. Caso de vacante de una Presidencia de organización, entrará a llenarla el que resulte electo Presidente.

§ 9. Caso de muerte o desaparición del Delegado, el Tesorero lo pondrá inmediatamente en conocimiento de los Cuerpos de Consejo, para proceder sin demora a nueva elección.

§ 10. Caso de que un Cuerpo de Consejo creyera por mayoría de votos inconveniente la permanencia del Delegado en su cargo, tendrá derecho de dirigirse a los demás Cuerpos de Consejo exponiéndoles su opinión fundamentada, y el Delegado se considerará depuesto si así lo declaran los votos de todos los Cuerpos de Consejo.

§ 11. Caso de crear un Consejo por mayoría de votos conveniente alguna forma a las Bases y Estatutos, pedirá al Delegado que proponga la reforma a los demás Cuerpos; y el Delegado, una vez acordada, estará a ella.

§ 12. No podrá votar en las elecciones anuales de Delegado y Tesorero sino la Asociación que [no] cumpla con los deberes de las Bases y los Estatutos y cuente, por lo menos, veinte socios conocidos y activos.

§ 13. Cada Asociación tendrá un voto por cada grupo de veinte a cien miembros. (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 283-284, grifos nossos).

No trecho acima, o intelectual cubano discorreu acerca da logística do PRC em relação à rede de contatos dos membros da cúpula do partido e ao modelo democrático no processo de escolha dos indivíduos para exercerem funções administrativas. Nessa perspectiva, podemos notar uma organicidade nessas atividades expostas na citação. Essa estruturação teórica desenvolvida por Martí foi fundamental para a criação de todo esse programa político-revolucionário para fomentar o processo independentista cubano. Assim, a noção de unidade teórico-prática “saltou” no seu texto. Com o programa martiano, a luta independentista ganhou organização e sistematização, deixa de ser inorgânica, voluntarista e espontânea.

De acordo com Maria Lúcia Duriguetto (2014, p.278-279), tal unidade só é possível de ser colocada em cena a partir da gestação de uma consciência crítica. Nessa ótica, a construção de uma vontade coletiva revolucionária deve passar por uma “reforma intelectual e moral”, na qual o “intelectual orgânico” se coloca como o mediador da junção: teoria e prática. O papel de homogeneizador e universalizador de uma determinada concepção de mundo (DURIGUETTO, 2014, p. 290). Duriguetto, pautada no aparato gramsciano, analisou essa relação entre unidade teórica e prática da seguinte forma:

Para Gramsci, a unidade entre a teoria e a prática (entre a concepção de mundo e a ação no mundo) não é mecânica, mas processual. “A consciência de fazer parte de determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática, finalmente, se unificam”. É essa formação de uma consciência política e da unidade entre teoria e prática que fortalecem “o desenvolvimento político do conceito de hegemonia”, conceito que representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, por implicar e supor “uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” [...]. Ou seja, um dos elementos que

possibilitaria a criação de uma ação política criadora de uma nova hegemonia está na construção de uma identidade filosófica de um grupo social e a constituição de seus intelectuais (DURIGUETTO, 2014, p. 278).

Essa reflexão a respeito de criar uma hegemonia através da união entre intelectual e massa está presente na trajetória de Martí. A teorização do movimento insurrecional em Cuba foi fruto da atuação do intelectual cubano, que se dedicou aos escritos de manifestos políticos e os propagou no âmbito da sociedade, criou um partido de massas voltado à perspectiva revolucionária, o guiou e, sobretudo, atuou na luta de libertação nacional sendo um “intelectual-combatente” na vanguarda da insurreição de 1895. A concepção de Gramsci (2011, v. 3, p. 57-58) sobre Nicolau Maquiavel (1469-1527) é de que o escritor florentino não é apenas um teórico: ele também “se faz povo”. Nessa esteira, o mesmo pode ser aplicado a Martí: o seu pensamento não é livresco, um homem somente da teoria, mas sua visão “[...] é de homem de ação, de quem quer induzir à ação; é estilo de ‘manifesto’ de partido” (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 57). A unidade teórico-prática só é possível a partir da atividade de partido. Nas palavras de Gramsci, perceberemos o papel que o partido político ocupou, um local de destaque no seu pensamento:

[...] um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual. [...] No partido político, os elementos de um grupo social econômico superam este momento de desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional. Esta função do partido político apareceria com muito maior clareza mediante uma análise histórica concreta do modo pelo qual se desenvolveram as categorias orgânicas e as categorias tradicionais dos intelectuais, tanto no terreno das várias histórias nacionais quanto no do desenvolvimento dos vários grupos sociais mais importantes no quadro das diversas nações [...] (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 25).

O marxista sardo afirmou de forma categórica o encargo do partido político, que é uma atividade de direção, organização e (re)educação política. O partido fundado por Martí abarcou, guardadas as devidas proporções, todas essas pautas colocadas nesta citação acima. As forças revolucionárias aglutinadas pelo intelectual cubano foram direcionadas a “construir uma concepção alternativa a todas as que tradicionalmente têm separado espírito e matéria, teoria e prática, forma e conteúdo, povo e intelectuais, dirigentes e dirigidos, etc.” (LACORTE, 2019, p. 9). Em outras palavras, a tentativa de construção de um corpo insurrecional que pensasse e agisse de forma relativamente harmônica em prol de objetivos coletivos.

O PRC era um partido que pode ser observado como um “organizador-dirigente-educador” (GONÇALVES, 2017, p. 82-83) das massas, exercendo, então, um papel decisivo na construção de uma frente revolucionária e consciente da luta independentista. O partido

não sobrevive apenas de teoria, no entanto, também de ação. As palavras de Marx extraídas por Lênin da “Crítica do Programa de Gotha” ilustra a crítica à “teoria pela teoria”: “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas” (MARX, 2012, p. 20 apud LÊNIN, 2020, p. 39) Nesse sentido, é interessante notar o compromisso com a realidade histórica cubana por parte do PRC:

*Partido Revolucionario Cubano, que no es en estos instantes, como los partidos políticos suelen ser, mera agrupación, más o menos numerosa, de hombre que aspiran al triunfo de determinado modo de gobierno, sino reunión espontánea, y de más alta naturaleza, de los que aspiran, de brazo de la muerte, a levantar con el cariño y la justicia un pueblo, a allegar fuerzas bastantes para hacer menos cruento y más seguro el sacrificio de sangre y de bienestar transitorio indispensables para asegurar el bienestar futuro, a crear una nación ancha y generosa, fundada en el trabajo y la equidad, donde se pudiese alzar una república instable (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 21).*

As diretrizes do PRC trazem um ideal de agrupação, não de homens dispersos, mas de sujeitos conscientes do dever do partido com a causa independentista cubana. Nesse sentido, nas palavras de Martí, a guerra é um procedimento político para Cuba adquirir a paz e estabilidade. Esse modelo de discurso pregado pelo intelectual cubano pode ser compreendido como uma tentativa não só de reunir um grupo de insurretos, mas também de organizá-los de forma metódica para o embate contra o jugo espanhol na ilha caribenha. A noção de defesa da pátria e de sua população criou uma consciência crítica segundo a qual “[...] o quanto mais um indivíduo é obrigado a defender a própria existência física imediata, tanto mais afirma e se coloca do ponto de vista de todos os complexos e mais elevados valores da civilização e da humanidade” (GRAMSCI, v. 3, 2011, p. 34).

A formação de um grupo revolucionário parte da questão da equação do partido político, dos intelectuais e das massas (GRAMSCI, 2001, v. 3, p.17-18). Assim, demonstra que o “intelectual orgânico” deve exercer uma atividade de direção dos grupos subalternos e o partido deve ser o *locus* da ligação que dá coesão as reivindicações dos sujeitos de forma coletiva e uniforme. O PRC foi uma instituição que tinha planos estratégicos, detinha uma capacidade organizativa a partir de suas pautas e, sobretudo, havia um dirigente que estava encargo de guiar os anseios daquela agrupação de homens. Nas palavras de Martí:

*Con los esfuerzos de los cubanos todos se ha levantado en el Partido Revolucionario una organización a la que, por dicha de los cubanos, no puede detener en su marcha regular y asegurada la penuria de que padezca un grupo especial de los cubanos del destierro. El Partido Revolucionario no tiene una sola raíz, sino todas las raíces que le vienen de la unanimidad del deseo de independencia en las comarcas varias donde anhelan por ella, con entusiasmo renacido, los cubanos. La fuerza y la victoria del Partido Revolucionario están en el acuerdo entre su propósitos y métodos con la situación actual del país, en la unión estrecha y decidida entre la revolución de la Isla y la de la emigración [...] (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 369, grifos nossos).*

Nessa citação acima, percebemos que o pensamento martiano acerca da organização do corpo insurrecional e suas propostas de projetos para Cuba, como a instauração de um governo independente. Então, a partir da criação do PRC em 1892, a concepção de que o grupo insurrecional não possuía uma organização metódica para alcançar seus fins desejados soa como ultrapassada e sem respaldo nas fontes primárias. Do mesmo modo, também seria possível dizer que era um movimento apenas pautado na noção de amor puro a pátria, de martírio e de um sentimento de sujeitos que agiam apenas através do instinto que tinham que tomar o poder em Cuba.

Contrapondo essa ideia, havia planos alinhavados dentro das pautas do PRC cuja concepção “[...] *debe ajustarse a su política y al arte de guiar, con su propio sacrificio [...]*” (MARTÍ, 1894, v. 3. p. 139). Assim, o partido também considerava que “*un pueblo no es la voluntad de un hombre*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p. 139). Nesse sentido, o PRC era a união de vários sujeitos, guiados a partir de ideais sobre a direção de um intelectual que possuía a capacidade diretiva. O pensamento martiano foi fundamental para direcionar as massas cubanas a um processo revolucionário longo e gradual (1895-1898), aquilo que frisa a perspectiva gramsciana, de “destruir” o “velho” sistema de crenças e construir o “novo” (BADALONI, 1977, p. 36). A concepção de Martí, de romper com o regime colonial espanhol em Cuba e implantar o modelo republicano, eram propostas do PRC (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 280). Esse ideário seria mais tarde reivindicado pelos revolucionários da segunda metade do século XX e formaria a base do socialismo cubano.

O PRC exerceu atividades gerais e coletivas que foram se desdobrando do âmbito nacional para o internacional, ou seja, criando uma maneira de pensar uniforme e contra-hegemônica, na medida em que ganhavam maiores adeptos. Assim, a capacidade de mobilização e transformação do real se torna uma atividade possível. O dever do partido político é tornar os sentimentos populares difusos, em formas mais elevadas de consciência crítica. De acordo com Lacorte (2019, p. 9), o Renascimento nasceu dos intelectuais e a Reforma Protestante da mente de monge (Lutero). Ademais, foram processos históricos aceitos pelo povo. Partindo dessas colocações, o que podemos tirar de ensinamento para a realidade cubana e para a investigação da atuação de Martí é que a organização do grupo insurrecional partiu da atividade teórica do intelectual cubano e chegou à ação prática dos insurretos, mas soube mobilizar os anseios do povo cubano contra a crescente opressão exercida pelo colonialismo espanhol.

O PRC enquanto “aparelho de contra-hegemonia” foi primordial para a construção de uma cultura “PRCbista” criada por Martí e aplicada na subjetividade dos insurrecionais

cubanos para levar adiante o compromisso independentista, a causa da ilha caribenha. Outra questão que procuramos desconstruir foi a visão do movimento insurrecional sem ligação com a teoria, que era uma prática por ela mesma. No entanto, as fontes primárias nos mostraram que havia um programa teorizado, isto é, os textos do intelectual cubano acerca do partido político explicitaram todo um projeto arquitetado para derrubar o poder metropolitano espanhol em Cuba e instaurar uma organização societária de “novo” tipo, um modelo republicano. Portanto, havia uma disputa pela hegemonia no campo das ideias que não hesitou em cercear essa proposta revolucionária.

### **3.4 O embate das ideias: a crítica martiana à consciência conservadora, em busca da superação da subjetividade colonizada**

Nesta subseção, procuramos demonstrar uma disputa pela hegemonia em Cuba, enfatizando a coexistência de uma forma conservadora de pensar os caminhos para a construção do Estado-nação, juntamente com o grupo gestado pelo PRC e seu líder, Martí. Nosso objetivo é mapear a concepção regressista formada pelo reformismo que estava ligado aos ideais da Coroa espanhola; o anexionismo e a atuação do Partido Autonomista (PA)<sup>105</sup>, que era a expressão da força reacionária na ilha caribenha.

Esse pensamento conservador se alinhou à adesão do território cubano aos Estados Unidos, vista por parte do alto estamento como uma maneira de sair do jugo espanhol. Esse emaranhado de questões se manifestou como um impasse para a construção e consolidação do corpo insurrecional cubano. Havia essa alternativa regressista apresentada pelo PA. Cuba deveria ganhar certa “autonomia” - no que tangia à economia -, mesmo sobre a dominação da ordem colonial espanhola. Esse modelo de pensamento revelou o que Gonçalves apontou: “[...] consciência conservadora [...] [como] um manifesto de contrarrevolução” (GONÇALVES, 2017, p. 283)<sup>106</sup>. Nessa perspectiva, “a Espanha demonstrou certa flexibilidade na condução de seus negócios económicos e dos seus assuntos políticos [e económicos], o que se tornou possível graças à colaboração ativa ou passiva dos estratos mais importantes dos estamentos proprietários” (FERNANDES, 2007, p. 50-51).

O alto estamento colaborou para a tentativa de paralisação do processo revolucionário, na ilha caribenha. Martí (1892, v. 2, p. 47), os definiu como: “[...] *los enemigos de la guerra*

<sup>105</sup> Utilizamos, no decorrer do texto, a sigla “PA” como forma de abreviação do nome do Partido Autonomista. Esse partido esteve, à época, ligado às pretensões do alto estamento cubano, que ora estava alinhado às práticas colônias espanholas, ora com as pretensões de se integrar aos Estados Unidos, via anexação de Cuba.

<sup>106</sup> A revolução independentista não tinha se consumado, porém já havia movimentos contrarrevolucionários.

*de Independencia en Cuba [...]*". Ainda acrescentou: “[...] *los cubanos, y a los españoles, que [...] creen en nuestra incapacidad para el gobierno propio [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 49). É evidente que, em Cuba, havia forças conservadoras que “travavam” o processo revolucionário. A elite cubana não conseguia criar alternativas fora dos “laços” com a Espanha e com os Estados Unidos. Assim, expressava “[...] *su continua fidelidad al programa de paz bajo el gobierno, por sus métodos antirrevolucionários [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 333). A Coroa espanhola e o alto estamento cubano disseminaram uma visão antirrevolucionária dentro de Cuba. A busca por deslegitimar a luta independentista era colocada na esfera de um combate racial, no qual o argumento era de que os insurretos queriam a superioridade dos negros frente aos brancos. Martí (1894, v. 3, p.104) ilustrou essa visão conservadora: “ *Cree el gobierno de España, por la opinión de cierta especie efímera de cubanos, que hay en Cuba - contra toda verdad - un miedo sincero al predominio de la raza negra en la revolución [...]*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p.104).

Assim, afirmou que “[...] *recluta el gobierno de Cuba las agencias españolas*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p.105). Nessa ótica, o que ocorria era uma forma de paralisar a revolução que estava em curso. As agências/imprensas espanholas divulgavam conteúdos reacionários contra a organização do corpo de insurretos. Para “modernizar a colonização” (FERNANDES, 2007, p. 53), era necessário produzir um pensamento hostil, que fosse capaz de anular o processo revolucionário. A Coroa espanhola concentrou seus esforços na construção de um ideal conservador contra o movimento independentista. Martí (1894, v. 3, p.105) observou essa questão, descrevendo: “*sobre esos miedos se apoya, sagacísimamente, el gobierno, y creyó atizar el de las razas, insinuando, con el alarde [...]*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p.105).

Nesse seguimento, a invenção da guerra de raças foi um dos pontos fundamentais de que o governo espanhol se valeu para tentar invalidar a independência de Cuba, utilizando o argumento de que era uma trivial agitação de cubanos negros que queriam tomar, se instalar e se perpetuar no poder. A imprensa espanhola dizia: “[...] *que los revolucionarios cubanos estaban en tratos secretos con Haiti*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p.105). O trabalho anti-independentista capitaneado pelo poder metropolitano espanhol foi colocado em prática com uma crítica desleal no que tange ao movimento insurrecional, ao reducionismo de luta de raças.

Esse modelo adotado pelo governo espanhol de tentar colapsar o movimento independentista pode ser compreendido como uma forma de antirrevolucionária ou “[...] a revolução dentro da ordem colonial [...]” (FERNANDES, 2007, p. 65). A noção de

“revolução” dentro do sistema colonial seria uma espécie de atualização e modernização da exploração capitalista colonialista. Desse modo, “as contradições vinculadas à modernização da colonização e ao processo de levar a colonização até ao fundo se deslocaram da construção de uma sociedade nacional para a elaboração de uma sociedade neocolonial *strictu sensu*” (FERNANDES, 2007, p. 63). Nesse sentido, Gramsci afirmou que:

[...] o progresso não é estreitamente ligado a um amplo desenvolvimento econômico local que é artificialmente limitado e reprimido, mas é reflexo do desenvolvimento internacional que envia para a periferia suas correntes ideológicas, nascidas com base no desenvolvimento produtivo dos países mais evoluídos [...]. (GRAMSCI, 2011, v. 1, p. 428).

A ideia de modernização na periferia capitalista não está imbricada, propriamente, com a noção de progresso, no que tange à emancipação do sujeito e do Estado nacional, mas com o aumento da produção e, conseqüentemente, da atualização da exploração. Segundo Fernandes (2007, p. 63), havia uma tentativa de construção de uma consciência conservadora em Cuba que foi arquitetada pela Coroa Espanhola e um “flerte” do alto estamento cubano com tal concepção.

O PA foi o baluarte para a disseminação de um ideal de consciência conservadora em Cuba, buscando construir o que Christine Buci-Glucksmann intitulou de “aparelho de hegemonia filosófico” (AHF)<sup>107</sup>, que procura trabalhar para “[...] manter, defender, desenvolver a ‘frente teórica e ideológica’. O A.H.F, portanto, faz parte ‘do formidável complexo de trincheiras e fortificações da classe dominante’” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 484). Destarte, o PA pode ser compreendido como AHF pela sua capacidade de fomentar e o ideal de conservação e conciliação que pregava.

A crítica martiana ao PA foi incisiva a respeito da sua postura em relação ao tratar dos “projetos” para a autonomia da ilha caribenha. O intelectual cubano asseverou: “*la continuación de la revolución no puede ser la continuación de los métodos y el espíritu de la autonomía; porque la autonomía no nació en Cuba como hija de la revolución, sino contra ella*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 332). É possível notar que o PA e o PRC tinham propostas distintas a respeito da construção do Estado nacional cubano. O primeiro, pautado em uma concepção conservadora para solucionar os problemas que Cuba estava enfrentando no final

<sup>107</sup> Utilizaremos a sigla AHF para abreviar o termo “aparelho de hegemonia filosófico”. Esse conceito foi criado por Buci-Glucksmann, a partir da leitura do aparato teórico gramsciano, que assim o definia: “[...] o A.H.F. engloba as múltiplas funções [...] no plano cultural, político, escolar” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 488). Desse modo, o AHF. é “[...] um aparelho diversificado: político, escolar (escolas, universidades, revistas...) e cultural (editoras, imprensa...), como lugar onde a filosofia se inscreve nas superestruturas, tem uma existência material; trata-se, de fato, do ‘aparelho de hegemonia filosófico’” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 474). Desse modo, essa terminologia nos auxilia na investigação do movimento das ideias conservadoras, que coexistiam com a concepção revolucionária do PRC.

do século XIX; o segundo, com uma perspectiva radical, que visava construir um Estado nacional soberano fora da conciliação, ou seja, rompendo com a estrutura colonial. O texto, “*La agitación autonomista*”, publicado em 26 de março de 1892, traz questionamentos pertinentes ao PA:

*[...] con una concesión metropolitana tan inútil a la larga como las demás, la continuación de la política segura y letárgica que en el partido autonomista parece ser la política dominante. Ni ha de ponerse esperanza mayor en la significación revolucionaria del partido autonomista [...]* (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 333).

O fragmento explicita que Martí não acreditava no itinerário traçado pelo PA para construir o Estado-nação. A crítica à ideia de concessões com o poder metropolitano espanhol, na sua visão, era uma postura de continuação do domínio colonial sob Cuba. Foi a partir desse pensamento conservador que “[...] a dominação espanhola, [...] se renova durante o século 19; a reconstrução e a intensa modernização desse mesmo mundo colonial” (FERNANDES, 2007, p.42).

Para Martí (1892, v. 1, p. 334), “[...] *el partido autonomista, cuya caquexia viene del empeño fantástico de aprovechar para la continuación del dominio español [...]*”. É nítido que existia em Cuba um movimento das ideias conservadoras entre os próprios cubanos, à época, alinhada com os anseios da Coroa Espanhola. O PA, como AHF, foi um partido da conservação, que se caracterizou como uma “[...] organização cultural e [da] difusão cultural” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 489). Nesse aspecto, foi uma instituição considerável acerca da propagação de um pensamento conservador, em que o intelectual cubano não se omitiu a tecer críticas. Descreveu a compostura do PA diante da conjuntura cubana do final do contexto oitocentista:

*La agitación autonomista no es, probablemente, el deseo de poner fin a una paz falsa y corruptora que no asegura la riqueza ni promueve el trabajo ni respeta el cuerpo o el alma del hombre; sino el aprovechamiento de un deber de dignidad ya ineludible, para continuar demorando los peligros de encararse con la dominación española* (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 334-335).

Podemos enfatizar que as lições sublinhadas por Martí, que o partido não poderia ignorar, são os erros de acreditar na autonomia de Cuba por meio da conciliação com o poder metropolitano espanhol e a postergação, isto é, a não ruptura com a dominação colonial. As críticas ao PA foram uma forma de combater os cubanos e os espanhóis anti-independentistas que tentavam desagregar o corpo de insurretos que se encontrava em formação.

Martí (1892, v. 1, p. 331) acusou os membros do PA de serem um grupo vinculado ao um “*patriotismo cómodo*”. Na sua visão, essa concepção não corroborava a construção do corpo insurrecional cubano. Na sua concepção, o “*el patriotismo purifica y sublima a los*

*hombres [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 331). O PA carecia de uma orientação sistemática em relação à ideia de uma Cuba independente e, sobretudo, uma ressignificação do conceito de autonomia. Nessa esteira, para o intelectual cubano, “*nada son los partidos políticos si no representan condiciones sociales*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p.104).

As críticas martianas ao PA são reveladoras, no sentido de evidenciar que não acreditava em conciliações com o governo espanhol, trouxeram à tona as posições conservadoras que existiam dentro de Cuba. O alto estamento pretendia se alinhar ao “sistema-mundo” norte-americano e a Coroa espanhola tentavam, de todas as formas dominar o poder político-econômico da ilha caribenha. O PA estava de acordo com todos esses seguimentos vinculados a uma consciência reacionária. O texto “*Las Reformas*”, publicado em 26 de maio de 1873, realçou os questionamentos de Martí as tentativas da Espanha de fazer uma conciliação para bloquear o movimento insurrecional. Em um fragmento, salientou: “*¿Quiere España conservar a Cuba? - Sólo podrá conservarla por derecho de conquista, por derecho de fuerza, por el exterminio de sus hijos, por la devastación de la comarca. - “Sólo así podrá conservarla*” (MARTÍ, 1873, v. 1, p. 111).

O pensamento radical de descolonização<sup>108</sup> seguido por Martí destoa da concepção pregada pelo PA que estava ligado a uma proposta conservadora e reformista dentro da ordem, que se explicitou, na medida em que foi demonstrando “os interesses espanhóis, por sua vez, revelaram-se, relativamente, flexíveis e articularam-se com outros interesses estrangeiros envolvidos nas transformações em processo [...]” (FERNANDES 2007, p. 49-50). Então, à época, a Espanha “[...] mantendo-se as demais condições da ordem existente ou contando-se com a vantagem de controlar suas transformações [...]” (FERNANDES, 2007, p. 52). Essa flexibilidade acerca de Cuba foi uma estratégia. A tentativa de promover um reformismo no sistema colonial foi uma das provas cabais que a Coroa Espanhola estava perdendo espaço político-econômico. Martí destacou essa agenda de reformas na colônia como algo que chegou atrasado:

*Cuando Cuba estaba en paz, cuando la crueldad no la había exasperado por completo, cuando las divisiones no se habían ahondado, cuando los principios no se habían ahogado en sangre; eran lógicas, necesarias, imprescindibles las reformas. -*

<sup>108</sup> Essa perspectiva da violência colonial é encontrada na obra de Fanon, na qual sublinha a necessidade de uma violência contra o colono na proporção em que o mesmo a aplicava no processo de dominação. “A violência do regime e a contraviolência do colonizado equilibram-se e correspondem-se numa extraordinária homogeneidade recíproca” (FANON, 1961, p. 69). Fanon pensava o processo de descolonização de forma violenta, guardadas as devidas proporções, até mais que Martí. O intelectual martinicano frisou a importância da violência diante do combate ao colono: “o explorado percebe que sua libertação pressupõe todos os meios e desde logo a força. Quando, em 1956, depois da capitulação do Sr. Guy Mollet diante dos colonos da Argélia, a Frente de Libertação Nacional, num panfleto célebre, constatou que o colonialismo só larga a presa ao sentir a faca na goela, nenhum argelino achou realmente esses termos demasiado violentos” (FANON, 1961, p. 46).

*Asi lo reconocen hoy los que se arrepienten de no haberlo conocido antes. Ahora que la opresión ha provocado la guerra, ahora que la exasperación es completa, ahora que el cadalso ha sido la compasión, la crueldad el precepto único, la sangre la única razón, todo se ha extremado, todo ha crecido, todo se ha precipitado; - ahora es lógica, a necesaria es imprescindible la independencia. - Reconózcanlo así los que no creen, para que luego no se arrepientan por no haberlo reconocido antes. Y es duro y es tremendo tener que arrepentirse de no haber sido justo, cuando la justicia podía evitar la muerte de los hombres. (MARTÍ, 1873, v. 1, p. 108).*

Os cubanos, no limiar da exploração exacerbada no século do XIX, tentaram fazer uma conciliação com o governo espanhol por meios das reformas. Martí (1873, v. 1, p. 109) chegou a afirmar que “[...] *las reformas eran justas. Eran justas todas las que Cuba pedía [...]*” (MARTÍ, 1873, v. 1, p. 109). No entanto, quando a Coroa Espanhola se propôs a ceder o mínimo de autonomia para a ilha caribenha, a luta pela emancipação já tinha se acirrado de forma considerável; não havia outra solução senão “*la independencia [...] para fundir en el trabajo victorioso de la creación del pueblo nuevo [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1 p. 355). O aspecto reformista não estava mais no horizonte dos insurrecionais. O anseio era por uma revolução que levasse Cuba a construção de um Estado autodeterminado, como descreve o fragmento abaixo:

*Cuba quería antes las reformas, avisaba a España de su necesidad, marcaba a España manera de conservarla todavía – Cuba, antes de lanzarse a lucha, avisó a España que iba a luchar. [...].*  
*[...] las promesas de esperanza, promesas crueles [...] promesa como aquella de abolir la esclavitud [...].*  
***Yo iba a decir que las reformas eran ya tardías. Si antes de la revolución eran justas, si eran necesarias antes de que existiese la revolución. - Después de la Revolución era necesario algo más que las reformas (MARTÍ, 1873, v. 1, p. 109, grifos nossos).***

O pensamento martiano ignorava a conciliação reformista. Sua concepção era de ruptura com o sistema colonial vigente. Trata-se, portanto, de um projeto nacional revolucionário. Nesse sentido, romper envolve “[...] destruição é criação e, aliás, só se destrói aquilo que se substitui recriando” (GRAMSCI, 1999, p. 257). O grupo insurrecional capitaneado por Martí tinha em mente dilacerar as antigas formas sociais para criar e, conseqüentemente, “[...] *conquistar un régimen de dignidad y de justicia [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1 p. 355). Ideologicamente, estavam dadas as condições para exaurir não só o colonialismo, mas para ultrapassar até mesmo o reformismo e, futuramente, o liberalismo.

O movimento das ideias dentro do campo político cubano era intenso nas últimas décadas do século XIX. Composto por orientações radicais como a do PRC, posições “moderadas” como a do PA e a Coroa espanhola com sua perspectiva arcaica com a intenção de perpetuar no poder. Nesse sentido, Martí criticou a noção de “autonomismo” que o PA carregava em sua sigla, que era um partido alinhado às práticas despóticas do governo espanhol:

*Por la confusión de los términos se confunden los hombres. No hay que estar a las palabras, sino a lo que está debajo de ellas. La autonomía sería una palabra grata al cubano y al puertorriqueño, puesto que autonomía sólo quiere decir gobierno propio, si el autonomismo no hubiese descompuesto los elementos necesarios para el gobierno propio (MARTÍ, 1892, v. 1 p. 355).*

Posturas como essas adotadas pelo PA foram criticadas. Uma concepção de “autonomismo” que apenas ficou nas entrelinhas do nome do partido. As ideias conservadoras formavam uma consciência antiquada, uma vez que o PRC não conseguia atuar com a eficiência necessária dentro de Cuba pelo fato da repressão do poderio metropolitano espanhol. Esse foi um dos motivos pelos quais o PRC tinha mais adeptos no exílio, por exemplo, na cidade de Nova Iorque e nas regiões caribenhas do que, propriamente, em território cubano.

O pensamento conservador formado em Cuba esteve alinhado com a concepção anexionista, a união com os Estados Unidos. Assim, “[...] *la idea de la anexión, que no ha desaparecido aún, porque al temor piadoso de la guerra se junta en muchos cubanos la incredulidad en nuestra actitud, [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 48). Partindo desse parâmetro, o conservadorismo de vários cubanos compartilhava dessa postura, deslegitimando a luta emancipacionista cubana arquitetada pelo PRC.

O intelectual cubano afirmou que “[...] *la anexión será el recurso continuo de los que prefieran la unión desigual con un vecino [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 48-49). Acrescentou que “*la idea de la anexión, por causas naturales y constantes, es un factor grave y continuo de la política cubana*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 49). Nesse sentido, a preservação das práticas coloniais em Cuba era uma ação direta da Coroa espanhola, no entanto, os cubanos que se alinhavam à proposta de anexação aos Estados Unidos contribuíam pouco para a libertação nacional da ilha caribenha. Para Fernandes (2007, p. 63) esse pensamento conservador cultivado por alguns cubanos de alinhamento com a nação norte-americana revelou as “[...] relações de dependência econômica, cultural e política [de Cuba]”.

Para o sociólogo brasileiro “o patamar dessa evolução, é claro, podia ser construído e dinamizado nos quadros das formas coloniais de produção, herdadas do passado” (FERNANDES, 2007, p. 55). Em outras palavras, o que estava em curso em Cuba era passar de uma “[...] dominação colonial direta [espanhola] [...]” para uma “[...] dominação indireta [estadunidense]” (FERNANDES, 2007, p. 65).

Partindo dessas colocações, Martí combatia uma simbiose conservadora: o desejo de continuidade do colonialismo por parte do poder metropolitano espanhol e as tentativas de anexação norte-americanas frente ao território cubano; esta última, com aceitação por parte da população. O PA era a expressão do ideal conservador cultivado dentro da ilha caribenha e,

pautado nisso, intelectual cubano apontou a formação e composição do partido: “[...] *los factores del autonomismo, conscientes o inconscientes, entrarán con raras excepciones, los unos por conversión, los otros por simple continuación [do modelo vigente] [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 332).

A imprensa (agências espanholas) “[...] *trabaja [...] dentro y fuera, por cerrar el paso a la revolución*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p.104). Nessa direção, o revolucionário cubano asseverou:

*Los soberbios son los enemigos de la república: los únicos conservadores verdaderos, los que juntan y apaciguan, son los liberales. Lo que no conservan, es el odio y la altanería. La soberbia: eso está contra la guerra en Cuba. La justicia, la igualdad del mérito, el trato respetuoso del hombre, la igualdad plena del derecho: eso es la revolución (MARTÍ, 1894, v. 3, p. 104-105).*

O combate aos soberbos, citado acima, era o embate contra os grupos conservadores dentro de Cuba. O corpo insurrecional foi uma aglomeração de insurretos que teve que atuar em diversas frentes: a luta pela libertação nacional contra o jugo espanhol; o “ensaísmo” anexionista norte-americano; as ideias conservadoras que circulavam na ilha caribenha, formando uma consciência retrógrada com um olhar voltado as “velhas” práticas do sistema colonial, que não colaboravam em nenhuma medida para a construção de uma concepção cubana emancipacionista para a fundação do Estado-nação (MARTÍ, 1894, v. 3, p.104-105).

Nesse aspecto, o programa empreendido pelo PRC, conduzido por Martí, pode ser compreendido como uma tentativa de renovação da sociedade cubana, passando pela destruição de todas as formas de espoliação que o país e sua população sofriam em condição de colônia, à época, e pela construção de uma forma societária de novo tipo. Nessa ótica, o arcabouço teórico gramsciano nos oferece algumas considerações, da seguinte forma: “[...] trata-se de destruir ‘relações’ invisíveis, impalpáveis, ainda que se escondam nas coisas materiais. É destruidor-criador quem destrói o velho para trazer à luz, fazer aflorar o novo que se tornou ‘necessário’ e urge implacavelmente no limiar da história” (GRAMSCI, 2007, p. 260). A reflexão de Gramsci é profícua para demonstrar como é possível “demolir” o “velho” e, ao mesmo tempo, construir o “novo”, propondo uma sociedade renovada com valores alternativos aos apresentados pelo antigo paradigma.

Desse modo, colocou em foco o papel de uma revolução, que não é apenas a mudança de regime, mas também uma modificação na subjetividade dos indivíduos que nela estão envolvidos. Afirmou que “*la independencia es necesaria, - no pasan en vano las revoluciones por los pueblos [...]. Pues si las revoluciones no pasan en vano por los pueblos, si un pueblo antes de la revolución no puede ser después de ella como era, si no puede olvidarse jamás*

*una revolución [...]”* (MARTÍ, 1873, v. 1, p. 108). Essa questão da organização revolucionária é um tema candente na obra de Gramsci:

[...] renovação revolucionária pode se originar das necessidades prementes de um determinado país [...].

[...] o impulso a renovação pode ser dado pela combinação de forças progressistas escassas e insuficientes em si mesmas (mas de altíssimo potencial porque representam o futuro do seu país) [...] (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 428).

Podemos concluir que a revolução é uma necessidade imposta pelas conjunturas históricas de um determinado tempo/espço. O mais notável é que não importa a quantidade de revolucionários em prol de uma causa, pois o que deve ser colocado como essencial é a sua capacidade de direção e organização. Nessa ótica, Martí (1893, v.2, p. 339), historicamente, enfatizou o mérito da organicidade do movimento insurrecional cubano. Em sua visão, a revolução tinha um plano “[...] *responsabilidad madurado [...]”* (MARTÍ, 1893, v.2, p. 339). “[...] *un grupo rebelde [...] [con] la idea de independencia [...]”* (MARTÍ, 1893, v.2, p. 334). Portanto, foi patenteada a noção orgânica do PRC como uma organização formada fora da concepção de desordem, foi sublinhado que “[...] *los enemigos de la aventura está hecho el Partido Revolucionario Cubano; y no de aventureros”* (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 95). Suas palavras revelaram a relevância da ordenação do movimento insurrecional, indo ao encontro da teoria da revolução gramsciana, que parte do princípio da necessidade de uma capacidade organizativa e diretiva dos “homens-coletivos” (GRAMSCI, 1999, p. 94).

Para Martí (v. 3, 1894, p. 142), a independência de Cuba era decisiva: “*un error en Cuba, un error en América, un error en la humanidad moderna”*. Desse modo, os insurrecionais cubanos tinham uma “[...] *obligación común [...]”* (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 331). Esse período foi compreendido como uma “[...] *una época estéril [...]”* (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 331). A esse respeito, Celso Furtado (1986, p.311-314) traçou um panorama que nos fornece condições de visualizar esse atraso no tocante à emancipação da ilha caribenha, expondo as mazelas da sociedade cubana por meio de uma larga produção do açúcar, proporcionando uma economia sólida, no entanto, de base escravagista, latifundiária e monopolista. O economista brasileiro afirmou que:

A expansão da produção açucareira cubana faz-se desde o século XIX com vistas ao mercado norte-americano [...] consolidou-se e ampliou-se a penetração de grupos econômicos dos Estados Unidos [...]. As plantações de cana cresceram de forma considerável e mais ainda as terras sob o controle dos grupos açucareiros, em grande parte dos estrangeiros. Os pequenos plantadores ficaram reduzidos às áreas de produção de fumo ou a terras nos contra-fortes das montanhas (FURTADO, 1986, p. 313-314).

A expansão econômica de Cuba não estava ligada a uma prosperidade da sociedade cubana (no que tangia à equidade), mas a uma pequena parcela, de modo que o grupo de alto

foi beneficiado por essa produção em grande quantidade. Porém, os investidores privados estadunidenses eram os que mais faturavam com esse sistema neocolonial que foi formado nesse período. A presença norte-americana na economia da ilha caribenha foi definida como “*indirect rule*”<sup>109</sup> (FERNANDES, 2007, p. 63). Esse processo era “uma satelização que privaria Cuba de qualquer autêntica soberania nacional [...]” (FERNANDES, 2007, p. 65).

Segundo Martí, a elite cubana e os membros do PA viam na anexação aos Estados Unidos uma forma de construção de um Estado forte. O intelectual cubano rechaçou essa ideia reacionária, afirmando que “[...] *una política que no ha podido descubrir los medios de realizar lo que se propone, que está gravada con su origen esclavista y que no cuenta con el poder del sentimiento público*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 47). Essa proposta de modernização conservadora inibia a “revolução nacional” (FERNANDES, 2007, p. 65), proposta pelo PRC.

O processo independentista, na visão de Martí, era a única possibilidade viável para combater a Coroa espanhola, os ideais anexionistas de integração aos Estados Unidos e o pensamento conservador que existiam em Cuba; nutrido por uma fração da população. Assim, “*para Cuba no hay más esperanza de emancipación de un gobierno estéril, y de iniciación en el mundo contemporáneo en que ya está perdiendo puesto, que la independencia de España por un sacrificio inevitable [...]*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p.425). Nessa esteira, acrescentou: “[...] *reanimar, y tratar de cerca la solución de la anexión [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 47).

Martí reforçou a dificuldade de prosseguir com os trabalhos revolucionários frente às resistências de uma parcela dos cubanos. “*Cuando los mantenedores de la dominación española en Cuba, sean nacidos en Cuba o en España a acuden con tesón estéril, renovando [...] los trabajos anexionistas [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 47).

Para Buci-Glucksmann (1980, p. 72), a formação de um pensamento conservador é essencial para a manutenção e perpetuação de uma determinada classe no poder. Nessa ótica, o PA, com sua atuação dentro de Cuba, foi um AHF fundamental para a construção de consciências colonizadas e “moderadas”, qualificadas como pró-anexionistas. Assim, para que esse modelo de dominação da subjetividade exista, se faz necessária a atuação da “[...] função de direção de classe se apoia em *mecanismos de imposição* de normas culturais e ideológicas” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 81).

O combate ao reformismo da Coroa espanhola foi uma atividade promovida de forma enfática por Martí (1894, v. 3, p.425): “[...] *si las reformas no vienen, íntegras e inmediatas, el país va derecho a la revolución [...]*”. Sua postura em relação às reformas como propostas

---

<sup>109</sup> Em português: ordem indireta.

de reformulação e conciliação entre o poder metropolitano espanhol a elite *criolla* cubana foram alvos de sua crítica. O trecho abaixo ilustra essa questão:

*Se prometieron, como un quite a la revolución, las reformas para Cuba, -y Patria calló tranquila, porque el miedo de provocar la revolución en Cuba, la revolución unida de españoles y cubanos, al menor goce de libertad local verdadera, es mayor en España que la creencia de que la revolución pueda detenerse con reformas nominales. Se creyó, por la gente ligera o aturdida, que las reformas de imposible realidad, podían dañar a la revolución, y aflojar la fe y el hecho de sus mantenedores, -y Patria, se limitó, firme en lo verdadero, a declarar que la obra revolucionaria, de alma en que caben españoles y cubanos, continuaba sin prisa y sin ira, sin un héroe menos, sin una esperanza menos, con nuevas esperanzas (MARTÍ, 1894, v. 3, p.425, grifos nossos).*

Suas críticas à tentativa do reformismo colonial espanhol em Cuba eram contundentes. Ademais, salientou que as reformas colocadas em pauta pela Coroa espanhola não eram mais viáveis naquele contexto histórico da década de 1890. Para utilizarmos um termo de Fernandes (2007, p.62) a “revolução nacional” era a única solução viável para a construção do Estado-nação autônomo. Na perspectiva da não conciliação, o intelectual cubano descreveu que “*las reformas asomaron vergonzantes, y hoy caen, y con ellas, toda esperanza, siempre insensata, de autonomía para Cuba [...]*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p.425). Sua concepção era desconstruir esse pensamento “conservador-reformista”, pregado pelo governo espanhol.

Desse modo, o PRC foi um “aparelho de contra-hegemonia” para defrontar essas ideias conservadoras propagadas no seio da sociedade cubana. Uma das propostas, por exemplo, fora do reformismo espanhol, era a concepção de integração ao *establishment*<sup>110</sup> norte-americano. Assim, o partido capitaneado por Martí (1892, v. 2, p. 48) endereçou uma crítica a essa orientação regressista, da seguinte forma: “[...] *conoce y declara el Partido Revolucionario Cubano; y puesto que la idea de anexión, como remedio político, no pasa, ni de parte de Cuba ni de parte de los Estados Unidos, de meros acercamientos [...]*”.

O jornal *Patria* foi veículo de divulgação de conteúdo revolucionário em que o intelectual cubano atuou e conduziu como aparato crítico do Estado colonial espanhol, como o trecho abaixo demonstra:

*Patria no lo dice, sino la isla y sus autonomistas, y los revolucionarios a quienes, con razón o sin ella, se tenía como valladares de la revolución: Patria previó y obró a su hora, y conoce y aguarda la voluntad del país. Su deber no era azuzar engañosamente: sino preparar prudentemente (MARTÍ, 1894, v. 3, p.425).*

O movimento das ideias a respeito de encontrar uma solução para mazelas de Cuba nas últimas duas décadas do século XIX foram intensas, até mesmo, externando certo “ecletismo” de projetos para incorporar Cuba dentro dos padrões de uma sociedade acerca da

<sup>110</sup> Em português: estabelecimento. No entanto, o termo (*establishment*) em inglês deixa de ser apenas uma palavra elementar para se tornar um conceito, que designa a matriz de orientação de um Estado/país, no que tange à ordem ideológica, política, econômica etc., isto é, a terminologia ganha um sentido sociológico.

política, da economia e cultura. No entanto, havia concepções contraditórias em torno de sua emancipação.

O conceito de AHF nos oferece condições de análise dessa questão, enfatizando como o PA e as agências/imprensa atuavam na “construção-conservação”, intervindo diretamente na política e na cultura para moldar a forma de agir e pensar dos sujeitos a partir da disseminação da ideologia da classe dominante (ou alto estamento). Em um sentido técnico, pode ser traduzido como “*formação ideológico-política*” (BUCI-GLUCKMANN, 1990, p. 474).

Nessa ótica, Martí exemplificou uma forma de atuação do AHF constituída pelo poder metropolitano espanhol, a propaganda de deslegitimação do processo independentista cubano, como frisou: “[...] *la propaganda maligna de los politicos ambiciosos [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 48). A produção e a reprodução de uma submissão cubana dependiam da capacidade de construir uma hegemonia que operasse por meio da AHF para a formação de uma consciência uniforme, delineada para pensar conforme as necessidades da classe dominante, isto é, de forma conservadora. Gramsci nos forneceu considerações sobre essa questão, dando ênfase a como as elites capitaneiam o campo do pensamento em todas as esferas:

E verdade que conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; que a propaganda em favor de uma coisa e também propaganda em favor da outra; e que, na realidade, somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual e, ao mesmo tempo, econômica e política; mas se manifesta o complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão [...]. (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 428).

O pensador sardo expôs os meios de construção da hegemonia feitos pelas elites por meio da atividade propagandista, colocando em pauta os temas relacionados à política e a economia. O que não podemos perder de vista é que, dentro dessa disputa pelo poder, há as contradições impostas pelos contextos históricos, que são correlações de forças. Nessa direção, o caso cubano foi marcado pelas controvérsias. No tocante a isso, Fernandes demonstrou o conservadorismo da elite agrária cubana a respeito do movimento independentista: “[...] a uma luta contra a Espanha e pela emancipação nacional. Apenas uma fração desses estamentos, quase toda concentrada no setor açucareiro, ia tão longe” (FERNANDES, 2007, p.61).

Esse obstáculo de formar dentro de Cuba um pensamento libertário foi o fio condutor para a formação de uma consciência conservadora, principalmente, no alto estamento. A flexibilização comercial firmada, em 1891, com Estados Unidos, cedida pela Coroa Espanhola, permitia à elite cubana escoar seu açúcar para o mercado norte-americano, em uma forma de conciliação dentro da ordem colonial (FERNANDES, 2007, p.61; BANDEIRA, 2009, p. 59).

Essa atualização das práticas coloniais pode ser caracterizada como “[...] revolução sem revolução, ou seja, como ‘revolução passiva’” (GRAMSCI, 2002, p. 63). Para combater essa tentativa de reformismo “feito pelo alto” pelo governo espanhol, era preciso colocar em prática o “[...] *ejército de la resistencia contra España*” (MARTÍ, 1892, v. 1 p. 356), pautado na noção de “[...] *la igualdad del derecho de todos los hombres*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p.104), com a intenção de construir “[...] *un propósito serio revolucionario, un patriotismo cordial y constructivo*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p.426), para uma Cuba que “[...] *carencia de derecho [...]*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p.104).

A crítica martina pode ser entendida como uma defrontação ao pensamento conservador, que era disseminado pelo PA e pelo poder metropolitano espanhol. Havia um “flerte” com as propostas de anexação de Cuba e de aos Estados Unidos, além de propostas reformistas que tentavam se perpetuar no poder através de uma dominação colonial volátil. Nesse trecho abaixo, Martí demonstrou que não era ligado à ideia conciliação, mas da revolução:

*La política es una resolución de ecuaciones. Y la solución falla cuando la ecuación ha sido mal propuesta [...].  
Si la revolución es la creación de un pueblo libre y justo con los elementos descompuestos y aun entre sí mal conocidos de una colonia señorial, la obra revolucionaria consiste en fundir y guiar todos estos elementos [...] (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 332).*

Notamos a defesa da revolução independentista frente às propostas conservadoras vinculadas à conciliação com as práticas arcaicas endossadas pela Coroa espanhola e pelo elitismo do alto estamento cubano. Sua crítica a respeito do PA foi uma tentativa de combater a consciência conservadora. O fragmento a seguir é uma discordância ao pensamento da conciliação em detrimento da concepção radical. Nesse aspecto, expôs:

*Las columnas se rompen, pero no se doblan. La obra de la columna no podría hacerse con los lomos. Con el autonomismo de gabinete, que con la bandera de la evolución se ha puesto en el camino de la evolución real del país y sólo entrará en vida cuando entre en ella,- la independencia sólo puede obrar como se obra con los obstáculos [...]. (MARTÍ, 1892, v. 1 p. 356).*

Martí apontou que o autonomismo enfatizava uma proposta da conciliação, em que PA trabalhou para coadunar os anseios de parte da sociedade cubana com as ambições do governo espanhol. Ademais, havia até mesmo uma concepção de “segunda via” que o partido supracitado defendia como outra possibilidade, que era a ideia da anexação de Cuba por parte dos Estados Unidos. Isso demonstra a ideia de que o partido serve para agir no aprofundamento da consciência de classe (ou estamento), demonstrando que o AHF atua como um suporte

para a criação e manutenção de um pensamento no sentido de uma “*filosofia da unificação*” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 446)<sup>111</sup>.

Nessa esteira, a construção do grupo de insurretos teve maior êxito fora de Cuba do que pela censura à circulação das ideias revolucionárias do PRC arquitetadas por Martí. Diante desse cerceamento acerca da concepção radical de ruptura com a Espanha, podemos levantar a hipótese de que os ideais da “*revolução nacional*” (FERNANDES, 2007, p. 65) foram bloqueados dentro da ilha caribenha, restando ao PRC atuar no exílio para tentar programar a insurreição.

À guisa de conclusão, nossa intenção foi promover uma investigação do pensamento conservador que existia dentro de Cuba, circulando, precisamente, no alto estamento, que atuava como AHF (agências/imprensa espanhola/PA). Desse modo, não facilitou a construção de um pensamento radical dentro da ilha caribenha e, sobretudo, a formação do corpo insurrecional. Esses são os impasses que bloquearam a revolução, conforme Fernandes (2007, p. 66), apesar das ideias libertárias, “[...] a revolução nacional abortou [...]”. Faz-se necessário refletir sobre como o projeto martiano do Estado nacional se transformou em uma emancipação mitigada dentro da ordem, adiando a conquista da soberania plena.

---

<sup>111</sup> A concepção de filosofia concebida por Buci-Glucksmann demonstra um alargamento no seu campo de atuação e compreensão. Para a filósofa francesa, a filosofia deve ter uma relação com a materialidade do mundo, não pode ser constituída apenas no campo da abstração, pelo contrário, o objeto de estudo da filosofia deve ser extraído da realidade concreta das relações entre os sujeitos e o espaço que os cercam. Nesse sentido: “[...] *11ª Tese sobre Feuerbach*: ‘Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diferentes maneiras, o que importa é transformá-lo.’ Para Gramsci, em todo caso, não resta nenhuma dúvida. Essa tese anuncia ‘um caminho inteiramente novo’, ‘ela renova dos pés à cabeça a maneira de conceber a filosofia’” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 431). A autora acrescentou: “[...] uma filosofia que possa intervir na conjuntura, porque ela própria é parte dessa conjuntura marcada pelo selo da política” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 432).

#### 4 A “REVOLUÇÃO NACIONAL” PROTELADA: UTOPIA E DERROTA

“Uma tradição profunda veio de Martí. Quando ele falou da guerra, explicava: a guerra inevitável, a guerra necessária. Era uma filosofia inteira para justificar o porquê e explicar por que em nosso país fomos à extrema luta, já que o país não tinha outra alternativa para obter a liberdade. Nossa Revolução sempre seguiu essa técnica, essa pregação e esse estilo martiano”.

Fidel Castro, *Dois Homens, Um Sonho*. In: *Jornal Granma*, 2018, sp.

Esta seção apresenta como Martí pensava o Estado, ideal pelo qual lutou de forma intransigente em Cuba, mas sem sucesso prático, notadamente, pela paralisação do processo independentista, que tinha um caráter revolucionário, em 1895 e que, no entanto, perdeu força da política radical, convertendo-se em independência, em 1898, dentro da ordem colonial, que não alterou as estruturas de poder, apenas as modernizou. Essa questão revela a presença da “revolução passiva” (GRAMSCI, 2002, v. 5, p. 2009-2010). Ainda demonstramos que, mesmo com a morte do intelectual cubano, sua concepção de mundo permaneceu marcando presença na vida política cubana.

Para uma melhor compreensão, dividimos esta seção em três subseções: 1) em que procuramos enfatizar a concepção de Estado em Martí, quais suas posições para a construção da soberania nacional e a relação entre política e sociedade; 2) quando problematizamos como o movimento independentista teve em seu início uma proposta revolucionária e, posteriormente, converteu-se em uma emancipação dentro da ordem colonial, praticamente, sem romper com antigo sistema colonial; 3) em que, por fim, apontamos a longevidade do pensamento martiano como uma fonte de rebeldia nacional que foi absorvida por Fidel Castro (1926-2016) e incorporada pela Revolução Cubana (1959).

##### 4.1 O ideal de Estado cubano na concepção de Martí

Nesta subseção, discutimos dois aspectos fundamentais referentes à problemática Estado nacional: a destruição e construção de uma nova ordem. A partir da exegese das fontes primárias, detectamos que, em Martí, não se constrói um Estado sem demolir a “velho” paradigma estatal colonial, para dar lugar a uma nova forma de conceber um Estado

autônomo. Era necessária a descontinuidade com o antigo “[...] aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos [subalternos] [...]” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 21). A violência tida como força reguladora do sistema colonial deveria ser extirpada para se pensar em novos modos referente à tríade: Estado-nação-sociedade<sup>112</sup>.

A construção do Estado, historicamente, é um tema que implica diversas frentes de ação. Desde a constituição de novas formas políticas, institucionais, sociais, culturais, etc. A partir dessa ótica, é possível criar outro modo de organização societário, sendo mola propulsora para a sedimentação de uma sociedade.

O diferencial da noção moderna de Estado é a sua capacidade de produção e reprodução da vida social de um determinado público, ou seja, a sua habilidade de criar a própria sociedade. Desde o seu surgimento, no século XV, tradicionalmente, foi uma forma de espoliar os grupos subalternos<sup>113</sup>. Lênin (2017, p. 35) foi mais longe nessa análise, assegurando que o Estado, desde o início do mundo antigo e medieval, já tinha o caráter dominador e opressor dos grupos subalternos. Trazendo a discussão para a realidade da América Latina, Florestan Fernandes (1975, p. 11) assinalou que “as nações latino-americanas são produtos da ‘expansão da civilização’, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático”. Para pensar a construção de um Estado nacional em Cuba, no final do século XIX, primeiramente, era necessário refletir sobre a destruição do modelo antigo colonial espanhol, que era:

[...] uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático (FERNANDES, 1975, p. 11-12).

Partindo desse contexto geral, que abordamos, e chegando ao cubano, em específico, percebemos que havia “[...] *en Cuba la lucha entre las castas ociosas y autoritarias contra el país productor [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 63). Desse modo, o Estado colonial e o alto estamento contribuía para a não efetivação da “[...] integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e desenvolvimento econômico, sociocultural e político,

<sup>112</sup> Referimo-nos a essas três categorias em conjunto, pois, mesmo que sejam distintas, dialogam entre si: “[...] o Estado, entidade abstrata que comanda e organiza a sociedade. [...] Muitas vezes, associamos Estado e Nação, tratando-os como sinônimos, mas enquanto o Estado é uma realidade jurídica, a Nação é uma realidade sociológica” (K. SILVA; M. SILVA, 2020, p. 115). O conceito de sociedade de acordo com Marx: “[...] existe nas *relações concretas* entre os grupos sociais [...] os homens se organizam em sociedade para prover suas necessidades materiais [...] o que mantém a coesão de uma sociedade” (K. SILVA; M. SILVA; 2020, p. 383).

<sup>113</sup> Nesse sentido, “[...] cabe assinalar como o uso do conceito de ‘subalterno’ se amplia enormemente. Parte-se de Gramsci como pressuposto, do camponês meridional, particularmente, mas se vai adiante, com o mundo colonial e pós-colonial, o migrante, o refugiado” (DEL ROIO, 2007, p. 64). O conceito de “subalterno” foi ampliado pelos estudiosos do pensamento gramsciano pela sua fertilidade para a análise de outras sociedades dentro de outro tempo-espaço.

tornou-se impossível” (FERNANDES, 1975, p. 12). A crítica à simpatia da periferia capitalista ao *modus operandi* europeu era “[...] *el erróneo apego de las repúblicas a las costumbres señoriales de la colonia [...]*” (MARTÍ; GÓMEZ, 1895, v. 4, p. 95). Na ilha caribenha, existia “[...] a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social, e política como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema [colonial]” (FERNANDES, 1975, p. 20). O pilar do paradigma da colônia era a exploração dos grupos subalternos, sem esse alicerce o colonialismo não tinha triunfado com tanta desenvoltura.

Martí foi um crítico do Estado colonial criado pela Coroa espanhola, para quem o único modo de destruir e criar uma sociedade de novo tipo era apenas através de uma “*teoría libertadora*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 470) e, sobretudo, de uma prática revolucionária. O destacado intelectual cubano foi o construtor de uma consciência emancipacionista que passaria por uma transformação no campo da cultura política e pela construção do Estado cubano. Sua atividade como “intelectual orgânico” dos grupos subalternos consistia na “[...] capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 15). Essa questão era fundamental para a superação da subalternidade cubana e para edificação da “sólida república” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 480). O pensamento martiano revela certo conhecimento sobre formas de governos distintas, conforme aparece no fragmento a seguir:

*Política es el estudio de los diversos métodos de vida común que ha discernido o pueda discernir el hombre. La aristocracia es una política, y la democracia otra. El zarismo es política, y es política la anarquía, - la anarquía, que en mucho corazón ferviente es el título de moda de la aspiración santa y confusa a la justicia, y en manos del gobierno español, que echa anarquistas por todas partes, es un habilísimo instrumento (MARTÍ, 1892, v. 1, p.335).*

Apesar de ter dissertado sobre várias formas de organização político-social, é nítido que sua posição política tem um pendor republicano de caráter assistencialista. Conforme suas próprias palavras, uma “[...] *justicia de abrirla a [...] con buen sistema de tierras, fácil en la iniciación de un país sobrante, Cuba tendrá casa para mucho hombre bueno, equilibrio para los problemas sociales, y raíz para una República que, más que de disputas y de nombres, debe ser de empresa y de trabajo*” (MARTÍ, 1893, v.2, p.346). Não há dificuldades de detectar a concepção republicana no seu pensamento, mas de forma heterodoxa e original, sem qualquer decalque do que havia nos Estados Unidos.

No entanto, para construir uma “*nueva república*”, era necessário “*una república trabajadora*” (MARTÍ; GÓMEZ, 1895, v. 4, p. 100). O caminho para arquitetar um novo

Estado de timbre republicano era por meio de um “[...] *admirable concierto de pensamiento republicano* [...]” (MARTÍ, 1891, v. 4, p. 276). Nessa ótica, a noção de “conserto” pode implicar, por outro lado, o ato de destruição (“máquina estatal”). Conforme Lênin:

[...] cada revolução, ao destruir o aparelho de Estado, mostra-nos a luta de classes nua, mostra-nos em primeira mão como a classe dominante se esforça por reconstruir os destacamentos especiais de pessoas armadas que a servem, como a classe oprimida se esforça por criar uma nova organização desse gênero, capaz de servir não aos exploradores, mas aos explorados (LÊNIN, 2017, p. 33).

Lênin demonstrou onde está o ponto a ser atacado pelos revolucionários - o Estado -, o aparelho que deve ser destruído. Traduzindo para a realidade cubana do final do século XIX, o modelo colonial e seus agentes eram o alvo. A hegemonia da velha ordem deveria ser confrontada por uma “contra-hegemonia”. Os insurretos cubanos eram a força motriz dessa transformação paradigmática, como disse Martí: através de “[...] *nuestra fuerza de idea y de acción* [...]” (MARTÍ, 1891, v. 4, p. 278). O intelectual cubano foi o elo dessa união: “[...] um organizador de massa de homens” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 15). Contudo, para construir o Estado nacional, era preciso demolir a antiga forma estatal, como descrita:

[...] [*O Estado espanhol*] como entidade contemporânea, a pesar de su heterogénea y peculiar formación, a la nación española, que con su pueblo inerte en su organismo feudatario, vuelve, bajo el remedo superficial de las formas políticas extranjeras [colonias], a la verdad, retrasada por siglos, [...], fuente lenta y única de su reconstrucción [...] (MARTÍ, 1893, v.2, p. 343-344).

O Estado espanhol, apesar de contemporâneo, pertencente ao século XIX, não deixou de ter suas bases no modelo feudal arcaico (onde até há uma discussão se, de fato, existia uma concepção de Estado ou se ela era apenas um esboço). Para Martí, essa importação de ideário e organização institucional era uma forma obsoleta de se pensar a política nos países hispano-americanos. Portanto, era uma maneira de reconstruir o padrão europeu na periferia capitalista e dar continuidade ao projeto colonial. Ainda destacou como o colonialismo interrompeu o desenvolvimento das civilizações autóctones (MARTÍ, 1893, v.2, p. 343-344). Esse fenômeno também foi fruto de uma “[...] incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 1975, p. 11). Cuba se encontrava dentro desse rol de nações que não conseguiram derrubar o colonialismo e propor um projeto nacional popular para a nação.

Para isso, o país necessitava de um forte vínculo entre o PRC e os insurrecionais cubanos, era uma forma de derrotar o poder metropolitano espanhol, fundamentado em um programa sistemático, estratégico e revolucionário. Segundo Marcos Del Roio (2007, p. 68), essa questão deve ter uma conexão: “as classes subalternas unificadas em torno de uma perspectiva autônoma”, proporião “uma nova hegemonia, uma nova ordem social”. Nessa

esteira, Martí (v. 1, p. 467) destacou: “[...] *la política de unificación [...] con singular identidad de parecer y de virtud, en el Partido Revolucionario Cubano, mera forma activa de la política vigilante y real de Cuba, de la política de unión creciente [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 467). A concepção de organismo unitário foi pregada e unificação significa uniformização da consciência política voltada para a revolução. Diante disso:

[...] se o Estado é o produto do caráter inconciliável das contradições de classes, se ele é uma força que está acima da sociedade e “*cada vez mais se aliena da sociedade*” então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta, *mas también sem o extermínio* daquele aparelho do poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada essa “alienação” (LÊNIN, 2017, p. 31).

A noção de que somente a destruição do aparelho estatal era a forma de emancipar os grupos subalternos não aparece apenas no pensamento do revolucionário russo, guardadas as devidas proporções, e, traduzindo para a realidade hispano-americana, Martí procurou salientar a necessidade de destruir o Estado colonial para a fundação do sistema republicano (o método era o mesmo, porém, com objetivos distintos). Na sua visão: “*No puede Cuba, dispueda ya para el progreso libre en el mundo americano, seguir de peatón de un pueblo europeo, reino oscilante o república militar, que retrograda, tras siglos estériles de holganza y tiranía, al periodo de fomento de sus nacionalidades rudimentarias*” (MARTÍ, 1893, v.2, p.344-345).

O colonialismo possuía seu Estado e instituições que assolavam a parte do baixo estamento cubano. Fernandes notou essa questão de forma patente e destacou como esse impasse foi fundamental para “[...] dificultar a descolonização [...]” (FERNANDES, 2007, p. 72). No entanto, Martí lutou para romper com essa estrutura arcaica e abrir o caminho para um novo Estado-nação, na ilha caribenha. A política colonialista aplicada em solo cubano foi rebatida, como destaca o seguinte fragmento:

[...] *el deber de procurar el bien mayor de un grupo de hijos del país, no puede ser superior al deber de procurar el bien de todos los hijos del país; y si la guerra triste viene a ser el modo único de conquistarlo, ningún hombre bueno negará su apoyo a una guerra inspirada en el deseo vehemente de obtener por los métodos amplios de un gobierno propio, justicia para todos, una guerra que no se hace, como pudiera hacerse, por obra y bien de los políticos de oficio, respaldados por los intereses y las castas [...]* (MARTÍ, 1892, v. 1, p.335-336).

Sua defesa em favor da guerra como a única forma de emancipação do homem cubano era o modo de rechaçar o sistema colonial. De acordo com sua ótica, o novo governo em Cuba seria feito não para o benefício do alto estamento, mas para todos os cubanos. Para isso, era preciso solapar os políticos de ofício para fazer uma política para a humanidade, isto é, para o bem comum dos homens (MARTÍ, 1892, v. 1, p.335-336).

A intenção de Martí era “[...] realizar uma política revolucionária capaz de unificar esses grupos e elevá-los culturalmente a um nível superior de consciência crítica” (DEL ROIO, 2007, p. 67), ou seja, para enfrentar as estruturas da “[...] subalternidade imposta pelo colonialismo” (DEL ROIO, 2007, p. 68). Nesse sentido, havia um movimento de destruição e de construção de uma nova forma política, ao mesmo tempo em que existia um programa para a derrubada do Estado colonial havia o projeto de edificar outro modo de organização social para Cuba.

A atuação de Martí como um sujeito que fez parte do grupo de “[...] intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 24). Podemos mencionar que a atividade martiana foi uma espécie do que Gramsci (2001, v. 2, p. 24) descreveu como “soldagem” entre intelectuais e povo (traduzindo para realidade cubana, aproximação entre Martí e os insurretos). Somente assim era possível acreditar na “obra patriótica” da ilha caribenha (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 469). A disputa no campo das ideias em Cuba gerou um embate entre PRC e “as elites no poder que preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente aceitando como vantagens a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial” (FERNANDES, 1975, p. 16). A resistência a essa política colonial tradicional (cuja renovação, na verdade, consiste em pura e simples atualização dentro da ordem) era necessária, de modo que:

*Cuando la política tiene por objeto cambiar de mera forma un país, sin cambiar las condiciones de injusticia en que padecen sus habitantes: cuando la política tiene por objeto, bajo nombres de libertad, el reemplazo en el poder de los autoritarios arrellanados por los autoritarios hambrientos, el deber del hombre honrado no será nunca ni aun con esa excusa, el de echarse a un lado de la política, para dejar que sus parásitos la gangrenen (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 336).*

A crítica de Martí era contra o núcleo “[...] conservador, a preservar o bloco agrário, [...]” (DEL ROIO, 2007, p. p. 66). As mudanças elementares no sistema colonial na visão do intelectual cubano não transformariam as questões estruturais de Cuba. O elemento restaurativo ou de “revolução” dentro da ordem foi o que predominou, na ilha caribenha. Os questionamentos do trecho supracitado vão ao encontro da fórmula da “revolução passiva” (GRAMSCI, 2002, v. 5, p. 63) na periferia capitalista, que é caracterizada pela “[...] **ampla reprodução de estruturas da velha ordem colonial, [...] continuidade à modernização e ao aprofundamento da colonização [...]**” (FERNANDES, 2007, p. 72). Esse aspecto de modernizar e atualizar as práticas exploratórias foram o que o revolucionário cubano frisou como alteração da administração da colônia de forma trivial, tal prática não condizia com sua conduta, por isso, era indispensável “[...] *propagar en Cuba el conocimiento y método de la*

*revolución [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 478). Nesse aspecto, não era apenas criar um programa de construção do novo Estado, era pensar na demolição do modelo antigo, como define Del Roio:

[...] não basta à negação radical da ordem. É preciso também, e ao mesmo tempo, que se materialize a nova subjetividade, o que significa organizar a vida material e cultural sobre novas bases. **A negação da velha ordem significa também elaboração teórico-prática de um projeto de nova vida.** Não um projeto em abstrato, mas construído segundo a condução possível do movimento do real [...] (DEL ROIO, 2007, p. 70, grifos nossos).

Essa formulação concebe uma nova visão de materialização, uma concepção e ação no mundo. Nesse sentido, O PRC e seu líder, Martí, foram molas propulsoras para essa ação de práxis que desembocou na luta insurrecional (1895). As questões enfrentadas pelo intelectual cubano e seu grupo de insurretos não era apenas de construir uma nação de novo tipo, mas era de demolir a velha ordem para levar a cabo o projeto emancipacionista. Por isso, era indispensável “[...] destruir de uma só vez a velha máquina burocrática e começar imediatamente a construir uma nova [...] experiência da [...] tarefa imediata, direta, do [...] revolucionário” (LÊNIN, 2017, p. 72). Somente através desse modelo de ação, seria possível o ser cubano “[...] *emanciparlo de su servidumbre [...]*” (MARTÍ; GÓMEZ 1895, v. 4, p. 93).

Essas reivindicações pela revolução concerniam com a luta constante para barrar “*la creación de caudillos*” (MARTÍ; GÓMEZ, 1895, v. 4, p. 95) e colocar em pauta a “[...] *inevitable unificación de las diversas secciones del país [...]*” (MARTÍ; GÓMEZ, 1895, v. 4, p. 95). Desse modo, havia a possibilidade de criar uma frente de combate ao poder metropolitano espanhol. Para isso, tornava-se indispensável “[...] a representação da vontade coletiva autônoma que se auto-organiza em oposição à ordem social vigente [...]. Essa demanda, todavia, uma **reforma moral e intelectual**, uma transformação cultural de grande envergadura histórica, que **supere e substitua a cultura da velha classe dominante**” (DEL ROIO, 2007, p. 70).

As bases de uma organização revolucionária devem passar por diversos prismas e estágios para alcançar o objetivo final, ou seja, a consolidação da revolução. A dominação do campo da cultura política é imprescindível para a materialização de tal abstração (DEL ROIO, 2007, p. 70), é “*el servicio está en levantar las mentes caídas [...]*” (MARTÍ, 1893, v. 3, p. 81). Diante disso, seria possível pensar em uma transformação rumo ao campo democrático, como sublinhou Martí: “*los actos políticos de las repúblicas reales son el resultado compuesto de los elementos del carácter nacional, de las necesidades económicas, de las necesidades de los partidos, de las necesidades de los políticos directores*” (MARTÍ, 1891, v.

6, p. 158). Para o intelectual cubano, era preciso arquitetar todo um plano sistemático visando fundar o que ele chamou de “caráter nacional”.

Tinha em mente que era essencial a construção de um núcleo unitário pautado na “[...] *sinceridad del patriotismo [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p.469). Também destacou a importância de pensar a política fora da esfera colonial de seus agentes que a aplicavam de forma severa na periférica capitalista. Então, procurou propor soluções para esse impasse, frisando que: “*los políticos nacionales han de reemplazar a los políticos exóticos. Injértese en nuestras repúblicas el mundo; pero el tronco ha de ser el de nuestras repúblicas. [...] que no hay patria en que pueda tener el hombre más orgullo que en nuestras dolorosas repúblicas americanas*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 18).

Seguindo seu raciocínio, a forma política da colônia deveria ser colocada em extinção, não só em Cuba, mas na América Hispânica de modo geral. Somente dessa forma, seria possível extirpar o “*mal de los caudillos*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 63), solapando as bases da herança “*de la vida colonial*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 63). Em Cuba e no exílio, o intelectual cubano frisou que “[...] *vivimos en angustia continua, en inseguridad continua, en amenaza continua [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 63). Quem contribuiu para a reflexão sobre a única forma de emancipação completa desses grupos oprimidos foi Lênin, enfatizando que:

[...] indubitavelmente, uma revolução “verdadeiramente popular”, porque a massa do povo, sua maioria, as “camadas inferiores” mais profundas da sociedade, esmagadas pelo jugo e pela exploração, levantaram-se autonomamente e deixaram em todo o **curso da revolução a marca de suas reivindicações, de suas tentativas de construir, à própria maneira, uma sociedade nova no lugar da antiga, em destruição [...]**. A revolução “popular” que arrasta verdadeiramente a maioria para o movimento só podia ser popular englobando tanto o proletariado quando o campesinato. Ambas as classes estão unidas porque a “máquina de Estado burocrático-militar” as oprime, as esmaga, as explora. *Quebrar* essa máquina *demoli-la* – esse é verdadeiramente, o interesse do “povo” [...] (LÊNIN, 2017, p. 63, grifos nossos, em negrito)

Os pontos destacados pelo revolucionário russo, guardadas as devidas proporções, ocorreram no processo independentista cubano. O campesinato era esmagado dentro de Cuba, pelo fato de ter uma população de economia de base agrária açucareira, além de que os cubanos exilados nos Estados Unidos, faziam parte de um proletariado incipiente, em construção. Segundo Martí (1892, v. 1, p. 465), a revolução tinha que fomentar “[...] *por dentro y fuera de la isla [...]*”. Ambos os insurrecionais deveriam agir de forma coletiva para desestabilizar o governo colonial da Espanha. O intelectual cubano ressaltou a importância da ação do cubano “[...] *del destierro libre, sobre el cubano que padece y prepara, con nuestro mismo brío y nuestra misma honradez, en el peligro de la colonia homicida*” (MARTÍ, 1892,

v. 1, p. 480). O que percebemos era que existia uma preparação simultânea (dentro e fora da ilha caribenha) para tentar desarticular a Coroa espanhola.

A fundação do Estado em Martí era uma das principais premissas para a construção da nação autodeterminada, seguido de um processo revolucionário que modificasse toda a estrutura colonial. Portanto, construir a soberania estatal era criar e fortificar instituições de caráter emancipacionista, como pensou e alertou o intelectual:

*En pueblos compuestos de elementos cultos e incultos, los incultos gobernarán, por su hábito de agredir y resolver las dudas con su mano: allí donde los cultos no aprendan el arte del gobierno. La masa inculta es perezosa, y tímida en las cosas de la inteligencia, y quiere que la gobiernen bien; pero si el gobierno le lastima, se lo sacude y gobierna ella. ¿Cómo han de salir de las universidades los gobernantes, si no hay universidad en América donde se enseñe lo rudimentario del arte del gobierno, que es el análisis de los elementos peculiares de los pueblos de América? A adivinar salen los jóvenes al mundo, con antiparras yanquis o francesas, y aspiran a dirigir un pueblo que no conocen. En la carrera de la política habría de negarse la entrada a los que desconocen los rudimentos de la política (MARTÍ, 1891, v.6, p. 17-18).*

As diversas matizes apresentadas no trecho supracitado demonstram a problemática da construção do Estado cubano na concepção martiana. Os ditos “incultos” governam a massa também “inculta” pela sua capacidade repressiva, mas não por causa da sua eficácia política. Por sua vez, os subalternizados deveriam utilizar o “[...] esforço para desenvolver sua auto-educação e sua formação cultural” (DEL ROIO, 2007, p. 64). Os apontamentos de Martí eram direcionados para a necessidade de educar os grupos subalternos para construir o Estado-nação. Salientava que era preciso Cuba criar seus próprios governantes, porém, essa questão implicaria a construção de uma universidade fora da estrutura colonial para preparar seus dirigentes a partir da análise da própria realidade cubana. Portanto, “mata a su hijo en la América del Sur el que le da mera educación universitaria” (MARTÍ, 1894, v. 6, p. 26). O revolucionário cubano ainda asseverou: “el premio de los certámenes no ha de ser para la mejor oda, sino para el mejor estudio de los factores del país en que se vive” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 18). Em sua percepção, as formas de concepções políticas importadas não eram as mais adequadas para construir uma nova sociedade, a “[...] confirmación de la república moral en América [...]” (MARTÍ; GÓMEZ, 1895, v. 4, p. 101).

Somente com a extirpação do modelo das “repúblicas feudales” (MARTÍ; GÓMEZ, 1895, v. 4, p. 95), seria possível pensar em outro modelo estatal e de organização da vida social. Segundo Martí (1892, v. 2, p. 63), a expulsão dos “caudillos” deveria ser condição *sine qua non* para o desenvolvimento da autonomia não só de Cuba, mas de todas as repúblicas hispano-americanas. Sobre essas mazelas, Fernandes opina: “trata-se de um componente dinâmico de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas

também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora” (FERNANDES, 1975, p. 12). O intelectual cubano descreveu essa posição conservadora da elite local, que, historicamente, esteve alinhada ao “[...] *poder español, o por la entrega del país a una civilización extraña, que niega a Cuba la capacidad probada para el gobierno libre, [...]*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p. 264). Assim, a influência do eurocentrismo na periferia capitalista foi preponderante para proporcionar essa relação de dependência (FERNANDES, 1975, p. 14). Posto isso: “[...] *a faltar vigilancia y acción, hubieran podido convertirse en Cuba en el funesto imperio de una oligarquía criolla [...]*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p. 264).

Para Lênin (2017, p. 62), o processo dialético da “destruição-construção” de uma sociedade (no caso cubano) passa pela demolição do Estado colonial. Nesse aspecto, desconstruir consiste em colocar algo no lugar do que foi suprimido. A construção da república cubana seria fundamentada em “[...] *un propósito serio revolucionario, un patriotismo cordial y constructivo*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p.426). O ideal republicano era uma das bases para consolidação do projeto de construção da nação na concepção de Martí. Não isentou esse modelo político de impasses em relação a organização da dinâmica da vida social. Descreveu que:

*La impericia republicana, natural en las mismas clases cultas de un pueblo donde el deseo tímido adquiere en el estudio literario la noción de la libertad que todo niega alrededor, puede inspirar en los noción de teóricos el miedo de trastornos que no espera quien en lo real de las Repúblicas haya aprendido que el peligro de ellas no está tanto en la muchedumbre aspiradora, que en su libertad y cultura corrige al ascender su propia vehemencia, como en la altivez y vanidad que ignoren que el reconocimiento constante y sincero de los derechos naturales es salvaguardia única y suficiente de las más complejas sociedades humanas (MARTÍ, 1893, v.2, p.346).*

Seus apontamentos acerca do modelo de organização republicana não negam as dificuldades de implantar esse sistema. Até mesmo nas sociedades ditas com um nível cultural “elevado”, havia incertezas e possíveis intempéries. No entanto, não podemos perder de vista que, na sua concepção, a república era a formar mais alinhavada para a implantação de um paradigma governamental que beneficiasse a massa popular. Em sua visão, era um dos modelos que assegurava as liberdades dos povos subalternizados, que foram, recorrentemente, atacados pelo jugo colonial espanhol (MARTÍ, 1893, v.2, p.346). Sobre essa questão, segundo Del Roio, (2006, p. 314) “[...] a liberdade do homem encontra o seu fundamento no estilhaçar das amarras que [o] prendem [...]”.

Gramsci sublinhou: “o distanciamento entre os intelectuais e o povo [que] era [...] imensa na Península Ibérica e nos países da América Latina” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 32). Podemos defender a hipótese que Martí foi uma exceção nesse cenário, foi um sujeito que trabalhou para a junção da relação “[...] entre os intelectuais e o povo [...]” (GRAMSCI, 2001,

v.2, p. 40), na qual “[...] assumiu a perspectiva do interesse do conjunto das classes subalternas no processo de negação da subalternidade, ou seja, no processo de emancipação da exploração e da opressão, implicando um programa, um projeto, um momento de construção” (DEL ROIO, 2007, p. 72). Nessa direção, a edificação do Estado nacional era uma pauta na concepção martiana. Suas palavras relevam a busca por uma república “equilibrada” que assegurasse a paz entre os povos, conforme explica o fragmento abaixo:

*De sobra habrá siempre en tierra tan despoblada y rica espacio para el español trabajador, y el comercio legítimo de la península tendrá mercado constante en nuestras costumbres; pero debe cesar con la independencia del país, [...], la injusta exclusión de los cubanos de las vías todas de la vida, en provecho del español favorecido (MARTÍ, 1893, v.2, p. 341-342).*

A formação do Estado cubano seria assentada na união entre os povos que viviam na ilha caribenha e os espanhóis, que não se opuseram à revolução independentista. Destarte, Martí ressaltou que espanhóis habitariam Cuba da mesma forma que os próprios cubanos, pelo fato de perceber a necessidade de povoamento territorial, mas havia uma ponderação: o espanhol deixaria de ter prestígio maior do que o cubano, o que seria abolido com a independência. Também não rejeitou o comércio com os países ibéricos, porém, frisou que ocorreria dentro dos padrões estipulados e com concordância dos cubanos, do contrário, não haveria possibilidade comercial (MARTÍ, 1893, v.2, p. 341-342).

A concepção de Estado republicano de timbre liberal era enfatizada onde a autonomia do país era “[...] *el respeto conquistado por la propia emancipación, y el comercio libre, [...], en el goce del comercio pleno que se le ha de abrir con la independencia*” (MARTÍ, 1893, v.2, p.347). No entanto, existia um entrave, como destacou Fernandes (1975, p. 13): “o sistema básico de colonização externa, experimentado por quase todas as nações latino-americano durante pelos três séculos, foi construído de acordo com o ‘antigo sistema colonial’. Em termos jurídicos, a legitimidade de dominação tinha um duplo fundamento, legal e político”. A forma de estatuto político-jurídico era uma mola propulsora para a “legalidade” das práticas coloniais de modernização/atualização e aprofundamento de seu modelo exploratório em Cuba (FERNANDES, 1975, p. 13). Martí e seu companheiro de campanha emancipacionista, Gómez, em contrapartida, defrontou essa visão a partir da ideia que “*la revolución [...] emancipar de una vez a Cuba de la ineptitud y corrupción irremediables del gobierno de España [...]*” (MARTÍ; GÓMEZ, 1895, v. 4, p. 99). Baseado nessa formulação: independência era sinônimo de emancipação. A busca por unidade de uma frente nacional popular foi, cotidianamente, enfatizada, como destaca o trecho abaixo:

*[...] unión de las emigraciones, fraternizan, soldados todos, con los que antes, en su noble impaciencia, tenían por pocos amigos. Únanse en el voto, a elegir su representación, doctores y obreros, fabricantes y mecánicos, comerciantes y*

*generales. Junto al integro Presidente de nuestra República [...]. (MARTÍ, 1893, v.2, p. 341).*

Nessa formulação, é perceptível como foi concebido o pensamento da unificação de diversos sujeitos de estratos sociais de diferentes prismas com o intento de unificá-los em prol de uma organização social, o modelo republicano. Martí exerceu o encargo de “[...] um ‘filósofo’ [...] [que] participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 53).

A elaboração do termo “*nuestra República*”, no pensamento martiano, pode ser compreendida como um modelo de organização político-social que na sua concepção destoaria do paradigma das repúblicas dos países hispânicos pelo fato de ter uma participação de todos os sujeitos, questão que, à época, ficou restrita às elites *criollas*. Todavia, em Cuba, Martí pretendia criar um Estado, em que “[...] **todo el país tiene derecho al voto y a la acción** [...]” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 478). Nessa direção, podemos concluir que seu projeto republicano tinha um “[...] caráter essencial nacional-popular [...]” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 27), passando pela organização da coletividade em busca de fundir um público diverso para a construção da nação.

Pretendia implantar em Cuba “[...] *un gobierno que tenía por base la razón; la razón de todos en las cosas de todos, y no la razón universitaria de unos sobre la razón campestre de otros*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 19). Nota-se sua crítica à epistemologia política importada para pensar a realidade cubana, ao mesmo tempo que sublinhou a importância de um governo que amparasse os grupos subalternos do país. Sua ideia era galvanizar o Estado republicano, na ilha caribenha, fundamentado nos “[...] **principios democráticos, quieren la libertad de Cuba, con todo y para todos**” (MARTÍ, 1893, v. 3, p. 81). Acreditava que “as classes subalternas podem compor um novo Estado, uma nova totalidade, precisamente a partir do momento em que negam a subalternidade e se emancipam” (DEL ROIO, 2007, p. 74).

A emancipação em Cuba se consolidaria a partir da criação de um Estado de novo tipo, que superasse o arquétipo colonial e suas instituições. Segundo Fernandes (1975, p. 16), para isso, era preciso debelar o capitalismo dependente, que foi imprescindível para a construção de uma relação desigual entre colônia (países semicolônias) e metrópole. Uma das dificuldades dos países hispânicos não era de “modernizar a produção”, pois o sociólogo brasileiro, ao analisar a realidade da América Latina na transição do século XIX para o XX, constatou que “o desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas

como retê-la e distribuí-la para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna” (FERNANDES, 1975, p. 20).

A concepção de Estado cubano, formulada por Martí, era uma das formas de superação desse padrão de dominação colonial. Para isso, era preciso “[...] *la revolución de justicia y de realidad, para el reconocimiento y la práctica franca de las libertades verdaderas*” (MARTÍ, 1891, v. 4, p. 272). A revolução era uma ação essencial para a construção do modelo de sociedade que o intelectual cubano almejava. A consumação da independência era primada para a implantação da autonomia em Cuba. Por fim, esse ideal de Estado-nação fora a força motriz no campo das ideias para a materialização de uma ação revolucionária, tendo e compreendendo a guerra (iniciada em 1895) como um procedimento político.

#### **4.2 Guerra, revolução inacabada e frustração da emancipação nacional**

Nesta subseção, abordamos uma documentação redigida por Martí em relação à organização da guerra independentista cubana, na qual havia uma sistematização do levante que foi feito pelo grupo dos insurrecionais do PRC. Esse conflito foi carregado por motivações políticas em busca da liberdade. Nosso objetivo foi analisar seus textos com a intenção de demonstrar como havia um programa revolucionário (mesmo que não tão bem delineado) para o ataque as forças espanholas, em Cuba. Portanto, o que se concretizou foi “[...] uma revolução política e da formação de um Estado nacional [que] permitiu o seu avesso, a ocupação militar estrangeira e a formação de um Estado satélite ou neocolonial” (FERNANDES, 2007, p. 63).

A guerra pela independência de Cuba era entendida como um procedimento político na concepção de Martí. Não existia alternativa a não ser um confronto bélico contra a Espanha, onde “[...] *los revolucionarios para quienes la guerra, con todo su poder de unificación y construcción, no es más que el medio inevitable de conquistar la libertad trabajadora de la República*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 468). O ideal republicano era o horizonte dos insurrecionais para a edificação da sociedade e do Estado.

A concepção de liberdade martiana “assume a convicção de que a guerra é o caminho necessário para a independência” (SANTOS, 2016, p. 81). Esse princípio foi responsável por canalizar as forças revolucionárias em busca da “[...] *unificación de un país [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 478). Esse propósito “[...] *en la campaña de independencia el modo de devolver a todos los cubanos sus derechos [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 480). Para isso, foi necessária

uma organização sistemática de ataque às forças espanholas localizadas em solo cubano. Martí e o PRC formaram a frente de combate pela guerra, com a visão de que “[...] a unidade revolucionária deve fundamentar-se em um programa político, o que implica subordinação do comando militar à direção civil assumida por um partido fundado com esse propósito” (SANTOS, 2013, p. 110).

O PRC era o atributo político que dava coesão ao ato bélico. Como asseveraram Martí e Gómez (1895, v. 4, p. 94), “*la guerra no es la tentativa caprichosa de una independencia [...]*” (GÓMEZ; MARTÍ, 1895, v. 4, p. 94). Pelo contrário, era uma forma de levar Cuba à liberdade, como ficou conhecida, era a Guerra Necessária (1895-1898), onde “[...] no ideário de Martí [...] a revolução deve ser, imediatamente, protagonizada pelo povo” (SANTOS, 2013, p. 266). No “*Manifiesto De Montecristi*”, em 25 março de 1895, demonstrou a conduta revolucionária dos insurreccionais:

*La revolución de independencia, iniciada en Yara después de preparación gloriosa y cruenta, ha entrado en Cuba en un nuevo período de guerra, en virtud del orden y acuerdos del Partido Revolucionario en el extranjero y en la Isla, y de la ejemplar congregación en él de todos los elementos consagrados al saneamiento y emancipación del país, para bien de América y del mundo; y los representantes electos de la revolución que hoy se confirma, reconocen y acatan su deber, - sin usurpar el acento y las declaraciones sólo propias de la majestad de la república constituida, [...] la guerra inextinguible que hoy lleva a los combates, en conmovedora y prudente democracia, los elementos todos de la sociedad de Cuba (MARTÍ; GÓMEZ 1895, v. 4, p. 93).*

Martí e Gómez sublinharam a forma como a guerra de libertação nacional estava sendo conduzida através do aspecto político sob a égide de um partido e com comprometimento de promover uma república democrática em Cuba. Havia uma norma de comportamento dos insurreccionais a ser seguida, o comprometimento com o triunfo da independência, no qual era preciso se desprender de objetivos individuais para ceder espaço para a causa coletiva, a revolução. Porque “*en la guerra que se ha reanudado en Cuba no ve la revolución las causas del júbilo que pudiera embargar al heroísmo irreflexivo, sino las responsabilidades que deben preocupar a los fundadores de pueblos*” (GÓMEZ; MARTÍ, 1895, v. 4, p. 94). A preocupação não era com o heroísmo, mas com a construção da nação livre. Para alcançar esse feito exemplifica Fabio Barbosa dos Santos:

Uma vez que a Guerra dos Dez Anos gerou as condições para a aproximação dos diversos estratos sociais no cadinho da nacionalidade cubana e o trabalho político realizado pela militância no exílio amadureceu o curso para soluções políticas próprias, o povo cubano reúne as condições objetivas e subjetivas para uma República que não seja “feudal” ou “teórica”: um projeto nacional assentado na autoctonia, caminho da superação definitiva do legado colonial. O veículo concebido por Martí para converter esse potencial da conjuntura cubana em revolução nacional será o PRC (SANTOS, 2016, p. 109).

O trecho supracitado aponta a importância dos exilados para a organização da insurreição, na qual “*los revolucionarios de New York han creado a Patria, y ella nace para lo único que tiene derecho, para decir lo que está en el corazón de los revolucionarios de New York. La aparición de Patria como órgano presunto de un partido [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 338). Além de o PRC, como o veículo da revolução, havia o jornal *Patria* como o divulgador de seu programa. Martí, no texto “*La Campaña Española*”, destacou que:

*La guerra no ha cesado en Cuba: sólo ha cambiado de formas. Los cubanos que pelearon con las armas ayer, están hoy allá acorralados por el enemigo hábil en una campaña sin guía, cuyos jefes divididos y opuestos, desde un españolismo sincero e incurable hasta el criollismo confuso e indómito, perturban, en la hora de la demarcación de tendencias, al país que, como todo pueblo en las horas de crisis, requiere y anhela una tendencia fija [revolucionaria] [...] (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 465).*

A partir desse “ecletismo” de ideias, nasceu a necessidade de um programa revolucionário proposto pelo intelectual cubano fundamentado no partido político para sistematizar a ação insurrecional pela independência. Nesse sentido, “[...] luta política e estratégia militar [...]” (BIANCHI, 2018, p. 175), historicamente, estão imbricadas na história da humanidade, de modo geral, de maneira específica, e em Cuba não foi diferente. O texto, “*La guerra*”, publicado em 9 julho de 1892, acentuou que:

*La guerra no se puede desear, por su horror y desdicha; aunque un observador atento no puede desconocer que la guerra fomenta en vez de mermar, la bondad y justicia entre los hombres, y que éstos adquieren, en los oficios diarios y sublimes del combate, tal conocimiento de las fuerzas naturales y modo de servirse de ellas, tal práctica de unión, y tal poder de improvisación que, en un pueblo nuevo y heterogéneo sobre todo, los beneficios de la guerra, por el desarrollo y unificación del carácter del país [...] (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 61, grifos nossos).*

A guerra se tornou uma espécie de canal para ir em busca da paz. Essa ação pode causar danos irreparáveis (em relação à vida e à morte)<sup>114</sup>, mas carrega consigo a “[...] *energía del sentimiento de independencia [...]*” (MARTÍ, 1893, v. 2, p. 209), a qual era essencial para os insurrecionais cubanos. Ademais, um embate bélico dessa proporção era uma maneira de unificação da nação em torno do objetivo emancipacionista. Os sujeitos heterogêneos dispersos se identificaram com o projeto independentista e passavam a tomar partido da causa coletiva.

Para Martí (1894, v. 3, p. 263), a guerra era uma questão política e de busca pela autonomia, pois “[...] *los hombres que sólo por la guerra les lograron al menos las libertades con que suplican*”. Esse era o sentimento pregado e carregado pelos cubanos adeptos ao programa do PRC. A liberdade ganhou a dimensão de ideal de conquista para os

<sup>114</sup> “Ao longo do conflito, morrem aproximadamente quatrocentos mil cubanos e oitenta mil espanhóis” (AYERBE, 2004, p. 23).

insurrecionais, categorias que os moviam no plano político e no confronto militar. Essas duas questões eram a única forma de emancipação política, como destacado adiante:

*Con la reverencia de la primer república en el alma, y su espíritu mismo de sacrificio y abnegación, trabajan sin reposo los cubanos expatriados, desde las aldeas indígenas de América hasta su ciudad más populosa, no por recobrar a mano armada en la tierra a donde la mayoría de ellos pudiera vivir en la paz infecunda, sino por ayudar, con su peculio y con sus vidas, a crear un pueblo moral y feliz, antes que pase por sobre él el mundo presuroso, en la tierra, [...], con el respeto a Cuba y con su asentimiento, prepara, libre de ambiciones, la guerra que Cuba anhela, y en su servidumbre no puede preparar. El Partido Revolucionario ofrece a Cuba su parte hecha de la revolución por la independencia: el país sabrá si en esta oportunidad de ser libre, rechaza la oportunidad, y continúa esclavo (MARTÍ, 1893, v.2, p.348-349).*

Os cubanos exilados foram o ponto de início da organização do corpo insurrecional por gozar de certa liberdade no ostracismo, em que era feito o trabalho de tentar aglutinar forças para alcançar um público amplo para tornar possível a revolução, como destacado acima. O PRC foi o órgão diretivo dessa formação, no sentido de apresentar um plano político. Essa questão elucida a ideia de que havia uma subordinação “[...] a direção técnico-militar à direção política” (BIANCHI, 2018, p. 175). O grupo de insurretos estava sobre a tutela do partido, que tratava das estratégias da invasão do território cubano, com a intenção de recuperá-lo.

A questão político-militar ganhou notoriedade pela atuação de Martí, que se caracterizou como um sujeito ligado à teoria (PRC) e à prática (paramilitar). Essa relação ficou marcada pela “[...] intransigência revolucionária do PRC em Cuba [...] desencadeou uma perseguição implacável aos seus militantes, condenados à prisão, ao exílio, e muitas vezes à morte” (SANTOS, 2016, p. 266). Diante disso, os escritos martianos eram os que formavam à consciência de seu grupo insurrecional, por exemplo: “[...] *el heroísmo en la paz es más escaso, porque es menos glorioso que el de la guerra; como al hombre le es más fácil morir con honra que pensar con orden [...]*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 18). Essa noção de romper com a ordem e encontra na guerra o meio para atingir a independência do país de forma genuína era o que os moviam.

O “*Plan de alzamiento*”, redigido por Martí e certificado por seus companheiros militares patriotas, José María Rodríguez (1849-1903) e Enrique Collazo (1848-1921), em 8 dezembro de 1894, delineou um programa para a invasão de Cuba em busca de conquistá-la:

*1º. - Todos los trabajos deberán dirigirse desde ahora con la idea de comenzar, todos unidos, hacia fines del presente mes.*

*2º. - A todos los trabajos debe presidir la certidumbre de que toda la colaboración de afuera está en marcha, [...]. lo avisaremos a tiempo, a fin de ahorrar un sacrificio imprudente, o no serían abandonados los que a él se lanzasen si ya no hubiese tiempo de evitarlo.*

3º. - Desde este instante deben esparcirse las instrucciones por toda la Isla de manera que sólo lleguen, y nada más a las cabezas principales y esenciales y fuera de toda duda, y quede desde ese aviso y por medio de él, ajustado un medio doble, por dos vías, de anunciar por telégrafo o de cualquier otra manera suficiente, el aviso final, que sólo irá de afuera, en condiciones demostradas de la mayor probabilidad humana de éxito [...].

4º. - Estudiando cuidadosamente, y con el deseo principal de velar por los cubanos de la Isla [...].

5º. - Es nuestra opinión que una vez recibido nuestro cablegrama final debe repetirse el aviso unánime, a fin de que los jefes esenciales se pongan ya a resguardo, a reserva de no abrir hostilidades sino unos ocho días después de recibido el cablegrama.

6º. - El cablegrama será puesto por duplicado y de distinto modo, pero ambos con el mismo significado [...].

7º. - [...] recomendando que los avisos sólo sean hechos a persona indudable, y sobre seguro, y de manera que, quedando los jefes advertidos [...].

8º. - Todas las comunicaciones después de recibido el cablegrama final [...] llegue aviso previo del alzamiento en Cuba [...] (MARTÍ, 1894, v. 3, p. 419-420, grifos nossos).

Neste longo fragmento, há uma sistematização da forma de organização do grupo do PRC para atacar o poder militar espanhol alojado na ilha caribenha. Havia certo cuidado com a forma de lidar com a ordenação do confronto, não ceder informações sobre os planos que deveriam ser mantidos em sigilo, ter uma comunicação articulada para manter informados os grupos que estavam em campo de batalha de maneira dividida. Essas questões eram fundamentais para o logro do corpo insurrecional em sua missão independentista.

O PRC e seus militantes, por sua vez, foram ao confronto motivado e com a certeza de que “[...] los oprimidos había que hacer causa común, para afianzar el sistema opuesto a los intereses y hábitos de mando de los opresores” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 19). Assim, “actuando desde este instante en acuerdo con estas resoluciones, tomadas en virtud de las demandas expresas y urgentes de la Isla, del conocimiento de las condiciones revolucionarias de adentro y fuera del país [...]” (MARTÍ, 1895, v. 4, p. 42).

Guerra, política e construção da soberania nacional formaram a tríade do plano que ia ao encontro da revolução, em prol da emancipação. Como posto, “la guerra no es, en el concepto sereno de los que aún hoy la representan, [pero] [...] de **la revolución pública y responsable** [...]” (GÓMEZ; MARTÍ, 1895, v. 4, p. 93). Nesse sentido, a independência de Cuba tinha um programa desenhado para alcançar seu fim, como é possível perceber no último parágrafo do plano do levante:

9º. - Las instrucciones siguientes deben formar parte del aviso, que lleve a comisión previa -, y deben en toda forma reiterarse y hacerse cumplir:

I - La guerra, debe procurar, como medio principal de éxito y robustez inmediatas, y prueba de su cordialidad, asegurarse la benevolencia o indecisión de los españoles arraigados en la Isla, y a este fin debe rigurosamente suprimirse toda medida de pura nacionalidad o de terror, y tomarse toda medida que les inspire confianza, a cuyo efecto se debe a la vez usar toda la fuerza de las armas contra el español que salga armado, y aquietar, o proteger en caso justo, al español, que no

*haga armas, o no ayude probadamente a hacerlas, teniendo siempre como norma la indulgencia más que la persecución.*

*II - Deben respetarse todas las propiedades, y no exigirse, hasta nuevas órdenes, contribución de dinero alguna, y sólo de armas, pertrechos y provisiones.*

*III - Las alocuciones serán conformes a las ideas del manifiesto que, con un pretexto u otro, publicará en estos días la Delegación, basado sobre esas mismas ideas esenciales, y de las que rogamos que de ningún modo se prescinda, sino que en todas formas se ayude con ellas a facilitar el arraigo y expansión inmediatos e indispensables del movimiento revolucionario.*

*IV- Sólo se obrará, en caso necesario, contra los cubanos que se opusiesen con las armas, a la revolución, o que probadamente ayudasen de modo material contra ella, respetando siempre en este último caso: tus vidas. Esto decimos y ratificamos cuidadosamente, y con la mayor vigilancia por la seguridad de los cubanos de la Isla, - y el ruego de que ellos contribuyan con el sigilo y unidad a la salvación de la ayuda del extranjero (MARTÍ, 1894, v. 3, p.421).*

O parágrafo 9 e seus incisos demonstram uma conduta ética da revolução, tanto em relação aos cubanos, quando em relação aos espanhóis que viviam em Cuba, os que não se rebelassem contra o independentismo não deveriam ser reprimidos. Havia normas como formas de proteção a propriedade privada para a não violação desse patrimônio. Os insurreccionais não atacariam a sociedade civil e seus bens. A independência de Cuba era uma aversão ao Estado colonial espanhol. A luta de libertação passava pela destruição da soberania da Coroa no ultramar e não causar uma guerra com os cubanos que residiam ilha caribenha.

Os insurreccionais procuravam fazer “[...] *una guerra digna [...]*” através do “*Ejército Libertador*” (GÓMEZ; MARTÍ, 1895, v. 4, p. 101) a partir de uma norma político revolucionário que não colocasse em risco a vida da população cubana. Tinham em mente “*la paz definitiva, que jamás se conseguirá en Cuba sino con la independencia*” (GÓMEZ; MARTÍ, 1895, v. 4, p. 99). O patriotismo era uma categoria fundamental no campo abstrato para desencadear em uma prática material. Por sua vez, Martí (1892, v. 5, p. 201), certificou que “*en el libro no hay palabra que no resulte acción*”.

A sua escrita foi importante para a constituição do programa de “[...] *organización de la guerra [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 469), pois “sua militância parte do pressuposto de que o vínculo colonial é retrógrado [...] o desafio que se coloca é ditar um rumo racional ao conflito, o que exige a formação de um partido que ordene o impulso bélico” (SANTOS, 2013, p. 106). Diante disso, o PRC e seus membros, nas figuras de Martí, Gómez e Collozo, trataram de firmar um acordo chamado, “*Orden de Alzamiento*”, em 29 janeiro de 1895, que continha, nas suas linhas, a ratificação do plano de ataque ao poder metropolitano espanhol, como descrito a seguir:

*[...] en representación el uno del Partido Revolucionario Cubano, y el otro con autoridad y poder expresos del General en Jefe electo, General Máximo Gómez, para acordar y comunicar en se nombre desde New York todas las medidas necesarias, de cuyo poder y autoridad da fe el Comandante Enrique Collazo, que también suscribe,- acuerdan comunicar a Vd. las resoluciones siguientes:*

*I. - Se autoriza el alzamiento simultáneo, o con la mayor simultaneidad posible, de las regiones comprometidas, para la fecha en que la conjunción con la acción del exterior será ya fácil y favorable, que es durante la segunda quincena, no antes, del mes de febrero.*

*II. - Se considera peligroso, y de ningún modo recomendable, todo alzamiento en Occidente que no se efectúe a la vez que los de Oriente, y con los mayores acuerdos posibles en Camagüey y las Villas.*

*III. - Se asegura el concurso inmediato de los valiosos recursos ya adquiridos, y la ayuda continua e incansable del exterior, de que los firmantes son actores o testigos, y de que con su honor dan fe, en la certidumbre de que la emigración entusiasta y compacta tiene hoy la voluntad y capacidad de contribuir a que la guerra sea activa y breve (MARTÍ, 1895, v. 4, p. 41-42).*

Esse documento é uma espécie de circular para informar os insurrecionais em relação à conduta do processo independentista e a estratégia adotada para o júbilo do embate bélico, na qual foi destacada a necessidade de um ataque sincronizado entre os grupos de insurrecionais, pelo lado oriental e ocidental da ilha caribenha, com a intenção de que isso acontecesse antes de fevereiro. Dessa forma, Martí acreditava ser possível surpreender os espanhóis. Sublinhou que, “[...] *en Cuba sobre todo, el gobierno español, alarmado con una fuerza de orden y ataque que no esperaba de sus enemigos, y del acicate visible con que los cubanos de afuera estimulan la pereza de los cubanos de adentro [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 467).

A crença de que a revolução pela independência seria provável apenas por meio de “[...] *la obra compacta de todas las asociaciones revolucionarias del extranjero, donde se juntan sin choque, y con amor, los elementos todos de la revolución [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 476). A junção dos cubanos exilados e os que permaneceram em Cuba era a tarefa de Martí, que buscava essa união, onde “[...] *los desterrados de la guerra pasada [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 476) continham um conteúdo político da situação cubana, adquirido a partir das leituras dos textos martianos e por estarem cientes do papel do PRC dentro desse processo. Em sua visão, era indispensável que esse conhecimento atingisse a população da ilha caribenha.

Portanto, a guerra tomada como procedimento político, voltada a emancipação cubana, entendendo-a como a “[...] *guerra inevitable [...]*” (MARTÍ, 1891, v. 4, p. 278). Podemos concluir que o embate bélico foi o meio encontrado para a libertação de Cuba frente à Coroa Espanhola. No entanto, o plano revolucionário engendrado “[...] foi bloqueado: a independência cubana se deu nos marcos de uma dominação neocolonial [...]

(SANTOS, 2016, p. 267). A categoria “revolução passiva” como chave interpretativa desses fenômenos nos possibilita compreender o contexto cubano. Quem melhor apropriou dessa formulação de Vincenzo Cuoco (1770-1823) foi Gramsci, que afirmou:

Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino (GRAMSCI, 2002, v.5, p. 209-2010).

Essa categoria ilustra a realidade cubana, no qual a intervenção norte-americana<sup>115</sup> do governo McKinley foi preponderante para a “[...] frustração da emancipação nacional [...]”, processo cujas “[...] estruturas especificamente coloniais ficam intactas ou são mantidas com pequenas modificações” (FERNANDES, 2007, p. 63). Essa questão acentua:

Ao firmar o Tratado de Paris, em 10 de dezembro de 1898, a Espanha, além de renunciar definitivamente à soberania sobre Cuba, cedeu aos Estados Unidos, na condição de colônias, tanto o restante das Índias Ocidentais, inclusive Porto Rico no Caribe quanto Gum e o arquipélago das Filipinas, [...] naquele mesmo ano, adquiria também o Havai (BANDEIRA, 2009, p. 63).

Assim, “o país passa a ser ocupado por tropas norte-americanas e se estabelece um governo provisório encabeçado pelo general John R. Brooke, que permanece no poder até 20 de maio de 1902, quando toma posse o primeiro presidente eleito do país, Tomás Estrada Palma” (AYERBE, 2004, p. 24). Em suma, essa transição de um programa radical popular, iniciado, em 1895, para uma independência, em 1898, dentro da ordem é a fórmula da “revolução passiva”, que frustra e embota a força revolucionária.

#### 4. 3 O Martí de Fidel Castro: o legado martiano no discurso castrista

Nesta subseção, abordamos como Martí aparece no discurso<sup>116</sup> de Fidel Castro (1926-2016), articulando seu pensamento e o introduzido durante a Revolução Cubana, de 1959, e pós-conquista do poder. A assertiva de Marx e Engels (2001, p. 23), de “[...] que os homens, que renovam a cada dia sua própria vida, passam a criar outros homens a se reproduzir”. Essa máxima pode ser compreendida não só como reprodução biológica, mas histórica e política, em que o sujeito se torna motor da história, podendo perpetuar-se nas consciências vindouras. O ato de permanecer na subjetividade coletiva de um povo é “[...] resultado da atividade de toda uma série de gerações, sendo que cada uma delas alçava sobre os ombros da precedente” (MARX; ENGELS, 2001, p. 43).

<sup>115</sup> “[...] o governo norte-americano decide entrar no conflito. O incidente que desencadeou a intervenção foi o afundamento do navio de guerra *Maine*, em 15 de fevereiro de 1898, como decorrência de uma explosão que matou 260 marinheiros. O barco, ancorado no porto de Havana, tinha sido enviado pelo presidente McKinley” (AYERBE, 2004, p. 23).

<sup>116</sup> Utilizamos apenas o “*Discurso Pronunciado En El Resumen De La Velada Conmemorativa De Los Cien Años De Lucha*” (1968), pela falta de documentação no Brasil em relação às menções de Castro a Martí.

Partindo desse raciocínio, Castro se valeu do pensamento de Martí para a organização do Movimento de 26 de julho, de 1953, o ataque ao Quartel de Moncada. Mesmo com a tomada do poder, em 1959, com o êxito da Revolução Cubana, continuou o trabalho ideológico de divulgação do aparato crítico martiano. Era preciso ensinar o povo “sobre como cada nova classe deve se colocar ao conquistar o poder”, assim, “[...] o domínio de certas ideias [...]” (MARX; ENGELS, 2001, p. 51) martianas eram indispensáveis para a consolidação do castrismo<sup>117</sup>, em Cuba.

A reivindicação de Martí em prol do conhecimento da história cubana “*en el periódico, en la cátedra, en la academia, debe llevarse adelante el estudio de los factores reales del país*” (MARTÍ, 1891, v. 6, p. 18). Essa perspectiva foi adotada quando Castro (1968, p. 7), argumentou que era imprescindível “[...] *un encuentro del pueblo con su propia historia, es como un encuentro de la actual generación revolucionaria con sus propias raíces*”. É possível notar uma aproximação entre ambos em relação à busca da construção de uma identidade nacional.

Para Castro (1968, p. 10), depois de Martí, “[...] *por primera vez, se empezó a crear el concepto y la conciencia de la nacionalidad, y comenzó a utilizarse por primera vez el calificativo de cubano para comprender a todos los que levantados en armas luchaban contra la colonia española*”. A ideia de nação em Cuba, no discurso castrista, iniciou-se com atuação dos insurrecionais da independência, “[...] *porque ellos tenían profunda conciencia patriótica*” (CASTRO, 1968, p. 11).

A gestação dessa concepção patriótica não encontrou terreno propício para sua consolidação, pelo contrário, mesmo com a independência (1898), Cuba seguiu padecendo com as investidas do imperialismo norte-americano, que permaneceu até meados do século XX. No início do século sobredito, houve uma continuidade das dificuldades políticas e econômicas, como destacou Julio Le Riverend:

*Cuando se reúnen datos sobre la historia de la república, se observa que la clase obrera estuvo en un constante movimiento y que las huelgas parciales e incluso las generaciones de carácter local son muy numerosas a partir de 1902, la huelga de la moneda en 1907 refleja las condiciones de vida y representan dos de los máximos esfuerzos realizados por la obrera cubana para mejorar sus condiciones de vida. Sin embargo, no hubo tal mejoría. La actividad promovida por las inversiones masivas norteamericanas nos sirvió sino para elevar el costo de la vida progresivamente, tendencia que se agrava con motivo de la primera guerra mundial (LE RIVEREND, 1975, p. 242).*

Essa questão se agravou “[...] *a partir de 1929, la profunda depresión geral del capitalismo y la propia crisis cubana han determinado ya un nivel de vida extremadamente*

<sup>117</sup> Doutrina política criada por Fidel Castro, reunindo marxismo-leninista, ideais martianos e a experiência histórica da Revolução Cubana.

*bajo*” (LE RIVEREND, 1975, p. 243). Baseado nessa conjuntura, que perdurou em Cuba, as ideias de Martí foram ao encontro de Castro. Os revolucionários da geração de 1959 viveram esse período de agravamento econômico e problemas políticos, mas tinham, conforme disse Castro, a ideia de que “[...] *estudiar la historia do nuestro país también ayudará a encontrar una fuente inagotable [...]*” (CASTRO, 1968, p. 24-25) de experiência e teoria revolucionária para lidar com esses impasses de uma nação em condição semicolonial.

Para Castro (1968, p. 10), Martí “[...] *comenzó el proceso de profundización y radicalización de las ideas revolucionarias que ha llegado hasta nuestros días*” (CASTRO, 1968, p. 10). Sua fundamentação no pensamento martiano é reveladora pela apropriação das análises ao imperialismo, ganhando contornos mais rígidos com a guerrilha promovida na década de 1950, pela ruptura com a ordem vigente alinhada ao *establishment* norte-americano. A crítica feita por Martí à subjetividade colonizada dos cubanos assinalava que eles levam “[...] *en la médula un tumor, y por el miedo al bisturí, no se ponga más medicinas que las pomadas y colonias [...]*” (MARTÍ, 1892, v. 2, p. 61). Enfatiza o receio da ruptura e o mesmo foi feito por Castro (1968, p. 9), que viu a necessidade de “[...] *adoptar ese camino, su ruptura con las tradiciones, con las ideas reaccionarias*” (CASTRO, 1968, p. 9).

A influência do ideário martiano presente no castrismo é perceptível. A esse exemplo, observa-se a maneira de conceber as questões fundamentais dentro de uma revolução, como a tática política: “*Martí conocía los factores que dieron al traste con la Guerra de los Diez Años, analizó profundamente las causas, y se dedicó a preparar la nueva guerra. Y la estuvo preparando durante casi 20 años, sin desmayar un solo instante, desarrollando la teoría revolucionaria, juntando voluntades, agrupando [...]*” (CASTRO, 1968, p. 13). A atividade militar presente em Martí é sublinhada por Castro (1968, p. 10): “[...] *logró ir aprendiendo el arte de la guerra, fue constituyendo un pequeño pero enérgico ejército que se abastecía de las armas de sus enemigos*”.

O Martí visto por Castro foi um sujeito de teoria e ação. Para Roberto Fernandez Retamar (1983, p. 61), essa questão faz do ideário martiano uma das inspirações do movimento castrista de ataque ao Quartel de Moncada (1953), para quem o intelectual cubano foi “[...] *uno de los más ricos tesoros políticos, una de las más valiosas fuentes de educación y de conocimientos políticos, en el pensamiento, en los escritos, en los libros, en los discursos y en toda la extraordinaria obra [...]*” (CASTRO, 1968, p. 13). As leituras dos textos martianos feitas por Castro o inspiraram profundamente, como é frisado nas suas palavras.

No célebre discurso de autodefesa, “*La Historia Me Absorverá*” (1953), interrogado Castro (1968, p. 17), disse: “[...] *cuando los jueces preguntaron quién era el autor intelectual*

*del ataque al cuartel Moneada, sin vacilación nosotros respondimos: ‘¡Martí fue el autor intelectual del ataque al cuartel Moneada!’”*. A construção político-intelectual do Movimento de 26 de julho passou pelo pensamento martiano. Sua crítica ao imperialismo foi incorporada por aqueles que, um século mais tarde, tiveram que enfrentar a lutar armada contra os Estados Unidos.

Os dois revolucionários cubanos reconheceram que era preciso trilhar o caminho da militância radical para uma reconexão com suas raízes obstruídas pela opressão. O desprezo de Martí pela conciliação em detrimento da via armada foi retomada por Castro. A concepção de que “[...] *los hombres que sólo por la guerra les lograron al menos las libertades con que suplican*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p. 263). O castrismo adotou essa postura e tomou conhecimento dessa questão, asseverando que “[...] *el temor a la lucha, el temor al camino revolucionario verdadero [...]*” (CASTRO, 1968, p. 14) não eram a forma correta de lidar com emancipação do país. Essa disputa no campo das ideias se estendeu a respeito da problemática do percurso da libertação de Cuba:

*¿Y qué se puede parecer más a aquella lucha de ideas de entonces que la lucha de las ideas hoy? ¿Qué se puede parecer más a aquella incesante prédica martiana por la guerra necesaria y útil como único camino para obtener la libertad, aquella tesis martiana en favor de la lucha revolucionaria armada, que las tesis que tuvo que mantener en la última etapa del proceso el movimiento revolucionario en nuestra Patria, enfrentándose también a los grupos electoralistas, a los politiqueros [...]*! (CASTRO, 1968, p. 14).

Castro reivindicou a máxima martiana de defesa da luta armada como forma de ruptura do poder opressor. Tanto no período colonial quanto no pós-independência, existiram os grupos contrários a uma política emancipacionista. Essa questão apareceu com o PA, “[...] *un partido antirrevolucionario y sin soluciones, con la promesa sorda de la revolución, que era su evidente deseo evitar, puesto que en nada han contribuido a prepararla, [...]*” (MARTÍ, 1894, v. 3, p. 265). Então, “[...] *en la primera mitad del siglo pasado, las ideas que los sectores con más cultura de la población, los sectores capaces de elaborar algunas formulaciones políticas, las ideas enarboladas por ellos no eran precisamente la idea de la independencia de Cuba*” (CASTRO, 1968, p. 7-8). “El Comandante”<sup>118</sup> conhecia a história cubana e suas lutas pela emancipação no campo das ideias e os feitos militares da independência. Sua inspiração vinha dessa leitura feita dos textos martianos. Assim, recordava que “[...] *el Apóstol de nuestra independencia se enfrentó a dificultades tan grandes y a problemas tan difíciles [...]*” (CASTRO, 1968, p. 14). Principalmente, aqueles relacionados aos cubanos seduzidos que “[...] *apoyaran el anexionismo primero, el*

<sup>118</sup> Forma de tratamento adotada pelos cubanos para se referirem a Fidel Castro.

*reformismo luego, y cualquier cosa menos la idea de la independencia y la idea de la conquista de los derechos por la vía de la lucha armada*” (CASTRO, 1968, p.9).

O reconhecimento de que antes de Martí “[...] *no había una nación que liberar sencillamente porque no había nación, no había un pueblo que liberar porque no existía pueblo con la conciencia de la necesidad de esa libertad*” (CASTRO, 1968, p. 7). Essa unidade só veio ocorrer após a criação de um programa político centrado no partido que era “[...] o caminho para a formação cubana impulsionado pelo PRC” (SANTOS, 2016). Na medida em que o PRC foi se consolidando como ator político da organização da independência, Castro se espelha nessa iniciativa para estruturar a sociedade cubana. Em 1961, criou o Partido Comunista de Cuba (PCC) (no qual governou até 2008), percebendo a necessidade de manter uma frente ideológica ativa.

As aproximações entre os revolucionários cubanos são nítidas, o que os separa é menos de um século. Nas palavras de “*El Comandante*”: “*lo mismo ocurrió durante toda la lucha de 1895 y lo mismo ocurrió hasta 1959*” (CASTRO, 1968, p. 23). O exílio vivido por Martí também ocorreu com Castro, as perseguições incessantes levaram ao ostracismo no México, em 1955, após cumprir quase dois anos de prisão em Cuba. Nesse ínterim, se espelhando na trajetória martiana, sem hesitar, juntamente, com seu irmão, Raúl Castro (1929) conheceu Che Guevara (1928-1967) e deu início à luta de libertação da ilha caribenha do domínio norte-americano. Reconhecendo a importância de Martí e seu grupo, dá as devidas credenciais, ressaltando que:

*[...] los revolucionarios de hoy tuvieron el privilegio de recoger los frutos de las luchas duras y amargas de los revolucionarios de ayer. Porque los revolucionarios de hoy encontramos un camino preparado, una nación formada, un pueblo realmente con conciencia ya de su comunidad de intereses; un pueblo mucho más homogéneo [...]* (CASTRO, 1968, p. 23).

Esse reconhecimento não é pura e simples ovação, pelo contrário, é a aplicação de seu “[...] *pensamiento revolucionario [...]*” na consciência de “[...] *las nuevas generaciones [...]*” (CASTRO, 1968, p. 14). Martí, ao criticar a sociedade colonial escravista, afirmou “*que con él poco ha de contar el negro, lo prueba el poco o ningún interés que se ha tomado [...] en ayudar a levantarlos*” (MARTÍ, 1893, V. 3, p. 82). Assim, deu margens para Castro formular a problemática do latifúndio:

*Si entonces se discutía si un hombre podía tener diez y cien y mil esclavos, ahora se discutía si una empresa yanqui, si un monopolio imperialista tenía derecho a poseer mil, cinco mil, diez mil o quince mil caballerías de tierra; ahora se discutía el derecho que podían tener los esclavistas de ayer a ser dueños de las mejores tierras de nuestro país* (CASTRO, 1968, p. 21).

A herança martiana vinculada a Castro foi a crítica da dominação do homem. O primeiro criticava a escravidão e o domínio de corpos humanos, enquanto o segundo

reinterpreta essa questão, questionando como a dominação da terra gera um efeito semelhante, no qual os cubanos eram submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão, ligada ao monopólio da produção da propriedade privada.

O ideário martiano tinha um lugar de prestígio na forma de pensar e agir de Castro, como lembrado por Retamar (1983, p. 61), “[...] o *fidélismo* é uma postura martiana do período da absoluta descolonização [...]” Nesse sentido, o júbilo da Revolução Cubana nas palavras do “*El Comandante*” não foi o trabalho de uma década, mas de 100 anos de lutas incessantes:

*Porque la Revolución es el resultado de cien años de lucha, es el resultado del desarrollo del movimiento político, de la conciencia revolucionaria, armada del más moderno pensamiento político, armada de la más moderna y científica concepción de la sociedad, de la historia y de la economía, que es el marxismo-leninismo; arma que vino a completar el acervo, el arsenal de la experiencia revolucionaria y de la historia de nuestro país (CASTRO, 1968, p. 24, grifos nossos).*

Neste fragmento, é possível perceber a adesão de Castro ao marxismo-leninista sem renunciar ao pensamento martiano. Em sua visão, era o “[...] *patriotismo revolucionario, perfectamente conciliable con el internacionalismo revolucionario [...]*” (CASTRO, 1968, p. 24-25). Uma fusão entre esses ideais foi feita para dar um corpo teórico às ações do grupo castrista. Isso ilustra a necessidade de “[...] *conocer las grandes batallas ideológicas [...]*” (CASTRO, 1968, p. 23) e, sobretudo, fazer o uso de certas correntes para combater outras. Essa foi a postura adotada por Castro.

O conhecimento da história cubana, por meio da experiência vivida por Martí junto à associação de Castro ao marxismo-leninista, proporcionou “[...] *conocer las experiencias de la lucha [...]*” contra a opressão colonial e imperialista e o movimento internacional de “[...] *las luchas en el campo de la ideología [...]*” (CASTRO, 1968, p. 23). Em homenagem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 22 de dezembro de 1972, Martí foi colocado no mesmo grau de importância dos pensadores da tradição marxista, que o influenciou na sua ação revolucionária:

José Martí, guia e apóstolo de nossa guerra de independência contra a Espanha, ensinou-nos esse espírito internacionalista que Marx, Engels e Lênin confirmaram na consciência de nosso povo. Martí pensava que “pátria é humanidade” e nos traçou a imagem de uma América Latina unida, frente à outra América imperialista e soberba, “conturbada e brutal” como ele dizia -, que nos desprezava (CASTRO, 1972, s.p. apud RETAMAR, 1983, p. 62).

O pensamento martiano, por sua vez, parece marcar um momento de transição na concepção de mundo castrista, porém, ela não foi descartada. Em vez disso, foi “[...] *las raíces revolucionarias de nuestro pueblo*” (CASTRO, 1968, p. 7). Castro (1968, p. 17) frisou que “[...] *la generación del 95 [1895], en ese ejemplo se inspiraron los combatientes*

*revolucionarios a lo largo de los 60 [1960] años [...]’*. Nota-se a longevidade da concepção de mundo de Martí introduzida na subjetividade dos insurrecionais da Revolução Cubana.

O Martí descrito por Castro “[...] *simbolizó el espíritu de los cubanos de aquella época, simbolizó la dignidad y la rebeldía de un pueblo —heterogéneo todavía— que comenzaba a nacer en la historia*” (CASTRO, 1968, p. 5). “*El Comandante*” se valeu do pensamento martiano para inspirar seus companheiros de guerrilha. Combater no campo de batalhas era uma das “[...] *pruebas mayores de abnegación [...]*” (MARTÍ, 1893, v. 4, p. 245), em prol da causa independentista. Para Castro, “*estos hechos nos brindaron un ejemplo extraordinario y nos enseñaron en días también difíciles*” (CASTRO, 1968, p. 6).

Os escritos martianos se tornaram uma espécie de “cartilha” de ensinamentos de uma conduta revolucionária cubana peculiar. Sobre suas palavras, pode-se afirmar que “[...] *cada una de ellas fue un paso de avance, un salto hacia el futuro*” (CASTRO, 1968, p. 14). Baseado nessa lógica de criação de uma frente ideológica para o ataque ao Quartel de Moncada, Castro se fundamentou em Martí e, mais uma vez, no marxismo-leninista<sup>119</sup>, conforme descrito por uma enfermeira da guerrilha. A esse respeito, Haydée Santamaría (1922-1980) afirmou que:

Ali [no Moncada] fomos sendo martianos. Hoje somos marxistas e não deixamos de ser martianos, porque não há contradição nisso, pelo menos para nós. Ali estávamos com as ideias de Martí e hoje continuamos com as ideias de Martí, com as ideias de Lênin, com as ideias de Marx [...], com profundas raíces martianas hoje consideramos e acreditamos que somos marxistas (SANTAMARÍA, 1967, s. p. apud RETAMAR, 1983, p. 62).

Essa assimilação entre concepção martiana e marxista, como aparece acima, foi o cerne da orientação da Revolução Cubana, uma corrente não implicou a desfiliação de outra. Esse arcabouço ideológico disseminado por Castro sobrevive em Cuba. A longevidade do pensamento de Martí é uma demonstração de sua relevância na consciência nacional do país, trabalho que permanece após a conquista do poder, em 1959, como uma forma de memória coletiva, já que, na visão castrista, o intelectual cubano “[...] *es un ejemplo no sólo para los revolucionarios cubanos, es un ejemplo formidable para los revolucionarios en cualquier parte del mundo*” (CASTRO, 1968, p. 7).

A ideia de que “[...] *preparar la guerra que se ha de hacer para el decoro y bien de todos los cubanos, y para entregar a todo el país la patria libre*” (MARTÍ, 1892, v. 1, p. 470). Essa organização e o primado da disciplina foram retirados de Martí, para a sobrevivência em “*Sierra Maestra*”. O sentido comunitário de seu pensamento era “*fórmula*

<sup>119</sup> Há divergências de que Castro só teria se convertido ao marxismo-leninista pós-conquista do poder em 1959.

*del amor triunfante: 'con todos, y para el bien de todos'*” (MARTÍ, 1891, v. 4, p. 279). A crença de Castro no povo cubano vem do ideário martiano. Por acreditar na revolução que se iniciou com a guerrilha e terminou com a conquista do poder e a instauração do socialismo.

O feito de Castro consistiu em “[...] uma ruptura materialista da continuidade histórico-cultural [...]” (LÖWY, 2011, p. 25) em Cuba. Ao estudar Martí, redescobriu suas utopias escondidas pela herança cultural do conquistador (colonialista e imperialista), como afirmou Walter Benjamin (1987, p. 225): “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”. No discurso castrista, como vimos, há um “[...] complexo trabalho ideológico [...]” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 79) de resgate da cultura política dos vencidos contra a dos vencedores. A ideia era tornar esse passado que foi sucumbido pelos dominadores algo “presente na memória coletiva [...]” (BENJAMIN, 2011, p. 225).

Nossa hipótese é a de que o Martí evocado por Castro era visto como uma memória histórica dos “bens culturais” (BENJAMIN, 2011, p. 225) cubanos, quando rememorava seus ideais. Pode-se mencionar que era para “[...] escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2011, p. 225), contar a versão e o que havia ocorrido com aqueles que foram vencidos. A expressão benjaminiana de “[...] acordar os mortos e juntar os fragmentos” (BENJAMIN, 2011, p. 226) nos possibilita pensar como o discurso castrista em prol da concepção martiana foi fundamental para a “[...] conquista progressiva da consciência da personalidade histórica [...]” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 79). Desse modo, “*El Comandante*” preparou o terreno na disputa da hegemonia no momento em que procurava tomar o poder e o pós-conquista, postando-se como “[...] a classe vingadora que consuma a tarefa de libertação em nome das gerações de derrotados” (BENJAMIN, 2011, p. 226). Na perspectiva castrista, a revolução foi algo que passou por gerações, inclusive por Martí: “[...] *comenzó Carlos Manuel de Céspedes el 10 de Octubre de 1868 y que nuestro pueblo lleva adelante en estos instantes*” (CASTRO, 1968, p. 5). Em suma, segundo seu líder, a Revolução Cubana foi a vitória de uma série de batalhas que, ao acumular naufrágios, absorveu experiências nos insucessos para criar a ruptura necessária com a cultura política do imperialismo e fazer uma revolução de timbre socialista, em um país marcado pela estrutura do capitalismo periférico do sistema mundo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca da trajetória política e intelectual de Martí, foi possível encontrar elementos de uma unidade entre teoria e prática, que nos oportunizou um estudo sobre a sua *práxis* política dentro do movimento insurrecional cubano (1895), partindo do uso da “História intelectual que não se limitasse a ser uma História puramente intrínseca das obras e dos processos ideológicos [...]” (ALTAMIRANO, 2007, p. 10), mas também das ações dos homens na vida prática.

A investigação de seu itinerário foi feita com base em seus escritos de cunho político, nas publicações nos jornais/revistas, dentre os anos de 1890-1895. Lembrando que “trata-se de textos de combate [...] durante o século XIX todos se ordenam ao redor da política e da vida pública [...]” (ALTAMIRANO, 2007, p. 14). Essa documentação primária nos propiciou acompanhar sua formação intelectual, engajamento político e ações radicais em prol da emancipação de Cuba. Analisando sua trajetória e a evolução de seu pensamento, como um indivíduo que já demonstrava aptidão ao trabalho intelectual desde a infância e, que posteriormente, desencadeou uma conduta política emancipacionista.

Procuramos demonstrar seu desenvolvimento histórico na ação revolucionária na cena política cubana do final do século XIX, período entendido como uma transição do colonialismo (espanhol) para o imperialismo (norte-americano) na ilha caribenha, em que “o máximo de modernização foi combinado com o máximo de preservação [...]” (FERNANDES, 2007, p. 66). Na perspectiva de que os homens desenvolvem suas ideias a partir da base material (MARX; ENGELS, 2001, p. 18), Martí foi um sujeito que, embasando-se em suas experiências nos exílios, periódicos, direção de associações culturais e partido político, construiu um arcabouço próprio em relação à visão sobre a política e as questões sociais.

O ambiente em que se encontrava foi marcado pela proposta de modernização do Estado cubano dentro da ordem colonial, sem ruptura revolucionária, questão que o fez produzir inúmeros textos com teor crítico. Investigando esses escritos, podemos constatar que foi um rebelde em contraposição ao poder metropolitano espanhol, um crítico ao imperialismo norte-americano, um periodista, literato e, sobretudo, um dirigente de partido. Esta última questão, principalmente, o levou a uma luta sistematizada e intransigente pela libertação de seu país, buscando implementar uma revolução não apenas para a conquista do poder, mas na construção de um Estado-nação autodeterminado. As atuações - em jornais/revistas e partido político - são a díade que nos dá margens para compreender sua ação teórico-prática como um “intelectual orgânico” dos grupos subalternos cubanos.

O término de nossa investigação não exaure o tema, ademais, não é esse nosso objetivo em relação ao objeto pesquisado, pelo contrário, a intenção é que este estudo possa estimular novas pesquisas, frente ao desafio de ir a esse arquivo. O processo de ruminar os textos martianos levou-nos a alguns resultados parciais. Indagações como quais eram suas fontes e a dificuldade de detectar essa questão possibilitaram-nos a pensar na autonomia de seu pensamento, sem identificar tantos reflexos da cultura europeia. Essa escassez de interlocutores revela a probabilidade de uma originalidade em sua teoria. Constatamos, nesta investigação, que há vestígios, em seus textos, de uma possível inclinação ao pensamento republicano, mas não aquele desenvolvido pelos norte-americanos ou nas repúblicas hispânicas, governadas pelas elites *criollas*.

Como já mencionado, nossa dissertação encerra-se com recorte nas fontes até o ano de 1895, mas extrapolamos essa data no sentido temporal, para analisarmos como o programa revolucionário martiano (com sua morte) foi se esvaziando e se transformando em uma “[...] possibilidade de uma transição sem revolução [...]” (BIANCHI, 2018, p. 55), em 1898, com a independência de Cuba. No entanto, esse quadro não encerrou sua influência na cena política cubana. É importante ressaltar que “[...] a frustração [...] não elimina as lutas pela libertação nacional” (FERNANDES, 2007, p. 66). Seus ideais foram retomados nas décadas de 1950 e 1960. Fidel Castro (1968, p. 20) mencionava que a força insurrecional da Revolução Cubana vinha de uma continuidade da rebeldia dos que iniciaram a independência.

Percebe-se que a concepção de mundo de Martí refletiu e reflete até os dias de hoje, na sociedade cubana, através da cultura material e imaterial. Portanto, seu pensamento se transformou em uma chave de interpretação e de teoria política radical, como procuramos demonstrar neste estudo.

## 6 REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias

MARTÍ, José. El presidio político en Cuba. Madrid, San Marcos 1871. In:\_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p.45-74.

\_\_\_\_\_. Castelar Y La Iberia. México: Revista Universal, 10 de junio de 1875. In:\_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p.132-133.

\_\_\_\_\_. Bases do Partido Revolucionário Cubano. [não há local de publicação] 1892. In: MARTÍ, José. **Obras Completas**. Volume 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 279-280.

\_\_\_\_\_. Estatutos Secretos del Partido. [não há local de publicação] 1892. In: MARTÍ, José. **Obras Completas**. Volume 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p.281-284

\_\_\_\_\_. A Nuestra prensa. Patria, 14 marzo 1892, In:\_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 322-323.

\_\_\_\_\_. Muestras Ideas. Patria, Nueva York, 14 de marzo de 1892. In:\_\_\_\_\_. **Obras Completas**. v. 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p.315-322.

\_\_\_\_\_. La política. Patria, 19 marzo 1892. In \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 335-337.

\_\_\_\_\_. “Patria”: no “órgano”. Patria, 19 marzo 1892. In \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 337-338.

\_\_\_\_\_. La agitación autonomista. Nueva York: Patria, 26 de marzo de 1892. In:\_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume. 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p.331-335.

\_\_\_\_\_. Autonomismo e Independência. Nueva York: Patria, 26 de marzo de 1892. In:\_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p.355-356.

\_\_\_\_\_. La Proclamación del Partido Revolucionário Cubano el 10 de abril. Patria, Nueva York, 16 de abril de 1892. In:\_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 387-391.

\_\_\_\_\_. Las Reformas. Sevilla: La Cuestión Cubana, 26 de mayo de 1873. In:\_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p.108-111.

\_\_\_\_\_. Los cubanos de afuera y los cubanos de adentro. Patria, 4 junio 1892. In \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 1. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 475-481.

\_\_\_\_. Los Cubanos de Jamaica en el Partido Revolucionario. Patria, Nueva York, 18 de junio de 1892. . In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 21-27.

\_\_\_\_. El Remedio Anexionista. Nueva York: Patria, 2 de julio de 1892. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p.47-50.

\_\_\_\_. El obrero cubano. Patria. 2 julio 1892. In \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 47-52.

\_\_\_\_. La guerra. Patria. 9 julio 1892. In \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 57-63.

\_\_\_\_. Las Expediciones y la Revolución. Patria Nueva York, 6 de agosto de 1892. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 93-96.

\_\_\_\_. ¡Cuba, es ésta! Patria 21 enero 1893, Patria. 13 agosto, 1892. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 209-211.

\_\_\_\_. El Evening Telegraph de Filadelfia. Una entrevista sobre Cuba. Patria. 13 agosto, 1892. **Obras Completas**. In: \_\_\_\_\_. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 107-112.

\_\_\_\_. La Independencia de Cuba y la Prensa de los Estados Unidos. Patria, Nueva York, 27 de agosto de 1892. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 148-150.

\_\_\_\_. Los Emigrados Las Expediciones y la Revolución. Patria. Nueva York, abril de 1893. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 273-277.

\_\_\_\_. La Delegación del Partido Revolucionario a los Clubs. [não há local de publicação] Julio de 1893. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p.358-362.

\_\_\_\_. Las Crisis y el Partido Revolucionario Cubano. Patria, Nueva York, 19 de agosto de 1893. p. 367-370. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 367-370.

\_\_\_\_. La Delegación del Partido y el Alzamiento. Patria, Nueva York, 21 de noviembre de 1893. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 435-436.

\_\_\_\_.El Partido Revolucionario a Cuba. Patria, Nueva York, 1893. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 334-349.

\_\_\_\_. Sobre negros y blancos. Patria. 16 marzo, 1894. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 3. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 80-82.

\_\_\_\_. La Revolución. Pátria, Nueva York, 16 de marzo de 1894. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 3. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 75-80.

\_\_\_\_. Los Cubanos de Jamaica y los Revolucionários de Haiti. Patria, Nueva York, 31 de marzo de 1894. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 3. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 103-106.

\_\_\_\_. El Tecer Año Del Partido Revolucionário Cubano: el alma de la revolución, y el deber de Cuba en America. Patria, Nueva York, 17 de abril, 1894. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 3. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 138-143.

\_\_\_\_. El lenguaje reciente de ciertos autonomistas. Patria. 22 septiembre, 1894. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 3. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 263.

\_\_\_\_. Los Pobres de la Tierra. Patria, Nueva York, 24 de octubre de 1894. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 3. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p.303-305.

\_\_\_\_. Plan de alzamiento. [sem local de publicação] Nueva York, 8 diciembre 1894. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 3. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 419-421.

\_\_\_\_. Las Reformas Em Cuba. Patria, Nueva York, 8 de diciembre de 1894. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 3. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p.425-426.

\_\_\_\_. Discurso en el Liceo Cubano. Tampa, 26 de noviembre de 1891. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 4. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 269-279.

\_\_\_\_. Harman Hall, Neuva Yorkm 17 de abril de 1892. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 4. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p.329-331.

\_\_\_\_. Del General Maximo Gómez, los hombres de la guerra. Patria, 23 de abril de 1892. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 4. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 395-396

\_\_\_\_. Conversación con Hombre de la Guerra. Patria: noviembre de 1893. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 4. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 459-462.

\_\_\_\_. Orden de Alzamiento. Nueva York, 29 enero 1895. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 2. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 41-42.

\_\_\_\_; GÓMEZ, Máximo. MANIFIESTO DE MONTECRISTI: el partido revolucionario cubano a cuba. 25 marzo 1895. In: \_\_\_\_; GÓMEZ, Máximo. **Obras Completas**. Volume 4. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 93-101.

\_\_\_\_. Política de guerra (circular) [sem local de publicação] 28 abril 1895. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 4. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 140-141.

\_\_\_\_. A Manuel Mercado. [acampamento de Dos Ríos], 18 de mayo, de 1895. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 4. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p.157-170.

\_\_\_\_. “Ensayos Politicos”. Patria 16 abril 1892. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 5. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 201.

\_\_\_\_. Mente Latina. La América: noviembre de 1884. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 6. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 24-26.

\_\_\_\_. La Política Internacional De Los Estados Unidos: el centenario de la Suprema Corte la conferencia Americana. Plan de arbitraje del doctor Sáenz Peña. Nueva York, 3 de febrero de 1890. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 6. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 73-75.

\_\_\_\_. Los Asuntos Hispanoamericanos En Washington: el ferrocarril internacional. politica interior y exterior. blaine y los tratados de reciprocidade Nueva York, 28 de junio de 1890.In: \_\_\_\_ . **Obras Completas**. Volume 6. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 111-116.

\_\_\_\_. Nuestra América . In:\_\_\_\_. El Partido Liberal, 30 de janero de 1891 **Obras Completas**. Volume 6. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 15-23.

\_\_\_\_. La Conferencia Monetaria De Las Repúblicas De América. La Revista Ilustrada. Nueva York, maio de 1891. In: \_\_ **Obras Completas**. Volume 6. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 155-167.

\_\_\_\_.Las Guerras Civiles em Sudamérica. Nueva York: Patria, 22 de septiembre de 1894. In: **Obras Completas**. Volume 6. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p.26-27.

\_\_\_\_. Coney Island, Nueva York, 3 de diciembre, de 1892. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 9. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 121-128.

\_\_\_\_. “LA FUTURA ESCLAVITUD”: Tendencia al socialismo de los gobiernos actuales. - La acción excesiva del Estado. - Habitaciones para los pobres. - La reacionalización de la tierra. - El funcionarismo. Nueva York: La América, abril de 1884. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 15. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 388-392.

\_\_\_\_. Impresiones de América [I]. The Hour. Nueva York: 10 julio de 1880. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 19. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p.106-110.

\_\_\_\_. Impresiones de América [II]. The Hour. Nueva York: 21 de agosto de 1880 .In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 19. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 115-118.

\_\_\_\_. Impresiones de América [III]. The Hour. Nueva York: 23 de octubre de 1880 .In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 19. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital, 2001, p. 123-126.

\_\_\_\_. A Rafael Maria de Mendive. [sem local de publicação] 15 de Janeiro, 1871. In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 20. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p.247.

\_\_\_\_. A Pedro de Maria de Mendive. Cárcel [Havana], 27, de outubro, de 1869. . In:\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 20. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 246

\_\_\_\_\_. Cartas a Manuel Mercado [3]. Guatemala, Abril, 19, de 1877. In:\_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 20. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p. 27-30.

\_\_\_\_\_. A Nestor Ponce de León. Nova Iorque: 17 de febrero, 1894. In:\_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Volume 20. Centro de Estudios Martinos e Karisma Digital. 2001, p.445.

\_\_\_\_\_. Destinatário: **A Destinatário Desconhecido**. Zaragoza: outubro [ou novembro] de 1874. Disponível em: <http://www.josemarti.cu/wp-content/uploads/2014/06/01-A-destinatario-desconocido.-Zaragoza-octubre-o-noviembre.pdf> . Acesso: 30, maio, 2020.

### Referências bibliográficas

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. 3ª reimpressão. São Paulo: ed. UNESP, 2004.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 2ª ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ADORNO, T. W. **Mínima Moralía: arte e comunicação**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2001. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/4/o/ADORNO\\_Theodor\\_Minima\\_Moralia.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/4/o/ADORNO_Theodor_Minima_Moralia.pdf) . Acesso: 22/set/20.

ANNA, Timothy. A independência do México e da América Central. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina: da independência até 1870**. Vol. III. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 2001, p. 73-118.

BIANCHI, Álvaro. Gramsci, Croce e a história política dos intelectuais. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 34 nº 99, 2018, p. 1-17. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S010269092019000100509&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010269092019000100509&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) . Acesso: 20/set/2020.

\_\_\_\_\_. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. **Revista Outubro**. [sem vol.] nº 28, abr. 2017, p. 27-35.

\_\_\_\_\_. Revolução passiva: o futuro do pretérito. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 23, n. 23, p. 34-57, 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/263466151\\_BIANCHI\\_Alvaro\\_Revolucao\\_passiva\\_o\\_futuro\\_do\\_preterito\\_Critica\\_Marxista\\_Sao\\_Paulo\\_v\\_23\\_n\\_23\\_p\\_34-57\\_2006](https://www.researchgate.net/publication/263466151_BIANCHI_Alvaro_Revolucao_passiva_o_futuro_do_preterito_Critica_Marxista_Sao_Paulo_v_23_n_23_p_34-57_2006) . Acesso: 10/mar/2021.

\_\_\_\_\_. **O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. 2º ed. Porto Alegre: Zouk, 2018.

ALTAMIRANO, Carlos. Idéias para um programa de História intelectual. Tradução de Norberto Guarinello. **Tempo Social** [revista de sociologia da USP], São Paulo: v. 19, n. 1,

jul/2007, p. 9-17. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/download/12531/14308/15414> . Acesso: 10/mar/2021.

BARATTA, Giorgio. Americanismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chearine, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri e Silvia Bernardenis. São Paulo: Boitempo, 2017, p.62-67.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. 2ª ed. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel**: a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BADALONI, Nicola. Liberdade individual e homem coletivo em Antonio Gramsci. In: FERRI, Franco. **Política e História em Gramsci**. V. 1. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p.9-69.

BERMAN, Marshall. **Tudo Que É Sólido Desmancha No Ar**: a aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3ª ed. revista. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.197-221.

\_\_\_\_\_. Sobre o Conceito de História. In: \_\_\_\_\_. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3ª ed. revista. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 222-235.

CARVALHO, Eugênio Rezende. **América para a Humanidade**: o americanismo universalista de José Martí. Goiânia: Editora UFG, 2003.

\_\_\_\_\_. **Nossa América**: A Utopia de um Novo Mundo. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2001.

\_\_\_\_\_. Ideias e identidades da América: Quatro Visões. **Anais eletrônicos do III encontro da ANPHLAC**, São Paulo: P.1-19, 1998. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/uploads/arquivos/1478897424.pdf> . Acesso: 27/set./2020.

CASTRO, Fidel. **Discurso Pronunciado En El Resumen De La Velada Conmemorativa De Los Cien Años De Lucha**, 1968. Disponível em: <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/66621/2/184701.pdf&origen=BDigital> . Acesso: 10/mar./2021.

CHAUÍ, Marilena. História no pensamento de Marx. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs). **A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. 6ª ed. Tradução de Miguel Urbano Rodrigues. Rio de Janeiro: 1971.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A Data Simbólica de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. **Revista História Unesp**. Assis/Franca – SP: v. 22, nº 2, jun./set./2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742003000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742003000200003&script=sci_abstract&tlng=pt) . Acesso: 20/set./20.

CAPUTO, Renato. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chearine, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri e Silvia Bernardenis. São Paulo: Boitempo, 2017, p.250-252.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Sarmiento e Seus Monstros: caudilhos, deserto e violência na Argentina do século XIX. **História da Historiografia**. Ouro Preto: [sem vol.] nº 7, nov./dez., 2011, p. 29-55. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/324> . Acesso: 20/set./20.

DUSSEL, Enrique. Meditações Anti-Cartesianas sobre a Origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade. In: (Orgs). SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2019, p. 341-395.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A Questão dos Intelectuais em Gramsci. *Serviço Social*. São Paulo: [sem vol.] nº 188, abr./jun./2014, p. 265-293. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a04n118.pdf> . Acesso: 20/set./2020, p. 265-293.

ENGELS, Friedrich. **Uma Breve Biografia de Karl Marx**. Tradução de Claudio Cardinali. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FURTADO, Celso. **A Economia Latino-Americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1986.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. José L. Mello. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FERNANDES, Florestan. **Da Guerrilha ao Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FILIPPINI, Michele. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chearine, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri e Silvia Bernardenis. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 1192-1197.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. v. 1, Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**: Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. 2ª ed. v. 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**: Breves Notas Sobre a Política de Maquiavel. 4ª ed. v. 3. Tradução de C. N. Coutinho, M. A Nogueira, L. S Henriqués. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM POCHET, 2019.

GONZALEZ, Yaditza, del Sol. *Dois Homens, Um Sonho*. Granma, Cuba, 2018. p. 2. Disponível em: <http://pt.granma.cu/cuba/2018-01-26/dois-homens-um-sonho>. Acesso: 10/mar/2021.

GRESPLAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**: a crítica radical do “espírito das luzes” críticos, céticos e românticos uma nova ordem social. São Paulo: Contexto, 2018.

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. **História Fetichista**: o aparelho de hegemonia filosófica Instituto Brasileiro de Filosofia *Convivium*. Anápolis: Ed. UEG, 2017.

HELG, Aline. Os afro-cubanos protagonistas silenciados da história cubana. **Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas**. v. 8, nº 1, 2014, p. 29-51.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios 1875-1914**. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Era dos Impérios 1875-1914**. 27ª edição. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. 2º reimpressão. Tradução de Guilherme J. de F. Teixeira, colab. Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

IGLÉSIAS, Francisco. **Os Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

JAMES, C. R. L. **Os Jacobinos Negros**: Toussaint L’ouverture e a revolução de São Domingos. Tradução Afonso Teixeira Filho. 1ª ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chearine, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri e Silvia Bernardenis. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIGUORI, Guido. Aparelho Hegemônico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chearine, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri e Silvia Bernardenis. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 75-77.

LE RIVEREND, Historia Económica de Cuba. Habana/Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1975.

LYNCH, Jhon. As Origens da Independência da América Espanhola. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina: da independência até 1870**. Vol. III. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 2001, p. 19-72.

LACORTE, Rocco. “Espírito popular criativo” e “tradutibilidade” em A. Gramsci. In: **Seminário Internacional de Teoria Política do Socialismo e II Colóquio Internacional Gramsci: As categorias teóricas de Antonio Gramsci e a verdade efetiva das coisas**. Marília-SP: v. 2, 2019, p.1-15.

LÖWY, Michael. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**. São Paulo: [sem vol.] nº 25/26, 2012, p. 20-28. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/Vol.2526/michael-lowy.pdf> . Acesso: 20/set./2020.

LÊNIN, V. I. **O Que Fazer?** questões candentes de nosso movimento. Tradução de Edições Avante, revisão da tradução de Paula Vaz de Almeida. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: 2020.

\_\_\_\_\_. **O Imperialismo Etapa Superior do Capitalismo**. Apresentação de Plínio Arruda Sampaio Jr. Campinas: Unicamp, 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. Rio de Janeiro: Edições, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, Marcos Antônio. A Poesia de Baudelaire e as Representações da Paris do Século XIX. In: (Org.) MENEZES, M. A.. **História, Cultura, Sociedade e Poder**. Goiânia: PUC-GO, 20015.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. GROSFOGUEL, Román (orgs). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-168.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 2º ed., 2º tiragem, tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MICELI, Paulo. **História Moderna**. 1ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

O`GORMARN, Edmundo. *A Invenção da América*. São Paulo: UNESP, 2008.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo Cubano Del Tabaco y el Azúcar**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987.

PINTO, João Alberto da costa. A Heresia de Uriel da Costa (1585-1640) Contra a Comunidade Judaica Sefardita de Amsterdã. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano X, n. 28, Maio/Setembro de 2017, p. 143-162. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/32622> . Acesso: 20/set./2020.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no Século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo: Ed. USP, 2014.

PRADO, Maria Ligia Coelho; PELLEGRINO, Gabriella. **História da América Latina Latina**. 4ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2019, p. 84-130.

RAMOS, Julio. **Desencontros da Modernidade na América Latina**: Literatura e Política no século XIX. Tradução de Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Menorca/españa: Edu Robsy, 2016. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4980758/mod\\_resource/content/1/Jose%20Enrique%20Rodo%20-%20Ariel.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4980758/mod_resource/content/1/Jose%20Enrique%20Rodo%20-%20Ariel.pdf) . Acesso: 15/out./2020.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen**: e o ensino de Historia. (Orgs.) Maria A. Schmidt, Isabel Barca, Estevão de R. Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RETAMAR, Roberto Fernandez. **Nossa América**. Tradução de Maria Angélica A. Trajber. São Paulo: HUCITEC, 1983.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAMPAIO, Amanda Leite. **Escrita Epistolar e Letras do Afeto em José Martí**. Dissertação (mestrado em História Social) Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2013.

SOUZA, Aline. **O Uno E O Diverso**: construção nacional e incorporação indígena no pensamento de José Martí. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2017.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Origens do Pensamento e da Política Radical na América Latina**: um estudo comparativo entre José Martí, Juan B. Justos, e Ricardo Flores Magón, 2016.

SANTOS, Lucas Machado dos. **José Martí e os Estados Unidos**: a interpretação histórica da sociedade norte-americana nas crônicas do cubano José Martí (1853-1895). Tese (doutoramento em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Milton. O Lugar e o Cotidiano. In: (Orgs). SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2019, p. 584-602.

SALLES, Ricardo. Gramsci para Historiadores. **Seminário Internacional Gramsci Histórico**. Rio de Janeiro: 2011, p. 1-19.

SILVA, Kalina Varderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 3ª ed., 9ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. In: LÊNIN, V. I. **O Imperialismo Etapa Superior do Capitalismo**. Apresentação de Plínio Arruda Sampaio Jr. Campinas: Unicamp, 2011, p. 7-102.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358-399. jan./abr. 2017. Tradução de Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. I, cap. 4, p. 57-89.

VOZA, Pasquale. Intelectuais. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chearine, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri e Silvia Bernardenis. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 837-842.

\_\_\_\_\_. Intelectuais Orgânicos. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chearine, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri e Silvia Bernardenis. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 847-848.

\_\_\_\_\_. Intelectuais Tradicionais. In: Guido, LIGUORI; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chearine, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri e Silvia Bernardenis. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 849-850.

ZIZEK, Slavoj. Introdução: O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 07-38.